

# Política

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

# & Sociedade

V. 18 | Nº 43  
Setembro-Dezembro de 2019

**Dossiê:** Mercado, Mídia e Consumo

# Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

Política & Sociedade é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil), com edições em janeiro-abril, maio-agosto e setembro-dezembro. Destinada à divulgação de artigos, resenhas, traduções e ensaios bibliográficos inéditos sobre temas e problemas de Sociologia Política e de disciplinas afins, a revista orienta-se pelos critérios da qualidade acadêmica e da relevância social do conteúdo de suas publicações. Preza também o pluralismo e o intercâmbio de idéias, sendo bem-vindas contribuições de pesquisadores das comunidades acadêmicas nacional e internacional, associados às mais diversas tradições intelectuais das Ciências Sociais e aos diferentes programas de pesquisa no âmbito da Sociologia Política.

Política & Sociedade está presente nos seguintes indexadores: EBSCO – Information Services, CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, LIVRE – Portal de Conhecimento Nuclear, Portal de Periódicos – CAPES, ProQuest – Physical Education Index, Sistema Pergamum, vLEX – Base de Dados da Área de Direito. Qualis Capes: B1.

#### Editores

Luís Felipe Guedes da Graça

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

#### Bolsista

Marina Schneider Camilo

Endereço eletrônico: [ppgsocpol@contato.ufsc.br](mailto:ppgsocpol@contato.ufsc.br)

Portal eletrônico: <http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/>

#### Editores associados

Ernesto Seidl, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Marcia Grisotti, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Marcia da Silva Mazon, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

#### Conselho Editorial

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil

Brasílio Sallum Junior, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

Carlos Alba Vega, El Colegio de México, Cidade do México, México

Celi Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil

David Samuels, University of Minnesota, Minneapolis, Estados Unidos

Dieter Plehwe, Das Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB) (The Social Science Research Center Berlin), Berlin, Alemanha

Eli Diniz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Eugênia Rosa Cabral, Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, Brasil

Fábio Wanderley Reis, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil

Franz Josef Bruseke, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Brasil

Ilse Scherer-Warren, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

Jessé Jose Freire de Souza, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Brasil

José Maria Carvalho Ferreira, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Luís Felipe Miguel, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

Marcelo Gantus Jasmin, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil

Mark E. Warren – The University of British Columbia (UBC), Vancouver, Canadá

Maria Arminda do Nascimento Arruda, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

Maria da Glória Gohn, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil

Paulo Henrique Martins, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil

Philippe Steiner, Universidade de Paris IV – Sorbonne, Paris, França

Regina Celia Reyes Novaes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Ricardo Luiz Coltro Antunes, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil

Silke Weber, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil

Timothy Power, University of Oxford, Oxford, Reino Unido

Vicente Antonio Palermo, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Yan de Souza Carreirão, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

# Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

ISSNe: 2175-7984 | V. 18 | N° 43 | Set.-Dez. de 2019

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>



Florianópolis

2019

Copyright © Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Todos os direitos reservados.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Caixa Postal 476 – Trindade  
88040-900 Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Fone 55 (48) 3721-9253  
<http://www.sociologia.ufsc.br>  
E-mail: [ppgsopol@contato.ufsc.br](mailto:ppgsopol@contato.ufsc.br)

Coordenação  
Ernesto Seidl

Vice-coordenação  
Julian Borba

Secretaria  
Janete Eloi Guimarães

Bolsista  
Marina Schneider Camilo

Projeto Gráfico  
Quorum Comunicação

Diagramação  
André Luiz Dias – Ed. Tribo da Ilha

Revisão  
Marcia Regina Pereira Sagaz

Dados internacionais de catalogação na fonte

---

Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v. 18. n. 42. (2019) – . – Florianópolis, Brasil: UFSC, 2019 – v. ; 23 cm

Quadrimestral (Semestral até 2011)  
ISSNe: 2175-7984

I. Sociologia Política – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

CDU: 316.334.3

# SUMÁRIO

## **DOSSIÊ TEMÁTICO “MERCADO, MÍDIA E CONSUMO”**

*Organizadores: Marcia da Silva Mazon e Maria Chaves Jardim*

### **Apresentação**

*Marcia da Silva Mazon e Maria Chaves Jardim*

### **Economia como Matching**

*Philippe Steiner* ..... 14

### **Para além da fórmula do amor: amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos**

*Maria Chaves Jardim* ..... 46

### **Mercados na fronteira: avaliações online de consumidores de quiosques de praia como fonte de dados para comparar as representações coletivas de praia no Brasil e na Austrália**

*Marina Sartore e Brian Coffey* ..... 77

### **A valorização do meio ambiente: da proteção aos seguros ambientais**

*Anne Pinto Brandalise e Elaine da Silveira Leite* ..... 108

### **Indústria farmacêutica e psiquiatria no quadro da Sociologia Econômica. Uma agenda de pesquisa**

*Marcia Mazon* ..... 136

### **Dois mundos em disputa: a regulamentação sanitária oficial e as interações entre a *convenção doméstica* e a *convenção industrial* na cadeia produtiva do leite no Maranhão**

*Evaristo José de Lima Neto e Marcelo Sampaio Carneiro* ..... 162

### **Demarche dos dispositivos: apontamentos sobre ordens, convergências e situações no campo econômico-financeiro**

*Ana Carolina Bichoffe e Mateus Baeta Diógenes* ..... 192

<b>Mídia e mercado: mediações na construção de sentidos do consumo das “roupas de marca”</b>	
<i>Ana Lúcia de Castro</i> .....	224

<b>Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia</b>	
<i>Jacques Mick</i> .....	242

## **ARTIGOS LIVRES**

<b>Profesionales, amateurs y gremialistas. Trayectorias y entradas a la política de los “agrodiputados” en el Congreso argentino</b>	
<i>Gabriel Levita</i> .....	261

<b>Assistentes sociais para além do serviço social</b>	
<i>Pedro Simões</i> .....	288

## **RESENHA**

<b>Gimenes, Éder Rodrigo. Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris, 2017. 209 p.</b>	
<i>Jéssica Matheus de Souza</i> .....	313

## **CONFERÊNCIA**

<b>Antropologia Econômica</b>	
<i>Julien Duval</i> .....	319

# APRESENTAÇÃO

## Dossiê: Mercado, Mídia e Consumo

*Marcia da Silva Mazon*<sup>1</sup>  
*Maria Chaves Jardim*<sup>2</sup>

Como estudar os mercados no século XXI? Quais as alternativas para entender como as pessoas consomem, quais os seus gostos e como elas acessam o que desejam consumir? E quais mudanças estes processos provocam assim como são provocados na sociedade, nos modos de sociabilidade? Como se produzem as crenças difundidas via algoritmos de mídias sociais e aplicativos e que estão disponíveis para consumidores deste mercado? Em que medida essas crenças difundidas pelas mídias sociais e pelos aplicativos de relacionamento são incorporadas ou sofrem resistências dos consumidores de produtos, de serviços e de valores? Quem são os agentes e as instituições que estão por trás das mídias sociais e dos aplicativos? Qual a mágica realizada pelos algoritmos e como ela é performatizada nas redes sociais e nos aplicativos? Qual a relação que o Estado estabelece com estes dispositivos?

O fenômeno das mídias sociais e dos aplicativos nos instigam diversas questões. A proposta deste Dossiê é apresentar um conjunto de pesquisas

- 
- 1 Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil) é professora associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política na mesma Universidade, do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política e coordena o Núcleo de Sociologia Econômica (Nusec).
  - 2 Professora Livre Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Campus de Araraquara. E-mail: majardim@fclar.unesp.br



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

teóricas e empíricas sobre o tema, de forma a buscar uma primeira aproximação com esse novo fenômeno, que, em alguma medida, ressignifica as relações de mercado, de consumo e de sociabilidade.

Quando falamos de mercados, isso implica que atores interessados em vender encontrem-se com aqueles interessados em comprar; a partir do acordo de preço, qualidade e condições de entrega, realiza-se o ato de transferência de direitos de propriedades dos primeiros para os segundos. Esta é a definição do mercado; porém, este encontro é sempre povoado por relações de poder, assimetrias informacionais e necessariamente preenchido pela construção de significados sempre cambiantes.

Fala-se dos gostos e dos bens de consumo como parte constituinte dos estilos de vida – um conjunto de práticas e de consumos que tende a ser adotado pelo mesmo grupo e que expressa relações de pertencimento a uma classe social, ou o que Max Weber chamou a “própria estilização da vida”. Os agentes tendem a ter gostos relacionados com suas condições econômicas, o gosto é um marcador de classe e é um produto do mesmo princípio: o *habitus*. Nas últimas décadas, o tema das mídias sociais tornou-se um convite ao debate da Sociologia dos Mercados: as vendas *online*, os algoritmos, o espaço público e privado do Facebook e do WhatsApp respectivamente mostram como a vida *online* e *off-line* se constituem e reconstituem em processos dinâmicos, que afetam e são afetados pela vida social e pela vida digital.

O contexto nos inspira novas questões: a ameaça das vendas *online* sobre lojas físicas, bem como a perda de postos de trabalho; o surgimento de novas formas de dominação no mercado de trabalho digital, muitas vezes eufemizadas no discurso de flexibilidade e de empreendedorismo; a construção de novas formas de relacionamentos pelas mídias sociais e dos aplicativos, por meio dos quais se consomem afetos e também desafetos.

Como desdobramento, o conceito de mercado tem sido reelaborado empiricamente, assim como a ideia de consumidor. No uso efetivo das mídias sociais e dos aplicativos para realizar trocas e consumos (econômicas, afetivas, sexuais, de valores), o consumidor do século XXI tem construído novas subjetividades (*habitus*), novas formas de engajamento, em alguma medida influenciadas pelos algoritmos das mídias e dos aplicativos. Esses

algoritmos, por sua vez, são produzidos por agentes e instituições historicamente datadas, que estão em disputa não apenas por valores numéricos, mas ainda e, sobretudo, pela produção de narrativas e pela definição de um sentido para o mundo social, ou seja, a doxa, no sentido aplicado por Pierre Bourdieu. Com o consumo “espontâneo” das mídias e dos aplicativos, corre-se o risco de performatizar valores e crenças prescritas pelos empreendedores digitais.

Portanto, a Sociologia dos Mercados está diante de um novo contencioso. Este Dossiê busca contribuir para o entendimento desse fenômeno, acolhendo pesquisas que, a partir da ideia de mercado, mídias sociais e consumidor, busquem entender as interações entre espaços públicos, privados, virtuais e corporativos; abordem as relações de trabalho, e de dominação no mundo digital; interessem-se pelo consumo de afetos por meio das trocas digitais; tratem os agentes e as instituições das mídias digitais como atores em permanente disputa pelo poder; considerem as novas formas de sociabilidades, sem negar a capacidade de os consumidores ressignificarem os condicionantes virtuais. Enfim, os artigos aqui apresentados pretendem contribuir para o entendimento dos agenciamentos e das resistências na construção do conceito de mercado e de consumidor do século XXI, considerando que estes estão em constante interação com as mídias sociais, sem negar as formas já existentes de consumo.

Este dossiê é apresentado no ano em que comemoramos dezanos do Grupo de Trabalho de Sociologia Econômica presente nos Congressos da Sociedade Brasileira de SociologiaSBS (e que igualmente está presente na Associação Nacional de Pos-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais -ANPOCS) e que reúne pesquisadores de diferentes estados brasileiros, tão bem como colaboradores da América Latina e França. Um colaborador que acompanha a Sociologia Econômica brasileira desde seus primeiros movimentos é Philippe Steiner. E é com um artigo dele que abrimos este Dossiê.

O artigo de Steiner discute uma nova abordagem da economia, a partir do conceito de *match*. *Matching* significa que existem algumas questões específicas relacionadas à associação efetiva de um determinado recurso a uma determinada pessoa. O *match* pode, portanto, parecer uma extensão da questão tradicional relacionada à distribuição da riqueza; contra essa

aparência, o presente artigo enfatiza que algo mais está em jogo quando se trata de entender como o *match* é realmente implementado. O artigo explora esta ideia, a partir do conceito de pastorado da obra de Michel Foucault; da ênfase às mudanças trazidas pela enorme quantidade de dados e a tecnologia necessária para implementar uma nova forma de governamentalidade, aquela em que, na esteira do antigo preceito religioso, requer que o líder governe a população como um todo, e cada indivíduo em particular (“*omnes et singulatim*” nos termos de Foucault). Para assimilar o novo fenômeno, Steiner reivindica uma Sociologia Econômica da informação cujo objetivo seria compreender as informações que circulam por trás dos algoritmos, entre ofertante e demandante.

Com forte inspiração nos argumentos de Steiner, o segundo artigo, de Maria Chaves Jardim, trata do mercado de afeto, influenciado pela chegada dos aplicativos para relacionamento, e busca identificar os elementos que ajudam a compor a mágica dos algoritmos afetivos. Com base em diversas estratégias metodológicas (etnografia do Tinder, pesquisa empírica com mulheres entre 35-47 anos e observação participante em uma página fechada do Facebook), Jardim demonstra que a cultura do amor romântico alimenta o mercado de aplicativos, este que, por sua vez, precisa de mercados paralelos para funcionar, como o mercado de autoajuda afetiva. Nesse sentido, a autora defende que a “fórmula do amor”, criada pelos matemáticos e inserida nos *smartphones*, não existe em um vácuo social; a crença no amor romântico e a *illusio* (no sentido de Pierre Bourdieu) do casamento como ideário de felicidade ajudam, em diálogo com o mercado de autoajuda, a sustentar o mercado de afeto virtual.

Na sequência, dois artigos abordam a relação mercado e natureza: Marina Sartore e Brian Coffey, que analisam os quiosques de praia; Anne Pinto Brandalise e Elaine da Silveira Leite, autoras que estudam a construção do seguro ambiental no Brasil.

O artigo de Marina Sartore e Brian Coffey compara as avaliações escritas do TripAdvisor (AET) sobre quiosques de praia no Brasil e na Austrália. O argumento do artigo é o de que as AET são uma fonte útil da expressão de diferenças nas representações coletivas da beira da praia. O artigo conclui que tais representações coletivas diferem pelas categorias de tempo

e espaço. Estes autores observam que a compreensão das diferentes representações coletivas da beira da praia produz conhecimento de suporte para as políticas públicas a enfrentar desafios contemporâneos no litoral, como a busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento comercial e a conservação da natureza.

Anne Pinto Brandalise e Elaine da Silveira Leite, seguindo de perto os trabalhos de Viviana Zelizer nos EUA, analisam a construção social do mercado dos seguros ambientais no Brasil. A partir da análise documental das leis referente à Política Nacional de Proteção Ambiental, entrevistas e material corporativo e publicitário de três seguradoras, as autoras exploram as justificativas empresariais que preenchem de significados este mercado, assim como a recepção e acomodação cultural do seguro ambiental. Os resultados apontam que o mercado de seguros ambientais tem transformado o risco ambiental em um produto de mercado; para tanto, o mercado cria dispositivos de classificação dos riscos ambientais e incorpora um conjunto de práticas de avaliação e valoração determinadas como seguras pela sociedade. Assim, na busca por vender a segurança, o mercado de seguros ambientais tem construído um conjunto de virtudes morais, que por sua vez, passam a fazer parte do discurso sobre proteção ambiental.

Abordando mercados e seus prescritores, temos os artigos de Marcia da Silva Mazon sobre a indústria farmacêutica e de Ernesto Lima Neto e Marcelo Carneiro sobre a produção de queijos.

O primeiro artigo, de Marcia da Silva Mazon, investiga a relação entre psiquiatras como prescritores da saúde e o consumo de medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica na emergência dos neurolépticos voltados para a infância. Esta autora observa a particularidade do consumo de medicamentos especiais como os neurolépticos: diferentemente de outros bens de consumo, são consumidos por procuração, supõem a prescrição de receita por parte do profissional da medicina. A partir de *revisão bibliográfica e análise documental*, a autora discute os pontos de aproximação entre psiquiatras e a indústria farmacêutica a partir das reformas liberalizantes da década de 1990 no Brasil. Segundo Mazon, no cerne das transformações recentes da reforma da psiquiatria e dos processos de medicalização – em particular, a partir da publicação do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos*

*Mentais (DSM) na sua quinta versão – a psiquiatria se reinventou como especialidade e mobilizou discurso da prevenção, como prevenção medicalizada da infância e o hospital perde espaço para a indústria farmacêutica.*

O artigo de Evaristo José de Lima Neto e Marcelo Sampaio Carneiro discute o processo de estabelecimento de um padrão de qualidade sanitária na cadeia produtiva de leite bovino na região de Imperatriz no Maranhão, analisando a disputa entre duas formas de produção diferentes, representadas pela indústria de laticínios e por produtores informais de queijo (as chamadas *queijeiras*). Estes autores observam a constituição de duas convenções de qualidade nessa cadeia produtiva, identificadas como uma convenção de tipo industrial e uma convenção de natureza doméstica, destacando a disputa pelos produtores de leite, mas indicando igualmente a possibilidade do estabelecimento de alguns tipos de compromissos entre essas diferentes convenções.

Ainda sobre dispositivos, Ana Carolina Bichoffe e Mateus Baeta Diógenes reforçam as dimensões cultural e transnacional dos dispositivos, com foco nos dispositivos do mercado financeiro. A partir de uma inspiração foucaultiana, que aponta a existência de relações de força e de “efeitos de verdade” nos dispositivos de mercado, os autores argumentam que o Estado contemporâneo, foco de poder dos dispositivos, estaria, ele mesmo, se tornado alvo destes dispositivos. Concretamente, os autores defendem que o Estado (sociedade e jogo político-financeiro nacional) tem incorporado os dispositivos classificatórios com uma verdade inquestionável. Assim, a institucionalização e a racionalização específica do risco financeiro, não através de enfrentamentos, mas pela dominação performática, tem se tornado um caminho seguro aos Estados Contemporâneos. Ao recorrer aos dispositivos promissores e sustentáveis para resolver problemas societais, traduzindo-os em regras de conduta, assegurando a adesão a essas regras e, quando necessário, ajustando essas regras às circunstâncias em mudança, o Estado tem criado a institucionalização e racionalização do risco financeiro, orientado por um novo tipo de poder disciplinar específico, de intervenção e controle social. Como desdobramento, o próprio Estado tem se curvado a essa estrutura de poder.

O artigo de Ana Lúcia de Castro tem como universo empírico um bairro localizado na periferia de Santo André, no município da Grande

São Paulo, onde a autora realizou pesquisa de campo, envolvendo, dentre outras técnicas, a realização de grupos focais com jovens entre 18-24 anos, buscando compreender a dimensão simbólica dos bens de consumo (especificamente as roupas de marcas) e os sentidos a eles atribuídos em contextos periféricos. A autora considera, também, a influência da mídia na difusão de estilos, sobretudo por meio de grifes esportivas. Como resultado, a pesquisa aponta a associação entre o universo das grifes ou das “roupas de marca” com as celebridades, especialmente quando estas encarnam personagens das telenovelas e/ou fazem parte do mundo do esporte. Nesse sentido, a contribuição do texto, nesse Dossiê, é apontar que, apesar das novas mídias sociais, dos aplicativos e das novas formas de consumo, as telenovelas e as celebridades, sobretudo do mundo esportivo, ainda são importantes influenciadores e produtoras de mercado, reforçando mais uma vez as hipóteses da sociologia econômica, que existem diversos tipos de mercados e consumos plurais.

Por fim, e abordando especificamente as mídias, este Dossiê aborda jornais e jornalistas. O artigo de Jacques Mick explora o mercado de notícias a partir da imagem dos jornalistas e das empresas deste setor. O artigo analisa a disparidade entre os índices declinantes de confiança nas mídias jornalísticas enquanto permanece estável a credibilidade nos jornalistas no Brasil. O estudo recupera dados secundários de diferentes fontes sobre confiança na mídia jornalística no Brasil entre 1998 e 2018, indicando deterioração da credibilidade, e pesquisas recentes demonstrando que a confiança dos jornalistas como profissionais permanece acima da média. O artigo toma como elemento de análise *surveys* e entrevistas realizadas na cidade de Joinville/SC. Ainda que haja suspeitas quanto às mídias jornalísticas em relação aos seus interesses e que suas ações interfiram na qualidade da informação jornalística, permanece a confiança e o reconhecimento de que os jornalistas são peritos que se esforçam em prol do interesse público.

# Economy as Matching

**Philippe Steiner<sup>1</sup>**

## Abstract

Recently, a new definition of the economy appeared in which matching is central stage. Matching means that there exist some specific issues related to the effective association of a given resource with a given person. Matching may thus appear an extension of the traditional issue related to the distribution of wealth; against this appearance, the present communication emphasizes that something else is at stake when it comes to understanding how matching is actually implemented.

The first part of the communication is devoted to explaining what is meant by matching in the present state of the economy, with a special emphasis on the works of Alvin Roth. The second part is about the sociological underpinnings of the matching approach to economic issues, showing how different it is from the market. Finally, the third part connects economy as matching to Michel Foucault's understanding of pastorate, focusing on the changes brought about by the huge amount of data and the technology necessary to implement a new form of governmentality, that in which, according to the old religious precept, the leader must govern the population as a whole and each individual in particular ("*omnes et singulatim*" in Foucault's terms).

**Keywords:** matching, algorithm; economic sociology

## I Introduction

Since the second half of the 18<sup>th</sup> century a plurality of definition of the subject matter of political economy, and then economics, have been designed by leading economists. These definitions range from material ones, when the science is about wealth, understood as the set of resources that are both useful and difficult to produce (from Anne-Robert-Jacques Turgot to Jean-Baptiste Say, David Ricardo and John Stuart Mill), to formal ones, when it is all about the rational use of scarce and useful goods that may be useful in different settings (from Lionel Robbins to Paul Samuelson).

---

<sup>1</sup> Sorbonne Université.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Beyond that diversity, there exist some commonalities stemming from the fact that economists are, most often, endeavoring to set the laws regulating the production, distribution and exchange – sometimes the consumption – of wealth or of these scarce and useful goods susceptible of alternative uses. This common thread applies in the case of the micro approach to political economy, from Adam Smith’s famous chapter 7 on the functioning of a market in the *Wealth of the Nations*, to Gary Becker’s and Jean Tirole’s extended economic approach to human behavior; it applies as well at the macro level, from François Quesnay’s *Economic Table* to Thomas Piketty’s *Le capital au 21<sup>e</sup> siècle*.

Recently, a new definition of the economy appeared in which matching is central stage. Matching means that there exist some specific issues related to the effective association of a given resource with a given person. Matching may thus appear an extension of the traditional issue related to the distribution of wealth; against this appearance, the present communication emphasizes that something else is at stake when it comes to understanding how matching is actually implemented.

The first part of the communication is devoted to explaining what is meant by matching in the present state of the economy, with a special emphasis on the works of Alvin Roth, an economist who received in 2012 the Prize of the Bank of Sweden in honor of Alfred Nobel for his work on matching markets. The second part is about the sociological underpinnings of the matching approach to economic issues, showing how different it is from the market. Finally, the third part connects economy as matching to Michel Foucault’s understanding of pastorate, focusing on the changes brought about by the huge amount of data and the technology necessary to implement a new form of governmentality, the one in which the old religious precept requiring the leader to govern the population as a whole and each individual in particular (“*omnes et singulatim*” in Foucault’s terms) becomes effective.

## **2 Economics as matching**

Matching is a further development of political economy since it is fundamentally dealing with the issue of the distribution side that pertains

to that science since the beginning – the most famous piece of political economy written by Turgot was published in 1766 as *Reflections on the formation and the distribution of Wealth* (TURGOT, [1766], 1914). More precisely, we may connect the issue of matching with markets, the central institution of modern economy, as it is clear with Smith’s chapter on the market, even if this is generally blurred by the importance given to the gravitation of market prices around natural ones. However, if one looks at the process thanks to which this gravitation occurs, then the matching issue appears strongly connected to competitive relations on the market:

A competition will immediately begin among them buyers confronted to a shortage of goods, and the market price will rise more or less above the natural price, according to either the greatness of the deficiency, or the wealth and wanton luxury of the competitors, happen to animate more or less eagerness of the competition. (SMITH, [1776] 1981, I, p. 73-74).

## 2.1 Matching: market and arena<sup>2</sup>

The competitive allocation process driven by the setting of an equilibrium price is a satisfying proxy for the matching issue as long as some structural conditions in the functioning of the market are left out<sup>3</sup>. Beyond this general connection, matching involves something more than the formation of a price (or a shadow price) that clears the market or even more than the formation of pairs maximizing output (BECKER, [1973] 1978). Structural elements involve issues about preferences, quality, and information (STOVEL; FOUNTAIN, 2009; COLEMAN, 1984).

Matching is about the *precise allocation* of a resource – be it a person, a service or a material good – to a specific person under the constraint of

2 Throughout this communication, I use arena in the sense suggested by Harrison White (1992, p. 30-32). On an arena, “actors are there to make matching” (WHITE, 1992, p. 52) in a one shot process designed to “select” and “purify”.

3 See for example, Alfred Marshall’s chapter “On Market” when he explained that general markets require a universal demand and things that can be easily and exactly described: “Thus for instance cotton, wheat, and iron satisfy wants that are urgent and nearly universal. They can be easily described, so that they can be bought and sold by persons at a distance from one another and at a distance also from the commodities. If necessary, samples can be taken of them which are truly representative; and they can even be ‘graded’ as is the actual practice with regard to grain in America, buy independent authority” (MARSHALL, [1920] 1961, I, p. 326). Léon Walras’ general equilibrium of “well organized markets” is grounded on the same assumption: goods, wheat and barley, are nothing but abstract “essence in the philosophical meaning of the term” (WALRAS, [1900] 1988, p. 44).

symmetrical preferences according to which a match occurs if and only if  $a$  prefers  $b$  to any other possible match and  $b$  prefers  $a$  to any other possible match. On matching arena it is not enough to have preferences over resources since “resources” have as well preferences on them. On markets the good bought and sold is standardized, as economists implicitly assumed. However, once the resource is not homogeneous, the issue of allocation becomes more complicated: it is not enough to get a piece of the resource you need (a student room on the campus, a kidney for transplantation, a position in an hospital, or in a school etc.), because people have as well preferences on some other dimension of the resource (a room close to one’s friends, a kidney with a better fit with one’s body, an hospital in a given city, a school that stands higher in local reputation ranking). In all these cases, resources are not homogeneous from the point of view of the “demand” side. This applies in many cases to the “supply” side: for those in charge of managing the accommodation of students, the transplant system, the functioning of an hospital or of a school, all the applicants are not exactly similar. Accordingly, the exact matching between a piece of the resource and a person raises specific problems beyond the classic issue of asymmetric information or beyond Lucien Karpik’s definition of “singularities”, that is to say cultural goods defined both by their quality and a deep uncertainty about what constitutes the good quality (KARPIK, 2010). Matching is a more general and demanding process since it involves goods that are not cultural in the proper sense of culture –the evaluation of a kidney has nothing to do with culture, but with biology – and requires the solution of *double* problem of quality assessment for a pairing that has important and longstanding consequences. Finally, matching requires that actors on both side of the matching arena have information on the actors they face in order to perform the three tasks of screening, selecting and then matching. The required flows of information can create several difficulties or “transaction costs”: getting information is costly, the matching process can be plagued by search costs but, conversely, information can be overabundant and thus difficult to manage. For this reason, there exist matchmakers whose job is to cut transaction costs for the actors; but this is as well why matching arenas adopt a centralized structure (similar to a Walrasian market) instead of a decentralized one (similar to an Edgeworthian market), as showed in schema I.

Empirically, sociologists have studied matching processes since a long time in order to see whether a specific type of match is characterized by homophily or heterophily (i.e. the tendency to match with similar or different people). This is notably the case when one is interested in the sociology of family and marriage; this is also the case with network analysis (STOVEL; FOUNTAIN, 2009); sociologists consider this issue as well in more surprising and limited settings such as pair formation in aikido tournaments (DUPREZ; BARBUT,2007). Matching is as well an old approach when it comes to labor market, for example in order to find how people get their job (GRANOVETTER, 1974), or why job contracts are broken (MORTENSEN, 1988). All these cases are about non-centralized Edgeworthian arenas. More recently, due to the huge transformation brought about by information technology, matching became a key issue for economists with the growth of platforms or multisided markets where an entrepreneur builds a meeting place on Internet where the two sides of a market will gather and then interact, producing matches and thereby creating a value that the entrepreneur expects to grasp. The economic theory of such markets – notably the interrelation between the two “demands”, and the unusual pricing model according to which one demand side may be paid to appear on the market – was elaborated by Jean Tirole – see for example Tirole (2016, chap. 14) whereas the basics of the management of the transaction costs reducing Internet platforms thanks to which such markets are operating is now a thriving field of publication for those who have expertise in this new domain (EVANS; SCHMALENSEE,2016; PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016).

**Schema I**

Relational configuration of centralized and decentralized arenas



In a Walrasian arena, participants are only connected to an auctioneer who is the central actor for the information graph, with a maximal degree of centrality. In this market organization, the central entity does not collect resources that have been produced or demanded, but limits itself to centralizing information so that equilibrium prices can be achieved; then exchange of resources takes place in the economy according to the distribution of preferences among market actors. In an Edgeworthian arena, each entity is directly connected with all the others in order to negotiate and re-negotiate the conditions of exchange so that, in the end, the arena converges toward an equilibrium price, theoretically equal to the Walrasian equilibrium price if the number of entities involved is high enough. In the Walrasian approach the issue is to find the *true* price for reaching the equilibrium that is as well an optimum; in the Edgeworthian process, the issue is to find the *path* leading to this equilibrium.

Economic theoreticians and business scholars agree for stressing the key role played by the management of information. In Tirole's case, this is straightforward since his theoretical expertise lays in the economy of information, which appeared in the 1970s and 1980s when the Walrasian General Equilibrium research program was abandoned. For him, this platform economy is about the management of the information required to perform a search (a job, a partner, a seller etc.) leading to an exchange when there is too much information and thus a high research cost: platforms are providing what, as soon as 1969, Herbert Simon has called the "economy of attention". There are as well specific information issues related to this platform economy, notably the one related to the ownership of data and information and the one attached to trust: the customer must *trust the information* sent by the other side of the platform and she must as well *trust the algorithm* that selects the possible matches that may correspond to the customer's demand and behavior. Management of information is important for business scholars. Platforms require that actors send information or, even, fill out a questionnaire, and then an algorithm selects in the data basis that corresponds to what is looked for by actors; other platforms use data collected on the web in order to find commonalities between actors who are then connected to each other, expecting them to match, that is to say to exchange and thus create a value that platforms

grasp partially. These software or “filters” (PARKER; VAN ALSTYNE; CHOUDARY, 2016, p. 40) are producing possible matches – no one is obliged to buy the books that Amazon’s algorithm suggests when one buys a book on this website. They are reducing the search cost, they are as well forms of advertisement aiming at bringing the recipient to buy something, but they are not directly making matches.

There exist thus a large number of software at work on platforms designed to transforming the working of the economy through the multiplication of Internet market places. However, most of them are not about matching: “These platforms are selling connections” as David Evans and Richard Schmalensee aptly say (2016, p. 35). Their software simplifies the problem of finding relevant information and channels their customers to possible matches; but they are not properly matching platforms. In order to be more specific, I would like to focus on a more limited set of Walrasian platforms in which *matching is the direct goal and outcome*, and not simply a possible one. These two restrictions are significant, of course, since there are matching arenas — notably the job market — where such a *centralization* does not exist and since there exist centralized arenas that do not provide matches but interaction; however, the number of these Walrasian matching platforms is large enough to include market and non-market transactions, the latter being generally omitted from the economic literature so far.

## 2.2 Algorithmic Walrasian matching arenas

The modern study of algorithmic matching begun with by David Gale and Lloyd Shapley’s seminal paper published in a mathematical journal (GALE; SHAPLEY, 1962). In this paper, they proposed a technique – deferred acceptance – and an evaluation of its results in terms of optimality. In their paper they explained that a two-sided arena in which individuals have preferences (a ranking) over the individuals on the other side has a stable solution in the sense that there exist no blocking pair, that is to say two individuals,  $a$  and  $b$ , respectively matched with other people whereas both  $a$  and  $b$  would prefer to be matched together. Furthermore, the solution is optimal in the sense that no individual can get a better position in any other stable solution. They demonstrated as well that there existed different equilibria according to the side getting the priority. The principle of deferred acceptance is the following. Let’s suppose a set of men and a

set of women, in equal number, in which every individual ranks all the individual of the opposite set; let's suppose that priority is given to women (they propose first): at the first step, all the men who receive one or several proposals, rejects all of them but the highest in his ranking. Nevertheless, this is not his final choice, since if all the women have send a proposal to the man who is on top of her ranking, and if the men have selected the women who is the highest on his ranking, that does not mean that the women selected at this first step is the highest in his ranking (she is only the highest among the proposals received so far). Acceptance is thus only conditional. At the second steps, the woman whose proposal have been rejected send a proposal to the men who is second in their ranking, the men who received one or several proposals select the highest of these proposal and the one they may have accepted at the previous step. After a finite number of steps, each man has received a proposal, and has selected the highest proposal received all along the series of steps. This matching is stable: if Laura prefers Peter to his match Paul, she has sent a proposal to Peter, who rejected it because he prefers his match to Laura. There is no blocking pair and thus no “justified envy”.

Then, other techniques and algorithms were elaborated, notably the “Top Trading Cycle” by Lloyd Shapley and Herbert Scarf, the algorithm being provided by Gale. This often related to the housing allocation between students. Let suppose that each student of a university has got a room; nevertheless, some students would prefer a different house than the one resulting from the initial allocation. The algorithmic solution to this allocation issue starts from requiring that students rank the rooms, indicating what is the room preferred by each of them (the “Top”). Then, the algorithm looks for cycles in order to match students with the room which is preferred: if  $a$  prefers room 1 to his room 2, whereas  $b$  prefers room 2 to his room 1, there is a cycle of length 2. Both students exchange their room and are in a better situation both of them. Then these two students and their rooms are removed and the algorithm looks for a new cycle – note that a cycle could be of length 1, when a student prefers the room coming from the initial allocation. When there is no more cycle, there are no more mutually beneficial exchanges and the matching process is ended. This matching technique has some interesting properties, notably the solution is unique and the process is strategy-proof in the sense that

it is never advantageous for an agent to cheat about her preference. It is important to notice that these path-breaking results are about centralized Walrasian arenas; the study of decentralized Edgeworthian arena is much less developed, even, if it was shown that the random path at work on these arenas is similar to the Gale and Shapley's deferred acceptance (ROTH; VANDE VATE, 1990).

This approach was taken up by Alvin Roth, an economist in Harvard, now in Stanford after receiving the Noble prize in 2012, who explored the mathematics of matching on the one hand, and developed a new approach of political economy as “economic engineering” (ROTH, 2002, ROTH; PERANSON, 1999) on the other. This has two consequences.

First, this approach to economic theory is still in line with the “classical” definition of political economy in the sense that the distribution (or allocation) of resources is one important element of political economy since the middle of the 18<sup>th</sup> century. However, it is important to stress that the “economics as matching” approach modifies significantly the institutional underpinnings of economics. Usually, economics is strongly associated to market, an institution characterized by the fact that there is two sets of people exchanging resources after they agree on a price for the goods and a mechanism to get the goods, notably competition. In that case, either the first to ask for the good at the agreed price, or the one who offers the highest price for the good, get it; in any case, the buyer must have the financial resource necessary to play the market game. It has already been explained that matching structures are quite different from what is generally assumed by economists' views on markets<sup>4</sup>. However, this remark must be pushed further: matching is a general social phenomenon that have no reason to be not limited to markets since matching can happen on different arenas of exchange for allocating goods that are not scarce.

---

4 “Another example of markets in which social structure is important is the matching process that occurs in monogamous marriage or in job markets. Sociologists and demographers call this assortative mating. It is clearly a social process with some complexity. It can, however, be seen as an economic exchange market in which each actors has exactly one good to trade, and can get exactly one in return. Yet it is very different from a neo-classical perfect market. For example, the role of ‘price’ as allocation mechanism is greatly altered; and the entities exchanged are not fungible – there is not a market in trading wives” (COLEMAN, 1984, p. 86). In his Foundations of Social Theory, Coleman comes back to this topic in order to link the micro and the macro dimensions of the marriage issue thanks to the deferred acceptance algorithm (COLEMAN, 1990, p. 22-23).

In the matching world, there are significant modifications to the institutional underpinnings even when the matching process resembles a labor market as it is the case with the medical resident matching program. This comes from the fact that there is no price in such “matching markets”. Students are not mainly driven by the money they would get from the hospital they rank first, since more is involved in the choice of a hospital: geographical location, career prospect, research etc. Conversely, the hospitals are not competing in terms of the wage offered to the medical residents. This economics is not grounded on price and financial resource, but on “fit”, or more precisely on “being selected”, that is on choice driven by preferences. One may say that this does not make a big change since preferences are the grounding stone of economics since the end of the 19<sup>th</sup> century, and are the rationale for the behavior of market actors. This reaction is misleading since if it is true that preferences and choice are important elements of market activity and theory, they are not limited to the institution of the market: choice and preferences are the basic fuel of many other social arena than the market, precisely in many social arena where matching is at stake, as this is the case with the social arena of organ transplantation and the international ban of market exchange of kidney<sup>5</sup>. So, *if it is true that markets imply choice and preferences, the reverse is not true: choice and preferences do not imply the market*. There exist several possibilities to make clear the consequences of this *non sequitur* statement. First, as mentioned above, there exist matching arenas (school choice, organ transplantation etc.) on which price and money are pointless; second, on these arenas the central issue is on distributive justice – i.e. the equal opportunity of access – and not the commutative justice which economists have put at the core of the institution of the market<sup>6</sup>. Matching economics is about allocation of resources, but these allocations are processed on social arenas of which markets are only a sub-set. It is necessary to bear in mind the generality of the matching process when it comes to analyzing the social basis of matching economics.

5 The only exception is the regulated market for kidney in the Islamic republic of Iran, since a law enacted in 1987.

6 Walras was clear on this issue: appropriation is a “humanitarian fact” involving the issue of distributive justice whereas market exchanges are “natural facts” confronted to commutative justice (WALRAS, [1900] 1988, 4th Lesson, p. 57-66). See as well Friedrich Hayek on the issue of catallactic justice in a spontaneous order (HAYEK, 1976, chap. 9 and 10).

Second, this algorithmic approach to the distribution of goods has given birth to what Roth has called “economic engineering”. This means that economists are no longer using the same kind of mathematical tools, they leave out the search for general results and theorems, for focusing on the pragmatic working of a given arrangement or device. The use of simulation becomes then very important, in order to test various possibility when designing the matching software (ROTH, 2002; ROTH; PERANSON, 1999). This means that these economists are no longer limited to describing or analyzing the economic world out there, but are constructing the arenas in which algorithmic allocation can be implemented (Seiner 2010, and 2016, chap. 6-7). We are thus at the precise point for bringing together the different theoretical underpinnings of the present research, since, as an economic engineer, Roth has built arenas mimicking the basic principles of the (labor) market mechanism with the resident – hospital program (ROTH, 2003, ROTH; PERANSON, 1999) and other who differ significantly from these principles, as it is the case with organ transplant for non-compatibles pairs of donor and recipient (ROTH; SÖNMEZ; ÜNVER, 2004, 2005; ROTH; SAIDMAN, 2006), since the basic requirement for entering this arena is not money and capacity to pay in a competitive environment, but to get a friend or a sibling ready to donate a kidney. Accordingly, the nature of the resource one the one hand, and the nature of the social underpinnings (particularly the set of people and the way they enter into the matching system) are to be considered with some scrutiny in order to go beyond the mathematics of the “economics as matching”.

### 3 The social basis of the matching economy

As mentioned above, sociologists have emphasized how matching structures differ from market ones when it comes to actor’s preferences, good’s quality and information flows. Nevertheless other structural elements must be taken into account. As soon as one considers “economics as matching” as a structured social process, three elements are of key importance: a specific *institution* located at the center of the process, that Roth a suggested to label a “Clearinghouse”; *specific groups* that are strongly connected to the institution, that I propose to call “Blocks”; and, finally, a *relational process* of sending specific information to the software located at the core of the institution. After a general description of this

social structure, I will study how the French Agence de la biomédecine matches patients on the waiting list for a kidney graft and kidneys coming from *post mortem* procurements.

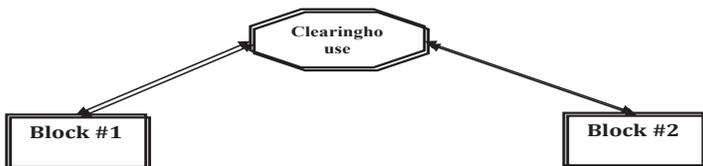
### 3.1 Blocks, Clearinghouse and matching software

As mentioned above, the elegant results demonstrated by Gale and Shapley are based on the existence of two populations that have preferences over the member of the opposite population. So far, economists have considered that the key issue was to design a matching device that would require to sending the *true preferences* to the Clearinghouse; accordingly, it would be useless to look for false preferences that would maximize the chance to reach one's best choice.

But what does it mean to the population that have to go through the matching device? How do these populations face these matching devices and, finally, what can we say about these populations? These are the central question to be answered from a socio-economic point of view.

The first point to clarify is the fact that these populations are examples of a new form of social entity, that I propose to call “Block”, because their existence can be studied by what is known as “Blockmodelling” in social network analysis (FAUST; WASSERMAN, 1995, chap. 10). Blockmodelling comes from the definition of structural equivalence, according to which two individuals are equivalent if they send and receive links from and to the same actors in the network (LORRAIN; WHITE, 1971, p. 63). Accordingly, individuals acting on both sides of an arena are in a situation of structural equivalence since they send and receive links from and to the Clearinghouse, and thus to the opposite blocks, composed of individual with whom they will be matched (schema II). This two sides or “Blocks” are thus made of individuals that share a common identity on the arena, either as a “patient” or as a “donor”, even if this does not mean that individuals composing the Blocks are directly connected to each other – usually they don't.

## Schema II Blocks and Clearinghouse on an Arena



Once this basic and simple structure is brought to light, many questions arise. First, distinction must be made among the way people are selected when entering into one of these Block. In some instance, the selection process is quite limited in the sense that block’s membership is compulsory: French children must go to school and thus are required to fill out the documents necessary to find an assignment thanks to AFFELNET or APB, two Internet platforms that match them with high schools and universities. In many other cases, membership is optional, and generally associated to a selection process that may either straightforwardly exclude some people if they do not meet the required quality for entering the matching arena or sort them out in different categories according to their relevant performance or status. This is generally the case for transplant activity, since local hospitals and surgeons decide whether or not they will put a patient on the waiting list and under which category (“urgency”, “super urgency”, “hyper immunized”, “rare HLA group” etc.). In other instances, such as school, the section process is less dramatic and more open to public scrutiny since almost all the children will go to high school, and many of them will go to a college or a university. But in many other cases, membership is not so complicated and arrives simply once in a life because actors are growing older and have succeeded passing some examination. This is notably the case for pupils and students facing educational institutions; this as well the case for medical students with hospitals. In all of these cases, an individual is not supposed to come back in the block: the matching process is just a one shot process. In some other cases, the possibility of an actor coming back for benefitting from a new match is an important issue: this happens with kidney transplantation for young people, because it may be necessary to offer them a second graft if

the first kidney fails some few years later. In that case, the first match is somewhat more complicated to perform since it is necessary to avoid the consequence of the hyper immunization that results from the first graft, preventing the potential second one.

Second, there exist a deep asymmetry between Blocks, according to the nature of their populations. In many instances, there are individuals (pupils, physicians) on the demand side, whereas organizations (high schools, hospitals) are on the supply side; but it may happen that the supply side is made of material items, as it is the case with transplantation where patients in the first block are waiting for kidney appearing in the second Block. Accordingly, the preferences sent to the Clearinghouse differ: individual preferences formation raise different issues than organizational ones. In the first case, the issue is to understand how to proceed to make individual send their true preference and to avoid to giving too much importance to the social capital at the disposal of the individual, or any other relevant characteristic (age, gender, geographical location etc.); on the other, it is to know who will be in charge to set the organization's preferences, and on which basis. In some other instances, there are individuals on both sides, even if they are not exactly of the same nature.

Third, there is as well the issue of the kind of cohesion that exists among the individuals. They have no reason to know and meet each other; however, they belong to the same Block because they are connected to the opposite Block through the matching device at work on their arena. Obviously, in some instances, individuals entering a Block may have strong social connections (medical residents may have studied in the same university), but there is no reason to suppose the existence of such social links between people entering the waiting list for a kidney graft. Nevertheless, initial absence of links does not prevent a process of link formation once individuals become members of the same Block: working in the same hospital as a medical resident, studying in the same high school or university or going through regular biopsy exams may create strong and long lasting links between actors. Thus, even if Blocks do not suppose previous links between members, they may create them.

Fourth, the time dimension in membership in a given Block may be significantly different according to the nature of the matching arena.

Block's membership is not supposed to be a permanent situation: pupils and students are supposed to get an assignment in a high school or a university for the next academic year; medical residents are in the same situation for getting a position in an hospital just after passing their final exams. In other cases, Block's membership can be somewhat durable, too durable! This is particularly the case with organ transplantation where the efficiency of the medical system is often evaluated according to the number of people who are on the waiting list (i.e. Block #1 of schema II) and the time they wait while on the list (STEINER, 2010b, chap. 1)<sup>7</sup>. The other side of the matching arena can be very different in terms of the time dimension: contrary to individual actors who are not supposed to stay during a long period of time in Block #1, when Block #2 is made of institutions (high schools, universities, hospitals etc.), the latter are supposed to perform their task during a long – centuries in the case of Universities – period of time. They are committed to offer positions to the people who face them in the matching arena. However, the time dimension could be much shorter on Block #2, as it the case with kidney transplantation. In that specific instance, Block #2 is made of kidneys that are harvested on a flux of brain dead patients for whom there is an agreement, either from the dead person herself or from her family; being a brain dead patient is a transitory situation – medically complex and difficult to maintain – so the procurement process should be done swiftly. This is all the more true for the kidneys once they are extracted from the body since the shorter the cold ischemia (the length of time during which the kidney does not receive oxygen thanks to blood circulation) the higher the odds of success for the graft. As a consequence, kidney membership in Block #2 does not expand over a few hours: this is fast moving flux, not a stock.

Finally, it is important to bear in mind that the matching institution has some high stake requirement to perform: matching is a business in equality. Matching students with hospitals, pupils with high schools

---

7 This is all the more critical that there is a significant number of people who died, each year, while on the waiting list, even when there is a medical alternative (dialysis) which works well. For example, data available indicates that the attrition rate for the people waiting for a kidney graft is 1.6%; however, this rate is increasing with the length of time on the waiting list to reach 2% after 12 months and to peak at 7% after 36 months (AGENCE DE LA BIOMÉDECINE, 2014, p. 9).

or ESRD patients with kidneys has longstanding implications for the individuals on the demand side of those arenas and, accordingly, individuals and their relatives have a strong attachment to the issue of justice in terms of equal access to the matching device and then on the matching outcomes. This makes sense for the individuals standing in Block #1, because the stakes are high for those expecting a good high school, a good university since many opportunities will follow or disappear according to the match; this is all the more true for the patients since the quality and length of life is significantly superior for those who benefit from a kidney graft. But this makes sense as well for the clearinghouses which duty is officially to offer equality of access to patients; failing on this ground could trigger a social movement among the population and/or a strong institutional reaction from the government<sup>8</sup>. Equality issues explain as well why Roth was personally involved in redesigning the software initially used to match students and hospitals' positions— even if, according to his testimony, the previous software was functioning correctly on this ground (ROTH; PERANSON, 1999, p. 748-749, 758). Students believed that the software was functioning to the advantage of the hospitals and that it was possible to “game the system”. Now, this equality issue seems to be settled; however, it should be noted that the last press release of the National Resident Matching Program ends with the two paragraphs stressing that the software was associated to a Nobel Prize in economics and that it takes applicants' preferences as a basis for the matching<sup>9</sup>. Legitimacy and equity are still at the heart of the functioning of the Clearinghouse<sup>10</sup>.

8 This happened in Spain when in 1986 the performance of kidney transplantation were considered as unsatisfactory by the patients and their family: consequently, a new institution (the Organización nacional de trasplantes) was created a few years later (1989). The French institution went as well through significant problems when it was clear that one Parisian hospital was offering a large number of kidneys to patients coming from abroad, but the same country. After an official enquiry, made on the demand of the transplant community, a new organization (Etablissementfrançais des greffes) was created in 1994 (STEINER, 2010b, p. 136-138).

9 “The NRMP uses a computerized mathematical algorithm to match applicants with programs using the preferences expressed on their ranked lists. Research on the NRMP algorithm was a basis for awarding The SverigesRiksbank Prize in Economic Science in Memory of Alfred Nobel in 2012. The National Resident Matching Program® (NRMP®) is a private, non-profit organization established in 1952 at the request of medical students to provide an orderly and fair mechanism for matching the preferences of applicants for U.S. residency positions with the preferences of residency program directors”: <http://www.prweb.com/releases/2016/03/prweb13277506.htm>.

10 These issues are as well at the root of a controversy in France on the functioning of the software in the APB matching device for accessing to French universities. The ministry of education released some information that

### 3.2 Matching kidneys and patients: the French Agence de la biomédecine

Organ transplantation is a form of commerce between human beings – commerce is here understood as a form of social relation, while market commerce is nothing but a specific form of social relation; commerce occurs on arenas whereas market commerce happens on markets. This commerce is a case in point since market relations have been banned since the American bill known as the National Organ transplant Act, passed in 1984. The ban of the market or the promotion of gift giving as the only legal form of commerce does not mean that there are no economic issues in organ transplantation. Gift giving brings about a form of economy of its own, because there are issues over costs – transplant medicine is very costly – and how to finance them both at the national level and at the micro level of individuals and hospitals (STEINER, 2010b, chap. 5). Furthermore, transplantation involves the production of the required resource – human organs – and then its allocation to patient dully selected to fit the rare organs available for the numerous patients queuing on waiting lists. This allocation requires an elaborate matching system and thus, contrary to those economists that equate economy and markets, and explain how beneficial would be the creation of markets for human organs, Roth has explained that economists can contribute to limit the shortage without going against the ban on the market, but with studying transplantation as a matching arena (ROTH, 2007). More precisely, Roth and his colleagues have implemented their economic engineering showing that the Top Trading Cycle approach was able to create nice opportunities of transplantation between non-compatible pairs of donor and recipient (ROTH; SÖNMEZ; ÜNVER, 2004, 2005; ROTH; SAIDMAN, 2006; SÖNMEZ; ÜNVER, 2013). Without entering too much in the details, Roth’s idea is the following: the first step is to create a database, ideally at the national level, to register all the non-compatible pairs. Then, a “Kidney Exchange Clearinghouse” will organize exchanges between these pairs of non-compatible patient and donors. Patients choose the most

---

were deemed insufficient, notably because the structure and thus the choices delivered by the software were not clear enough (see Piketty “Le scandaleAPB”, *Le Monde*, July 12, 2016.

suitable kidney among those available on the database; or they opt to be given priority on a waiting list for a good match with kidneys coming from the *post mortem* procurement process; or, finally, they can choose to wait for the next matching process if they believe there to be currently no good match. It is further supposed that donors and patients have the same preference. On this basis, the mathematics of pure economics has engendered a software searching for cycles (a closed set of patients-donors exchanging their donors) or w-chains (an open set of patients-donors, since the head of the set will receive a kidney from the waiting list and the tail of the chain will give a kidney to the waiting list). When such cycles and w-chains are revealed, transplants occur and the matching process goes on until there are no more cycles or w-chains. Simulations built on the data provided by the United Network for Organ Sharing show that this matching process significantly increases the number of transplantations, diminishes pressure on the waiting list (because the patients who before could not swap donors were among the many people queuing on the waiting list) and improves the position of patients with type O blood who suffer from a specific asymmetry: type O donors are universal donors and always compatible with a patient whatever the latter's blood type, but O patients must receive an organ from an O donor.

This economic achievement is impressive. Blocks (incompatible pairs), matching technology and Clearinghouse are thus shown at work in the “world out there”. However, this is only one face of the history, since, as mentioned above, the social underpinnings of this matching arena must be taken into account. This is all the more necessary that the matching of non-compatible pairs of donors and recipients is effective for a very limited number of transplants, the huge numbers (even in the US) come with *post mortem* procurement. The question is thus: are matching technology, Clearinghouse and Blocks as well at work when it comes to transplant with *post mortem* organs?

In order to be more explicit, it is useful to considering with some details the matching arena of organ transplantation as it is working in contemporary France. This offers the possibility to examine how justice concerns and information flows structure the matching process.

The first thing is to flesh out the abstract structure represented in schema II. The Agence de la biomédecine is the Clearinghouse, Block #1 is composed

of all the people inscribed on the waiting list (about 15 470 persons end of 2014) and Block #2 represents the flow of *post mortem* procured kidneys (about 2 720 in 2014). This three dimensions system is run for implementing equality of access and efficiency in the allocation of the rare resource that human kidneys are. For achieving this outcome, the Agence de la biomédecine is organized in view of “optimizing” (a concern that is very common within this medical world) the match between the donors and the kidney as soon as they are appearing in the various French hospitals.

The first concern of the Agence de la Biomédecine is to know what is happening on Block #1. It is important to bear in mind that the entering Block #1 does not come automatically once the patient is suffering from end stage renal disease: between this medical status and Block membership, the patient must be inscribed on the national waiting list. According to the last report on the management of renal patients, the inscription procedure is highly restrictive, notably for the old patients: “For the cohort [for the period 2009-14] of 57 565 new patients under dialysis, the probability to get a first inscription on the waiting list is 19% in 12 months, 27% in 36 months and 29% in 60 months. Among the 15 636 new patients less than 60 years old, these probabilities are respectively: 50, 68 and 71%. Among the new patients between 70 to 74 years old, the same probabilities are: 7, 11 and 12%” (AGENCE DE LA BIOMÉDECINE, 2014b, p. 252). Furthermore, it is not uncommon to disappear from the list, either for cause of death or because the evolution of the disease makes the graft impossible, temporally or definitively. The waiting time on the list is a major indicator for the Agence, together with the attrition rate of patients. The management of the list is monitored under the two main constraints: an efficiency constraint related to the odds of success of a graft for a given patient and the equity constraint that requires an equal access to transplant medicine for the patients.

Opposite to this Block stands Block #2 that has some highly specific characteristics: first, membership is very limited in time, between some few hours to no more than 48 hours, the usual maximal cold ischemic time before a graft; second, membership here means membership of a human kidney understood as a resource for transplant surgery. Kidneys enter

Block #2 as a consequence of the socially construct altruism (HEALY, 2006; STEINER,2010,) that results from the work done by the politics of exhortation designed by the Agence in order to raise the number of people donating their organs after brain death. This membership, or more precisely, this flow is managed very minutely by the people in the Agence in order not to lose a single kidney.

Now, the actual matching requires that the two Blocks were connected accurately. This is done thanks to an Internet platform – CRISTAL–functioning ceaselessly in order to be able to sort out all the patients on the waiting list that can be matched to a kidney as soon as the latter pops up in the data basis. CRISTAL is thus the place for two data basis: the one for all the patients on the national waiting list and the one for kidneys: the existence of the two opposite Blocks is really located in the software. However, this is not enough for producing matches. According to what is known from matching techniques, each side of the matching arena have to give their preferences on the other side. In the present case, there is no such decision neither from the patients, nor the kidneys. Patients’ decision is assumed to be in favor of any fitted kidney, but patients are unable to go beyond this general view; and, kidneys do not deciding anything, but have specific characteristics that transplant medicine is able to decipher. The match is entirely under the supervision of the medical system that works under the two constraints of efficiency and equality. In order to answer these two constraints, the French Agence has rationalized his set of criteria through a score attached to the medical status of all the patients on the waiting list: this matching system is thus an algorithmic one on a Walrasian arena.

A score is a magnitude that is attached to a patient on the waiting list; the score changes with the situation of the patient. According to the value of their score, patients are ranked on the list. The score is built upon compromises between conflicting constraints, and the compromise takes the form of a specific valuation (a parameter of a given value) of relevant items (length of time on the waiting list, quality of the HLA match etc.). Jacquelinet stresses the key role played by the quantification at the heart of the score: “The decision rule becomes parametrized, it is possible to run simulation and to evaluate the outcome. The possibility to modify the parameters permits to refine the functioning of the matching process when

it is working” (AGENCE DE LA BIOMÉDECINE, 2015, p. 7). In that case, as in Roth’s work, simulations play a key role in the engineering of the score and, this, on the matching arrangement at the core of the work done by the Agence de la biomédecine.

The design of the score is done first to give priority to patients who are facing urgent need of graft and those who are hyper-immunized; beyond these specific cases, the score is based on the length of time on the waiting list and on dialysis, the quality of HLA match between the body of the recipient and the kidney, the difficulty of access to a graft, so that the people who have a rare HLA type were not excluded from the possibility to get a graft, the time necessary to move the kidney to the patient, and the match between the age of the donor and of the recipient. To this complex series of constraints, there is as well a decision to allocate on a regional basis one of the two kidneys, whereas the other is offered on a national basis. In charge of the design of this score, Christian Jacquelinet explains that the score is grounded on many biological and evidence-based medicine results; however, he makes as well clear that some decisions are not medically based, such as the preference given to young patients.

The use of a score is a recent development that aims to answering both to the efficiency and the equality constraints. Efficiency is improved thanks to a connection to a national data basis of patients, that allows to select a recipient among a larger set of patients, increasing the odds to find a perfect HLA match, and a better fit between the age of the donor and recipient. But efficiency requires as well some considerations about the activity of the various medical staffs in the different hospitals that are homologated for transplant surgery, each of them needing a sufficient amount of transplant per year in order to stay fully efficient. Answering the equality of access issue is a bit more complex to achieve since there are many criteria for measuring this equality: gender, age, geographical localization, blood type, HLA type etc. So the Agence de la biomédecine carefully presents a series of tables showing how the implementation of the score that sorts out patients on the waiting list improves the outcome of the matching process on several grounds (JACQUELINET; HOURMANT, 2015, p. 10-22).

## 4 Big data and the “omnes et singulatim” forms of governmentality

Economics as matching has as well a political dimension that must be considered carefully, particularly when Walrasian algorithmic matching is at stake. Beyond the formation of Blocks, the process thanks to which an individual is accepted or rejected in a Block, and the key issue of equality of treatment once admitted in a Block, the political dimension of economics as matching is about the *form of government* of individuals that is making its way in contemporary societies.

### 4.1 Quantification and governmentality

As it is now well known, Michel Foucault examined the birth of political economy as a form of government, or “conduct of conducts”. The institution of a self regulated market of grain in the 18<sup>th</sup> century France was thus understood as a solution to a political issue, namely, the production of security to a population on a given territory (FOUCAULT, 2004a) –this what he called governmentality. This form of government is driven by “optimization”, in the sense that the issue is not about forbidden behaviors that must be tracked, made illegal and then eradicated from the social body (government by law); it is not about controlling undesirable behaviors through a process of continual monitoring of the population, as it is the case in jails (government by control). Optimization means that some unpleasant, dangerous or even forbidden behaviors will occur, but they are considered as the inescapable components of the best possible social order<sup>11</sup>. Banning by law or controlling these behaviors would end up in a worst (or “less best”) social order.

The strong connection between markets, utility optimization-led behaviors and political issues was not examined further by Foucault, who just points it out when he dealt with Gary Becker’s approach to law enforcement (FOUCAULT, 2004b, p. 274-80). Historically, we may

---

11 In this sense, Foucault is close to Leibniz’ view of theodicy, when the present social order is considered as the best possible order, the order that God has established as a mathematician would find a relative extremum of a function thanks to calculus – a mathematical technique that Leibniz has discovered together with Newton in the end of the 17<sup>th</sup> century.

find some interesting evidence from economists of the 19<sup>th</sup> century who assembled these three pieces together, notably the German mathematician economist Hermann Gossen (STEINER, 2011). However, the time was not ripe for the full development of these ideas: the technical devices necessary to monitor the huge amount of data required to implement some real size governmentality were not available. Societies were still acting in what could be called the *Quetelet regime of quantification* organized around the mean and its human materialization, the so-called average man (*l'homme moyen*), then, associated with the study of the distribution of individuals around that central value and then inferential statistics.

This regime of quantification is still at work, obviously, but it is not relevant for the form of governmentality that stands at the core of economics as matching since, as mentioned above, relevant data are then highly personal data monitored by powerful software able to find out the optimal use of resource both at the social level and at the individual one, since the issue is to match an individualized resource to a specific individual. What I suggest to call the *Pentland regime of quantification*<sup>12</sup> where quantification is about the individual thanks to the technologies that make possible to manage efficiently a huge number of data – ideally all the relevant data<sup>13</sup> – within a large population in order to get a fine tuned match between individuals and resources: “Big data give us a chance to view society in all its complexity, through the millions of networks of person-to-person exchanges” (PENTLAND, 2013, p. 11). In that case, governmentality bypasses Quetelet’s favorite tools (mean, standard deviation etc.) to reach and manage directly individuals and their interactions, even if Pentland is aware that this move is neither straightforward nor easy: “The biggest barrier to building better societal systems using such massive data, however, is not their size or speed, nor even privacy and accountability in sharing. Instead, the biggest challenge is learning how to build social institutions based on the

---

12 Alex Pentland is a scientist working in the MIT Medialab. He is the author of *Social Physics* (PENTLAND, 2013), that – probably unknowingly – replicates the subtitle of the book in which Adolphe Quetelet ([1835] 1991) made the case of the average as the quantitative knowledge fitted to the government of the modern society (DESROSIÈRES, 1993).

13 In this sense, data accumulation in Walrasian algorithmic matching is close to the “N = all” claim made by some big data scholars (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, chap. 2). However, arenas studied here do not fit two other claims: messiness versus accuracy in the data and correlation versus causality.

analysis of billions of individual connections. We need social physics, so that we can move from system based on averages and stereotypes to ones based on the analysis of individual interactions” (PENTLAND, 2013, p. 185).

The matching arrangements studied so far belong to these institutions that Pentlands is thinking about. They are dealing with a large number of information related to significant number of individuals – about 20.000 in the case of the resident match program set up by Alvin Roth, and about 15.000 people on the waiting list for kidney graft in the Agence de la biomédecine. These data basis are made of individual data, about the body, about intimate wishes thanks to which matching devices are producing the best possible social outcome (good job match for an efficient health system, good body match for getting the cost reducing effect of transplant versus dialysis).

## 4.2 From obedience to optimality

This is a coming back to the pastorate, the government whose characteristic is aptly summarized by the “omnes et singulatim” motto. I think useful to link economics as matching to pastorate as a form of government in order to add a political dimension to this approach to the economy.

According to Foucault the pastorate is specific to the Christian religion in the sense that it is a specific view on the relation between god and the human beings, organized around a three principles (FOUCAULT, 2004a, p. 129-132): pastorate is about the government of a population and its movements; it is benevolent in the sense that the pastor provides subsistence or care to each member of the population and, finally, it deals with each individuals and, at the same time, with the whole population – hence the motto “omnes et singulatim”. Pastorate is neither political, nor rhetorical nor pedagogical; it is a form of governmentality that is to say a political technology built on purpose for producing subjection through obedience (FOUCAULT, 2004a, p. 177, 187). The subject must reveal the truth that lies within himself, as a way to reaching the state of obedience and thus to get salvation.

In his lectures, Foucault explained that the pastorate went into crisis in the 16<sup>th</sup> century and fade away in the 17<sup>th</sup> century to be replaced by police and then political economy. This last form of governmentality

is significantly different from pastorate since it relies on the interested behavior of human beings – there is a strong element of utilitarianism in the Physiocratic doctrine that Foucault took as a point of departure – and because it is grounded on a new form of truth with the idea that there exist social mechanisms that regulates the social understood as a new form of naturalness (FOUCAULT, 2004a, p. 353, 357) that statistics can quantify.

What we have said so far about the engineering of economic matching suggests that this modern form of economic theory is strongly connected to basic characteristics of pastorate, albeit with some significant differences. In the case of the matching system at the core of transplant medicine, the issue is the government of two symmetrical populations linked by the Clearinghouse, and these populations are constantly moving: they are (in the case of the dead donors) flows or they should be (the patients) transformed into fast running flows, instead of people stuck on the waiting list. This matching system is benevolent since it is about providing care to one Block with the help of the resources offered by the opposite one. Finally, the institution at the center of the matching device has to manage whole populations (patients suffering from end stage renal disease and brain dead patients in ICU) through a highly personalized system, precisely through the set of highly personal data that the Clearinghouse requires for optimizing the match between organs and patients. The quality of the Clearinghouse is thus determined by the fate of the whole populations (patients on the one hands, kidneys on the other) that it has to care about individuals and the fate of each individual (the life of each “functional grafted kidney” and the life of each grafted patient). These are the major commonalities between matching arenas and the pastorate.

There are nevertheless two important differences. The first one comes from the fact that the Clearinghouse is as well busy with the production of one population: obtaining kidneys from dead bodies is not an easy task; it demands a steady amount of work to be achieved and, if possible, to be increased. The second difference is probably more substantial with the key importance given to the flows of information. Contrary to the pastorate, matching devices are not designed to produce obedience; they are built upon the idea that people are self interested, opportunistic and strategic

players trying to beat the matching system. *Accordingly, in line with the basic tenets of the economics of information, incentives are built up in such a way that it is better for the individuals to send their true preferences and data if they wish to get their best match.* Economy as matching stretches the series of social arrangements that, according to Foucault, are associated to tell the truth: Greek and Roman pedagogy was an arrangement in which revelation of truth was mainly the business of the one in charge to govern the subject; Christian “psychagogy” aimed at bringing the subject to tell the truth (FOUCAULT, 1981, p. 389-391) and thus gave birth to the confession; with centralized matching arrangements, the subject is still induced to tell the truth in order to optimize her chance to get an access to the valuable resource (life saving organ, a position in a good hospital, a good high-school etc.) that is likely to modify substantially her life. This new social relation to truth could be called “optimagogy”. Governmentality is then based on expertise (the matching device) and on the nudging of individuals through a series of fine-tuned incentives so that information sent to the matching device is the true one. However, as in the “libertarian paternalism” at the core of the theory of nudges (THALER; SUNSTEIN, 2008), matching arrangements designed by social engineers, specialists in optimizing theories, leave open the possibility to act otherwise; in other words, these arrangements do not produce obedience or confession but the search of the optimal situation for the subject. Finding one’s way towards optimality is thus the characteristic of this form of information-led governmentality, both for the Clearinghouse at the center of the matching device and the subject.

## 5 Conclusion

This communication is a first attempt at delineating the changes that are brought by algorithmic matching in our present society when it comes to fulfill the usual issue related to the distribution of useful, scarce resources that are different in terms of quality; most of them are thus singularities. In this sense, matching belongs to economic life, whether the exchanges are occurring on markets or on non-market arenas. In any cases, equilibrium and optimality are defined in a specific way, generally without any tag price or the use of money, but directly through preferences of the two sets of actors who are on the arena. The first conclusion is thus that matching

structures blur the distinction between markets and non-market arenas, between compulsory and optional matching and between self-interested behavior and altruism or gift giving: the same economic apparatus can be implemented in any of these settings.

Beyond a brief presentation of the properties of the algorithms, this communication has stressed the matching structure made of two Blocks and a Clearinghouse as the social constituents of matching arena. The social dimension is dominated by concerns about freedom and justice: freedom to access the matching arena and social justice when it comes to decide who will be admitted on the matching arena, then social justice about the outcome of the matching software. This means that access to matching arenas is becoming an issue for the good functioning of our present society, as access to markets was and still is an important issue. Furthermore, freedom and justice are complicated to implement since actors in the Blocks are usually very different (individuals and organization) and the way they confront the choices offered on these matching arenas for singular and key resources is significantly different as well. The choice is most engaging for the individuals but it is once in a life choice; whereas, it is a continuous process for the people in charge of the organizations who have the possibility to benefit from a learning by doing. The rampant asymmetry on these arenas that cannot be controlled solely by incentives to send the good information to the Clearinghouse highlights the need of social justice.

Finally, the last conclusion is about the political dimension of matching arenas. Following Foucault's approach of pastorate understood as a form of governmentality, the final conclusion of this communication is to stress that matching arenas are new devices for governing the conduct. The crucial point is not so much the quantitative nature of this governmentality because this is the case at least from since the end of the 19<sup>th</sup> century; the new phenomena is the close association of matching arenas and a highly personalized government of each individuals and of the whole population. In this sense, economics as matching and its social underpinnings are giving flesh in our present society to the old "Omnes et singulatim" religious motto according to which the government has to take care of each individual in particular and the whole population, be it with the relief provided by libertarian paternalism.

## References

- ABDULKADIROĞLU, A, 2013. School Choice. *In*: VULKAN, N.; ROTH, A. E.; NEEMAN, Z (ed.). **Handbook of Market Design**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 138-169.
- AGENCE DE LA BIOMÉDECINE, 2013. **Procédures d'application des règles de répartition et d'attribution des greffons prélevés sur personne décédée**. Saint-Denis: Agence de la Biomédecine, 2013.
- AGENCE DE LA BIOMÉDECINE. **Le rapport médical et scientifique du prélèvement et de la greffe en France – rein**. Saint-Denis: Agence de la Biomédecine, 2014a.
- AGENCE DE LA BIOMÉDECINE. **Rapport Annuel: Réseau, Epidémiologie, Information, Néphrologie**. Saint-Denis : Agence de la Biomédecine, 2014b.
- AGENCE DE LA BIOMÉDECINE. **Du don à la greffe**. L'attribution des greffons. Les journées de l'Agence de la Biomédecine 2015. Saint-Denis: Agence de la biomédecine, 2015.
- BECKER, G. S. [1973]. A Theory of Marriage. *In*: BECKER, G. S. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: University of Chicago Press: 1978. p. 205-250.
- CISION PRW. **Results Of 2016 NRMP Main Residency Match Largest On Record As Match Continues To Grow**. 2016. Available at: <http://www.prweb.com/releases/2016/03/prweb13277506.htm> Accessed on: aug. 11th 2019.
- COLEMAN, J. S. Introducing Social Structure into Economic Analysis. **American Economic Review**, v. 74, n. 2, p. 84-88, 1984.
- COLEMAN, J. S. 1990. **Foundations of Social Theory**, Harvard: The Belknap Press, 1990.
- DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres**. Une histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993.
- DUPREZ, J.-M.; BARBUT, M. Apprécier l'homogénéité dans la formation des paires. Similitudes et liens sociaux dans le choix du partenaire en aikido. **Revue française de sociologie**, v. 48, n. 2, p. 333-367, 2007.
- EVANS, D. S.; SCHMALENSEE, R. **Matchmakers**. The New economics of Multisided Platforms. Boston: Harvard Business Review Press, 2006.
- FAUST, K.; WASSERMAN, S. **Social Network Analysis**. Methods and Application. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FOUCAULT, M. Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique. *In*: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1981. p. 953-980.
- FOUCAULT, M. [1981-1982]. **L'herméneutique du sujet**. Cours au Collège de France. Paris: Gallimard-Seuil, 2001.
- FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population**: Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard-Seuil, 2004a.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**: Cours au Collège de France, 1978-1979. Paris: Gallimard-Seuil, 2004b.

FRANÇOISE, F.; GUILLAUME, H.; IEHLÉ, V. Appariement: des modèles de Lloyd Shapley à la conception des marchés d'Alvin Roth. **Revue d'économie politique**, v. 123, n. 5, p. 663-696, 2013.

GALE, D.; SHAPLEY, L. College Admissions and the Stability of Marriage. **The American Mathematical Monthly**, v. 69, n. 1, p. 9-15, 1962.

Granovetter, M. **Getting A Job**: A Study of Contacts and Careers. Harvard University Press, 1974, 179 pp.

HAUTE AUTORITÉ DE LA SANTÉ. **Transplantation rénale**. Accès à la liste d'attente nationale. Méthode Recommandations pour la pratique clinique. Saint-Denis: Haute Autorité de la Santé, 2015.

HAYEK, F. **Law, Legislation and Liberty**: The Mirage of Social Justice. London: Routledge and Kegan Paul, 1976.

HEALY, K. **Last Best Gift**. Altruism and the Market for Human Blood and Organ. Chicago: Chicago university Press, 2006.

HILLER, V.; TERCIEUX, O. Choix d'école en France. Une évaluation de la procédure Affelnet. **Revue économique**, v. 65, n. 3, p. 619-656, 2014.

JACQUELINET, C.; AUDRY, B.; GOLBREICH, C.; ANTOINE, C.; REBIBOU, J.-M.; CLAQUIN, J.; LOTY, B. Changing Kidney Allocation Policy in France: the Value of Simulation. **AMIA Symposium Proceedings**, p. 374-378, 2006.

JACQUELINET, C.?. Organ Sharing and Allocation Criteria. In: RICARD, R. (ed.). **Transplant Coordination Manual**. Barcelona: Donation and Transplant Institute, 2007. p. 28-42.

JACQUELINET, C.; AUDRY, B.; PESSIONE, F.; CORINNE, A.; LOTY, B.; CALMUS, Y. Règles d'attribution des greffons hépatiques. **La presse médicale**, v. 37, n. 12, p. 1782-1786, 2008.

JACQUELINET, C.; HOURMANT, M. **Le nouveau score rein**. Saint-Denis: Agence de la Biomédecine, 2015.

KARPIK, L. **Valuing the Unique**. The Economy of singularities. English translation. Princeton: Princeton University Press, 2010.

LORRAIN, F.; WHITE, H. C. Structural equivalence of individuals in social networks. **Journal of Mathematical Sociology**, v. 1, p. 49-80, 1971.

MARSHALL, A. [1920]. **Principles of Economics**. Variorum edition. London: MacMillan, 1961.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data**. A Revolution That Will Transform How We Live. Work and Think. London: John Murray, 2013.

- MOGELL, S.; ROTH, A. E. Sorority Rush as a Two-Sided Matching Mechanism. **American Economic Review**, v. 81, n. 3, p. 441-464, 1991.
- MORTENSEN, D. T. **Matching**: Finding a Partner for Life or Otherwise. **American Journal of Sociology**. Supplement, p. 215-240, 1988.
- PARKER, G. G.; VAN ALSTYNE, M. W.; CHOUDARY, S. P. **Platform Revolution**. How Networked Markets Are Transforming the Economy and How to Make Them Work for You. New York: Norton, 2016.
- PENTLAND, A. **Social Physics**: How Good Ideas Spread. Lessons from a New Science. New York: Penguin Books, 2013.
- QUETELET, A. [1835]. **Sur l'homme et le développement de ses facultés ou essai de physique sociale**. Paris: Fayard, 1991.
- ROTH, A. E. The evolution of the labor market for medical interns and residents: A case study in game theory. **Journal of Political Economy**, v. 92, n. 2, p. 991-1016, 1984.
- ROTH, A. E. A natural experiment in the organization of entry-level labor markets: regional markets for new physicians and surgeons in the United Kingdom. **American Economic Review**, v. 81, n. 3, p. 415-440, 1991.
- ROTH, A. E. The economist as engineer: game theory, experimental economics and computation as tool for designing economics. **Econometrica**, v. 70, n. 4, p. 1341-1378, 2002.
- ROTH, A. E. The origins, history, and design of the resident match. **Journal of the American Medical Association**, v. 289, n. 7, p. 909-912, 2003.
- ROTH, A. E. Repugnance as a constraint on markets. **Journal of Economic Perspectives**, v. 21, n. 3, p. 37-58, 2007.
- ROTH, A. E. Deferred acceptance algorithms: history, practice and open questions. **International Journal of Game Theory**, v. 36, p. 537-569, 2008.
- ROTH, A. E. What Have We Learned from Market Design?. In: VULKAN, N.; ROTH, A. E.; NEEMAN, Z (ed.). **Handbook of Market Design**. Oxford: Oxford university Press, 2013. p. 1-50.
- ROTH, A. E.; PERANSON, E. The Redesigning of the Matching Market for American Physicians. Some Engineering Aspects of Economic Design”, **American Economic Review**, v. 89, n. 4, p. 748-780, 1999.
- ROTH, A. E.; SAIDMAN, S. Increasing the Opportunity of Live Kidney Donation by Matching for Two-and Three-Way Exchanges. **Transplantation**, v. 81, n. 5, p. 773-782, 2006.
- ROTH, A. E.; SÖNMEZ, T.; ÜNVER, U. M. Kidney Exchange. **Quarterly Journal of Economics**, v. 119, n. 2, p. 457-488, 2004.
- ROTH, A. E.; SÖNMEZ, T.; ÜNVER, U. M. A Kidney Exchange Clearinghouse in New England. **American Economic Review**, v. 95, n. 2, p. 376-380, 2005.

- ROTH, A. E.; ROTH; VANDE VATE, J. H. Random Path to Stability in Two-Sided Matching. **Econometrica**, v. 58, n. 6, p. 1475-1480, 1990.
- RYSMAN, M. The Economics of Two-Sided Markets. **Journal of Economic Perspectives**, v. 23, n. 3, p. 125-143, 2009.
- SMITH, A. [1776]. **An Inquiry into the Nature and the Cause of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.
- SÖNMEZ, T.; ÜNVER, U. M. Market Design for Kidney exchange. *In*: VULKAN, NIR, ROTH, A. E.; NEEMAN, Z. (ed.). **Handbook of Market Design**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 93-137.
- STEINER, P. Foucault, Weber and the history of the economic subject. **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 15, n. 3, p. 503-527, 2008.
- STEINER, P. Market or Gift-Giving. Economists and the performance of organ commerce. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 243-249, 2010a.
- STEINER, P. **La transplantation d'organes: un commerce nouveau entre les êtres humains**. Paris: Gallimard, 2019b.
- STEINER, P. The creator, human conduct and the maximisation of utility in Gossen's economic theory", **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 18, n. 3, p. 353-379, 2011.
- STEINER, P. **Altruísmo, dons e troca simbólica**. São Carlos: Editora UNESP, 2016.
- STOVEL, K.; FOUNTAIN, C. Matching. *In*: HEDSTRÖM, P.; BEARMAN, P. (ed.). **The Oxford Handbook of Analytical Sociology**. Oxford: Oxford university Press, 2009. p. 365-390.
- TERVEEN, L.; MCDONNALD, D. W. Social Matching: A Framework and Research Agenda. **ACM Transactions on Computer-Human Interaction**, v. 12, n. 3, p. 401-434, 2005.
- THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth and Happiness**, Yale, Yale university Press, 2008.
- TIOLE, J. **Economie du bien commun**. Paris: Presses universitaires de France, 2016.
- TURGOT, A. R. J. Réflexions sur la formation et la distribution des richesses. *In*: TURGOT, A. R. J. [1766]. *Cœuvres de Turgot et documents le concernant*. Paris: Alcan, 1914. vol. II. p. 1-29.
- WALRAS, L. [1900]. **Eléments d'économie politique pure**. *Cœuvres complètes de Léon Walras*, vol. VIII. Paris: Economica, 1988.
- WHITE, H. C. **Identity and Control**. A Structural Theory of Social Action. Princeton: Princeton university Press, 1992.

Recebido: 26/05/2019

Aceito: 11/12/2019

## Economia como Matching<sup>14</sup>

### Resumo

Recentemente, uma nova definição da economia apareceu onde o conceito de *match* ocupa um lugar central. *Matching* significa que existem algumas questões específicas relacionadas à associação efetiva de um determinado recurso a uma determinada pessoa. O *match* pode, portanto, parecer uma extensão da questão tradicional relacionada à distribuição da riqueza; contra essa aparência, o presente artigo enfatiza que algo mais está em jogo quando se trata de entender como o *match* é realmente implementado.

A primeira parte do artigo é dedicada a explicar o que se entende por *match* no estado atual da economia, com ênfase especial nas obras de Alvin Roth. A segunda parte é sobre os fundamentos sociológicos da abordagem através do *match* em relação às questões econômicas, mostrando como ela é diferente do mercado. Finalmente, a terceira parte conecta a economia como *match* à compreensão de pastorado de Michel Foucault, focalizando as mudanças trazidas pela enorme quantidade de dados e a tecnologia necessária para implementar uma nova forma de governamentalidade, aquela em que, na esteira do antigo preceito religioso, requer que o líder governe a população como um todo e cada indivíduo em particular (“*omnes et singulatim*” nos termos de Foucault).

**Palavras-chave:** Matching; Algoritmo; Sociologia Econômica.

---

14 NT. Alguns autores tem traduzido essa expressão por Emparelhamento e Correspondência, mas optamos por manter no inglês.

# Para além da fórmula do amor: amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos<sup>1</sup>

**Maria Chaves Jardim<sup>2</sup>**

## Resumo

Os aplicativos se tornaram ferramentas centrais nas interações contemporâneas, fabricando diversos tipos de consumo, inclusive o consumo de afetos. Apesar do inegável crescimento do mercado do amor, sustentado pelos algoritmos, argumento que estes não fazem mágica por si só. Com base em pesquisa empírica com mulheres solteiras ou divorciadas entre 35-47 anos, procuro demonstrar que a cultura do amor romântico alimenta o mercado de aplicativos. A pesquisa contou com uma etnografia no aplicativo Tinder, com a realização de um curso *online* que busca profissionalizar a paquera e observação participante em uma página fechada do Facebook. Os resultados apontam que a “fórmula do amor”, criada pelos matemáticos e inserida nos *smartphones*, não existe em um vácuo social; a crença no amor romântico e a *illusio* no casamento como ideário de felicidade ajudam, em diálogo com o mercado de autoajuda, a sustentar o mercado de afeto virtual. Tem como inspiração teórica *insights* da sociologia econômica e conceitos de Pierre Bourdieu.

**Palavras-chave:** Aplicativos de afeto. Amor romântico. Mercado de autoajuda. Pierre Bourdieu. Sociologia econômica.

## I Introdução

Para além do senso comum romântico, que atribui o encontro de um casal de apaixonados ao acaso, no decorrer dos séculos a sociedade tem

---

1 Agradeço à Fapesp, que financiou a pesquisa que gerou esse artigo.

2 Professora Livre Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Campus de Araraquara. E-mail:majardim@fclar.unesp.br



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

usado a tecnologia da sua época para encontrar a “cara metade”. Desde programas de televisão e rádio, jornais e revistas impressas, até chegar ao uso de computadores e aplicativos em celulares. Isso sem falar nas agências de casamento, que também trabalham com o intuito de juntar casais que buscam a alma gêmea.

A partir do final dos anos 1990, consumidores de afeto passaram a interagir no mundo virtual, inicialmente por meio de *chat*, em salas de bate-papo virtual. Os amantes começaram a se comunicar remotamente e a se apaixonar, sem sequer se conhecerem pessoalmente. No Brasil, a novela *Explode Coração*, da Glória Perez, transmitida pela rede Globo de Televisão, em 1995, tratou do amor impossível entre um renomado empresário brasileiro (Júlio) e uma tradicional cigana (Dara), que se conheceram em uma sala de bate-papo virtual. Essa novela ajudou a popularizar o uso do então nascente mercado do afeto virtual; nos anos 2000, este mercado ganhou a plataforma do Orkut e diversos *sites* de namoro, como o Par Perfeito.

A partir de 2010, o mercado do afeto virtual ganhou proporções significativas. Três variáveis ajudaram nesse processo: as políticas de inclusão social do governo Lula – como aumento do salário mínimo, política de microcrédito, expansão do crédito bancário e política de geração de emprego e renda –, o que possibilitou que as classes populares acessassem outros bens de consumo, como o celular e o uso de internet; o decreto nº 7.981/2013, do Ministério das Comunicações do Governo Dilma, que levou à desoneração de *smartphones* e reduziu os preços dos celulares, incentivando a compra e a venda de aparelhos e alcançou mais de 280 milhões de linhas ativas em 2015 (BRAGA, 2012)<sup>3</sup>; ou seja, o Brasil possui mais celulares ativos do que habitantes, já que, em abril de 2018, a população somava 207,6 milhões (IBGE, 2018); finalmente, a chegada de aplicativos no mercado do afeto virtual, como o Tinder, que entrou no mercado em 2012, de forma gratuita, e se consolidou em 2013. Esses três elementos, em conjunto, propiciaram densidade de volume no mercado do afeto virtual.

---

3 Disponível em: <https://tecnoblog.net/90758/smartphone-mp-do-bem/>.

Segundo dados do IBGE, no ano de 2016, cerca de 65% (GOMES, 2018a)<sup>4</sup> da população brasileira usa a internet (IBGE, 2016), o que representa 116 milhões de usuários<sup>5</sup>, com maior prevalência entre jovens, adultos e mulheres; destes, 71% estão conectados pelo *smartphone*. Essa mesma pesquisa do IBGE (2016) confirma que o aparelho preferido para acessar a internet nos domicílios é o *smartphone* (97,6%), que fica à frente dos computadores (63,7%), *tablets* (16,4%) e televisões (11,3%).

No que se refere ao uso específico da internet para consumo de afeto, pesquisa recente<sup>6</sup> aponta que 60% dos usuários com acesso à internet ou utilizam, ou já utilizaram aplicativos para conhecer pessoas; a mesma pesquisa afirma que 20% encontraram parceiros fixos desta forma.

Para diversas empresas, como o Match Group (do qual o Tinder faz parte), o Brasil é o segundo maior mercado mundial (GOMES, 2018b)<sup>7</sup>, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Nesse contexto, diversas empresas do mercado do amor estão abrindo as ações nas bolsas de valores ao redor do mundo; o Match Group, por exemplo, abriu suas ações no final de 2015 na bolsa de valores dos Estados Unidos (EXAME, 2016a, EXAME 2016b).

Diante desses dados, é inegável que os aplicativos se tornaram ferramentas centrais nas interações contemporâneas, fabricando diversos tipos de consumo, inclusive o consumo de afetos. Todavia, apesar do crescimento do mercado do amor, impulsionado pelos algoritmos, defendo que os algoritmos não fazem mágica por si só. O argumento que persigo nesse texto é que a construção social do mercado do afeto via aplicativo não acontece em um vácuo social. Assim, ao invés de supor que os aplicativos são intermediários da oferta e da demanda, adoto a perspectiva de que estes aplicativos são intermediados por elementos socioculturais.

---

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>.

5 Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/brasil-tem-116-milhoes-de-usuarios-de-internet-affirma-ibge-108612/>.

6 Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2018/09/14/60-dos-brasileiros-fazem-uso-de-aplicativos-de-relacionamento/> Acesso em: 25 fev. 2020.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-e-2o-maior-mercado-do-imperio-do-amor-empresa-que-fatura-us-11-bilhao-com-relacionamento-online.ghtml>. Acesso: 6 mar. 2019.

O artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, que busca objetivar como se constrói o mercado do afeto virtual. O texto dá seqüência aos nossos argumentos anteriores, quando defendemos que o mercado de aplicativos de afeto está enraizado em valores do senso comum. (JARDIM; MOURA, 2017). Seguindo essa pista e com inspiração na sociologia econômica, argumento que a crença no amor romântico, em diálogo com o mercado da autoajuda afetiva, ajuda a criar e a manter a *illusio* necessária para a reprodução do mercado de afeto. Crença e *illusio* são entendidas nesse texto a partir de Pierre Bourdieu (1998, 2002).

Com base em pesquisa empírica, procuro demonstrar que a crença do amor romântico intermedeia e dá musculatura ao mercado do afeto, em diálogo com outros mercados, como o mercado de autoajuda. Sem negar que a crença do amor romântico também afeta as aspirações masculinas, escolhi trabalhar com o público feminino, já que a pesquisa de campo mostrou que este grupo explicita mais abertamente as influências sofridas pelo amor romântico.

A pesquisa contou com diversos procedimentos metodológicos: etnografia no aplicativo Tinder (2017 e 2018); curso online sobre profissionalização da paquera; e observação participante em uma página fechada do Facebook.

Essas estratégias metodológicas dialogam com Leitão e Gomes (2017), autoras que fizeram uma revisão da literatura sobre pesquisa em ambiente virtual e afirmaram que o novo fenômeno sociológico pressupõe o deslocamento e a ressignificação da observação participante e da etnografia. No mundo virtual, “[...] o pesquisador estaria seguindo o fluxo das socialidades já existentes nesse ambiente, quase como um etnógrafo-stalker, já que dessa vez estaria acompanhando os passos de perfis/pessoas na própria plataforma e fora dela [em alguns casos], viajando junto com seus interlocutores” (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 6).

Ademais, devido à característica pública das redes sociais e dos aplicativos, a fronteira entre público e privado está menos rígida. Essa alteração na sociabilidade tem levado à revisão das referências teóricas, metodológicas e éticas de pesquisas em Ciências Sociais, mas não existe, ainda, um consenso sobre os temas; contudo, a necessidade em preservar a privacidade

dos envolvidos é uma busca. Para tanto, visando a manter o anonimato dos envolvidos nessa pesquisa, o nome das participantes do curso realizado e da página observada no Facebook foram alterados.

Além dessa introdução e da conclusão, o texto está composto de mais quatro seções. O próximo item introduz a abordagem sociológica do tema. O item seguinte aborda o amor romântico como crença; quarto item apresenta os dados empíricos; por fim, o quinto item traz algumas análises.

## **2 Sociologia econômica da informação e dos mercados: algoritmos produzindo encontros**

Na segunda década do século XXI o mercado se encontra diante da consolidação de um novo intermediário, os algoritmos, fato que tem criado entusiastas e críticos. Trata-se de um processo que funciona graças a dispositivos, como *smartphones*, por meio dos quais algoritmos efetuam uma longa série de operação de triagem, de maneira a fornecer a melhor combinação possível entre demanda e oferta de diversos serviços, tais como arrumar um aluguel, conseguir um hotel, um tratamento médico, um emprego, uma escola/universidade e até relações amorosas. Quando os algoritmos encontram combinações possíveis e estáveis o aplicativo de relacionamentos informa que “*Deu match!*”; na prática, significa que um par de combinação foi realizado.

Diante da novidade do fenômeno, recorremos à sociologia econômica, disciplina que acumulou conhecimento, nas últimas décadas, e é capaz de oferecer pistas para a compreensão deste intermediário. Segundo Steiner (2016) para estudar os algoritmos, temos de retornar à teoria do equilíbrio, de Leon Walras, pois, assim como a teoria do equilíbrio geral, a teoria dos algoritmos busca o equilíbrio. E, no caso dos algoritmos, o equilíbrio seria definido por duas referências: aceitação diferenciada e ciclo de escolhas ótimas.

A fórmula de algoritmos inserida nos *smartphones* foi criada por Alvin Roth e Lloyd Shapley, ganhadores do prêmio Nobel, em 2012, juntamente pela pesquisa com o algoritmo Gale-Shapley, o qual parte das preferências de dois grupos para chegar a combinações estáveis entre seus elementos.

A gênese da pesquisa no ramo do *matching* data de 1962, quando foi publicado o artigo *College admissions and the stability of marriage*, de Shapley e Gale. O trabalho formula e resolve o problema da admissão de estudantes às universidades através de uma distribuição estável e satisfatória. Da mesma forma, os autores propõem uma fórmula matemática, com o objetivo de proporcionar casamentos estáveis a um grupo de 10 homens e 10 mulheres. Em uma série de rodadas de pedidos de casamentos, os parceiros poderiam aceitar ou recusar as propostas mediante uma análise dos interesses em jogo, trocando de par sempre que julgassem um mais interessante do que o outro e garantindo, ao final, um casamento estável.

Segundo Steiner (2019), a combinação entre pares é possível graças à consolidação da economia experimental e da engenharia econômica, o que permitiu o desenvolvimento de *softwares*, que foram posteriormente instalados em *smartphones*, capazes de processar em grande velocidade e com grandes quantidades de dados (*big data*). Para o autor, a teoria econômica, inspirada em fórmulas de algoritmos, foi colocada a serviço da engenharia econômica para produzir práticas; ou seja, por meio da engenharia econômica, os economistas passaram a transferir o conhecimento para *softwares*, e estes, por sua vez, performam suas teorias. Assim, em vez de produzir teoremas gerais sem aplicações práticas, o engenheiro economista adota uma abordagem pragmática, que visa a descobrir mecanismos que produzam soluções aceitáveis em um tempo finito, compatível com o funcionamento social (ROTH; PERANSON, 1999; ROTH, 2002).

E, ampliando a ideia de Çaliskan e Callon (2009) sobre a “economiização” da vida social” – isto é, que atividades, comportamentos, esferas e campos se tornam “econômicos” e podem ser calculados em um mundo fabricado –, Steiner (2016) sinaliza para a materialidade da teoria econômica, expressa nos aplicativos.

Concretamente, pessoas passam a usar aplicativos e a praticar a teoria econômica sem alterar suas representações sociais, ou seja, sem dominar nem sequer imaginar a teoria instalada nos seus aparelhos. “Já não se trata de instaurar o mercado como uma instituição capaz de fornecer uma boa solução para um problema econômico, mas de produzir uma estrutura de trocas que proporcione ao mercado as propriedades desejáveis, de acordo com critérios da teoria econômica” (STEINER, 2016, p. 198).

A abordagem que enfatiza a performatividade dos aplicativos – considerados por estes como representantes máximos da lógica econômica –, na sociabilidade, tem sido bem aceita entre os estudiosos de algoritmos e aplicativos para afeto, os quais se inspiram, sobretudo, em Eva Illouz (2011). Essa autora, após estudo com usuários de *sites* de relacionamento afetivo nos Estados Unidos, afirma ocorrer uma completa racionalização na busca por afeto, em sintonia com os princípios típicos da troca mercantil: abundância, escolha ampla, valor, competição e desempenho.

Por outro lado, Illouz (2011) enfatiza a intelectualização das emoções, entendida como o uso da razão nas escolhas afetivas, já que estas passariam a ser definidas a partir de critérios racionais e de cálculos. Em suas palavras, “o encontro virtual é literalmente organizado dentro da estrutura do mercado” (ILLOUZ, 2011, p. 114), levando a uma dominação dos modos de agir e de pensar do mercado sobre a vida íntima. Os “[...] repertórios culturais baseados no mercado moldam e impregnam as relações interpessoais e afetivas, e as relações interpessoais encontram-se no epicentro das relações econômicas” (ILLOUZ, 2011, p. 13); nesse sentido, o cálculo, os investimentos relativamente programados e racionalizados orientam a conduta emocional dos usuários dos algoritmos.

Esse argumento tem influenciado fortemente autores brasileiros, como Pelúcio (2017), para quem:

As emoções moduladas pela lógica dos algoritmos matemáticos vão traçando combinações entre pares, nos colocando frente a formas de organizarmos a exposição de quem somos e de nossos interesses, muito próxima àquelas que regem as dinâmicas do mercado. Construir um perfil para si em *sites* e/ou aplicativos para relacionamentos é um processo altamente racionalizado. (PELÚCIO, 2017, p. 65).

Na prática, os autores dão uma importância quase mágica ao aplicativo, o qual passaria a representar a síntese da lógica econômica neoliberal: racional, efêmero, individualizante, competitivo. Nessas interpretações, o aplicativo se sustentaria nele mesmo, sem a necessidade de elementos extraeconômicos. Como desdobramento deste argumento, Pelúcio (2017) e Illouz (2011) afirmam que o aplicativo traz o colapso do amor romântico e o “esgarçamento dos modelos oferecidos pelo amor romântico” (PELÚCIO, 2017, p. 204).

[...] as aspirações [de amor romântico] se veem tencionadas pela incitação ao acúmulo de experiências, amores e transas, sobretudo para os mais jovens. Investir em si, arriscar-se, inovar são termos que orientam a constituição das masculinidades seja no âmbito do trabalho quanto no universo privado dos afetos. Este último constituído como território feminino que emascula os homens apaixonados ou comprometidos com uma mulher. (PELÚCIO, 2017, p. 184).

Sem negar que os aplicativos existentes no mercado do afeto são a materialização das teorias econômicas e sem negar, sobretudo, o papel da performatividade na fabricação de uma nova sociabilidade, busco uma leitura intermediária, na qual, apesar do protagonismo dos aplicativos, considero que estes estariam submetidos a elementos socioculturais. Portanto, negando o fim do amor romântico e a vitória da razão instrumental no mercado dos afetos, busco relativizar o poder da “fórmula do amor” gerada via aplicativos, e passo a destacar a existência de elementos socioculturais por trás do funcionamento do algoritmo.

Esta perspectiva estaria em sintonia com a sociologia econômica, já que existe um relativo consenso nesta disciplina de que “os fatos econômicos não ocorrem em um vazio, mas dentro de um marco social, composto por relações sociais variadas” (GRANOVETTER, 2007), as quais por sua vez envolvem cultura (ZELIZER, 2011), *habitus* e capitais (BOURDIEU, 2002), enraizamento social (POLANYI, 1980), reciprocidade (MAUSS, 2008), convenções cognitivas (DOUGLAS, 1988), política (FLIGSTEIN, 2001) e performatividade (CALLON, 1998; STEINER, 2016).

Para uma boa compreensão dos algoritmos, Steiner (2019) reivindica a criação de uma sociologia econômica da informação, pois, para o autor, é necessário debruçar-se sobre as informações que circulam por detrás dos algoritmos, entre ofertante e demanda. Concordando com Steiner (2019), a presente pesquisa identificou a circulação de informações entre ofertante e demandante que reforçam a “fórmula do amor”, tais como a crença no amor romântico que traz em seu bojo o casamento como felicidade e o encontro da alma gêmea como objetivo último; identificou, ainda, que essas crenças são incorporadas e divulgadas pelo mercado de autoajuda afetiva.

### 3 O amor e o amor romântico como crença

O cultivo do amor acompanha o ser humano ao longo dos séculos. É possível encontrá-lo, em uma perspectiva romântica, desde a Grécia Antiga, nas descrições de Platão. A literatura, a arte e a poesia foram historicamente palco ideal para o amor.

Na literatura moderna, os romances *Tristão e Isolda* e *Romeu e Julieta*, são exemplos clássicos de histórias de amantes que rompem com os grupos para viver um grande amor. Narrativas românticas foram popularizadas pelo cinema, especialmente o cinema hollywoodiano; Os filmes *O Vento Levou* e *Casablanca* dão uma ideia da dimensão deste estilo de narrativa, que passa a frequentar a intimidade dos lares. Não obstante, foi o romantismo que culminou na construção da ideia de que o amor “avassalador, único e mágico” era um direito e um dever de todo ser humano, uma parte fundamental – talvez a única e real motivação para se viver. No Brasil, as novelas, sobretudo as da Rede Globo de Televisão, popularizam uma determinada narrativa sobre o amor, que o coloca como objetivo último da vida.

Apesar de acompanhar a humanidade na literatura, na poesia e na arte ao longo dos séculos, o amor somente se tornou objeto de reflexão científica em meados dos anos 1940, via campo da Psicologia. De acordo com Sternberg (1997), Reik construiu uma primeira teoria sobre o amor, com forte influência da psicanálise Freudiana, autor que não dedicou uma só obra ao amor, mas que deixou importantes *insights*, por exemplo, que o narcisismo seria um aspecto importante para a construção de relações amorosas, pois o amor externo seria escolhido a partir daquilo que falta ao indivíduo. Sternberg (1997) afirma que, seguindo nesta pista, Reik influenciou o campo da Psicologia, que passou a pensar métodos para quantificar o amor. Ainda na Psicologia, a definição de Sternberg (1997) influenciou diversas gerações, já que, para esse autor, as histórias que construímos e que contamos sobre o amor fazem parte de uma matriz cultural; nessa medida, são histórias únicas de um lugar e de uma época peculiar, que acabam por ditar e regular um momento histórico.

De acordo com Neves (2007), o estudo sistemático do amor foi iniciado em 1944, quando Llewellyn Gross publicou uma das primeiras escalas de avaliação do romantismo, começando a proliferação de uma série de questionários de avaliação do amor.

Nas Ciências Sociais, o amor apenas se tornou objeto de pesquisa nos anos 1970; o argumento de que o amor era demasiado misterioso e intangível serviu como justificativa para a demora em observá-lo de modo rigoroso e sistemático. Segundo Torres (2007), em 1971 Ellen Berchei e Elaine Walster realizaram a primeira revisão sistemática sobre o amor passional; por fim, em 1988, Zick Rubin, um reconhecido pesquisador na área das relações íntimas, observou que até aquela data não havia um campo científico sobre o amor.

Como consequência desta introdução tardia do amor como fenômeno científico, somente no final do século XX, pesquisadores demarcam a importância do amor como papel central nas relações de intimidade, com influência no namoro, casamento e divórcio (TORRES, 2007).

Segundo Vandenberghe (2006), as teorias do amor mais influentes no mercado acadêmico da sociologia foram formuladas por Bauman, Giddens, o casal Beck, Michel Maffessoli e Eva Illouz. O levantamento bibliográfico desse artigo sugere considerar, também, Pierre Bourdieu e Luhman.

Para Vandenberghe (2006), o livro *O Amor Líquido*, de Bauman, faz crítica às ligações efêmeras que marcam os relacionamentos íntimos na modernidade tardia. O livro *O caos normal do amor*, escrito pelo casal Beck, defende que na modernidade o amor virou um investimento arriscado, já que o amor e suas organizações institucionais foram capturados por um processo de destraditionalização e individualização; assim, o divórcio vira apenas uma dentre as diversas faces do amor. Michel Maffesoli descreve o amor pós-moderno como uma experiência irracional de consumo. Pelas transgressões eróticas, os indivíduos se reconectam com sua animalidade, perdem suas identidades e vivenciam o sagrado mais uma vez.

Na perspectiva desse artigo, Luhmann (1991) define o amor com um fenômeno histórico, um código social compartilhado por indivíduos. Assim, os meios de comunicação, como a literatura, a televisão, as novelas, os filmes e mais recentemente, a internet, são meios simbólicos que codificam o amor, isto é, que captam o sentimento e os comportamentos acerca do amor em ação na sociedade e o reforçam, por meio de linguagem, imagens, sons e símbolos. Para o autor, essa codificação produz um movimento duplo, o de reproduzir (e reforçar) as práticas afetivas já dispersas na

sociedade e o de contribuir para criar uma nova representação do código amor. Nesse sentido, não existiria espontaneidade no amor, mas o uso de códigos e de autocontrole, que exige socialização e aprendizagem. Para o autor, os romances teriam exercido papel fundamental na normatização desse comportamento.

No seu conjunto, a produção das Ciências Sociais sobre o amor tem mostrado que o amor se consolida como estilo de vida e influencia de modo decisivo o Ocidente, sendo incorporado em todas as formas de arte. O amor, visto como algo biológico ou natural até anos 1960, passou a ser entendido como tema de pesquisa. Por fim, o amor romântico tornou-se uma categoria sociológica e será aprofundado a partir de Giddens, Illouz e Bourdieu.

### 3.1 O amor romântico nas Ciências Sociais

Para Giddens (1994), a origem do amor romântico está associada ao espaço social da mulher e da sua imagem como esposa e mãe. Assim, é no contexto da criação do lar e da “invenção da maternidade”, no final do século XVIII, que o amor romântico emerge e é visto como “essencialmente um amor feminizado” (GIDDENS, 1994, p. 54), pois faz a fusão entre maternidade, feminilidade e a personalidade da mulher.

Para o autor, o amor romântico possibilita a “narrativa do eu” (GIDDENS, 1994), com base em um conjunto de sentimentos tidos como espontâneos, quando o indivíduo passa a falar sobre si e a ideia de amantes passa a ser a nova unidade, em detrimento do coletivo. O ideal de sacrifício e de desaparecer no outro, passou a ser a narrativa dóxica, sobretudo para a mulher, principais leitoras do século XIX. Os discursos de sacrifício por amor propagados pela literatura daquele século eufemizavam o sacrifício do feminino, que se fundia ao homem, enquanto o contrário não acontecia. Para o autor, “[...] O amor é uma conspiração engendrada pelos homens contra as mulheres para lhes encher a cabeça com sonhos tontos e impossíveis” (GIDDENS, 1994, p. 37). Apesar dessa constatação, o autor vê no amor romântico um agente de emancipação, pois permitiu que a mulher se transformasse em um sujeito mais autônomo, graças à expressão de seus sentimentos.

Para Illouz (2011) o amor romântico teria sido capturado pelo casamento, transformando-se em um negócio lucrativo. Se até o início do século XX, o casamento consistia em uma operação de negócio e o amor romântico significava a transgressão à ordem, a liberdade e a autonomia dos amantes, a autora vê uma confluência entre os dois termos. Isso teria acontecido porque o amor romântico trazia em seu bojo algo que dialogava com o capitalismo, a valorização do indivíduo em detrimento do coletivo. Portanto, teria sido a partir desse ingrediente, o individualismo – já identificado por Giddens (1994) como propulsor do amor romântico – que o amor teria entrado no casamento. Mais recentemente, Illouz (2011) defende o colapso do amor romântico, promovido pelos aplicativos para afeto.

Para Duby (1998) no século XVIII, as classes superiores do Ocidente operaram uma revolução afetiva, no sentido que o casamento passou a ser associado ao amor, antes restrito aos amantes; assim, pela porta da frente, do casamento, o amor romântico, extraconjugal, entrou nos lares burgueses.

Em Bourdieu, no livro *A dominação Masculina*, o amor romântico aparece inscrito em uma cultura androcêntrica, que para ter efeito, trata expressões de amor como espontâneas e mágicas e que têm a cumplicidade do dominado. Para além da espontaneidade, o amor romântico seria o ajustamento inconsciente das mulheres a uma estrutura de dominação, que se expressaria em um discurso que coloca o amor romântico como norma para a felicidade. Bourdieu entende que a cultura androcêntrica prescreve uma fórmula de amor que leva à submissão feminina. Por conseguinte, o amor romântico seria uma forma de violência simbólica, tornando-se um fardo para as mulheres, que passam a conceber o mundo afetivo a partir desse sistema de dominação masculina. “A sociedade instrui os homens a amar os jogos de poder e a as mulheres a amar os homens que jogam” (BOURDIEU, 1998, p. 97).

Para Bourdieu, a dominação masculina incrustada nas práticas, nas estruturas e nos discursos sociais, legitima a existência de um amor desequilibrado entre homens e mulheres. Portanto, com inspiração em Pierre Bourdieu, assumo, para este artigo, que o amor romântico é um tipo de crença, no sentido que produz magia social no mercado do afeto. Para

Bourdieu, crença é um tipo de consenso, uma verdade imposta a um grupo social, a qual, por ser tão natural, não se nota sua arbitrariedade. Em outras palavras, crença é uma forma de *doxa* dominante, no caso estudado, a *doxa* masculina (BOURDIEU, 1998).

Da mesma forma, argumento que as mulheres estão submetidas ao amor romântico, graças a *illusio*, um tipo de mediador entre *habitus* e *campo* e por meio do qual a mulher se insere no mercado de afetos. Bourdieu entende *illusio* como uma relação encantada e mágica, tanto por parte dos dominados, quanto por parte dos dominantes, cuja relação é sustentada por uma cumplicidade mútua, a violência simbólica (BOURDIEU, 1998, p. 140).

Considerando estes conceitos, Bourdieu nos ajuda a interpretar os elementos socioculturais que dão sustentação à “fórmula do amor” gerada pelos algoritmos e performada pelos *smartphones*. Argumento que, para além da “fórmula do amor”, a *illusio* do amor como felicidade é fabricada na cultura, com apoio da crença no amor romântico. Esse argumento nos distanciaria de autores que colocam a vitória dos algoritmos no mercado de afeto, com o fim do amor romântico. Ao contrário, defendo que os algoritmos apenas fazem sucesso porque estariam sustentados pela cultura do amor romântico e em interdependência com outros mercados, como o mercado de autoajuda.

#### **4 O mercado de afeto virtual: ambiguidade e contradições na vivência do amor romântico**

Iniciei essa pesquisa com o objetivo de observar como homens e mulheres interagem no aplicativo Tinder. Contudo, durante a pesquisa de campo, descobri a existência de um curso direcionado às mulheres que querem encontrar a alma gêmea, via aplicativo, e passei a me dedicar a este curso. A pesquisa de campo foi constituída mediante diversos processos metodológicos: primeiramente, realizei uma etnografia no aplicativo Tinder entre 2017 e 2018; em seguida, realizei um curso *online*, cujo objetivo é a profissionalização da paquera nos aplicativos; finalmente, passei a fazer parte de uma página do Facebook, a qual reúne as mulheres que realizaram o curso citado.

Sobre a Etnografia no aplicativo Tinder, após fazer *download* do aplicativo no *smartphone*, criei um perfil. Acionei o filtro etário do aplicativo, de forma a visualizar perfis de pessoas acima de 30 anos de idade. Nesse primeiro momento, não usei o filtro por gênero, pois o objetivo era conversar com homens e mulheres heterossexuais; a experiência acumulada na pesquisa anterior, exposta em Jardim e Moura (2017), foi fundamental.

Navegando pelo aplicativo, foi possível observar como homens e mulheres se apresentavam no “cardápio afetivo”. A presença de alguns estereótipos é patente: mulheres se apresentam com cabelos médios ou longos, com discretos decotes ou posições dando destaque aos quadris; os homens mostram o peito nu, tatuagens e tiram *selfies* dentro do carro ou com bebidas alcoólicas visíveis; também fazem fotos de corpo inteiro. O aplicativo faz a reiteração de valores correntes sobre a virilidade e a masculinidades, assim como sobre a delicadeza e o feminino, em perfeita sintonia com os valores do senso comum (JARDIM; MOURA, 2017).

Passados alguns meses de observação no aplicativo, identifiquei a existência de um mercado de propaganda de produtos; foi assim que cheguei a um curso on-line (Segredos do Empoderamento), direcionado às mulheres que desejavam encontrar um grande amor. Adquiri o curso pelo valor de 170 reais e passei a interagir com a “professora” do curso, que também me inscreveu em uma página fechada do Facebook, onde 235 mulheres trocam experiências diariamente sobre o curso e a sua prática. Naquele momento, interrompi a pesquisa com os homens no Tinder e passei a me dedicar somente às mulheres, pois percebi ali a existência de um interessante intermediário no mercado do afeto virtual: os cursos de autoajuda, estes que, por sua vez, são sustentados pelo discurso de amor romântico. Juntos, estes dois mercados se alimentam da *illusio* afetiva na qual estão inseridas as consumidoras de afeto.

#### 4.1 Segredos do Empoderamento: curso para encontrar a alma gêmea

O curso *Segredos do Empoderamento* tem como objetivo profissionalizar a paquera, de forma a “encontrar a alma gêmea”. As expressões “alma gêmea”, “grande amor”, “professora de paquera” e “aluna” são expressões

nativas, captadas no trabalho de campo. As frases citadas entre aspas neste texto foram retiradas do curso ou da página do Facebook, na íntegra. E quando for citado o depoimento das mulheres, informarei a profissão e a idade delas entre parênteses.

Com uma senha pessoal, tive acesso à plataforma do curso e passei a interagir com seus conteúdos. As profissionais que assinam os vídeos se autodenominam psicólogas, *coaching* e terapeutas holísticas e exemplificam o conteúdo a partir de suas histórias pessoais, consideradas de sucesso, já que estão casadas e com filhos, ou apenas em relacionamento sério, o que também denota legitimidade para abordarem o sofrimento afetivo.

A responsável pelo curso e pela página no Facebook declara ter 32 anos, ser casada e se autodenomina como *coaching*. Conta que abandonou sua vida no Brasil para viver um grande amor na Espanha, com um homem que conheceu pelo mesmo aplicativo onde divulga seu curso, o Tinder. Apresenta-se no vídeo sempre maquiada, com roupas da moda europeia, com salto alto e, em alguns casos, realiza vídeos em ambiente que fazem parte do imaginário romântico, como a Torre Eiffel, de Paris, charmosas ruas de Veneza, na Itália e pontes em Amsterdã, na Holanda.

A plataforma é composta por diversos materiais, dou destaque aos vídeos, que representam o material de formação: “O retorno da Deusa”, “O Poder da gratidão”, “Em busca do rebolado perdido”, “Visualização da alma gêmea”, “Paquerando no mundo virtual” e “Falta homem no mercado?”.

A professora libera os conteúdos individualmente a cada aluna, sempre em uma ordem predefinida; ou seja, assistir o vídeo “O retorno da Deusa” é um pré-requisito para ter acesso ao conteúdo seguinte, e assim sucessivamente. Além destes vídeos, a professora alimenta o *site* diariamente com transmissões ao vivo e conteúdos diversos, nos quais estimulam às alunas a realizarem algumas metas: dez *matches* por dia e um encontro afetivo por semana.

As alunas que seguem o curso podem interagir na página do Facebook com a professora, de forma privada ou coletiva, no grupo. Após a realização do curso, a aluna continua com a senha de acesso à plataforma (para revisão do conteúdo) e se mantém na página do grupo do Facebook,

encorajando as novas alunas com seus depoimentos de sucesso ou compartilhando dificuldades.

## 4.2 Sobre os conteúdos

O vídeo “O retorno da Deusa”, busca despertar na participante seu poder interno. Faz a distinção entre Deusa e Guerreira: “a guerreira sobrevive, a Deusa, vive”. Menciona: “A mulher precisa deixar de ser guerreira para entregar-se no fluxo divino, deixando vir à tona a sua Deusa”; “Nós nascemos deusas, a sociedade nos transforma em guerreiras, temos que voltar a nossa fonte”. A autoestima e o autoamor também são destacados: “Para encontrar a alma gêmea, você precisa, antes de tudo, se tornar essa alma gêmea, se você quer ser amada, precisa se amar antes”.

Na sequência do argumento, o vídeo defende que a mulher precisa trabalhar a energia feminina, considerada a energia da suavidade, da delicadeza, do cuidado e da passividade. Em diálogo com esse argumento, a administradora da página fechada no Facebook postou que: “O óvulo espera pacientemente pelo espermatozoide, ele não corre atrás do espermatozoide” [...] as mulheres devem ser ativas no quesito cuidar de si, mas devem aguardar que o homem tome a iniciativa”. Portanto, as mulheres são encorajadas a serem passivas na relação; para exemplificar o argumento, o curso faz uso de diversas metáforas biológicas.

No vídeo “O Poder da gratidão”, a aluna aprende a “criar a energia da gratidão”. Após receber conteúdos sobre o poder do agradecimento, a aluna deverá praticar por 21 dias, em um caderno, algumas frases: “Sou feliz e grata por ser desejada pelos homens”; “Sou feliz e grata por encontrar a minha alma gêmea”; “Sou verdadeiramente grata por possuir o amor dos homens, pois isso me dá segurança”; “Sou grata pelos homens que me desejam e me acham bonita”; “Eu mereço um relacionamento feliz”.

O vídeo sugere que as mulheres são educadas para a entrega e a resignação diante do amor; elas seriam responsáveis por cuidar da relação. A autorresponsabilização pelo fracasso e sucesso no amor também foi observada por Beauvoir (1976, p. 498), no século passado: “O amor foi apontado à mulher como uma suprema vocação e, quando se dedica a um homem, vê nele um deus [...]”.

O vídeo “Em busca do rebolado perdido” argumenta que as mulheres modernas perderam o rebolado; por isso, movimentam os quadris sem sensualidade, em um ritmo masculino, quase robótico. E, argumentando que: “uma deusa não anda, desfila”, o vídeo indica dois tipos de exercícios para dar leveza ao corpo feminino: desfile com salto alto e dança. A aluna termina esse vídeo com a tarefa de treinar todos os dias o uso do salto alto e se inscrever em algum curso de dança da sua cidade, para retirar “as couças que estão robotizando seus corpos”.

Além deste estereótipo que liga o feminino ao salto alto e ao rebolado, identifiquei outras narrativas que buscam prescrever o comportamento feminino: “a mulher precisa saber cozinhar, para conquistar pela barriga”, ter cabelo comprido, usar maquiagem, ter quadris avantajados, saber ouvir o parceiro, depilar-se e ser bem-humorada.

Uma dica que faz fortuna entre as mulheres é sobre o uso de lingerie com preenchimento de silicone para avantajar os quadris. “Homem é visual, não resiste a um belo bumbum”. Questionada por uma participante do grupo sobre como agir em relação ao “bumbum falso” após a primeira noite com o homem, a professora prescreveu em tom convincente: “Depois da primeira noite, continue a usar a calcinha de bojo, só retire na hora do sexo e na praia; homem é distraído, não percebe a diferença”. Assim, a figura masculina também é tratada dentro de estereótipos: infiel, viril, sexualizado, distraído.

O vídeo “Visualização da alma gêmea” ensina exercícios de respiração para que a aluna consiga alcançar o estado alfa da meditação. “Ao alcançar o estado meditativo, a aluna deverá visualizar a alma gêmea, usando para isso todos os sentidos. Quando mais detalhes e mais intenso, mais rápido ocorrerá o encontro com a sua alma gêmea”. A visualização da alma gêmea deverá ser feita por 21 dias, consecutivos, no mesmo horário. Para otimizar o resultado, as alunas são encorajadas a ancorarem suas referências religiosas durante a prática. Por fim, a aluna tem a tarefa de praticar por 21 dias a seguinte frase: “Eu estou me tornando cada dia mais próspera afetivamente”; “Eu mereço amar e ser amada”.

Ao finalizar esse vídeo, a aluna fica com a impressão de que o amor é algo estrito ao gênero feminino; uma dádiva divina, que somente as mulheres teriam acesso e seriam designadas a ensinar aos homens.

Em “Paquerando no mundo virtual”, a professora apresenta dicas que dialogam com aquelas encontradas por Jardim e Moura (2017), a saber: não adiar o primeiro encontro para mais de uma semana, não passar dados pessoais para o pretendente antes de criar vínculo de confiança, não insistir em um pretendente que mostre apenas interesse sexual, ter mais de um pretendente ao mesmo tempo, não falar de sexo na primeira conversa *online*, investir pelo menos uma hora por dia no aplicativo, ter pelo menos um encontro afetivo por semana e conseguir uma média de dez *matches* no aplicativo, por dia.

A dica para não adiar o primeiro encontro, visando à redução das frustrações da paquera *online*, faz sentido, já que as mulheres afirmam que o mundo on-line facilita entrar nas fantasias românticas. “Como estou carente, sou facilmente envolvida com alguém que escreve “bom dia” todos os dias, pergunta como foi meu dia e me dá boa noite” (Fisioterapeuta, 35); “Estamos nos conhecendo faz uma semana, mas ele já me chama de amor [...]. Será que encontrei minha alma gêmea?” (Professora do ensino fundamental, 37).

Sem um rosto e uma voz definida, as mulheres tornam-se mais facilmente vítimas da fantasia romântica no mundo virtual. “Toda vez que tenho um encontro, eu acho que dessa vez encontrei minha alma gêmea; eu sei que ele deve chamar outras de ‘amor’, mas eu entro na ilusão” (Fisioterapeuta, 35).

Nessa direção, as mulheres declaram apaixonar-se mais rapidamente no mundo *online* do que na vida *off-line*. “A rotina virtual é solitária; por isso, facilita fantasias e ilusões em torno da pessoa que estamos conhecendo” (Professora do ensino fundamental, 37). Outra mulher afirmou que no mundo virtual os homens conseguem desempenhar melhor o papel de conquistador, evitando desgastes com a imagem que ele quer projetar. “Como estou apaixonada, acho que ele também está, mas já tive muita frustração; por isso, para o homem, estar por trás do celular é uma proteção” (Corretora de seguros, 36).

Ainda sobre o primeiro encontro, o conselho “fazer-se de difícil no primeiro encontro” faz fortuna entre as mulheres, que buscam com essa estratégia ganhar a atenção de seus pretendentes. O curso divulga a mulher

como um ser carente, que vê o sexo como intimidade e que só faz sexo quando estão emocionalmente envolvidas; ao contrário, os homens enxergariam o sexo apenas como prazer. Por isso, tentando criar intimidade emocional com o pretendente, as mulheres adiam a primeira experiência sexual com este. Aquelas que rompem com essa regra, são constrangidas no grupo; por isso, muitas vezes omitem tê-la quebrado: “Como estou carente, sem encontros amorosos, eu acabo sempre fazendo sexo no primeiro encontro, por carência, mas depois acabo me arrependo, não por moralismo, mas porque, na real, não era isso que eu queria. Eu me deixo levar, mas evito falar no grupo, para não levar bronca” (Taróloga, 43).

Por fim, o último vídeo coloca uma interrogação: “Falta homem no mercado?”. Apesar de colocar uma interrogação, o curso não deixa dúvidas de que a mulher está em desvantagem no mercado do casamento. Essa tese é bastante difundida no curso e reproduzida pelas mulheres. A possível defasagem entre oferta e procura leva a uma supervalorização da mercadoria “homem” e maior ansiedade nas mulheres.

O discurso de escassez de homens teria a função simbólica de colocar as mulheres em uma posição de submissão diante das regras ditadas pelo dominante do mercado, o homem. Assim, para o mercado ganhar o engajamento das mulheres, a tese da escassez de homem ocupa uma importância central. “A realidade dói, mas parece ser isso mesmo [escassez de homens]” (Dentista, 45).

A tese da escassez de homens no mercado marital não é difundida apenas pelas militantes do espaço. Encontramos na literatura sociológica a afirmação de Goldenberg (2006), para quem falta homem no mercado do afeto, por isso o homem teria se tornado uma mercadoria valiosa.

Para explicar a armadilha dessas teses, recorreremos ao argumento da profecia autorrealizadora de Merton (1968). Para o autor, existem sempre consequências não planejadas em um discurso, que inclusive podem criar a realidade, já que as pessoas passam a acreditar e a agir conforme o discurso proferido. Parece-me que este é o caso das mulheres submetidas ao discurso de escassez de homens no mercado, pois elas passam a agir de forma que a profecia acaba por se realizar.

Após convivência nesse espaço, concluo que a mulher é inserida em um trabalho de autoconvencimento de que “a alma gêmea está dobrando a esquina”. Para saber se o encontro aconteceu ou está para acontecer, a mulher deve ler “as pistas do universo”. Como a crença da chegada da alma gêmea é reforçada em todo processo de socialização no grupo, as mulheres acabam, muitas vezes, por cair em armadilhas e entrando em relacionamentos abusivos, na crença de terem encontrado a alma gêmea.

Por fim, ao final de todo dia, a professora pergunta quantos *matches* cada aluna conquistou no aplicativo e o mais importante, se teve agendamento de encontro amoroso. Em homologia com uma rotina racionalizada no mercado de trabalho, existe tensão e ansiedade para cumprir metas nesse espaço. Assim, o que poderia ser prazeroso (conhecer alguém), tornou-se obrigação, uma meta a ser alcançada.

#### 4.3 Página do Facebook: manutenção do poder de conquista

Apesar do inegável empoderamento financeiro, político e social da mulher no século XXI, a submissão ao ideário de felicidade ligada ao mito do amor romântico ainda é uma realidade, que fica mais fácil de ser visualizada na busca incessante por um amor, via aplicativos, já que os aplicativos permitem intensificar desejos e fantasias, como demonstro nesse texto.

O grupo *Mulheres Empoderadas* é uma página fechada do Facebook, oferecida como complemento às alunas do curso *Segredo do Empoderamento*, citado anteriormente. A página existe desde 2015 e é formada por 235 mulheres, que trocam experiências e se reconfortam nessa “jornada em busca da alma gêmea”. A administradora da página anima o grupo com vídeos, debates e responde dúvidas. Diariamente relembra as metas diárias, semanais e mensais e como conseguir *matches* e encontros afetivos.

Tive acesso ao grupo em 2017, após adquirir o curso que dá direito à página. Ao ingressar na página, foi solicitado que eu me apresentasse. Como optei pela observação participante, não informei sobre meus interesses de pesquisa; portanto, deixei subentendido que buscava o mesmo que as demais mulheres: um amor.

Em termos morfológicos, as mulheres que fazem parte da página possuem entre 35-47 anos, são solteiras ou divorciadas; possuem ou não

filhos, são heterossexuais e são oriundas de diversas regiões do Brasil; pelas fotos dos perfis, é possível ver mulheres de descendência africana, europeia e também oriental. Por falta de tempo para festas, todas as mulheres têm como estratégia principal de paquera o aplicativo. No que se refere à ocupação, o grupo é composto por professora de ensino fundamental e de universidade, vendedora de seguros, caixa de supermercado, organizadora de festa, bibliotecária, veterinária, dentista, policial, guarda de um banco público, taróloga, terapeuta holística e fisioterapeuta, dentre outras. Todas as mulheres possuem ensino médio completo; um bom número possui ensino superior, em universidade privada. Tive acesso a estas informações pessoais visitando seus perfis no Facebook. Como estudei os depoimentos que circulam na página, não realizei a quantificação sistemática de seus perfis.

Para fins deste artigo, selecionei alguns temas debatidos no grupo: casamento como única possibilidade para felicidade; felicidade como reconhecimento social e masculino; amor e profissão; amor como amor romântico e desinteresse pelo coletivo.

#### 4.3.1 Casamento como única possibilidade para a felicidade

“Não importa se vou me separar seis meses depois, mas eu quero me casar” (Organizadora de festas, 39); “Afim, ser separada aos 40 é normal; mas, solteira pega mal” (Organizadora de festas, 39).

Com frases como estas, escritas por Fernanda (Organizadora de festas, 39), algumas mulheres declaram se sentir constrangidas em participar de eventos sociais sem um parceiro: “Fico com vergonha de ir a encontros sociais só; o estranho é que gosto de ficar só, mas não para sair à noite. [Eu] me sinto fracassada” (Dentista, 45). A dificuldade em ir ao cinema sozinha também foi citada por diversas mulheres: “Às vezes, deixo de ir ao cinema para não ser vista só. Não quero que meus alunos saibam que estou solteira” (Professora universitária, 47).

As fantasias dos contos de fadas fazem parte do grupo: “Eu sempre sonhei em me casar vestida de noiva” (Terapeuta holística, 39); “Quero casar e ter filhos [...]. Eu nasci para ser mãe” (Fisioterapeuta, 35).

Além disso, amor e casamento aparecem como sinônimos, já que as mulheres relacionam um grande amor com casamento e filhos: “Eu quero

conhecer alguém para ser feliz, formando uma família” (Caixa de supermercado, 38).

A ideia de que a felicidade apenas vai começar quando encontrar o grande amor aumenta a ansiedade dessas mulheres. Por outro lado, foi possível notar uma autocrítica dessas mulheres na busca por um amor: “Acho que essa necessidade em ter um marido é própria de mulheres latinas. Duvido que mulheres europeias, mais evoluídas, pensem assim. Nem filhos... A grande maioria não quer ter” (Professora universitária, 47). Ao conversar no privado com esta mulher, pude notar que, apesar da autocrítica, ela não vê outra possibilidade cognitiva para além do casamento. As mulheres seguem o roteiro tradicional, muitas vezes por não saberem lidar com as mudanças pelas quais passaram a mulher nas últimas décadas. Lembra, em alguma medida, a discussão sobre anomia, levantada por Durkheim, no final do século XIX.

#### 4.3.2 Felicidade como reconhecimento social e masculino

A busca de aprovação e de reconhecimento feminino passa sempre pelo olhar social e também pelo olhar masculino.

Já me senti assim, sendo observada como se fosse digna de pena, em várias situações em que as pessoas esperam nos ver acompanhadas. Pode ser ridículo, mas isso nos atinge. Não é só isso. Além de ter um par, temos que nos inserir aos padrões da sociedade de consumo: devemos ser magras, bonitas, bem cuidadas, malhadas, inteligentes, cultas, extrovertidas, cheias de sucesso e de dinheiro. Ufa! É coisa demais!. (Professora universitária, 47).

A aprovação e o reconhecimento social são tão fortes, que estas mulheres preferem estar em um relacionamento infeliz, do que viver a solidão: “[Eu] me sinto fracassada como mulher, por estar só. Se eu pudesse namoraria qualquer um, só para falar que tenho um namorado” (Veterinária, 44).

Como já dito, o discurso das mulheres passa pela necessidade do reconhecimento do homem. Como consequência, as mulheres sempre estão na expectativa de serem escolhidas por eles, não de escolher: “Eu preciso tomar as rédeas da minha vida amorosa, mas é sempre difícil dizer não a um encontro, mesmo que o cara não me interesse” (Taróloga, 43). A tese da escassez de homens no mercado, discutida anteriormente, ajuda a explicar esse comportamento.

### 4.3.3 Amor como amor romântico

O grupo estudado expressa bem a ideia de amor romântico como uma crença que promove a *illusio* no mercado de casamento. Na definição de amor expressado por estas mulheres, o amor é sacrifício, sublime e encantado.

Como resultado dessa crença, as mulheres aceitam estar em relacionamentos abusivos e desiguais. Portanto, muito comuna são crimes e fraudes em mulheres que se relacionam a distância. Como exemplo ilustrativo, cito o caso de Virgínia, uma mulher de 43 anos que trabalha como taróloga, e que se apaixonou perdidamente por um homem que conheceu no Tinder e afirmava morar em outro país. Após seis meses de namoro virtual, o homem sinalizou interesse em viajar ao Brasil para conhecer a namorada, mas lamentou não ter o dinheiro para a passagem. Virgínia, que estava envolvida, depositou 3 mil reais na conta do pretendente. De acordo com seu depoimento, o namorado adiou a viagem duas vezes, por motivos de saúde. Ao ser pressionado por Virgínia, ele desativou todos seus perfis no mundo virtual e desapareceu<sup>8</sup>.

### 4.3.4 Amor e profissão

A relação que estas mulheres estabelecem com a profissão é contraditória. Apesar de se sentirem empoderadas financeiramente e politicamente, algumas mulheres passam a culpar sua profissão pelo então fracasso afetivo: “De que me serve tanto poder no trabalho, ser a melhor na minha cidade, se eu não tenho uma companhia para dividir uma pizza no sábado à noite?” (Fisioterapeuta, 35 anos). Algumas mulheres chegam a declarar que trocariam todas as conquistas profissionais por uma família: “Às vezes, acho que fiz as escolhas erradas. Se eu pudesse voltar atrás, faria diferente” (Veterinária, 38).

As mulheres se dizem vítimas da narrativa feminista, pois não conseguem encontrar um parceiro e ter uma família: “São as agruras da tão

---

8 Segundo a política militar esse tipo de história se tornou comum a partir de 2010. Outro tipo de golpe, homólogo a este, é percebido pela Receita Federal que afirma que a alfândega frequentemente recebe ligações de pessoas que querem retirar presentes supostamente retidos e que só seriam liberados através do pagamento de impostos. A vítima deposita o valor para o imposto, mas estes presentes não existem e se tratam de golpes. A fraude, que vem acontecendo desde 2010, é feita por estelionatários que criam perfis falsos nos aplicativos aparentando ser estrangeiros para seduzir mulheres vítimas do amor romântico.

desejada ‘liberdade Feminina’. Trabalhamos, fazemos e acontecemos no mercado de trabalho, mas não conseguimos arrumar e manter um namorado” (Professora universitária, 47). Outras desistem de procurar explicações e reforçam o provérbio do senso comum: “Feliz nos negócios, infeliz no amor” (Organizadora de festas, 39).

Por fim, também foi possível identificar que as mulheres tratam seu fracasso afetivo como algo pessoal e o justificam a partir do mantra divulgado pela professora no curso: “homens têm medo de mulheres independentes” (Policia militar, 37). É muito comum no grupo estudado que as mulheres do grupo justifiquem seus ditos fracassos com o argumento de que o homem tem dificuldade em lidar com o empoderamento profissional das mulheres.

Aqui não discuto se a afirmação representa mais ou menos da realidade, mas demonstro as justificativas criadas pelas mulheres para se confortarem com seu fracasso afetivo.

#### 4.3.5 Desinteresse pelo coletivo

O desapego com o mundo externo, tanto em nível macrossociológico (política, economia) como micro sociológico (se envolver com preocupações domésticas), também é uma dica bastante valorizada pela “professora” de afeto. Na ocasião em que eu escrevia esse texto, o Brasil estava abalado com a tragédia de Brumadinho, Minas Gerais. Como esperado, o tema não abalou as mulheres do grupo, pelo menos ao ponto de alterarem suas pautas. O mesmo aconteceu no período das eleições presidenciais de 2018, quando, apesar da tensão e da ansiedade fazer parte do cotidiano brasileiro, as *Mulheres Empoderadas* se mantiveram fiéis ao mantra de busca da alma gêmea, de conquistar *matches* e realizar um encontro afetivo semanal.

Não obstante, enquanto na página *Mulheres Empoderadas* as consumidoras seguem em um árduo trabalho emocional, visando a profissionalizarem a arte da paquera, o que pressupõe certa resignação e aceitação de um lugar social dedicado historicamente às mulheres, em outro grupo que observo, como parte de outros interesses de pesquisas, o de *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, as mulheres fazem um movimento diferente, posicionando-se de forma visceral, tanto nas Eleições de 2018 quanto na tragédia de Brumadinho.

Portanto, apesar da crença do amor romântico fazer parte da cultura afetiva brasileira, relativizo sua eficácia simbólica. Segundo Bourdieu (1998), para que uma crença tenha efeito, é preciso olhar as predisposições individuais-coletivas, o que o autor chama de *habitus*; isso explicaria porque nem todas as mulheres possuem predisposição para a procura de uma “alma gêmea” no mercado de afeto e muito menos investiriam tantos esforços para conquistar encontros no aplicativo.

## **5 Amor romântico como crença nutritiva da “fórmula do amor”**

Os achados da pesquisa demonstram que o amor ocupa parte das preocupações das mulheres contemporâneas. É possível que o grupo estudado radicalize a crença do amor romântico e essas mulheres estejam mais submetidas à *illusio* afetiva que age sobre elas. Contudo, embora existam mulheres que não se identifiquem com o grupo estudado, elas não estão totalmente imunes ao amor romântico, pois, como mostrou Bourdieu, independentemente de classe social, grupo étnico, geração e anos de escolaridade, a cultura androcêntrica é uma *doxa* dominante, colocada nos corpos e nas mentes de homens e mulheres.

A escolha por estudar mulheres em uma fase mais madura, entre 35-47 anos, deu-se porque acredito que nessa idade as crenças sociais estão mais cristalizadas em seus corpos e mentes. Inclusive, acredito que a idade dessas mulheres ajuda a entender suas tomadas de posição; em uma perspectiva de mercado, estas mulheres estariam menos valorizadas no mercado do casamento, o que inclusive nos ajuda a entender seus depoimentos.

Com as cautelas devidas, passo a generalizar os achados para entender a composição do mercado do afeto virtual e os elementos socioculturais que sustentam os algoritmos da “fórmula do amor”.

Durante a pesquisa de campo, identifiquei que o sucesso dos algoritmos e do mercado dos afetos não se fazem desenraizados de elementos socioculturais. Ao contrário, para que eles existam, a crença no amor romântico precisa ser estimulada. Nessa direção, mulheres sob a *illusio* do casamento investem parte do dia para encontrar uma alma gêmea, via aplicativo, já que não costumam ir a festas. Para tanto, além de alimentarem

o perfil do aplicativo com fotos e mensagens e pesquisarem perfis compatíveis, essas mulheres fazem cursos para melhorar a performance afetiva.

Após fazer os cursos disponibilizados na plataforma e participar da rotina da página do Facebook, identifiquei que a indústria da autoajuda reforça o mito do amor romântico, colocando a mulher como responsável pelo sucesso afetivo, como visto por Gaiad (2019) e Illouz (2011). Com a promessa de felicidade (encontrar a alma gêmea), o mercado de autoajuda reforça o amor romântico como crença e a *illusio* da dominação masculina junto às mulheres e oferece os elementos necessários para a existência de um mercado de casamento androcêntrico. Nesse sentido, quando as mulheres buscam um amor, elas estariam, no dizer de Bourdieu, apenas se ajustando, de forma inconsciente a uma estrutura de dominação, que prescreve o amor romântico e o casamento como normas para a felicidade.

Seguindo essa inspiração teórica, o amor romântico seria o produto social de uma cultura androcêntrica, cujo poder está justamente em contar com a cumplicidade do dominado, que está sob o encantamento (*illusio*) dessa forma de dominação. Assim, o amor romântico seria uma crença mágica, capaz de criar contentamento nas mulheres que possuem um par e frustração naquelas que ainda esperam por essa realização.

Para entender o comportamento dessas mulheres, deve-se considerar que a cultura androcêntrica é transmitida a elas desde a infância, por meio de contos de fada e, posteriormente, via filmes da Disney Produção e do cinema de Hollywood; por fim, pelas novelas, levando a mulher a se manter na *illusio* da casa, dos filhos e do marido.

A pesquisa mostra que na paquera virtual, devido à ausência de um rosto e de uma voz definida, as mulheres costumam radicalizar essa *illusio*, apaixonando-se perdidamente por desconhecidos. Como estão convencidas de que o encontro da alma gêmea é apenas uma questão de dias, as mulheres interpretam todos os “sinais do universo” em direção ao seu desejo: “sim, encontrei a alma gêmea dessa vez”. Esse elemento reforça a *illusio* e também os sofrimentos e as frustrações resultantes dela. Minha vivência no grupo me permite afirmar que o amor romântico, apesar de vivenciado de forma ambígua e contraditória por essas mulheres, é o elemento fundante do mercado do afeto, inclusive no que se refere ao sucesso dos algoritmos e aplicativos.

Em complemento a essa análise, a pesquisa mostra que o mercado da paquera via aplicativo precisa de outros mercados para existir, tais como, o mercado da “profissionalização na paquera”, que trabalha em diálogo com o mercado da autoajuda. Em pesquisa anterior, Jardim e Moura (2017) identificaram, ainda, o mercado editorial (lançamento de livros), mercado do sexo (motéis, lingerie, perfumes, brinquedos sexuais), mercado da estética (busca de um padrão ideal de beleza), mercado de roupas e calçados (busca da indumentária ideal) e o mercado de *fitness* (a busca do corpo ideal). No seu conjunto, esses mercados ajudam para o funcionamento da “fórmula do amor”, produzida pelos matemáticos.

Por fim, se uma análise centrada nos aplicativos pode dar a ilusão de que o aplicativo isolado promove o mercado do afeto e que este sintetiza o fim do amor romântico, uma análise relacional demonstra que os aplicativos e sua “fórmula de amor” não fazem mágica por si mesmos; ao contrário, estão sustentados pela crença do amor romântico, difundida pelo mercado de autoajuda afetiva. A interdependência entre o mercado do afeto e outros mercados, como o mercado da autoajuda, possibilita entender o “poder de fogo” desse mercado, o qual, de tão poderoso, eufemiza a importância da cultura em seu funcionamento, sobretudo a cultura do amor romântico.

## 6 Conclusão

Com o crescimento do mercado do afeto virtual, os empresários deste ramo defendem que o amor entrou na “era dos algoritmos”. Argumento parecido é encontrado entre os estudiosos do tema. Negando essa afirmativa, mas sem negligenciar a performatividade da “fórmula do amor”, a pesquisa buscou identificar elementos socioculturais que sustentam a busca por afeto via aplicativos.

Com base em pesquisa no Tinder, posterior realização de um curso disponível no mercado (para o encontro da alma gêmea) e observação participante junto às mulheres que realizaram tal curso, concluí que as mulheres contemporâneas guardam um segredo: elas acreditam e buscam o “príncipe encantado”. Identifiquei, também, que essas mulheres não medem esforços e investem parte do tempo na profissionalização da paquera *online*, com o objetivo de encontrar a alma gêmea; isso tudo sem ignorar as ambiguidades com as quais essas mulheres vivenciam o amor.

Diante do intenso trabalho emocional dessas mulheres para encontrar um grande amor, defendi que a crença no amor romântico, alimentada pelo mercado de autoajuda, permite dar musculatura ao mercado de aplicativos. Portanto, o argumento que persegui nesse texto é que a construção social do mercado do afeto via aplicativos **não se dá apenas pelos algoritmos** que compõem a “fórmula do amor” dos matemáticos. O que cria e impulsiona esse mercado é a crença no amor romântico, que insere a mulher na *illusio* do casamento como **única** alternativa para a felicidade. Mais, essas crenças românticas não agiriam sozinhas, mas contam com o apoio do mercado da autoajuda afetiva. Esse argumento estaria em oposição àquele defendido por estudiosos do tema, a saber, que os aplicativos representam o fim do amor romântico.

Por fim, o texto contribuiu na literatura sobre aplicativos para afeto, oferecendo uma interpretação que coloca os elementos socioculturais presentes no amor romântico e passados de geração em geração no centro da discussão. Em diálogo com o mercado de autoajuda afetiva, defendi que o amor romântico oferece todos os ingredientes necessários para o crescente interesse pela busca de um parceiro afetivo no mundo virtual.

## Referências

- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1976.
- BOURDEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Editora Zouk, 2002.
- BRAGA, L. Ministro promete: smartphones vão ficar mais baratos. **Tecnoblog**, 7 fev. 2012. Disponível em: <https://tecnoblog.net/90758/smartphone-mp-do-bem/>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- ÇALISKAN, K; CALLON, M. Economization, Part 1: Shifting attention from the economy towards processes of economization. **Economy and Society**, 38(3), pp. 369–398, 2009.
- CALLON, M. The embeddedness of economic markets in economics. *In*: CALLON, M. (ed.). **The law of the market**. Oxford; Blackwell, 1998. p. 1-57.
- DEMARTINI, F. Brasil tem 116 milhões de usuários de internet, afirma IBGE. **Canaltech**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/brasil-tem-116-milhoes-de-usuarios-de-internet-afirma-ibge-108612/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**. Lisboa: Terramar, 1998.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

EXAME, 2016a. **Estatística de uso de celular no Brasil**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/dino/estatisticas-de-uso-de-celular-no-brasil-dino89091436131/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

EXAME. O Grande mercado do amor, [s. l.], ed. 1107, ano 50, 2016b.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: an economic sociology of 21st century capitalist societies**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GAIAD, M. A sociologia das emoções em Eva Illouz: o fenômeno da literatura de autoajuda. Orientador: João Carlos Soares Zuin. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2019.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GOLDENBERG, M. **Infêis, notas antropológicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOMES, H. S. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. **G1**, 21 fev. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso: 5 abr. 2019.

GOMES, H. S. Brasil é 2º maior mercado do ‘Império do amor’, empresa que fatura US\$ 1,1 bilhão com relacionamento online. **G1**, 12 jun. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-e-2o-maior-mercado-do-imperio-do-amor-empresa-que-fatura-us-11-bilhao-com-relacionamento-online.ghtml>. Acesso: 6 mar. 2019.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema da Imersão. **Revista RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 1-41, jan./jun. 2007.

ILLOUZ, E. **O amor em tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JARDIM, M. C.; MOURA, P. J. C. A construção social do mercado de dispositivos de redes sociais: a contribuição da sociologia econômica para os aplicativos de afeto. **Revista TOMO**, n. 30, p. 151-196, jan./jun. 2017.

LEITÃO, D.; GOMES, L. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1º sem. 2017.

LUHMANN, N. **O amor como paixão**. Para a codificação da intimidade. Lisboa: Difel, 1991.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Edições 70, 2008.

MERTON, R. **Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1968.

NEVES, A. As mulheres e o discurso generalizado sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno do mito do “amor romântico”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609-627, set./dez. 2007.

PELÚCIO, L. **Amor em tempos de aplicativos**: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo. 2017. 230 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROTH, A. The economist as engineer: game theory, experimental economics and computation as tool for designing economics. **Econometrica**, Chicago, v. 70, n. 4, p. 1341-1378, 2002.

ROTH, A.; PERANSON, E. The redesign of the matching market for American physicians: some engineering aspects of economic design. **American Economic Review**, Nashville, v. 89, n. 4, p. 748-780, 1999.

STEINER, P. **Altruísmo, dons e trocas simbólicas**: abordagem sociológica da troca. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. (Série Temas em Sociologia).

STEINER, P. **GeWoP nº 10** – L'économie d'appariement. 2019. Disponível em: <https://www.gemass.fr/gewop-no10-l-economie-d?lang=fr>. Acesso: 5 abr. 2019.

STERNBERG, R. J. Construct validation of a triangular love scale. **European Journal of Social Psychology**, v. 27, p. 313-335, 1997.

TORRES, A. Amor e sociologia: da estranheza ao reencontro. Comunicação apresentada no painel temático “Lugares e expressões de afecto”. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA, 4., 17-19 abr. 2007, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: [s. n.], 2000. p. 10-11.

VANDENBERGHE, F. Amando o que conhecemos: notas para uma epistemologia histórica do amor. **Unisinos**, v. 42, n. 1, p. 65-71, jan./abr. 2006.

ZELIZER, V. **A negociação da intimidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

Recebido: 21/04/2019

Aceito: 04/11/2019

## Beyond the formula of love: romantic love as a central elemento in the construction of the affection Market via apps

### **Abstract**

The apps have become central tools in contemporary interactions, manufacturing various types of consumption, including consumption of affects. Despite the growth of the love market, via algorithms, I argue that these do not make magic by itself. Based on empirical research with single women aged 35-47, I seek to demonstrate that the romantic love culture supports the apps market. The research featured an ethnography in the Tinder apps, with the completion of an online course that seeks to professionalize flirting and participant observation on a closed Facebook page. The results indicate that the “formula of love”, created by mathematicians and inserted in smartphones, does not exist in a social vacuum; the belief in romantic love and the *illusio* in marriage as an idea of happiness, help, in dialogue with the self-help market, to sustain the market of virtual affection. Its theoretical inspiration is insights from the economic sociology and concepts of Pierre Bourdieu.

**Keywords:** Apps of affection. Romantic love. Self-help market. Pierre Bourdieu. Economic sociology.

# Markets on the edge: Beach kiosk TripAdvisor consumer online reviews as dataset to compare Australian and Brazilian beachfront collective representations

**Marina Sartore<sup>1</sup>**  
**Brian Coffey<sup>2</sup>**

## Abstract

Consumer online reviews are written by amateurs, are published very fast, and are freely accessible by anyone having internet access, bringing analytical challenges to the Social Sciences. In this exploratory paper, we compare Australian and Brazilian beach kiosk TripAdvisor Written Reviews (TWRs) and argue that they are a useful source to perceive differences in beachfront collective representations. We also argue that to better understand the socio-logics of beachfront collective representations, the content analysis of TWRs alone can be limited; therefore, we draw on other qualitative methods, such as document analysis and field observation. By combining such methods, we conclude that Australian and Brazilian beachfront collective representations differ in categories of time and space. Understanding beachfront collective representations of different countries can bring consistent knowledge to help politicians tackle current coastal challenges, especially the balance between commercial development and natural conservation of the beachfront.

**Keywords:** Economic Sociology, Seaside; Digital Media; Consumption, Big data.

## I Introduction

Beachfronts are intriguing places. Once only wild and exotic, beaches have incorporated diverse uses over the years, becoming places for leisure,

---

1 Associate Professor of Sociology at the Federal University of Sergipe. Researcher at the Postgraduate Program of Sociology and at the Postgraduate Program of Environment and Development. Contact author: [marinass@ufs.br](mailto:marinass@ufs.br)

2 Professor at the Royal Melbourne Institute of Technology. Researcher at the Centre for Urban Research.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

curing diseases, transgressing laws (CORBIN, [1988] 1990; URBAIN, [1994] 2002; AZEVEDO, 2008), and commerce (SPEARTRITT, 2003; SARTORE, 2017). In Brazil, we find beach kiosks among the many typical commercial façades of the beach. For instance, in the city of Aracaju, located in the Northeast of Brazil, there are around 50 beach kiosks on a 16 km stretch of coast, where people pay to have fun (paying for meals and drinks) on a free space (the beach). In doing so, it is common for these people to get on their smartphones and write reviews, such as the following one, posted on TripAdvisor<sup>3</sup>.

Great Choice! Lots of food, beer options. Good lunch and snacks. The Waitress [name] provides a very good quality service, very attentive!! Price is fair, clean toilets, shower available, playground for children (B2E70 – translated from Portuguese by the authors).

On the other side of the world, in Melbourne (Port Phillip Bay), Australia, there are two beach kiosks where people, in a similar fashion, also pay to have fun (paying for meals and drinks) on a free space (the beach). In a similar fashion, these people also get on their smartphones and write reviews, such as the following one, posted on TripAdvisor.

Nothing beats a good ol' Aussie brekkie [breakfast] on the beach [...] fantastic eggs Benedict, the strongest espressos, sides of bacon, feta, oh the marinated portobello mushrooms, how do they do that? I love to sit outside on the big old picnic table made out of heavy timber beams and watch beach goers, kiddies, puppies and the rolling waves right at my feet. Nothing beats [the kiosk] for location, an early morning swim, a relaxing beach walk and the best brekkie this side of Port Phillip Bay) (B3E10).

These are consumer online reviews (CORs<sup>4</sup>) about experiences at beachfront kiosks. Different from expert reviews, which are published by specialized newspapers or travel guides, CORs are written by amateurs<sup>5</sup>, are published very fast, and are freely accessible by anyone having internet

---

3 TripAdvisor was launched in 2000 and is now available in 49 countries. It has 490 million average monthly unique visitors and an annual revenue of \$1.62 billion (IR.TRIPADVISOR, 2019).

4 Amazon (ww.amazon.com) pioneered the Online Consumer Review platforms (BEAUVISAGE *et al.*, 2013). Nowadays, there are many others, such as TripAdvisor (www.tripadvisor.com); Yelp (www.yelp.com); Zomato (www.zomato.com).

5 The use of the word “amateur” means that the reviewers don’t necessarily have the skills, nor the credentials, that would turn them into professional reviewers, such as the reviewers from the Michelin 3 stars rating system.

access. CORs tend to increase along with the growing number of listed restaurants on TripAdvisor, that jumped from 2.4 million to 4.9 million in the last four years (STATISTA, 2019).

As the number of people that use online platforms grows, using them to share products, services and information, the bigger the impact on people's daily lives (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2014; CARDON, 2015), creating a new source of information that challenges the expert trust system (JEACLE; CARTER, 2011), and, by and large, changing the touristic imagery of destinations (TAMAJÓN; VALIENTE, 2015). On that note, this paper will focus on TripAdvisor written reviews (from now on, TWRs), more specifically, reviews about experiences in beach kiosks, seen as beachfront commercial experiences intermediated by money, where people pay for meals and drinks with a view of the beach. Within this scope, beach kiosks can be fancy restaurants or humble shacks, and can be found in many places around the world, as shown by the CNN travel (GERRIE, 2013)<sup>6</sup> ranking of the world's 50 best beach bars.

In this exploratory paper, we argue that TWRs are a useful source to perceive and compare international collective representations, or narratives that emerge from social interactions, such as Brazilian and Australian beachfront collective representations. By collective representations we address, more specifically, narratives that overcome social relations and become stable in the form of beliefs, laws and moral codes that constrain social behaviour (DURKHEIM, 1898). However, we argue that to better understand the socio-logics of (beachfront) collective representations, TWRs alone are limited, and need to be combined with other qualitative methods.

This argument is developed in the paper in four sections: First, we present our understanding of the association between TWRs and collective representations. Second, we present the content analysis framework used on TWRs of two beach kiosks from Brazil and two beach kiosks from Australia; the resulting data is presented as empirical evidence to support our argument. Third, we present the following results: (1) TWRs can be used as a source of data to compare collective representations internationally.

---

<sup>6</sup> Information available at: <https://edition.cnn.com/travel/article/worlds-best-beach-bars/index.html>.

The same eight categories emerged from the analysis of the TWRs of the selected Australian and Brazilian beach kiosks: Food+Beverage; Infrastructure; Service; Definition; Price; Location; Beach and Scenario; Experience Detail. This means that patterns are created by TripAdvisor, which enables comparative research/analysis. (2) Although the same categories emerged from the analysed TWRs, their content and frequency vary, showing that these countries have different collective representations about beach kiosks and, more generally, beachfronts. To highlight these differences, we present a more detailed account of the results of the content analysis categorized as Food+Beverage, Beach and Scenario, and Infrastructure, demonstrating particularities related to each country's beachfront collective representations. We also argue that we can better explain how these particularities are framed only by combining other methods of analysis, such as field observation and document analysis. Fourth, we conclude that the dynamics of the Australian and Brazilian beachfront collective representations vary according to classifications of time and space and indicates a strong relation to the drinking culture and to the empowerment of the local community. Further research is needed to better understand how these relations develop in particular contexts.

## **2 TripAdvisor written reviews as collective representations**

At a first glance, TWRs look like a myriad of independent and individual evaluations. Yet, they express a general, tacit and collective narrative about what is expected to be found, and how people are expected to behave, for example, in a beach kiosk. These narratives are collective representations (DURKHEIM, 1898) that are produced from social interactions that happen at the beach kiosk and are objectified into online reviews expressing external, general, coercive beliefs, laws and moral codes. Collective representations can be found not only in content (what one writes), but also in the shape (how one writes).

Beachfront collective representations can vary. For example, Peyvel's (2008) field observations identified different and opposite collective behaviours between two near beaches in Vietnam: the

“occidental beach”, frequented predominantly by Western tourists, and the “Vietnamese beach”, frequented predominantly by Vietnamese people. Peyvel argued that: while “Westerns” value the beach mostly for its beauty, the Vietnamese value its functionality; while Westerns like to get a tan, the Vietnamese tend to stay under the shade (having pale skin is a sign of good health in the local culture); while in the “occidental beach” there are garbage bins everywhere, and most Westerns make use of them, the Vietnamese tend to leave the remains of eaten crustaceans all over the floor. Finally, while Westerns usually shop in boutique stores that have fixed prices and are located near the beach, the Vietnamese bargain with independent vendors that make rounds on the beach offering different products.

When differences like those described above appear in TWRs, more than simply expressing different descriptions of different collective behaviors, they express judgments of value. To paraphrase Durkheim (1911), every time we evaluate, we mobilize a whole external structure of classifications that orient our judgment. In this perspective, TWRs are ideals and beliefs that concretely operate as the values of a society. Durkheim (1911) gives the example of marriage as an ideal, or a judgment of value, shared by a homogeneous society; once divorces and adulteries start happening, they are treated as menaces by those sharing the marriage ideal. Following this perspective, once TripAdvisor reviewers evaluate, they face a whole external structure of beachfront kiosk classifications that is seen as ideal for the society they belong to. If they share and experience the same set of classifications, the review will certainly be positive. If they don't, the non-orchestrated experience will result in social sanctions in the form of a negative review. However, it's important to highlight that TripAdvisor has a high consumer experience rate of 3.8 out of 5.0 stars, showing that TripAdvisor portrays “consumer experiences of happiness” (CARDON, 2014), thus, mostly reflecting the ideal associated to beachfront collective representations.

### 3 Brazilian and Australian beach kiosk reviews: context and methodological framework

The dataset analysed in this paper comes from 200 TWRs about the two top-ranked beach kiosks (B1 and B2<sup>7</sup>) located in Aracaju's Expansion Zone, in the state of Sergipe, Brazil, and another 200 TWRs about two beach kiosks located in Port Phillip Bay, in the Australian state of Victoria (B3 and B4<sup>8</sup>). The 400 beach kiosk TWRs are presented as judgements of people's eating and drinking experiences at the beachfront. Also, the portrayed beach kiosks (B1, B2, B3 and B4) are among the selected case studies of an international research project that compared beach commercial development in Australia and Brazil<sup>9</sup>.

Researchers face analytical challenges in using data produced by online applications (BOYD; CRAWFORD, 2012; KITCHIN, 2014; GOLD; KLEIN, 2016). Cousin *et al.* (2014) argue that TripAdvisor can be used by social scientists to understand patterns of social collective travel behaviour, where available data, such as age, gender and travellers' location can be used to understand which region gets more comments and what kind of travellers they receive. For this article, the challenge of using TWRs as a source of data is the lack of access to accurate information about the reviewers' general profile.

To be able to analyse the beachfront collective representations presented in the TWRs, we need to know from which social group they derive. Thus, we divided the 400 TWRs into Group one, with the 200 reviewers of Brazilian beach kiosks, and Group two, with the 200 reviewers of Australian beach kiosks.

---

7 100 TWRs about B1, from January 2015 to February 2017; and 100 TWRs about B2, from August 2012 to February 2017.

8 100 TWRs about B3, from November 2014 to October 2018; and 100 about B4, from February 2015 to November 2018.

9 The international project "Free and unrestricted beach access and the relation between nature and forms of commerce on the beach: a comparative study between Australia and Brazil" was developed by the authors of this paper from September 2018 to August 2019. The project comparative analysis was between countries. However, in this paper, every time we mention "Brazilian beach kiosks" we are referring to the two analysed beach kiosks in Aracaju's Expansion Zone; every time we mention "Australian beach kiosks" we are referring to the two analysed beach kiosks at the Port Phillip Bay area.

Females and Males are relatively well distributed in both groups (37% females and 43.5% males in Group one; 33.5% females and 28% males in Group two). The TripCollective (TRIPADVISOR, 2019b)<sup>10</sup> highest levels (from 04 to 06) are 63% for Group one and 66.5% for Group two. Therefore, the TWRs of our sample are well distributed by gender, and the majority are experienced contributors to the online platform.

Group one is formed mainly by Brazilian domestic tourists and locals<sup>11</sup> (71%). Group two is formed mainly by locals<sup>12</sup> (52%); and, if we add the reviewers from other Australian states, the percentage grows to 66%<sup>13</sup>. Overall, the TWRs about the Brazilian beach kiosks are written mainly by Brazilians, and the TWRs about the Australian beach kiosks are written mainly by Australians. As a result, we can affirm that the beachfront collective representations are produced, by and large, by people from the same nationality.

Both countries have high rates of households having internet access: 70.5% in Brazil (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018) and 86% in Australia (ABS, 2018). In both countries there is also a direct association between higher income and higher probability of internet access. In Brazil, 92% of those earning more than 10 times the minimum wage have internet access, against 54% of those earning up to 01 minimum wage<sup>14</sup> (SANTOS, 2016). In Australia, 96% of those in the highest income quintile have internet access, against 67,4% in the lowest quintile<sup>15</sup> (THOMAS; WILSON; PARK, 2018). This data associating income and internet access points out the high probability that the TWRs of our sample are written,

---

10 TripCollective Level is a "contributor program that recognizes each time [someone] add to TripAdvisor". There are 06 levels, from 0 to 06. The more someone contributes, the more points and higher the level earned. Information available at: [https://www.tripadvisor.com/vpages/tripcollective\\_faqs.html](https://www.tripadvisor.com/vpages/tripcollective_faqs.html).

11 Those from the state of Sergipe, Brazil.

12 Those from the state of Victoria, Australia.

13 These percentages are likely to be bigger. The percentage of people that don't mention their home country is relatively high (29% for the Brazilian beach kiosk TWRs and 22% for the Australian beach kiosk TWRs). However, by reading the TWRs, the language and local expressions used in the review indicate that many of those not mentioning their origins might be Brazilians (in TWRs from Brazilian kiosks) and Australians (in TWRs from Australian kiosks).

14 Data from 2015.

15 Data from 2018.

in a higher percentage, by people with higher incomes, also considering the costs involved in frequenting a beach kiosk.

Another important characteristic of online reviewers is their amateurism. Soon after TripAdvisor was created, it started to allow independent persons to write reviews. Shortly after, the application started to receive several crowdsourced reviews (KINSTLER, 2018). As a result, TripAdvisor became an online application where amateurs could review, as well as check upon other amateurs' reviews, creating a whole new structure opposing that of expert reviews built by the creators of the Michelin Guide in France<sup>16</sup>. To summarise, the TWRs of our sample produce beachfront collective representations coming mainly from "experienced" local amateur male and female contributors, probably coming from higher income levels of Brazilian and Australian society.

This dataset (SARTORE, 2019)<sup>17</sup> analysis follows the methodological procedures for content analysis proposed by Moraes (2003). First, we listed the 400 TWRs on an excel spreadsheet and gave each of them a code. For example: the first review of beach kiosk 01 was coded as B1E1 (B1=Beach Kiosk 01; E1=Evaluation 01); the second review of beach kiosk 01 was coded as B1E2; therefore, the first review of beach kiosk 02 was coded as B2E1, and so on. Then, we divided each of the phrases and clauses that expressed an independent idea into **units of meaning (U)**. The example below shows the review coded as B1E5 (fifth review of the beach kiosk 01) with the six created **units of meaning (U)**.

Great location. [B1E5U1] Ok food. Average coffee. [B1E5U2] Right on the beach with both inside and outside tables. [B1E5U3] Counter ordering. Quick service. [B1E5U4] Eggs on toast ok but coffee bland. Fruit toast excellent. [B1E5U5] Nice place on a nice day, but don't go just for the food. [B1E5U6].

The next step was the process of categorization, where categories were created to cluster together all units of meaning that presented a similar judgement of the beach kiosk experience. The same eight categories emerged

16 Karpik (2000) is a good source to learn more on how the "Michelin expert review" was created and legitimated.

17 The dataset from the Australian case is available at: [https://www.researchgate.net/publication/332304794\\_Australian\\_Beach\\_Bar\\_Trip\\_Advisor\\_Excel](https://www.researchgate.net/publication/332304794_Australian_Beach_Bar_Trip_Advisor_Excel), upon request. The dataset from the Brazilian case is available by email upon request.

from both Brazilian and Australian TWR analysis: (1) Definition (“the bar is...”); (2) Infrastructure (“the bar infrastructure has...”); (3) Food and Beverage (“food and beverages are...”); (4) Service (“the service is...”); (5) Location (“the location is...”); (6) Beach and Scenario (“the views are...”); (7) Price (“the prices are...”); and (8) Experience Detail (details and additional subjective information written to start or finish a review). Going back to the same example given above, the 6 units of meaning from Review B1E5 are allocated to seven different categories, as underlined below:

Great location. **[B1E5U1]** Location Ok food. Average coffee. **[B1E5U2]** Food+Beverages Right on the beach /with both inside and outside tables. **[B1E5U3]** Location/Infrastructure<sup>18</sup> Counter ordering. Quick service. **[B1E5U4]** Service Eggs on toast ok but coffee bland. Fruit toast excellent. **[B1E5U5]** Food+Beverages<sup>19</sup> Nice place on a nice day, but don't go just for the food. **[B1E5U6]** Definition.

The final corpus of analysis for the Brazilian beach kiosk TWRs consists of 621 units of meaning, corresponding to 841 different category matches; the total corpus for the Australian beach kiosk TWRs consists of 640 units of meaning, corresponding to 930 different category matches.

## 4 Discussion: two different tales on the edge

### 4.1 Same categories, different frequencies

TripAdvisor, as well as other standardized platforms of CORs, presents patterns. Cardon (2014), for example, identified eight categories of semantic groups<sup>20</sup> in TripAdvisor hotel reviews. Vásquez (2010) and Cenni and Goethals (2017) also demonstrated patterns in TripAdvisor written negative evaluations. Further, Beuscart and Mellet (2016) analysed the “La Fourchette” application and showed patterns in what and how people write a review. Similarly, Gomes (2019) showed patterns of evaluation between

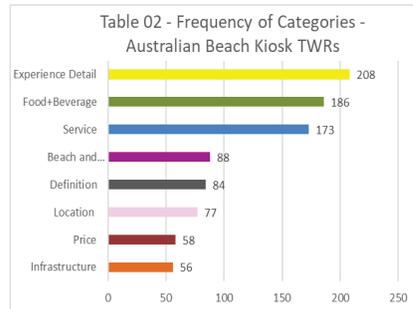
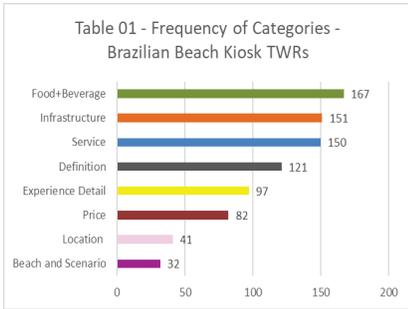
18 The same unit of meaning **B1E5U3** is allocated to two different categories: Location and Infrastructure. This is an example of how the same unit of meaning can be allocated to more than one category.

19 In review **B1E5**, two different units of meaning (**U2** and **U5**) are allocated to the same category Food+Beverage. The same review can generate more than one unit of meaning to the same category.

20 The semantic groups are Definition; Narratives; Location; Service; Quality; Price; Recommendations; and Nuance (CARDON, 2014, p. 235). They are equivalent to what we are calling “categories” in our analysis.

Airbnb users in Coimbra, Portugal and Porto Alegre, Brazil. These written patterns appear because, to write a review, one must fill a form with fixed metrics and evaluation criteria which guide what and how reviewers write<sup>21</sup>. As a result, the same comparable categories emerge. However, in our case, although the same eight categories emerged from the analysis of both Brazilian and Australian beach kiosk TWRs, their frequencies vary, as shown in tables 1 and 2.

**Tables 1 and 2 – Frequency of units of meaning per category in analysis of TWRs of Brazilian and Australian beach kiosks**



**Source:** Research Dataset – elaborated by the authors.

For the Brazilian beach kiosk TWRs, the categories that encompass most units of meaning are those related to the beach kiosk contractual experiences, such as Food+Beverage [167], Infrastructure [151] and Service [150]. They are followed by Definition [121] and Experience Detail [97], which bring subjective point of views about the kiosks. Although the beach kiosk experience implies commercial exchange, the category Price [82] comes only in sixth on the overall unit of meaning ranking. The lack of citations about the Location [41] and about the Beach and Scenario [32] shows a dissociation of consumer experiences with the natural landscape experience (SARTORE, 2017<sup>22</sup>).

21 As TripAdvisor reviewers are amateurs, the platform provides a guide with tips on how to write a good review, aiming to create some sort of pattern. These guidelines are available at: <https://www.tripadvisor.com/>.

22 The Brazilian beach kiosk TWRs dataset was previously analysed, in greater detail, in: Sartore, 2017.

However, the frequency of categories in the Australian beach bar TWRs varied in comparison to the Brazilian beach kiosk TWRs. The categories that encompass most units of meaning in the Australian TWRs are Experience Detail [208], Food+Beverage [186] and Service [173]. The category with fewer allocated unit of meanings in the Brazilian TWRs analysis, Beach and Scenario, appears next in the Australian TWRs analysis, with 88 allocated units of meaning, showing a stronger association between the consumer experience with the beach setting for the kiosks. Definition [84] and Location [77] encompass less units of meaning, followed by Price [58]. Infrastructure, the second category in terms of allocated units of meaning in the Brazilian TWRs analysis, encompassed the least amount of units of meaning in the Australian TWR's analysis, with only 56 matches.

The sample of 400 TWRs was adequate in revealing the emergence of the same categories to express beachfront collective representation for both the Brazilian and the Australian case. However, the variability of their frequencies shows that there are different beachfront collective representations. These differences are highlighted by the content analysis of each category. With these general patterns in mind, we now focus more closely on three of them, in order to consider their relevance in showing similarities or idiosyncrasies between the Brazilian and Australian beach kiosk TWRs analysis. First, we drawn on Food+Beverage, as it was the category with most allocated unit of meanings in the Brazilian TWRs analysis and the second category with most allocated unit of meanings in the Australian TWRs analysis. Second, Beach and Scenario, as it was the category with least allocated units of meanings in the Brazilian TWRs analysis, appearing higher up in the ranking in the Australian TWRs analysis. Third, Infrastructure, as it was the category with least allocated units of meanings in the Australian TWRs analysis, and the second category with most allocated units of meanings in the Brazilian TWRs analysis.

What we aim to demonstrate with these three examples is that by analysing each category it is possible to better apprehend the variables that show the differences between the Brazilian and Australian beachfront collective representations. However, we acknowledge that other qualitative methods should be used in order to develop a deeper sociological analysis





**Figure 2 – Brazilian Beach Kiosks – Food+Beverage**

Source: TWRs from our sample. Produced by the authors by using WordArt. In the word clouds, the font size gets bigger in direct proportion to the amount of times it is cited in the TWRs.

TWRs reproduce and reinforce the regional food identity. Although food identity can be stereotyped (WOOD; MUÑOZ, 2007)<sup>24</sup>, it is an important aspect in building a national brand destination (LIN; PEARSON; CAI, 2011). However, the sociological understanding of the category Food+Beverage goes beyond listing and comparing different personal or general food tastes, such as “prawn, crab and beer” versus “eggs, lunch, breakfast, coffee”. In fact, the main sociological assumption is that this pair of oppositions reveals different social relations in each case (BOURDIEU, 1984).

The first food beachfront collective representation analysed is “prawn, crab and beer”. Aracaju is the fourth major prawn producer in Brazil (AGÊNCIA SERGIPE, 2014), but field observation revealed that the biggest star of beach kiosks in terms of menu is the crab, which has become an important source of income to the coastal communities of Sergipe (SANTA FÉ; ARAÚJO, 2013). Since 2016, the city has been organizing the Crab Festival (GURGEL, 2016)<sup>25</sup>, having also renewed the giant crab statue at the beach promenade (G1, 2016)<sup>26</sup>, a popular tourist attraction. As for drinks, field observation revealed umbrellas sponsored by beer brands. It is usual to see the waiter leaving a thermal bag full of beer bottles

24 The case explored by the authors is the international chain “Outback”, seen as typical Australian food in the United States of America, but not recognized by Australians as such.

25 Information available at: <http://hlog.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6559-festival-do-caranguejo-agita-aracaju.html>.

26 Information available at: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/10/caranguejo-gigante-da-oria-da-atalaia-passa-por-restauracao.html>.

near the leg of the table. After some time, the empty bottles are left on the opposite leg of the table so the waiter can count how many were consumed and print the bill. The thermal bag means that in the Brazilian beachfront collective representation, people spend a long time eating and drinking on the beach. Brazilian beach frontage drinking culture is reinforced by the summer beer advertisement campaigns (by different brands), often portraying the beach as a space for parties, with people having a good time while drinking beer on the beach (see references for “Nova Schin - Estação Cervejão” and “Comercial nova Schin”<sup>27</sup>).

The second food beachfront collective representation analysed is “eggs, lunch, breakfast, coffee”. Field observation showed that in the Australian beach kiosks the experience is separated by time: in the morning, kiosks operate as beach cafes, where waiters and waitresses bring the breakfast menu and tables normally display coffee and eggs. However, sometime after noon, alcohol starts to be consumed at tables. By sunset, the metamorphosis is complete – the beach kiosks become bars, where most tables are adorned with alcoholic drinks<sup>28</sup>. During the morning, the busiest person is the barista; at sunset, the barman.

Taylor (2019) argues that urban spaces in Victoria are largely shaped by the alcohol drinking culture which still bears the legacy of the temperance era from the beginning of the 20<sup>th</sup> century. Indeed, the division between coffee and beer drinking cultures and times seem to have a direct impact on the design of the Australian beach kiosk, as can be observed in figure three, which shows the space division in one of the beach kiosks with the cafe on the right side, the take-away food in the middle, and the bar on the left side.

---

27 Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=HNyI\\_4QvzOY](https://www.youtube.com/watch?v=HNyI_4QvzOY); <https://www.youtube.com/watch?v=gvm5-MQkEE9U>.

28 Although the Australian beach kiosks have the permit to sell alcohol from 11am onwards, it's very unusual to see people drinking alcohol before lunch time.



**Figure 3** – Beach Kiosk in the morning (coffee to the right, bar to the left).

*Source: Personal Photos. January/2019.*

To test Taylor’s argument, we undertook content analysis of eight Statutory Planning Documents about beach kiosk B4<sup>29</sup>. The Statutory Planning Document states all of the normative framework (laws; agreed rules) related to the use of the land and presents the entire institutional history of the beach kiosk, including its controversies. Table 3 summarizes the history of beach kiosk B4.

**Table 3** – Statutory Planning timeline for beach kiosk B4<sup>30</sup>

Document Date	Timeline
02/12/2002	Local Council decides to advertise the call for potential developers of the old bathing pavilion.
01/12/2003	3 tenders were selected to “refurbish (...) in sympathy with the building’s heritage, to support community use and with limited, complimentary commercial uses fronting the street and sea”. (p. 85).
05/04/2004	The most recommended use for the building is as a <u>food and beverage premise</u> . However, the building is on crown land and in Public Park and Recreational Zone (PPRZ), where the use of the land for a restaurant is prohibited.

29 City of Port Phillip Statutory Planning Committee, 01 December 2003, 05 April 2004, 26 April 2004, 13 June 2006, 23 March 2009, 01 June 2009, 27 July 2009, 06 June 2018.

30 Statutory Planning of 2001 for B3 shows the same key issues raised by local community: Residential amenity, car parking, change of use of premises (local people wanted to avoid the place becoming a bar) and hours of operation.

Document Date	Timeline
26/04/2004	The local council wants the insertion of the use for <u>food and beverage facility (excluding tavern and hotel)</u> into the Public Park and Recreation Zone. Tavern and hotel are excluded for having different liquor licences, allowing them to sell alcohol without food. The restaurant should be a public facility, not a bar.
13/06/2006	A renovation plan includes a 300-seat restaurant/cafe, take-away services, exhibition space, beach related retail and public amenities. The key issues raised by the local community are car parking and hours of operation. <u>The consultation with residents resulted in the agreement that the establishment “should not be granted general liquor licence as this would allow alcohol to be taken off the premises and onto the beach and allow the serving of alcohol to persons on the beach”</u> (p. 123).
23/03/2009 01/06/2009	The partnership with a consortium is advertised to turn the building into a beach facility as cafe and restaurant (23 March 2009). Key controversial issues are about the amount to be paid by the tender as a lease. For local community, the decision was favouring the tender rather than the local community interests (01 June 2009).
08/2009	The cafe/restaurant is inaugurated with an <u>on-premises liquor permit</u> .
06/06/2018	After nine years, the kiosk applies for authorization to serve alcohol to the tables <u>on the beach</u> , on the grounds that it is consistent with relevant current policy and it is time for change. Local Council refused on the grounds that the role of the kiosk is to bring public amenities and can't change it <u>focus further towards alcohol consumption</u> .

Source: City of Port Phillip (2001, 2002, 2003, 2004a, 2004b, 2006, 2009, 2009b, 2009c, 2018).

Table elaborated by the authors.

By looking at Table 3, it is possible to observe that the design of beach kiosk B4 is the result of protracted negotiations between the local council, law representatives, local community, and private sector interests. Discussions about drinking and the kiosk's status as a cafe, restaurant or bar were always on the agenda.

The TWRs gave us the first clues to the main differences between the Australian and the Brazilian beach kiosks in terms of Food+Beverage beachfront collective representation. A pair of oppositions appeared: “prawn, crab and beer” versus “eggs, lunch, breakfast, coffee”. The combination of field observation and document analysis shows that two different beachfront collective representations derives from other different cultural backgrounds: in the Brazilian case, crabs and prawns are the

result of a strong production associated with the city efforts to reinforce the crab as the city icon food identity. Also, there aren't any restrictions to having alcohol on the beach and beach kiosks are regularly supported by beer brands that encourage alcohol consumption on the beach<sup>31</sup>. As a result, Brazilian beach kiosks sell alcohol by the time they open and people normally spend the day on the beach drinking and eating. Quite differently, the Australian “eggs, lunch, breakfast, coffee” beachfront collective representation is determined by a cultural time division between breakfast and “after lunch” or happy hour, enforced by local morals and specific liquor permits that are negotiated in the governance processes described in the Statutory Planning Table. Looking back at the Brazilian scenario, the time division more clearly seen in Australian beachfront collective representations is blurred or non-existent.

#### 4.2.2 The view and the setting – looking at the space

This section explores two major oppositions in the frequency of categories. The first opposition is that, while in the analysis of the Brazilian beach kiosk TWRs Beach and Scenario is the category with the least amount of allocated units of meaning [32], in the analysis of the Australian beach kiosk TWRs it is the category with the fourth most allocated units of meaning [88]. The second opposition is that, while Infrastructure is the second category regarding the total number of allocated units of meaning in the analysis of the Brazilian TWRs [151], it is the category with the least amount of allocated units of meaning in the analysis of the Australian TWRs [56]. This raises a few questions: Why does Beach and Scenario not appear as a relevant category regarding the Brazilian beachfront collective representation? And why is this different regarding the Australian beachfront collective representation? In a similar matter, why is Infrastructure not relevant for Australians? And why is so important for Brazilians?

The Beach and Scenario category refers to mentions to the beach and the surrounding scenario. In the Brazilian beach kiosk TWRs, Beach

---

31 In an informal conversation with one of the authors of this paper, one beach bar owner from Brazil measured his success as a beach kiosk entrepreneur by the amount of beer sold throughout the year.

and Scenario usually refers to characteristics such as “quiet” [11] and “cleanliness” [7]. In the Australian beach kiosk TWRs, on the other hand, the “view” [60] and the “beach” [15] are predominant. Figure five shows a word cloud with the most cited words in the Beach and Scenario category for the Brazilian kiosks. Reinforcing the conclusions of a previous paper published by Sartore (2017), the lack of units of meaning associated to this category shows that the beach kiosk consumer experience is highly dissociated from experiences in nature<sup>32</sup>. In the Australian beach kiosk TWRs there are more mentions to the beach view as being something “great”, “amazing”, “lovely”, “outstanding”, “stunning”, etc. (see all the words cited [including the most cited] in Australian TWRs in the word cloud presented as figure four).

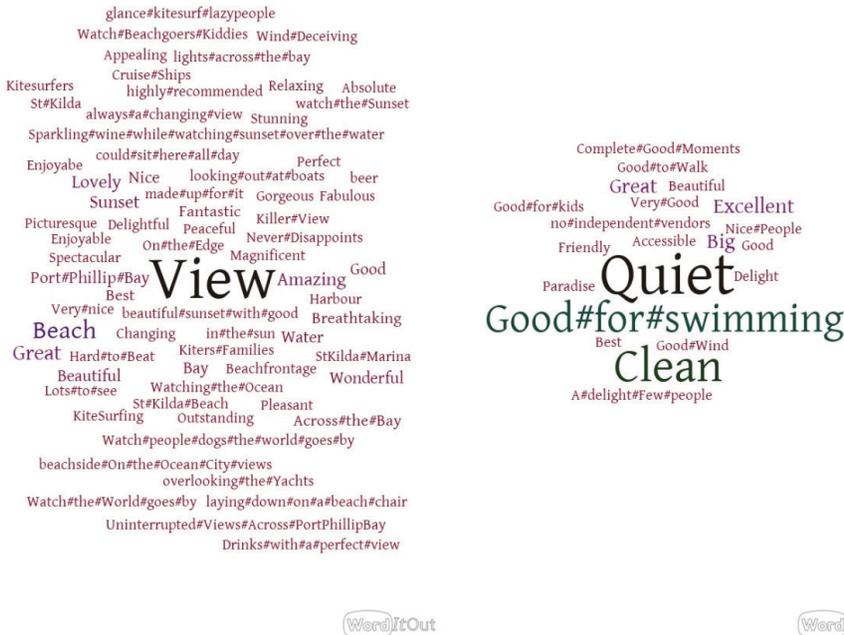
Why do Australians put more stress on the beachfront view? Field observation in the Urban Expansion Zone in Aracaju showed around 50 beach kiosks<sup>33</sup> scattered along 16 kilometres of the coast. On the other hand, field observation along 12 kilometres of the coast of Port Phillip Bay in Victoria showed two beach kiosks having direct access to the beach. The limited number of beach kiosks giving direct access to the beach in Port Phillip Bay explains, at least partly, why this beachfront experience is seen/felt as unique<sup>34</sup>.

---

32 Sartore (2017) presents a complementary analysis of 138 pictures that were attached to the analysed TWRs showing that most of them (100) portrayed the kiosk’s infrastructure, its food and beverages, while only 10 portrayed exclusively the beach or the surrounding nature.

33 Another field observation, including photographs, was undertaken in December 2017. The region was accessed by car. A group of students led by one researcher mapped 48 beach kiosks.

34 This uniqueness is commercially explored by the two Australian beach kiosks. B3’s webpage slogan promises “Melbourne’s most beachside cafe”, while B4’s slogan promises “A magnificent & exclusive beach front venue”.



**Figure 4** – “Beach and Scenario” word cloud. Australian beach kiosk TWRs on the left side, and Brazilian beach kiosk TWRs on the right side

Source: TWRs from our sample. Produced by the authors by using Worditout. In the word clouds, the font size gets bigger in direct proportion to the amount of times it is cited in the TWRs.

The Brazilian beach kiosks are literally built on the sand. The two Australian kiosks are built on the boardwalk, with their doors having direct access to the beach. Although there is a physical space division between the kiosk and the sand, for most reviewers of the Australian beach kiosks, they are “right on the beach” (see word cloud presented in figure five). The category Location [77]<sup>35</sup> indicates that, as Australians don’t have beach kiosks “on the sand”, the sense of place is symbolically redefined, as they see the beach kiosks on the boardwalk as being “on the beach”.

35 The category Location was brought to the analysis to complement the argument that, for reviewers of Australian beach bars, not only the view is unique, but also the location; even though the beach kiosks are physically built on the boardwalk, they are seen as being “on the beach”.



WordItOut

**Figure 5** – “Location” word cloud, Australian beach kiosk TWRs

*Source: TWRs from our sample. Produced by the authors using Worditout. In the word cloud, the font size gets bigger in direct proportion to the amount of times it is cited in the TWRs.*

Infrastructure refers to facilities offered by beach kiosks, being the second category in number of matches for units of meaning in the analysis of Brazilian beach kiosk TWRs [151], but the least matches in the analysis of Australian beach kiosk TWRs [56]. In the Brazilian beach kiosk TWRs, the most cited words are “clean toilets” [22] and “furniture” [22], especially the quality of the chairs and tables. In the Australian TWRs, the most cited ones are “seating” (distribution) [30] – mostly the fact that there is indoor and outdoor seating [21], and “parking” [11].

Field observation showed that the beaches of Port Phillip Bay, including where the beach kiosks are, have changing rooms that are used by people to change clothes before and after enjoying the beach. The changing room implies a ritual that expresses the space division between the beach, where people use swimming suits, and the kiosk, where people get “properly dressed” for a meal. Differences in the way people dress (what “properly dressed” means) can also be observed in the kiosks: in the morning, people usually dressed casually, coming from or going to day activities and sports. At sunset, people typically dressed more formally. Sometimes an official note could be found near the entrance to the kiosk indicating the dress

code. This clear space division between the beach and the kiosk leads to reviews that highlight indoor and outdoor seating arrangements, especially since beach kiosks B3 and B4 have very few tables on the sand, some on the deck and the majority indoor.

Very differently, Brazilian beach kiosks “merge” with the beach. They offer small toilets, but no changing rooms. There aren’t public toilets available near them. Although “clean toilets” are the most cited words in the Brazilian beach kiosk TWRs, customers regularly stay dressed with beach clothes the whole time. Consequently, the second most cited words for the Brazilian beach kiosks are related to the comfort and quality of chairs and tables. Figure six show the difference in the design of tables and chairs. In the Brazilian kiosks, there are more tables outdoor (on the sand). In the Australian kiosk, the tables are predominantly placed indoors.



**Figure 6** – Design of tables - Australian beach kiosk (on the left) and Brazilian beach kiosk (on the right).

*Source: Personal Photos. On the left: January 2019. On the right: December 2017.*

The content analysis of beach kiosks B3 and B4 Statutory Planning<sup>36</sup> gives us some clues for the reason why Brazilian beach kiosk TWRs show greater concern with infrastructure than the Australian beach kiosk TWRs. In the Australian case, both B3 and B4 are heritage buildings built at the first half of the 20<sup>th</sup> century as bathing facilities. The plans to revitalize

36 B3 Statutory Planning, City of Port Phillip Bay, December 02<sup>nd</sup>, 2001.

kiosks B3 and B4 started, respectively, in 1989 and in 2002<sup>37</sup>. The process that led to the creation of these two beach kiosks operating as cafes and restaurants is the same: the tenders proposed a revitalization project that needed to follow the law – especially those concerning lease on crown land (VICTORIA STATE GOVERNMENT, 2018)<sup>38</sup>. Then, it had to get the approval from the local council, the local community and the authorities in the field of sustainability, heritage, land and urban development. Relevant issues, such as the size, colour and heritage frontage of the building, the extension of glass windows, the distribution of indoor and outdoor tables, the sewage system, the garbage disposal, were previously discussed in the project. After bringing the major controversies to an agreement, the kiosks were granted all the permits and were ready to operate, but they keep being monitored by local people and the local council.

The formalisation of local community participation in coastal management in Victoria started with the Coastal Management Act Victoria 1995 (WESCOTT, 1998), reaching a point where the local community interests can sometimes overcome expert recommendations, such as in a case in South Australia where the local community decided to rebuild a Surf Life Saving Club, despite the environmental expert's recommendations against it (CLARKE; TUALLY; SCOTT, 2016). As both beach kiosks B3 and B4 went through the same institutional process, both have similar designs and the same basic infrastructure. Therefore, Victorian beach kiosk costumers are more likely to know what kind of infrastructure they'll find, which, in turn, can impact on the lack of mentions related to Infrastructure on TWRs.

As for the Brazilian case, interviews and a lawsuit content analysis can explain the greater mentions on Infrastructure in the TWRs. A set of interviews with 16 out of the 48 Brazilian beach kiosk owners<sup>39</sup> revealed

---

37 This period coincides with the Kennett Government (1992-1999) in Victoria, when a business oriented approach was introduced to public sector management and decision-making (COFFEY, 2001).

38 Laws related to lease on crown land available at: <https://www.forestsandreserves.vic.gov.au/land-management/crown-land-leases-licences-and-permits>.

39 Interviews were conducted and recorded from January to May 2017 and transcribed from July 2017 to February 2018. The research is registered at the Federal University of Sergipe under the codes PVD 3951-2016 and PVD 5178-2017.

that the Brazilian beach kiosks were created as rustic shacks back in the eighties<sup>40</sup>. Since then, they have been renewed with brick structure, new amenities and have been expanding the number of tables and chairs. However, these beach kiosks are being sued by the Brazilian Public Ministry (lawsuit number 0802585-36-2014.4.05.850013) since 2014, on the grounds that (1) they irregularly occupy crown land, as they don't have either the environmental licence neither the licence to operate; (2) their uncontrollable growth is blocking the free access to the beach which is guaranteed by the Brazilian Federal Constitution of 1988 (SARTORE; ARAÚJO; RODRIGUES, 2019).

The interviews with beach bar owners revealed the predominance of a sense of institutional uncertainty. They say that some kiosks are better monitored than others, some have more privileges than others. The very existence of the lawsuit to demolish the Brazilian beach kiosks proves that this market grew unsystematically, with informal rules taking over, and now needs to be regulated. The lack of institutional certainty leads to unpredictable infrastructure, explaining the emphasis on this subject in the Brazilian beach kiosk TRWs.

## 5 Conclusion

This special issue on “Market, Media and Consumption” stresses important questions on how sociology can understand the changes in markets, especially in the wake of online applications that bring large scale datasets produced by algorithms. As we argued in this article, TRWs are useful to better understand the beachfront collective representations in Aracaju and Port Phillip Bay. The TRWs are mostly published by “experienced” local amateur contributors of TripAdvisor who are probably part of a high-income group.

The case studies are four local beach kiosks. The Brazilian beach kiosk TRWs are written mainly by Brazilians, and the Australian beach kiosk TRWs are written mainly by Australians. This means that the analysis

---

40 There is no similar document to an Australian Statutory Planning regarding the institutional history of these beach kiosks available to public consultation, justifying the need for interviews.

can be a faithful picture of the beachfront collective representations in a national level<sup>41</sup>. The TWR analysis shows how Brazilian and Australian CORs evaluate the beachfront experiences in beach kiosks in a similar way, seeing the same eight categories emerge from the analysis. However, the significance of each category varies in the Brazilian and Australian reviews, as evidenced by the number of units of meaning allocated to each category. In analysing these variations we can understand how the beachfront collective representations are different in each of the two countries.

We also argued that to be able to explore the major differences and oppositions between the Brazilian and the Australian beachfront collective representations we need to combine the analysis of TWRs with other qualitative research methods, such as field observation and document analysis. We selected three noteworthy categories to demonstrate our argument: Food+Beverage, showing how both Brazilian and Australian TWRs regard beach kiosks mainly as places to eat and drink; Beach and Scenario, showing how the setting of the bar is much more important to Australian than to Brazilian CORs (probably because of the uniqueness of the beach kiosk experience in Australia); and Infrastructure, showing how this is a matter of greater concern to Brazilian than to Australian CORs (probably because of the lack of regulation in how beach kiosks are built in Brazil). By developing content analysis combined with field observation and document analysis (and other complementary methods, such as photography and video analysis and interviews, for the Brazilian case), it is possible to broaden the analysis to grasp the socio-logics driving the beachfront collective representations, which showed differences in Australia and Brazil in two main dimensions: time and space.

Food+Beverage showed the difference in the time dimension. The opposition between “prawn, crab and beer” and “eggs, lunch, breakfast and coffee” showed Aracaju’s effort to associate the beachfront collective representation to prawns and crabs, which are important sources of income to the local community. Prawns and crabs are typically eaten accompanied by a cold beer. At the Australian side, people associate the beachfront

---

41 The comparative analysis can also be developed at other levels. For example, between Brazilians beach kiosks, or between Australian beach kiosks. Or even between two beach kiosks of the same city.

collective representation with eggs and coffee, a popular breakfast meal. The “what people eat” revealed by the TWRs is important; however, it was the “how people eat” revealed by the field observation that showed the differences in the time dimension. The Australian beachfront collective representation is divided between “coffee and eggs” in the morning, and “lunch and drinks” in the afternoon. This time division doesn’t exist in Brazilian kiosks. By further exploring the Australian case with document analysis, we could understand that the beachfront collective representation is highly associated with the Australian drinking collective representation, which still carries some of the conservative morals of the temperance movement from early 20<sup>th</sup> century. This connection between beachfront and drinking collective representations seems to also be quite strong in Brazil, however, in a very different way, where beach kiosks are regularly supported by beer companies which promote the “whole day drinking on the beach” culture.

Beach and Scenario and Infrastructure highlight the differences in the space dimension. The lack of units of meaning for Beach and Scenario in the Brazilian TWRs shows the dissociation between the kiosk experience with the surrounding nature. As Brazilians have many beach kiosks on the sand, they take them for granted. In Australian TWRs, this category encompassed more units of meaning, where reviewers characterized beach kiosks with direct access to the sand (for Australians, “right on the sand”) as rare and unique beachfront experiences.

The lack of units of meaning for Infrastructure in the Australian TWRs is most likely associated to the high predictability of beach kiosk infrastructure, seeing the owners must face a governance process to be able to open their commercial venues; hence, good infrastructure is taken for granted. Very differently, the high volume of units of meaning for infrastructure in the Brazilian TWRs, along with document analysis on the Brazilian Federal Public Ministry lawsuit against the beach bars, shows how the informality of how Brazilian beach kiosk are built leads to an unpredictable infrastructure, being clean toilets the major concern. Another difference revealed by the Infrastructure in the Brazilian beach kiosk TWRs is the quality of chairs and tables. Since people stay the whole

day at the same place, the beach kiosk merges with the beach, providing mostly outdoor seating (on the sand). In the Australian beach kiosk TWRs, the seating distribution (outdoor or indoor) also matters, since there is a physical division between the kiosk and the beach (a result of the changing room culture, and the need to change clothes, as each space has different dressing codes). There are few tables outdoor (on the sand), some on the deck and many indoor. Therefore, the access to a “clean” beachfront is very disputed and, most of the times, the deck is the closest one can get to the beach.

TWRs are adequate datasets as a starting point or complement to field observations and document analysis. This article focused on the demand side, but to be able to accomplish the whole sociological task and understand this form of commerce on the beach, we also need to bring the supply side. Therefore, the cherry on the cake would be to bring the relevant social actors from beer companies, coffee companies, heritage associations, local community leaders, beach kiosk owners to understand how the supply side affects beachfront collective representations.

Beachfront collective representation is an important matter for sociologists, since it changes along with society. Understanding beachfront collective representations of different countries can bring consistent knowledge to help politicians tackle current coastal challenges, especially the balance between commercial development and natural conservation of the beachfront.

## References

ABS. **8146.0 - Household Use of Information Technology, Australia, 2016-17**. March<sup>th</sup> 2018. Available at: <https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/8146.0>. Accessed on: March 22 2019.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua TIC 2016**: 94,2% das pessoas que utilizaram a internet o fizeram para trocar mensagens. 10 abr. 2018. Available at: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>. Accessed on: March 22<sup>nd</sup> 2019.

AGÊNCIA SERGIPE. Sergipe é o 4º maior produtor de camarão do Brasil. Available at: <http://agencia.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/sergipe-e-o-4-maior-produtor-de-camarao-do-brasil>. Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

- AMAZON. 2019. Available at: <https://www.amazon.com>. Accessed on: March 20<sup>th</sup> 2019.
- AZEVEDO, T. A praia: espaço de sociabilidade. *In*: SOUZA, R. V. de; LAGE, V. (org.). **A economia da praia**. Brasília: SEBRAE, 2008. p. 201-218.
- BEAUVISAGE, T.; BEUSCART, J.-S.; CARDON, V.; MELLET, K.; TRESPEUCH, M. Notes et avis des consommateurs sur le web – les marchés à l'épreuve de l'évaluation profane. **Réseaux**, n. 177, p. 131-61, 2013.
- BOURDIEU, P. **Distinction**. A social critique of the judgement of taste. Massachusetts: President and Fellows of Harvard College and Routledge & Kegan Paul Ltd, 1984.
- BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical Questions for Big Data. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 662-679, 2012.
- CARDON, V. Des chiffres et des lettres. Évaluation, expressions du jugement de qualité et hiérarchies sur le marché de l'hôtellerie. **Réseaux**, n. 183, p. 207-245, 2014.
- CARDON, D. **À quoi rêvent les Algorithmes** – Nos vies à l'heure des big data. Paris: Seuil, 2015.
- CENNI, I; GOETHALS, P. Negative hotel reviews on TripAdvisor: A cross-linguistic analysis. **Discourse, Context & Media**, v. 16, p. 22-30, 2017.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Statutory Planning Committee**. 12 Feb. 2001.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Strategy and Policy Review Committee**. 2 Dec. 2002.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Strategy and Policy Review Committee**. 1 Dec. 2003.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Strategy and Policy Review Committee**. 5 April 2004a.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Supplementary Report**. 26 April 2004b.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Statutory Planning Committee**. 13 June 2006.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Ordinary Meeting Council**. 23 March 2009a.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Strategy and Policy Review Committee**. 1 June 2009b.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Ordinary Meeting Council**. 27 July 2009c.
- CITY OF PORT PHILLIP. **Ordinary Meeting Council**. 6 June 2018.
- CLARKE, B; TUALLY, S; SCOTT, M. Social networks and decision-making for coastal land-use planning, development and adaptation response. **Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs**, v. 8, n. 2, p. 101-116, 2016.
- COFFEY, B. National Park Management and the Commercialisation of Nature: The Victorian Experience. **Australian Journal of Environmental Management**, v. 8, p. 70-78, June 2001.
- COMERCIAL Nova Schin - Caveirinhas com JR Requeijo. (30 seg.). **Armyagencytv**, 15 ago. 2012. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=gvmsMQkEE9U>. Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

CORBIN, A. **Territoire du Vide**. L'occident et le désir du rivage (1750-1840). Paris: Ed. Flammarions, 1990. [1st ed. 1988].

COUSIN, S.; CHAREYRON, G.; DA-RUGNA, J.; JACQUOT, S. Étudier TripAdvisor. Ou comment Trip-patouiller les cartes de nos vacances. **EspacesTemps.net**, 29 ago. 2014. Available at: <http://www.espacestems.net/articles/etudier-tripadvisor/>. Accessed on: Feb. 12<sup>th</sup> 2019.

DURKHEIM, E. Représentations individuelles et représentations collectives. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 6, p. 3-22, 1898.

DURKHEIM, E. Jugements de valeur et jugements de réalité. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 19, p. 1-13, 1911.

GERRIE, A. Worlds 50's beaches bar. **CNN**, June 17<sup>th</sup> 2013. Available at: <https://edition.cnn.com/travel/article/worlds-best-beach-bars/index.html>. Accessed on: March 28<sup>th</sup> 2019.

GOLD, M. K.; KLEIN, L. **Debates in the Digital Humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

GOMES, G. M. **Algo dita o Ritmo! O Airbnb e as representações coletivas**: quando o vínculo social é marcado pelo desempenho. Advisor: Elaine da Silveira Leite. 2019. 125 f. Dissertation (Masters of Sociology) – Postgraduate Program of Sociology, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

GURGEL, G. **Festival do Caranguejo agita Aracaju**. 2 ago. 2016. Available at: <http://hlog.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6559-festival-do-caranguejo-agita-aracaju.html>. Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

G1. **Caranguejo gigante da Orla da Atalaia passa por restauração**. 24 out. 2016. Available at: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/10/caranguejo-gigante-da-orla-da-atalaia-passa-por-restauracao.html>. Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

IR. TRIPADVISOR. **TripAdvisor is the world's largest travel site**. 2019. Available at: <http://ir.tripadvisor.com/>. Accessed on: March 20<sup>th</sup> 2019.

JEACLE, I.; CARTER, C. In TripAdvisor we trust: rankings, calculative regimes and abstract systems. **Acc. Organ. Soc**, v. 36, p. 293-309, 2011.

KARPIK, L. Le guide rouge Michelin. **Sociologie du travail**, v. 42, p. 369-89, 2000.

KINSTLER, L. How TripAdvisor changed travel. **The Guardian**, August 17<sup>th</sup> 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/news/2018/aug/17/how-tripadvisor-changed-travel>. Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

KITCHIN, R. Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. **Big Data & Society**, v. 1, p. 1-12, 2014.

LIN, Y.-C.; PEARSON, T. E.; CAI, L. A. Food as a form of destination identity: a tourism destination brand perspective. **Tourism and Hospitality Research**, v. 1, n. 1, p. 30-84, 2011.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, p. 191-211, 2003.

NOVA Schin - Estação Cervejão - Comercial de TV. 5 de fev. 2014. (1 min.). **Comerciais de TV**, 5 de fev. 2014. Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=HNy1\\_4QvzOY](https://www.youtube.com/watch?v=HNy1_4QvzOY). Accessed on: March 26<sup>th</sup> 2019.

ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. What happens when evaluation goes online? Exploring apparatuses of valuation in the travel sector. **Organization Science**, v. 25, n. 3, p. 868-891, 2014.

PEYVEL, E. Mui Ne (Vietnam): Western tourists and locals, two different perceptions. **Géographie et cultures**, v. 67, p. 79-92, 2008.

SANTA FÉ, U. M. G.; ARAÚJO, A. R. R. Seletividade e eficiência das artes de pesca utilizada na captura de *Ucides Cordatus* (Linnaeus, 1763), Sergipe, Brasil. **Acta Fish. Aquat. Res**, v. 1, n.1, p. 29-44, 2013.

SANTOS, B. F. Apesar da expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo. **Exame**, 2016. Available at: <https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>. Accessed on: March 22<sup>nd</sup> 2019.

SARTORE, M. S. A representação coletiva dos bares e restaurantes “pé-na-areia” produzida pelo dispositivo “TripAdvisor”: o caso de Aracaju-Sergipe. **Tomos**, n. 30, p. 303-336, June/July 2017.

SARTORE, M. de S. Australian beach Bar Trip Advisor Excel. **Research Gate**, April. 2019. Available at: [https://www.researchgate.net/publication/332304794\\_Australian\\_Beach\\_Bar\\_Trip\\_Advisor\\_Excel](https://www.researchgate.net/publication/332304794_Australian_Beach_Bar_Trip_Advisor_Excel). Accessed on: March 22<sup>nd</sup> 2019.

SARTORE, M. S.; ARAÚJO, S. P.; RODRIGUES, C. Aracaju Beach Bars as contested Market: conflicts and overlaps between market and nature. **Ocean & Coastal Management**, v. 179, p. 1-9, 2019.

SPEARRITT, P. Freedom and Commerce on the Australian Beach. **Sport, Culture and Society**, v. 3, p. 24-39, 2003.

STATISTA. **Number of listing on TripAdvisor worldwide from 2014 to 2018, by type (in thousands)**. 2018. Available at: <https://www.statista.com/statistics/684895/tripadvisor-number-of-listings-by-type/>. Accessed on: March 21<sup>st</sup> 2019.

URBAIN, J.-D. [1994]. **Sur la Plage**. Paris: Payot et Rivages, 2002.

TAMAJÓN, G. L.; VALIENTE, C. G. Barcelona seen through the eyes of TripAdvisor: actors, typologies and components of destination image in social media platforms. **Current Issues**, v. 20, n. 1, p. 33-37, 2015.

TAYLOR, E. J. **Dry Zones**: Planning and hangovers of liquor licencing history. Melbourne: Palgrave Pivot, 2019.

THOMAS, J.; WILSON, C.; PARK, S. Australia's digital divide is not going away. **The Conversation**, 2018. Available at: <https://theconversation.com/australias-digital-divide-is-not-going-away-91834>. Accessed on: March 22<sup>nd</sup> 2019.

TRIPADVISOR. 2019a. Available at: <https://www.tripadvisor.com>. Accessed on: March 20<sup>th</sup> 2019.

TRIPADVISOR. **TripCollective FAQs**. 2019b. Available at: [https://www.tripadvisor.com/vpages/tripcollective\\_faqs.html](https://www.tripadvisor.com/vpages/tripcollective_faqs.html). Accessed on: March 22<sup>nd</sup> 2019.

VICTORIA STATE GOVERNMENT. **Crown land leases licences and permits**. Crown land tenures support a wide range off amenities and uses. 2018. Available at: <https://www.forestsandreserves.vic.gov.au/land-management/crown-land-leases-licences-and-permits>. Accessed on: March 27<sup>th</sup> 2019.

YELP. 2019. Available at: <https://www.yelp.com>. Accessed on: March 20<sup>th</sup> 2019.

WESCOTT, G. Reforming coastal management to improve community participation and integration in Victoria, Australia. **Coastal Management**, v. 26, n. 1, p. 3-15, 1998.

WOOD, N. T.; MUÑOZ, C. L. “No rules, just right” or is it? The role of themed restaurants as cultural ambassadors. **Tourism and Hospitality Research**, v. 7, n. 3-4, p. 242-255, 2007.

ZOMATO. 2019. Available at: Available at: <https://www.zomato.com>. Accessed on: March 20<sup>th</sup> 2019.

Recebido: 09/04/2019

Aceito: 08/11/2019

## Mercados na fronteira: avaliações online de consumidores de quiosques de praia como fonte de dados para comparar as representações coletivas de praia no Brasil e na Austrália

### Resumo

Avaliações de consumidores online suscitam desafios analíticos para as ciências sociais pois são escritas por amadores, são publicadas rapidamente e estão disponíveis para todos que tenham acesso à internet. Neste artigo exploratório, comparamos as Avaliações Escritas do TripAdvisor (AET) de quiosques de praia no Brasil e na Austrália e argumentamos que as AET são uma fonte útil para percebermos as diferenças nas representações coletivas da beira da praia. Argumentamos também que a análise de conteúdo das AET pode ser limitada; portanto, utilizamos outros métodos qualitativos como a análise documental e a observação de campo. Concluímos que as representações coletivas da beira da praia diferem pelas categorias de tempo e espaço. A compreensão das diferentes representações coletivas da beira da praia produz conhecimento para auxiliar políticas públicas a enfrentarem desafios contemporâneos no litoral, como a busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento comercial e a conservação da natureza.

**Palavras-chave:** Sociologia econômica. Litoral. Mídia digital. Consumo. Big data.

# A valorização do meio ambiente: da proteção aos seguros ambientais<sup>1</sup>

**Anne Pinto Brandalise<sup>2</sup>**  
**Elaine da Silveira Leite<sup>3</sup>**

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como se desenvolve a valorização da proteção ambiental a partir do mercado segurador. Partindo de Zelizer e demais autores que abordam o mercado como construção social, resgatamos a história dos seguros no Brasil. Ao compreender o processo de estabelecimento deste mercado, identificamos as justificativas empresariais e como se dá a recepção do seguro ambiental através da legislação; analisamos a transformação do risco ambiental em produto; identificamos o impasse entre oferta e demanda; e concluímos apontando as narrativas e moralidades deste mercado. A pesquisa baseia-se em uma análise documental e em entrevistas. A sua principal evidência é que este mercado incorpora diferentes valores ao longo da história das seguradoras, os quais justificam e legitimam as suas atuações recepcionando e refletindo valores ligados à proteção ambiental quando passam a vender os seguros ambientais.

**Palavras-chave:** Mercado. Proteção ambiental. Seguros ambientais. Valorização do meio ambiente.

## I Introdução

A questão ambiental tornou-se protagonista e revela alterações significativas sobre a valoração do meio ambiente por meio de diferentes fatores

1 Este artigo apresenta resultados da pesquisa de dissertação “Do valor simbólico à precificação dos riscos ambientais. A legitimação das Seguradoras na oferta de seguros ambientais no estado do Rio Grande do Sul”, conduzida no PPG Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Dissertação de mestrado (BRANDALISE, 2018), disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2018/08/Anne-Dissertação.pdf>.

2 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (2018), advogada, especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3 Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-2011).



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

que contribuem para o crescimento da oferta de produtos com apelo ambiental. Neste cenário, as empresas ressignificam sua relação com o meio ambiente e criam novas linhas de produtos. Assim, os seguros ambientais passam a ser produtos de empresas seguradoras que, ao mesmo tempo em que são constituídas socialmente, acompanham a ascensão de uma visão de mundo que passa a aceitar a proteção do meio ambiente precificado pela possibilidade de geração de risco.

A compreensão dos seguros de proteção ambiental atende a uma demanda de estudos sobre o crescente aumento dos conflitos em torno de questões ambientais e, conseqüentemente, a ampliação da necessidade de construção de novas soluções – que, ao não serem resolvidas pelo Estado, parecem ser contempladas pelo mercado. Desse modo, a construção da valorização dos riscos ao meio ambiente torna-se o objeto deste estudo.

O mercado de seguros ambientais constitui-se a partir de condições morais de apelo à proteção ambiental, a qual, ao tornar-se um valor social, permite que a cobertura financeira sobre lesão ao meio ambiente e as práticas de prevenção e remediação de danos sejam produtos possíveis de serem comercializados no mercado.

O avanço desse mercado está ligado à própria evolução da responsabilização legal ambiental, uma ressacralização da natureza pela sociedade e pelo mercado e um movimento do Estado, permitindo que a responsabilização social do risco e do dano ambiental seja transferida ao mercado segurador.

Tomando como referência Zelizer (1978) e demais autores que abordam o mercado como construção social, este artigo visa a compreender como a questão da proteção ambiental passa a ser ressignificada pela construção social do mercado de seguros ambientais.

Ao buscarmos referências sobre a temática, cabe destacar que Ossandón (2012), no Chile, estudou o mercado de seguros de saúde, que na década de 1980 instituiu reformas sociais propostas por Pinochet, então presidente do país. Assim, Ossandón aponta que a origem da ideia de que um problema de saúde pública poderia ser resolvido com a criação de um mercado de seguros se dá pela influência do grupo de economistas conhecidos como “Chicago boys” na formulação de políticas sociais daquele período.

No entanto, ele observa que as reformas ditas técnicas não se basearam em estudos científicos, mas em uma teoria econômica cujo pressuposto seria que o aumento da oferta de produtos de saúde beneficiaria os consumidores. Tal reforma exigiu que os trabalhadores passassem a contribuir com percentuais de 7% a 10% para um sistema de saúde híbrido constituído por recursos públicos e privados, até a polêmica ocorrida em 2010, quando o Tribunal Constitucional Chileno declarou inconstitucional a aplicação da tabela de risco das seguradoras. Tais medidas passam hoje por uma contestação e avaliação crítica.

Já Valcarce (2012) investigou o mercado de segurança privada na Argentina e verificou como se estruturam as relações mercantis, as relações de força e a retórica da prevenção que incentivam a comercialização dos serviços de segurança. Ele concluiu que o mercado de segurança privada na Argentina configura-se como um mercado imperfeito, pois não atuam nele profissionais especializados, e que, por isso, não contribuem para o estabelecimento de laços de confiança. Este mercado se sustenta a partir do forte apelo exercido pela ideia de segurança como sentimentos e crenças da sociedade contemporânea. Considerou também que a criação deste mercado é uma construção material e simbólica que desfaz os laços da população com o Estado, provocando alterações em fatos sociais como forma de consumo, espaço urbano, e relações familiares (VALCARCE, 2012).

No Brasil, estudos recentes também são referência, como: “Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras” (CARNEIRO, 2007). Carneiro (2007) trata da questão da qualidade dos produtos, determinada por dispositivos de julgamento e de prescrição. O trabalho nos auxilia a pensar nestes mecanismos aplicados a uma lógica dos seguros ambientais, pois também partimos do pressuposto de como estes dispositivos, através das definições de risco e da criação de padrões de qualidade ambiental pela própria lei, contribuem na formação do mercado.

Todos estes estudos tratam de uma temática próxima à perspectiva deste trabalho, trazendo questões como saúde, segurança e proteção ambiental para as análises de construção dos mercados, e também contribuindo com o estudo de lógicas de precificação adotadas por diferentes

mercados. A perspectiva da sociologia econômica nos estimula a observar a precificação do bem ambiental em diferentes mercados vinculados à natureza e seus serviços prestados, e a necessidade de incorporação destes custos ambientais na elaboração de valores de risco.

Tomando como referência Zelizer (1978) e os demais estudos citados, buscamos compreender o surgimento de seguros ambientais, os quais passaram a ser comercializados no Brasil a partir do século XXI, mais precisamente no ano de 2004. Para isso, realizamos um estudo histórico das leis e das narrativas das seguradoras e verificamos os discursos mobilizados na legitimação da oferta do seguro ambiental.

Neste artigo, apresentaremos primeiramente um histórico do mercado de seguros no Brasil, formado a partir de instituições e legislações; em seguida, apresentaremos a análise documental de quatro empresas<sup>4</sup> seguradoras, que foram o foco da pesquisa. Após a análise, exploraremos as narrativas das empresas em termos de justificações, as quais consideramos fundamentais para a lógica de legitimação do mercado de seguros ambientais, que ganha concretude a partir de discussões legais e políticas de proteção ambiental. Assim, consolida-se como produto de redução de danos ao meio ambiente; concluindo-se, portanto, com as narrativas mobilizadas sobre a proteção do meio ambiente através da precificação pelo risco de dano a ele. O estudo realizado pretende ampliar um campo de análise, mas não abrange todo o mercado, pois se limitou ao processo de legitimação da oferta.

## 2 Uma breve história dos seguros no Brasil

A partir de uma análise documental das leis referentes à Política Nacional de Proteção Ambiental, e de acordo com informações da Superintendência dos Seguros Privados no Brasil (SUSEP), órgão do Governo Federal, o início das atividades das seguradoras no país ocorreu com a abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808. A primeira sociedade de seguros foi nomeada “companhia de seguros Boa Fé” (1808). Até o ano de 1850, esta atividade era regulada por leis portuguesas, quando

---

4 A escolha das referidas empresas foi feita considerando o Estado do Rio Grande do Sul, visto que é um recorte da pesquisa de dissertação, bem como se encontrou a disponibilidade de amostra significativa das seguradoras que atuam em nível nacional e internacional.

então foi promulgada a Lei nº 556, de junho de 1850 – Código Comercial Brasileiro (BRASIL, 1850) – e regulado o seguro marítimo no país<sup>5</sup>.

Essa regulamentação previa a possibilidade de divisão dos prejuízos entre seguradores e também a opção de segurar apenas parte do navio ou da carga, assim como ocorre atualmente: existem diferentes apólices para cobertura de distintos riscos ambientais. Vale ressaltar que essa lei de 1850 excetuava a possibilidade de um seguro sobre a vida, como demonstram os artigos do Código Comercial Brasileiro (BRASIL, 1850), no qual a vida é compreendida como um bem sem valor passível de precificação.

A referida lei tratou, em seus capítulos, do seguro marítimo e traçou a base do comércio de seguros contemporâneos: definiu a natureza e a forma do contrato de seguro e o que poderia ser segurado, o modo de avaliação dos bens, as obrigações do segurador e do segurado, das arribas forçadas (quando atracavam por necessidade, sem autorização), dos danos por acidentes, do abandono de navio, das avarias (perdas, acidentes) e do cálculo do valor destes prejuízos. Aqui é válido ressaltar o art. 685 do Código Comercial Brasileiro, que definiu o que poderia ser objeto de seguro: “Toda e qualquer coisa, todo e qualquer interesse apreciável a dinheiro” (BRASIL, 1850). Nota-se que o seguro de vida era expressamente proibido no art. 686 do referido Código Comercial, o qual, em especial, proibia seguro “sobre a vida de alguma pessoa livre” (BRASIL, 1850).

A partir de 1850, houve uma expansão do setor de seguros – antes apenas marítimo – ampliando sua base de serviços e passando a oferecer coberturas sobre bens terrestres. Desse modo, iniciou um movimento de instalação de seguradoras estrangeiras no país, através de empresas sucursais (GUIMARÃES, 2002). Naquele momento, os valores recebidos pelas seguradoras estrangeiras em contratos realizados no Brasil eram remetidos ao exterior, configurando evasão de divisas. Em razão disso, o Brasil promulgou, em 1985, uma lei que obrigava o investimento dos rendimentos das seguradoras estrangeiras no país. A intenção era assegurar a cobertura dos riscos e garantir que o dinheiro recebido pelas seguradoras através dos contratos de seguro permaneceria no Brasil. Em razão disso, algumas seguradoras estrangeiras retiraram-se do país (SUSEP, 1997).

---

5 Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>.

Antes disso, ainda em 1835, surgiu a Previdência Privada, através da Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (MONGERAL), instituída como Previdência Social em 1923, decorrente da superintendência Geral de Seguros no Brasil (1901), subordinada ao Ministério da Fazenda, regulando as espécies marítimas, terrestres e de vida, tanto nacionais como estrangeiras que operavam no país. Entre suas atribuições, estão: a autorização de operações e a fiscalização do mercado de seguros. Em 1906, a superintendência foi substituída por uma inspetoria, que cumpria a mesma função (SUSEP, 1997).

Em 1916, a partir da promulgação da Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916 – Código Civil Brasileiro (BRASIL, 1916), observou-se o avanço do mercado securitário, com a regulação, em um capítulo específico, sobre o contrato de seguro. Nele, verifica-se a representatividade cultural das dimensões em que passam a serem tratados os seguros: antes considerados vinculados apenas às questões do comércio e, agora considerados como obrigações da esfera cível. O art. 1.471, inaugura a legalização de um seguro de vida no Brasil, determinando o rompimento com a possibilidade de cobertura apenas de seguros sobre bens materiais. Consideradas apenas as coisas passíveis (tangíveis), agora, o seguro sobre a vida: “tem por objeto garantir [...] o pagamento de certa soma a determinada ou determinadas pessoas, por morte do segurado” – Vide Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919, do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 1916).

Nesse sentido, cabe mencionar Zelizer (1978): ao investigar o surgimento dos seguros de vida nos Estados Unidos, constatou que a avaliação financeira da vida de um homem, na circunstância de sua morte, introduzida pelas companhias de seguros, foi inicialmente rejeitada e entendida como uma profanação que poderia transformar a morte em uma simples mercadoria. Foi, portanto, na última parte do século XIX, – em especial, via reformadores religiosos – que a definição econômica do valor da morte tornou-se aceitável, legitimando um mercado de seguros de vida, o qual passou a ter o papel de aliviar o sofrimento das viúvas e dos órfãos (ZELIZER, 1978). O surgimento do mercado do seguro de vida, portanto, demonstra a superação e a ressignificação de preceitos morais, visto que o dinheiro assume um papel benéfico ao assegurar, no caso, o sustento de

uma família, decorrente da morte dos membros provedores (ZELIZER, 1978).

Conforme verificamos na história dos seguros no Brasil, acreditamos que também havia certa reserva ao tratar da possibilidade de um seguro de vida no país, visto que era proibido pela lei – Código Comercial Brasileiro (BRASIL, 1850) –, sendo uma das exceções aos bens que poderiam ser segurados, e fazia-se a equiparação de que apenas as coisas que fossem possíveis de serem disponibilizadas no mercado poderiam ser seguradas.

Assim como a vida passou a ser um bem seguro, o meio ambiente e sua proteção adentraram neste mundo. Polido (2015) destaca alguns marcos históricos que vão desde a introdução do tema ao surgimento desta espécie de seguros no Brasil, em 1978. Os seguros oferecidos referem-se inicialmente a Seguros por Responsabilidade por Danos de Poluição Ambiental. Esta espécie funciona como uma apólice de Seguro de Responsabilidade Civil a Operações Industriais e ou Comerciais, garantindo a cobertura do risco, que é de poluição acidental e súbita. Isto é: não consegue mensurar a complexidade de riscos e responsabilidades que decorrem do Sistema de Proteção Ambiental e que ultrapassam os limites da Responsabilidade Civil do Direito Tradicional.

Nesse sentido, torna-se fundamental recuperar a gênese dos mercados de seguro no Brasil e lançar um olhar particular para as narrativas históricas de legitimação das empresas no espaço social, visando a compreender a constituição dos mercados e observar como as narrativas e suas justificativas consolidam o mercado de seguros ambientais.

### **3 As justificativas empresariais**

A partir da história institucional das quatro empresas seguradoras selecionadas para este estudo, verificamos como os percursos institucionais estão impregnados simbolicamente de justificativas conduzidas por narrativas morais. Desse modo, a legitimação das empresas evidencia a lógica que naturaliza a venda de seguros ambientais como responsável pela redução de riscos ambientais, atrelado também ao ideário de sustentabilidade empresarial.

A análise, portanto, foi realizada com base em entrevistas<sup>6</sup> e em material corporativo e publicitário encontrados nos sites oficiais, através dos quais buscamos compreender como a história deste mercado passou a se associar a um ideal de proteção de riscos e assistência social, hoje incorporados como valores via programas de sustentabilidade empresarial que incluem projetos vinculados à causa ambiental. Entretanto, é nesse percurso que notamos como tais elementos se sobrepõem à proteção ambiental.

O primeiro caso é exemplificado pela companhia seguradora Mapfre, que veicula ter nascido com intuito de “dar assistência a trabalhadores agrícolas” na Espanha (MAPFRE, 2017a)<sup>7</sup> ao estabelecer um seguro compulsório para acidentes de trabalho. Já nos dias atuais, enfatiza preceitos de sustentabilidade empresarial, o que “significa entender os riscos e oportunidades sociais, ambientais e de governança (ASG) emergentes com o objetivo de desenvolver soluções de seguros inovadoras voltadas às atuais necessidades dos clientes – cumprindo o seu papel de proteger indivíduos, famílias e empresas” (MAPFRE, 2017b)<sup>8</sup>. É interessante notar que os dispositivos morais de legitimação vão da assistência ao trabalhador agrícola para uma cobertura de risco que auxilia na proteção do risco ao meio ambiente, mas sem deixar de proteger pessoas e empresas.

Hoje, o seguro vendido aos agricultores pela Mapfre refere-se apenas à cobertura da safra, ou no caso de florestas, garante o valor comercial da madeira. Ou seja, ambos voltados ao valor monetário referente à safra ou à floresta, sem considerar os trabalhadores envolvidos nas atividades (MAPFRE, 2017c)<sup>9</sup>. Portanto, a sustentabilidade não só está presente como mecanismo de gestão da Mapfre como também faz parte de seu portfólio de produtos, de modo que se verifica uma conversão do princípio de proteção ambiental em produtos que são representados por quatro espécies de Seguros Ambientais: RC Danos Ambientais (Grandes Riscos), Seguro Floresta ABC (Agricultura), Coberturas Sustentáveis no Seguro Residencial

6 Foram realizadas entrevistas com representantes de duas seguradoras no ano de 2018.

7 Disponível em: <https://www.mapfre.es/segueros/mapfre-espana/historia/>.

8 Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/quem-somos/sustentabilidade/>.

9 Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-seus-negocios/agronegocios/seguro-rural/faturamento-agricola/>.

e Remoção de Destroços (Grandes Riscos) (MAPFE, 2017d)<sup>10</sup>. Todos visando a assegurar riscos de danos ao meio ambiente por meio da apólice.

Por sua vez, a empresa American International Group (AIG) fundada em 1919, reforça que seus princípios estão ligados ao valor da mulher. Em seu site, enfatiza a participação da primeira mulher na gestão da empresa, em 1923, enaltecendo o papel feminino naquele tempo nos negócios (AIG, 2017)<sup>11</sup> e demonstrando uma possível transgressão aos valores morais da época. Hoje, tal pioneirismo é utilizado como forma de publicidade no que se refere aos princípios da “gestão da diversidade” e inovação.

A história organizacional da AIG é marcada também pelo apoio aos militares norte-americanos e às suas famílias no período da Segunda Guerra Mundial: a seguradora informa que auxiliou na reconstrução de países atingidos pela guerra. Contudo, tanto a assistência aos militares e suas famílias, bem como os investimentos em infraestrutura, foram serviços prestados e remunerados, inclusive pelos governos e alianças formadas à época para a reconstrução dos países – como o caso do Plano Marshall (AIG, 2017). O fundador também deu apoio às famílias de seus funcionários que atuaram na Segunda Guerra Mundial, buscando informações e auxiliando na correspondência e na comunicação entre os familiares (AIG, 2017) em 1943.

Com esse espírito, a AIG enfatiza que sua distinção vem do desenvolvimento de pesquisas e a criação de seguros diferenciados. O seguro de Responsabilidade Civil Profissional é um exemplo: ele garante os custos e indenizações no caso de o profissional responder judicialmente pelo projeto que assina, demonstrando sua capacidade de atender demandas que são consequências de atividades de riscos não cobertas em outras apólices. Assim, oferece produtos de seguros ambientais e coberturas ambientais como de Infraestrutura, Responsabilidade por Danos de Poluição, Obras e Prestação de Serviços e Transporte Ambiental, voltados à cobertura de danos ao meio ambiente.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-seus-negocios/transportes/seguro-transporte/cargas/>.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.aig.com/about-us/history/timeline/>.

A AIG possui um trabalho de responsabilidade social corporativa, no qual afirma que atende a saúde dos trabalhadores, executa programas de proteção social de prevenção a desastres, realiza projetos de educação e apoio às comunidades afetadas por desastres, e trabalha com inclusão da diversidade, participando de acordos nacionais e internacionais (AIG, 2018)<sup>12</sup>.

As estratégias das referidas empresas reforçam táticas sobre afirmação e compartilhamento de ações a favor dos Direitos Humanos: seja da mulher no mundo dos negócios, ou do trabalhador agrícola, bem como das vítimas de guerras e de catástrofes que não estão diretamente ligadas a venda de seguros, mas que fazem parte de princípios históricos da empresa, e que hoje ressoam como valores da sustentabilidade empresarial, conforme as práticas atuais do mundo de negócios. Entretanto, tais estratégias de valoração de Direitos Humanos podem acionar, simbólica e moralmente, mecanismos que fortalecem a constituição do seguro ambiental como um produto, já que traz para o âmbito do mercado na forma de seguro/proteção (apólices) aquilo que é considerado sagrado, seja a vida (ZELIZER, 1978) ou o meio ambiente.

Nesse sentido, a seguradora japonesa Tokio Marine enfatiza como sua missão, em princípio, encontrar soluções para empresas e pessoas vítimas de terremotos – os quais são constantes no Japão. Desse modo, relata que promoveram, em 1923, um pagamento solidário às vítimas de uma catástrofe, inclusive àquelas que não possuíam seguro. Tal estratégia, simbolicamente, atua como um dispositivo moral que passa a afirmar a utilidade de um produto, mostrando à população o quão fundamental é o seguro, especialmente em caso de desastres naturais. É com esse espírito que a empresa se apresenta em termos de ética, transparência e confiança, que se tornam atributos moralmente relevantes para a venda das apólices de seguros com apelo de proteção ambiental nas quais também estão associados serviços de gerenciamento de riscos<sup>13</sup>.

---

12 Disponível em: <https://www.aig.com.br/quem-somos/quem-somos-nossa-companhia-responsabilidade-social-corporativa/>.

13 No estado do Rio Grande do Sul, conforme informação prestada pelo responsável da sucursal, a seguradora trabalha somente com seguros ambientais vinculados ao transporte de cargas, apenas o de Responsabilidade

Em termos de sustentabilidade ambiental, a Tokio Marine é reconhecida pelo desenvolvimento de produtos, serviços financeiros e seguros ecologicamente corretos. Também pela obtenção do prêmio de “carbono neutro”, bem como pelo “*Green Gift Project*” (Projeto Presente Verde) em 2010 (TOKIO MARINE HOLDINGS, 2018)<sup>14</sup>.

Por fim, a Liberty Seguros foi constituída em 1912, em razão da criação de uma lei de 1910, no Estado de Massachusetts, EUA, exigindo que as empresas contratassem seguros para os seus empregados. Em decorrência dessa lei, os próprios funcionários criaram a seguradora como uma associação autogerida. A Liberty tornou-se, em 1936, a principal companhia no *ranking* de seguros para acidentes de trabalho, e permanece até hoje como a principal companhia neste setor. Esta seguradora tem seu trabalho mais voltado a seguros pessoais. Em seu último relatório de resultados, publicado em 2015, utiliza o lema de que sua missão é: “Ajudar as pessoas a viverem vidas mais seguras e tranquilas” (LIBERTY SEGUROS, 2015)<sup>15</sup>.

No relatório de sustentabilidade, as práticas voltadas à preservação ambiental apresentadas são uma plataforma de voluntariado corporativo da empresa de descarte de resíduos responsável e uma cultura de consumo consciente corporativa (LIBERTY SEGUROS, 2016)<sup>16</sup>. No seu portfólio de produtos, oferece: Responsabilidade Civil, Responsabilidade de Garantia, Directors & Officers (D&O), Responsabilidade Civil Profissional, Contaminação Ambiental, Marítimo e Energia e Engenharia.

Liberty, Mapfre, AIG e Tokio Marine apontam em suas narrativas uma lógica da assistência como marco fundador, no qual ressaltam sua missão em razão das exigências políticas e sociais, bem como das imposições

---

Civil, esta categoria se divide em: Responsabilidade Civil Geral e Riscos Ambientais apenas com relação ao transporte de produtos perigosos e cargas comuns. Isso demonstra uma restrição significativa na atuação do mercado regional, mas não investigamos os fatores que levam à redução da oferta aqui, pois o objeto de nosso estudo era alcançar como o mercado valora os riscos ambientais.

14 Disponível em: <http://planin.com/tokio-marine-holdings-e-eleita-uma-das-100-companhias-mais-eticas-do-mundo/>.

15 Relatório de Resultados 2015. Disponível em: [http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Balanco\\_Grupo\\_Liberty\\_2015.pdf](http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Balanco_Grupo_Liberty_2015.pdf).

16 Relatório de sustentabilidade 2016. Disponível em: [http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Relatorio\\_Social\\_Liberty\\_2016.pdf](http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Relatorio_Social_Liberty_2016.pdf).

legais. Tais convergências de narrativas produzem a legitimação da proteção, no caso, se afirma e se impõe, transformando a proteção ambiental em seguro ambiental. Assim, a gestão de riscos ambientais atrelada ao repertório da sustentabilidade empresarial reforça a existência dos seguros ambientais, de modo que passam a cumprir um “novo” papel em termos de seguros. Isto é, desempenham agora um trabalho de avaliação do risco não só para sua cobertura financeira futura mas também no sentido de precaução e prevenção de riscos.

Evidentemente, tais iniciativas contribuem para a imagem positiva das empresas e fazem parte de suas estratégias de marketing e das boas práticas de governança corporativa imposta pelos mercados financeiros (SARTORE, 2012). Por isso, suas atividades estão em sintonia com as estratégias de gestão, as quais, atualmente, seguem as práticas voltadas à sustentabilidade (SARTORE, 2012), medidas em termos de índices no mercado financeiro.

Verificamos que os conceitos considerados como missão e valores empresariais estão emaranhados por justificações que abrilhantam a assistência e, atualmente, amparam a sustentabilidade da empresa ou da apólice que precifica o risco de danos. A narrativa da seguradora trata dos produtos a partir dos benefícios projetados em termos de virtudes e a partir de apelos significativos historicamente, uma vez que, no caso de grandes catástrofes, a contribuição das seguradoras somente consegue dar-se em termos de aportes financeiros que cobrem parte das tragédias, como as que são citadas (LIBERTY SEGUROS, 2016).

Atualmente, o Brasil possui, no que tange aos seguros ambientais, uma diversidade de apólices: apólices específicas para riscos no transporte de cargas perigosas, para obras de infraestruturas, para setores específicos (como os de petróleo e gás), entre outras. Desse modo, verificamos um desenvolvimento do mercado que busca a adequação das apólices aos riscos específicos inerentes a diferentes atividades empresariais. Entretanto, observa-se, pelo processo de avaliação de riscos das seguradoras, que alguns riscos têm sua segurança negada por parte delas: não há produtos que cubram toda a demanda do mercado.

Esta análise sobre os seguros ambientais parte de um mercado ainda muito recente no Brasil. No entanto, podemos identificar que a ascensão

das causas de proteção ambiental, a ampliação da legislação e dos sistemas de fiscalização ambiental e o incentivo a sistemas de gestão ambiental e de avaliação das atividades de risco ambiental ajudaram a criar um cenário para a venda desses seguros.

## **4 Da proteção ao seguro ambiental**

A proteção ao meio ambiente é garantida pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, [1988] 2016): o seu art. 225 prescreve que todos têm direito ao meio ambiente, e que tanto o poder público como a coletividade devem defendê-lo e preservá-lo para as gerações futuras. A preocupação legal com o meio ambiente no Brasil é traçada, mais especificamente, a partir da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), a qual versa sobre os Princípios de Proteção Ambiental.

Em termos legais, as questões da responsabilização de pessoas físicas ou jurídicas por lesões ao meio ambiente e da valoração monetária de riscos e danos ambientais avançam no Brasil a partir da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), a qual traz a previsão de compensação monetária: por exemplo, a penalidade de prestação pecuniária, de pagamento de multa e de reparação do dano em casos de práticas de lesão ao meio ambiente. A referida lei é responsável por determinar a punição às lesões ambientais, isto é, determina as previsões legais penais e administrativas de punição aos infratores, além de definir as categorias de Crimes Ambientais.

No art. 12 da Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), observamos que, com a exigência legal de pagamento pecuniário por lesão ao meio ambiente, impõem-se um custo àquele que infringirem a lei. O pagamento monetário surge como punição adequada e adaptável às pessoas jurídicas, visto que estas não poderiam cumprir as espécies de penas privativas de liberdade. Porém os seus dirigentes poderiam, de modo que as penas podem ser cumuladas como privativas de liberdade e pecuniárias.

Considerando-se a Política Nacional do Meio Ambiente, o processo de licenciamento ambiental é imposto para atividades efetiva ou potencialmente poluidoras – art. 9º, IV, da Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981). Assim,

empresas que trabalham com atividades de alto risco e impacto ambiental são suscetíveis a infringirem as leis. Estas empresas passam a fazer parte de uma demanda em potencial da contratação de seguros ambientais que possam cobrir os custos impostos por processos administrativos e judiciais em casos de descumprimento que decorram de lesões ao meio ambiente.

Na esfera legal, esta espécie de seguro surge como um “instrumento econômico”, através da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Além disso, adicionou esta espécie de instrumento à Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, a qual, em seu artigo 9º, inciso XIII, preceitua que “São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: XIII – instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros” – incluído pela Lei nº 11.284, de 2006, em seu art. 84.

Observa-se que apenas em 2006 o seguro ambiental surge como previsão legal de instrumento econômico de política ambiental. No entanto, academicamente, em 1995 já o encontramos conceituado através da obra de Polido (2015) e utilizado como ferramenta de gestão ambiental através de Bitar e Ortega (1998), sendo incorporado como instrumento de práticas de gestão ambiental – ganhando novos significados sociais e sendo recepcionado pela lei.

Em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 40, é previsto que, no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, “o órgão ambiental possa exigir seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública”, ratificando o uso do instrumento de seguro como preconizado pela Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2017).

No mesmo sentido, a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), a qual impõe a aplicação de pena pecuniária, entre outras penalidades, aos infratores em condutas lesivas ao meio ambiente, gera um custo aos empreendedores incidentes em crime ambiental. Além disso, abre espaço para a atuação de empresas de seguros voltados a estes riscos ditos ambientais, que ofereçam a cobertura de custos desta natureza, com a contratação de

apólices para esta espécie de despesas, legitimando-se por significar uma garantia do aporte necessário para o custeio da recuperação ambiental quando possível ou o pagamento de multas impostas pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, o mercado de seguros poderia contribuir para uma redução dos impactos ambientais atendendo ao preconizado pela Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981).

Cabe esclarecer que, por lesão ao meio ambiente, conforme explicita o artigo 3º da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), entende-se a degradação da qualidade ambiental. E também a poluição como a degradação que resulta de atividades que prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

A historicidade da legalidade e da criação destas apólices, portanto, visam a assegurar que o meio ambiente caminha com a evolução da legislação de proteção ambiental. Observa-se que, apenas após a criação e regulamentação legal da matéria, o mercado de seguros efetivamente passou a operar determinadas apólices mais específicas, com apelo de cobertura de riscos ambientais. Como as legislações ambientais são de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e de 2006 (previsão de Seguro Ambiental na legislação), parece lógico que a construção histórica dos seguros nesta área venha se afirmando depois de 2006.

Dentre os agentes e instituições que fazem parte do mercado, o Estado tem o papel de garantidor da proteção ambiental e da gestão do meio ambiente, participando da legitimação legal deste mercado, como vimos, conforme assegura o art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, [1988] 2016), bem como por meio dos órgãos ambientais, que se constituem através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado em 1981.

Outra questão atual que surge em torno do seguro ambiental como instrumento é a possibilidade da obrigatoriedade deste. Esse tema vem sendo objeto do projeto<sup>17</sup> de lei pela Comissão de Assuntos Econômicos

---

17 Projeto de Lei nº 767/2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaomateria?id=124325>.

do Senado, visando alterar a Lei 6.938/81, de Política Nacional do Meio Ambiente e implementar um seguro mínimo obrigatório ambiental, o qual seria fixado em fase inicial do processo de licenciamento ambiental.

Entretanto, o preceito de proteção ambiental no Brasil ganha concre-tude, mais especificamente, com a Conferência Eco 92 e com a realização da Rio+20<sup>18</sup>, ambos eventos da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que reuniram tanto políticos chefes de Estado como representantes da iniciativa privada. A proteção ambiental, aqui, é vista a partir da ideia de desenvolvimento sustentável e da criação de agendas comuns entre os países para dar cumprimento a metas de ampliação de proteção ao meio ambiente.

A partir dessas conferências, o sistema legal de proteção ambiental se ampliou, e a iniciativa privada incorporou princípios de proteção ao meio ambiente como uma moral contemporânea que sacraliza a natureza (ANDRADE e FERREIRA, 2007). Também é apreendida pelas empresas como forma de distinção ou, como no caso das que participam do mercado aberto de ações, como meio de integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (SARTORE, 2012).

Neste sentido, o mercado de seguros ambientais surge com a função de cobrir uma demanda amparada pela legislação. Contudo, um mercado — conforme pretendemos analisar — não se limita a uma relação de oferta e demanda, já que é resultado de uma configuração social que envolve agentes e instituições, bem como agrega fatores socioculturais que, moralmente, passaram a legitimar a precificação (FOURCADE, 2011) do meio ambiente. Assim, veremos em seguida como o risco ambiental se torna produto, configurando o mercado de seguros ambientais.

## **5 A transformação do risco ambiental em produto: o mercado de seguro ambiental no Brasil**

Assim como o trabalho sobre o seguro de vida de Zelizer (ZELIZER, 1978), o estudo sobre os seguros ambientais exigiu uma revisão histórica

---

18 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel>.

do seu surgimento. A partir da construção legal e do percurso das empresas, observamos que as avaliações de risco feitas atualmente pelas seguradoras exercem um papel de auditoria quanto à conformidade das empresas com relação ao respeito das normas e melhores práticas ambientais, funcionando também como intermediadores para o cumprimento destas recomendações. Até então estas avaliações eram responsabilidade das próprias empresas, agora passam a ser terceirizadas e administradas também por outras empresas como as de consultoria ou das próprias seguradoras — quando oferecem serviços ambientais.

Através dos estudos de Marion Fourcade (FOURCADE, 2011), refletimos sobre um diagnóstico de valoração comparativo entre acidentes ambientais ocorridos em países diversos: no caso, um nos EUA e outro na França. Esta pesquisa realizada por Fourcade (FOURCADE, 2011) ilustra como os danos ambientais são valorados e avaliados considerando variáveis culturais e morais que acabam por definir os próprios valores monetários aplicados judicialmente, tanto para mitigação dos danos como para investimentos na ampliação da proteção ambiental.

Já Lamont (LAMONT, 2013) ressalta a ascensão social das práticas de avaliação de desempenho ambientais e observa que os governos passaram a adotar ferramentas de gestão, buscando maior eficiência, o que ajuda a proliferar práticas de desempenho e *benchmarking*, as quais geraram efeitos estruturantes em diversas camadas sociais (LAMONT, 2013). Nesta lógica, o poder simbólico induz as empresas ao cumprimento de melhores práticas ambientais através de instrumentos de gestão ambiental, no qual os seguros se enquadram.

Pelo histórico da constituição legal, bem como as narrativas das empresas apresentadas até aqui – o mercado de seguros ambientais constituiu-se a partir de condições morais de apelo à proteção ambiental, que se torna um valor social. Deste modo, permite que a cobertura financeira sobre lesão ao meio ambiente e as práticas de prevenção e remediação de danos sejam produtos possíveis de serem comercializados no mercado.

O avanço deste mercado está ligado ao próprio desenvolvimento da responsabilização legal ambiental, isto é, simbolicamente uma nova sacralização da natureza, juntamente com o movimento do Estado permitindo

que a responsabilização social do risco e do dano ambiental seja transferida ao mercado segurador.

Além disso, a ciência atua neste processo de legitimação ao participar do mercado através de atividades de consultorias, técnicas ambientais, perícias, auditorias e criação de referenciais de padrões de proteção — como os sistemas de certificações, por exemplo, que prescrevem os riscos. Um dos enunciados sobre o seguro ambiental é de que este pode contribuir para um aumento da proteção ambiental a partir da adoção de práticas de gestão ambiental e realização de auditorias que fiscalizem e controlem com maior eficácia os riscos ambientais.

Em contrapartida, é possível considerar que a contratação do seguro também pode causar efeito contrário ao de uma construção de cultura de proteção ambiental, ao passo que torna o bem ambiental um valor econômico e desincumbe as atividades poluidoras de arcarem com os altos custos por eventuais prejuízos causados ao meio ambiente, visto que estes serão cobertos pelas seguradoras, podendo perder-se aqui a função pedagógica da prevenção.

A lógica da proteção ambiental torna produto o risco ao meio ambiente e a sua possibilidade de lesão. Ao mesmo tempo, os movimentos políticos, legais, sociais, econômicos e culturais contribuem de forma orquestrada (BOURDIEU, 2001) moralmente para a construção deste mercado.

Deste modo, o seguro ambiental busca se legitimar como solução de proteção através do pagamento monetário pela cobertura do risco, de forma que a prática securitária precifica de modo simbólico e monetário o ambiente.

O seguro ambiental, portanto, vende a ideia de controle dos riscos e de segurança através da cobertura do dano ambiental, eventos e condições de poluição, mas quando cumpre a função de avaliar o risco das empresas, podendo recusar a cobertura por identificar que faltam adequações e conformidades normativas, o seguro cumpre uma função didática que pode contribuir para uma redução de riscos.

Outra observação importante é verificar a terminologia utilizada na descrição destes mercados no estudo de Zelizer (ZELIZER, 1978). Nele, o

seguro foi nomeado como “de vida” e não de morte, bem como os seguros ambientais seriam de “danos ambientais”, no sentido de reforçar a segurança e a capacidade do controle de riscos. Assim, ambas as categorias de seguros surgem inicialmente para serem acionados após os eventos morte ou dano ambiental.

Neste sentido, observamos também um movimento destes seguros na antecipação da prestação de seus serviços. Atualmente, o seguro de vida inclui alguns benefícios que são oferecidos propriamente em vida: como extensão de seguros aos animais de estimação e cobertura de uma segunda opinião médica internacional<sup>19</sup>, por exemplo. O seguro ambiental, por sua vez, inclui o processo de descontaminação de áreas<sup>20</sup> e medidas de contenção do sinistro em geral. Como, na atualidade, o seguro de vida “vende” a “boa morte” (Zelizer, 1978), aquela em que o beneficiário possui assegurado monetariamente o futuro de sua família, o seguro ambiental vende a qualidade do meio ambiente. Isto posto, o seguro ambiental vende a possibilidade de um meio ambiente equilibrado para todos, através da cobertura do risco gerado por empresas poluidoras.

Na história do seguro de vida, este se legitima através de sua função de assistência das famílias dos falecidos, e no seguro ambiental se legitima na possibilidade de prevenção ou recuperação dos danos ambientais. Estes elementos contribuem para a legitimação social do mercado e dos seguros ambientais. Assim, o que é vendido é a sensação de segurança.

No âmbito internacional também é possível observar distintas formas de valoração e diferentes visões sobre a cobertura financeira de desastres ambientais. Conforme Fourcarde (FOURCADE, 2011), os acidentes ambientais são valorados de formas diferentes na França e nos EUA em razão das diferentes visões das sociedades em que eles ocorrem, havendo diferentes formas de lidar com a monetarização destes custos — e com uma dificuldade maior, na França, em aceitar pagamentos econômicos pelos danos ambientais.

---

19 Disponível em: <http://www.libertyseguros.com.br/Pages/seguros/Vida/Vida-especial.aspx>.

20 Disponível em: <http://www.tokiomarine.com.br/riscos-ambientais/>.

Neste sentido, é interessante notar um intenso movimento no que concerne as técnicas de publicidade e marketing deste mercado. Em entrevista realizada em fevereiro de 2018 com o diretor da Mapfre em Porto Alegre, um dos colaboradores da seguradora menciona a necessidade de serviços de venda direta e apresentação dos produtos ambientais aos clientes, já que não são produtos conhecidos. Isto é, a oferta do produto aparentemente está consolidada.

## 6 O impasse entre oferta e demanda: o que se vende?

No caso dos seguros ambientais, o produto oferecido é a compensação monetária pelo risco ou dano causado ao meio ambiente. Porém, para que o negócio se aperfeiçoe, as seguradoras avaliam o risco e só então decidem se cobrem ou não determinada atividade, e sob quais condições. Neste caso, a empresa compradora do seguro é avaliada para poder, ou não, gozar do direito à compra do seguro. Tal lógica contraria os pressupostos do *mainstream* econômico, no qual o equilíbrio do mercado é considerado regido pela lei da oferta e demanda.

Em nosso percurso de investigação, observamos que os clientes passíveis de contratarem o seguro dependem de uma avaliação *a priori* e aprovação pelas seguradoras. Deste modo, as categorias sociais que influenciam e condicionam as avaliações por este mercado determinam, além dos custos de cobertura financeira pelo seguro, quais empresas podem ou não comprar o produto (seguro)<sup>21</sup>.

Esta característica de avaliação do comprador é inerente ao mercado de seguros em geral. No entanto, quando se trata de riscos ambientais, os mecanismos de avaliação são ampliados e ressoam em várias esferas sociais, compreendendo os âmbitos legal, técnico-científico, ético e financeiro.

Entre os critérios utilizados pelas seguradoras para avaliação dos riscos das empresas que pretendem contratar um seguro ambiental, estão padrões de avaliação que identificam a capacidade das potenciais empresas seguradas na gestão dos próprios riscos.

21 Observação do gerente territorial de seguradora entrevistado em 22 de fevereiro de 2017.

Assim, verificamos uma diversidade de critérios vinculados à natureza das atividades desenvolvidas que, conforme avaliamos, representam *dispositivos de avaliação de risco ambiental*<sup>22</sup>. Podemos tomar como exemplo os dispositivos que prescrevem mecanismos de: segurança, responsabilidade social e sustentabilidade, gerenciamento de resíduos, conformidade com a legislação e normas técnico-científicas, riscos ou monitoramento ambiental, e ainda a capacidade financeira da empresa.

Em razão da extensão e complexidade relacionada à responsabilização sobre qualquer dano ao meio ambiente (via legal), a responsabilidade assumida pelas seguradoras pode alcançar padrões consideráveis em termos de terceiros afetados e de valores monetários. A partir de um acidente ambiental, por exemplo, visto que todos (inclusive as futuras gerações) têm direito ao meio ambiente equilibrado, como calcular o custo de indenizações referentes a todos os atingidos, diante do desafio de determiná-los e individualizar seus prejuízos?

A cobertura financeira do risco de dano ao meio ambiente é uma significação moral para o mercado, que possui uma de suas instâncias de legitimação a proteção legal do meio ambiente garantida pela Constituição Federal (BRASIL, [1988] 2016) e, deste modo, incentiva moralmente a constituição do mercado e o oferecimento desta categoria de seguro pelas seguradoras.

Conforme Fourcade e Kieran (2007, p. 14-16), nas trocas de mercado estão presentes diversos significados morais que “naturalizam regras não naturais” em nome tanto de “princípios econômicos” como de “princípios sociais”, como no caso da justiça e responsabilidade social. O bem a ser protegido (a natureza) pode ser equiparado aos bens que eram intangíveis, como a vida (ZELIZER, 1978), mas que, para se tornarem objetos de mercado, passaram por ressignificações sociais.

No caso dos riscos ambientais, o que os difere dos demais temas citados é a característica difusa do bem protegido, pois abrange a qualidade ambiental que deve ser assegurada à coletividade, conforme o sistema de

---

22 A categoria dispositivos de riscos ambientais foi alcançada e detalhada no trabalho de dissertação no qual identificamos a natureza destes dispositivos e sua aplicabilidade no mercado de seguros (BRANDALISE, 2018).

proteção legal ambiental preconiza. Tal fato torna muito complexo o cálculo de terceiros afetados ou a individualização dos danos pelos atingidos quando há um dano ambiental. O que torna o cálculo de valores monetários para cobertura do risco ainda mais imprevisível, de acordo com a natureza dos riscos avaliados e seus possíveis impactos.

Quando se trata do meio ambiente, este se torna um dos riscos mais recentemente cobertos pelo mercado de seguros, e o seu surgimento é impulsionado pela crise ambiental, observada pela intensificação da exploração de recursos naturais, a judicialização dos conflitos em torno do meio ambiente, as mudanças climáticas e a própria ampliação dos riscos ambientais pela modernidade, chamada por Beck (2010a, 2010b) de “sociedade de risco”. Nesse sentido, a configuração deste mercado nos leva a refletir sobre como os riscos são valorados simbolicamente pelo mercado segurador até adquirirem um valor monetário.

Os riscos, conforme Douglas e Wildavisky (2012), são eleitos a partir de construções culturais e morais, que elegem socialmente padrões de investimento para a busca de medidas de proteção. Observa-se que, a partir do uso indiscriminado de recursos naturais, surge o apelo à proteção ambiental legitimado por diversas instituições políticas, organizações públicas, privadas, organismos internacionais e criações legais.

Desse modo, sustentamos que o risco ambiental é eleito pelo mercado, valorado e precificado via prática securitária, o que justifica a estipulação de valores monetários como equivalentes ao risco, conforme o processo de avaliação de riscos realizados pelas seguradoras.

Ampliam-se, ainda, a fiscalização e atuação do poder judiciário; assim, verifica-se que se forma um espaço social no qual as seguradoras, de certa maneira, passam a ter destaque e atuam oferecendo segurança de cobertura financeira para as empresas que desenvolvem atividades de risco ambiental. Ao mesmo tempo, as seguradoras passam a cumprir a função de avaliadoras de riscos e a prescrever medidas necessárias para a minimização de riscos, adequação às normas, tanto técnicas como legais, com vistas a possibilitar a contratação de seguros. Assim, com a oferta do produto, temos a legitimação de uma série de atividades que consagram o mercado de seguros ambientais.

## 7 Entre narrativas e moralidades, breves considerações

No caso dos seguros ambientais, em sua gênese – como examinamos no projeto geral (BRANDALISE, 2018) –, observa-se que os seguros advêm de uma construção social da necessidade de ampliação da proteção ambiental, que tem interferência do âmbito jurídico-legal, considerando os aspectos de valoração social dos riscos.

Diferentes movimentos culturais, como os de proteção ao meio ambiente, dos trabalhadores e dos movimentos pela igualdade de gênero, também contribuem para transformações morais e influenciam na trajetória social das seguradoras, as quais incorporaram valores e oferecem produtos que sugerem novas práticas e padrões para a sociedade.

Os padrões morais de assistência e caridade vão sendo incorporados e ressignificados nas políticas das empresas, tornando-se programas de ações como responsabilidade social empresarial e programas de inclusão sustentados pelos princípios de governança corporativa que incluem a sustentabilidade para seguros, recomendados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – os quais também demonstram o caráter global destas práticas.

Em termos históricos, verifica-se que o diferencial do mercado de seguros ambientais é: o bem protegido por ele, o meio ambiente, não é privado, e sim um bem difuso de interesse e direito de todos. Todas as transformações e a absorção de princípios de proteção ambiental pelas empresas, tanto seguradoras como compradoras de seguros, inauguram uma nova lógica do mercado que não apenas vende um produto vinculado à proteção ambiental mas também possibilita um aumento de proteção do meio ambiente a partir da avaliação do risco de dano e que significa uma proteção a todos.

O mercado de seguros ambientais assume a tarefa de avaliação dos riscos como requisito preliminar para a venda dos seguros. Para isso, ele cria dispositivos de classificação dos riscos ambientais e incorpora um conjunto de práticas de avaliação e valoração determinadas como seguras pela sociedade; deste modo, apreendendo para a classificação de riscos, aspectos econômicos, sociais e legais das empresas que pretendem contratar os

seguros. Ao analisar o mercado de seguros, é necessário considerar desde o ponto de vista histórico até uma construção de virtudes morais na busca por vender a segurança, em contraposição aos riscos – conforme se observa pela narrativa da história das empresas de seguros ambientais narradas anteriormente –, e como são impregnadas de conteúdos morais.

Conforme Krenn (2017), a visão moral sobre os mercados é influenciada pela investigação sobre “mercados interessados” (*concerned markets*), nos quais a troca provoca oposição moral, como no que diz respeito aos mercados das crianças (ZELIZER, 1985), de órgãos (STEINER, 2004) e do preço de desastres ambientais (FOURCADE, 2011).

Na análise deste mercado, retomamos alguns aspectos históricos que contribuíram para a construção da reputação das seguradoras e as legitimaram ao longo de suas trajetórias. Aspectos que nos ajudaram a entender a segurança que vendem a seus clientes e nos auxiliaram a pensar o contexto social em que surge o seguro ambiental como um produto, diante de um apelo social por ampliação da proteção ambiental.

Verifica-se, a partir deste estudo, que a proteção ambiental além de ser garantida pela Constituição (BRASIL, [1988] 2016), passa a significar uma “missão” às empresas seguradoras responsáveis por avaliar os riscos ambientais e assegurar, via a análise de risco dos danos, a proteção do meio ambiente.

## Referências

AMERICAN INTERNATIONAL GROUP (AIG). **Timeline**. 2017. Disponível em: <http://www.aig.com/about-us/history/timeline>. Acesso em: 21 dez. 2017.

AMERICAN INTERNATIONAL GROUP (AIG). **Responsabilidade Social Corporativa**. 2018. Disponível em: <https://www.aig.com.br/quem-somos/quem-somos-nossa-companhia-responsabilidade-social-corporativa>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ANDRADE, M.; FERREIRA, R. A sacralidade da natureza no pensamento ecológico: reflexos na gestão das unidades de conservação – Ucs. **Gaia Scientia**, Recife, n. 1, v. 1, p. 85- 94, 2007.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010a.

BECK, U. A Política na Sociedade de Risco. Tradução de Estevão Bosco. **Ideias Campinas**, v. 1, n. 2, p. 229-253, 2º sem. 2010b.

BITAR, O. Y.; ORTEGA, R. D. Gestão Ambiental. *In*: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (ed.). **Geologia de Engenharia**. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. p. 499-508.

BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRANDALISE, A. P. **Do valor simbólico à precificação dos riscos ambientais**. A legitimação das Seguradoras na oferta de Seguros Ambientais no estado do Rio Grande do Sul. Orientadora: Elaine da Silveira Leite. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2018/08/Anne-Dissertação.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 556, de junho de 1850**. Código Comercial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm)Compilado.htm. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm). Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 767/2015**. Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para instituir o seguro mínimo obrigatório ambiental. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoamateria?id=124325> Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a

91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Política Nacional de Resíduos Sólidos. 3. ed. reimpr. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/14826/politica\\_residuos\\_solidos\\_3ed.reimp.pdf?sequence=20](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/14826/politica_residuos_solidos_3ed.reimp.pdf?sequence=20). Acesso em: 18 maio 2018.

CARNEIRO, M. S. A Construção Social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 681-713, set./dez. 2007.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e Cultura:** Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FOURCADE, M. Cents and Sensibility: Economic Valuation and the Nature of “Nature”. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 6, p. 1721-1777, may 2011.

FOURCADE, M.; KIERAN, H. Moral Views of Market Society. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 285-311, aug. 2007.

GUIMARÃES, S. R. Seguros de vida: particularidades e mecanismos utilizados pelas seguradoras para minimizar os riscos operacionais. **Contexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2º sem. 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/11602/6827>. Acesso em: 20 abr. 2017.

KRENN, K. Markets and Classifications. Constructing Market Orders in the Digital Age. An Introduction. **Historical Social Research**, v. 42, n. 1, p. 7-22, 2017.

LAMONT, M. Para uma conexão necessária entre a Sociologia da Valoração e da Avaliação com a Sociologia Econômica e das Finanças (Tradução). **Norus**, v. 1, p. I, 2013.

LIBERTY SEGUROS. **Relatório de Resultados 2015.** Disponível em: [http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Balanco\\_Grupo\\_Liberty\\_2015.pdf](http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Balanco_Grupo_Liberty_2015.pdf). Acesso em: 8 fev. 2018.

LIBERTY SEGUROS. **Relatório de sustentabilidade 2016.** Disponível em: [http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Relatorio\\_Social\\_Liberty\\_2016.pdf](http://www.libertyseguros.com.br/Shared%20Documents/Relatorio_Social_Liberty_2016.pdf). Acesso em: 12 fev. 2018.

LIBERTY SEGUROS. **Vida Especial.** 2018. Disponível em <http://www.libertyseguros.com.br/Pages/seguros/Vida/Vida-especial.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MAPFRE. **Nuestra Historia.** 2017a. <https://www.mapfre.es/seguros/mapfre-espana/historia/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MAPFRE. **Sustentabilidade.** 2017b. Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/quem-somos/sustentabilidade/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MAPFRE. **MAPFRE Faturamento Agrícola Protegido.** 2017c. Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-seus-negocios/agronegocios/seguro-rural/faturamento-agricola/>. Acesso em: 20 dez. 2017

MAPFRE. **MAPFRE Transporte de Cargas e Passageiros**. 2017d. Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-seus-negocios/transportes/seguro-transporte/cargas/>. Acesso em: 21 dez. 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável**. 29 ago. 2012. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

OSSANDÓN, J. Como se faz um mercado? Agregue: formações sociais, conflitos políticos e econômicos. In: TOMÁS, A. (ed.). **Produzindo o social: usos das Ciências Sociais no Chile Recente**. Santiago do Chile: Edições Universidade Diego Portales, 2012. p. 291 - 316?

POLIDO, W. **Programa de Seguros de riscos ambientais no Brasil: estágio de desenvolvimento atual**. 3. ed. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2015.

SARTORE, M. S. Estado, mercado e índices de sustentabilidade. **Revista sociedade e Estado**, v. 27 n. 3, p. 631-651, set./dez. 2012.

STEINER, P. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 101-128, nov. 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DOS SEGUROS PRIVADOS NO BRASIL (SUSEP). **História do seguro**. 1997. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>. Acesso em: 5 abr. 2017.

TOKIO MARINE HOLDINGS. **Tokio Marine Holdings é eleita uma das 100 companhias mais éticas do mundo**. 2018. Disponível em: <http://planin.com/tokio-marine-holdings-e-eleita-uma-das-100-companhias-mais-eticas-do-mundo/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TOKIO MARINE SEGURADORA. 2018. Disponível em: <http://www.tokiomarine.com.br/riscos-ambientais/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VALCARCE, F. L. **Vendendo segurança: A construção social dos mercados de vigilância e proteção na Argentina**. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p. 1-37, jan/jul. 2012.

ZELIZER, V. Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 3, p. 591-610, nov. 1978.

ZELIZER, V. **Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children**. (New York: Basic Books, 1985).

Recebido: 04/04/2019  
Aceito: 19/11/2019

## Valuing the environment: from protection to environmental insurance

### **Abstract**

The objective of this article is to analyze how the valuation of environmental protection from the insurance market develops. From Zelizer and other authors who approach the market as a social construction, we recover the history of insurance in Brazil, understanding the process of establishing this market, identify the business justifications and how to receive environmental insurance through legislation, analyze the transformation of environmental risk in product, we identify the impasse between supply and demand and conclude with considerations on the narratives and morals of this market. The research is based on a documentary analysis and interviews. It is observed as the main evidence of the research that this market incorporates different values throughout the history of the insurers, which justify and legitimize their actions that now incorporate values linked to environmental protection when they start selling Environmental Insurance.

**Keywords:** Market. Environmental Protection. Environmental Insurance. Valorization of the Environment.

# Indústria farmacêutica e psiquiatria no quadro da Sociologia Econômica. Uma agenda de pesquisa

**Marcia Mazon<sup>1</sup>**

## Resumo

Neste artigo, interessou-nos analisar a relação entre indústria farmacêutica e psiquiatria assim como novos contornos desta relação a partir da década de 1990 no Brasil. Argumentamos, a partir do enfoque da Sociologia Econômica, a qual entende os mercados como construções sociais, que este processo ganha um desenho particular no país. O intuito do artigo é abrir uma agenda de pesquisa na área da saúde e indústria farmacêutica a partir deste referencial. A metodologia mobilizada foi revisão bibliográfica e análise documental. Quando falamos da psiquiatria brasileira, na década de 1940 este setor lutava pelo reconhecimento profissional com o discurso da prevenção da doença, enquanto o hospital psiquiátrico buscava seu espaço. No cerne das transformações recentes da reforma da psiquiatria e dos processos de medicalização – em particular a partir da publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM na sua quinta versão –, argumentamos que a psiquiatria se reinventa como especialidade e mobiliza o discurso da prevenção. Porém, agora é a prevenção medicalizada da infância; o hospital perde espaço para a indústria farmacêutica.

**Palavras-chave:** Estado. Indústria farmacêutica. Mercado. Medicalização. Psiquiatria

## I Introdução

Nas últimas décadas, intensificam-se as críticas ao modo de aproximação entre indústria farmacêutica e psiquiatria na produção do que os

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil) é professora associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política na mesma Universidade, do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política e coordena o Núcleo de Sociologia Econômica (Nusec). A primeira versão deste artigo foi apresentada no 2º. Simposio CAPES COFECUB em 2019. Agradeço a CAPES o apoio através do projeto do convênio internacional CAPES COFECUB: A disseminação dos saberes espertos no domínio da Infância, no qual se integra a presente pesquisa. Contato: marciadasilvamazon@yahoo.com.br



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

especialistas chamam de epidemia dos diagnósticos de transtornos da infância. Entre os críticos estão Whitaker (2016), autor que denuncia a intensificação de diagnósticos tão bem como o crescente aumento da venda de neurolépticos<sup>2</sup> destinados à infância. Isto, em particular, a partir da publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) na sua quinta versão<sup>3</sup>. Este modelo de diagnóstico se intensifica nos EUA e se difunde para outros países em poucos anos (WHITAKER, 2016). Igualmente Sandra Caponi (2014) critica a tendência da psiquiatria em tratar como transtornos as reações e emoções humanas naturais. Frances denuncia igualmente o excesso de diagnósticos psiquiátricos equivocados. Esta autora aponta abusos da indústria farmacêutica e o prejuízo a milhões de indivíduos sadios diagnosticados (os falso-positivos) submetidos a tratamentos desnecessários em resposta a emoções e comportamentos que são parte da experiência humana<sup>4</sup>.

Neste artigo, dedicamo-nos ao fenômeno de aproximação entre a indústria farmacêutica e a classe médica psiquiátrica na emergência dos transtornos da infância a partir da perspectiva da Sociologia dos Mercados. Interessa-nos responder a questão: qual o contexto de aproximação mais recente entre a indústria e a psiquiatria no Brasil? Argumentamos que as mudanças promovidas pelas reformas liberalizantes na década de 1990 e o momento de reforma manicomial no que toca à ação da psiquiatria podem nos fornecer pistas. O intuito deste artigo é abrir uma agenda de pesquisa para o estudo do tema.

A indústria farmacêutica ganhou novos contornos no Brasil a partir da aprovação da Lei de Patentes em 1996 e da criação da Política Nacional de

2 Neurolépticos (que se iniciam com a clorpromazina) são drogas com a capacidade de disciplinar e acalmar os pacientes (CAPONI, 2019, p. 133-134).

3 O DSM aumentou o número de diagnósticos, desde sua primeira versão em 1952, de pouco mais de 100 diagnósticos do DSM I para mais de 300 na última versão, o DSM 5 (BRZOZOWSKI, 2016). Para Caponi (2019), essa nova versão do DSM se constitui como um dispositivo de segurança, no sentido de Foucault, centrado na lógica da prevenção e da antecipação dos riscos.

4 O principal diagnóstico é o Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH), considerado o transtorno mais frequente na infância. O seu diagnóstico no DSM se baseia no comportamento de desatenção, hiperatividade e impulsividade. As pesquisas na área procuram descrever as bases biológicas do TDAH para usá-las com fins diagnósticos, mas não só: igualmente como marcadores de risco, fenômeno que inaugura a prevenção medicalizada da infância (MARTINHAGO; CAPONI, 2019). Martinhago e Caponi (2019) denunciam as simplificações e omissões das pesquisas as quais pretendem vincular o TDAH aos marcadores genéticos.

Medicamentos em 1998 (HASENKLEVER *et al.*, 2010; KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014). Essa mudança foi precedida pela transformação da propriedade empresarial que ocorreu na década de 1990, em particular o intenso movimento de fusões e aquisições de empresas e que se repetiu em outros setores no cenário nacional (OLIVEIRA; LABRA; BERMUDEZ, 2006). O setor farmacêutico chama atenção, não só pelo crescimento e pela concentração como também pelo fato de ampliar sua atuação para saúde animal, higiene, cuidado e nutrição dietética (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014).

O que nos interessa destacar neste artigo são as singularidades da indústria farmacêutica no Brasil no que diz respeito aos novos arranjos institucionais.

Autores como Bourdieu (2000,2006), Zelizer (1978, 1989, 1999, [1985]1994), Fligstein (2001a, 2001b) e Fligstein e Mara-Drita (1996) propõem os mercados como arbitrários culturais que, para existirem, precisam de investimentos de significados. Exemplos do mercado de casas próprias em Bourdieu (2000), o dos seguros de vida em Zelizer (1978).

Fligstein (2001) e Bourdieu (2000,2006) fazem uma crítica ao liberalismo econômico que pressupõe atores racionais com preferências dadas. Segundo Fligstein(2001a, 2001b), os atores do mercado habitam *mundos obscuros* onde nunca se sabe quais ações terão quais consequências. No entanto, estes atores devem encontrar uma forma de interpretar esta obscuridade, motivando os rumos da ação e justificando-a. Para Fligstein (2001a, 2001b), a ação no mercado é mais bem apreendida como tentativa de atenuar o efeito da concorrência. Ao mesmo tempo, quando falamos dos mercados voltados à saúde, é importante situar o que Foucault nomeia como medicalização: o fato de que a existência humana, conduta, comportamento e corpo se incorporaram a partir de século XVIII a uma rede de medicalização cada vez mais densa e que se apropria do campo de significação e das possibilidades semânticas (FOUCAULT, 1977). Neste artigo, interessa-nos situar o momento da crise no Brasil durante a década de 1980 e que foi acompanhada das reformas liberalizantes da década de 1990 (GRÜN, 2003; MAZON, 2009, MAZON e MOURA, 2017) e os fenômenos de mercado que dizem respeito ao setor da saúde.

Neste contexto das privatizações, é possível observar como novas ações da indústria farmacêutica encontram terreno fértil em um período da reforma do modelo de atuação da psiquiatria em busca de novos espaços de atuação, fenômeno que diz respeito ao Brasil.

Os momentos de construção de instituições acontecem quando uma crise social, econômica ou política ameaça arranjos institucionais antes estabelecidos (BOURDIEU, 2000; FLIGSTEIN, 2001a, 2001b). Este é o caso do Brasil no período da estagnação da década de 1980 e novo ambiente da década de 1990 (GRUN, 2003). Nessas condições, atores coletivos estratégicos podem agir como empreendedores institucionais e tentar forjar novos arranjos. Os atores poderosos mais organizados podem ser convencidos de que novos arranjos são do seu interesse, mesmo que esses interesses sejam definidos e redefinidos no processo de negociação. Isso exige uma estrutura cultural que convence os atores sobre os contornos gerais dos novos arranjos (FLIGSTEIN, 2001a, 2001b). Fligstein (2001a, 2001b) defende que a formação do mercado faz parte da formação do Estado; neste ambiente, leis e práticas aceitas refletem as forças mais organizadas. Retomando Weber, Fligstein (2001a, 2001b) afirma que é o Estado o ator que cria condições para que o mercado possa se tornar estável, aquele que cria e garante as regras do jogo para que as empresas possam agir: elabora leis de incentivo, dá subsídios, investe em pesquisa, em formação profissional e pode ser o principal comprador em alguns mercados, como é o caso de vacinas e outros medicamentos no setor farmacêutico.

A partir da década de 1980 houve forte defesa de instituições privadas como solução para os problemas do aparato público (REARDON; BERDEGUÊ 2002; GRÜN, 2003). Nesta década iniciou o movimento de acordos multilaterais com a Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT) precursor da OMC e que debateu os direitos de propriedade intelectual. O ajuste de diversos países ao ambiente pós Rodada Uruguaí foi marcado pela substituição de importações por estratégias de crescimento orientadas para exportação. Todos os países em desenvolvimento experimentam um padrão de desregulamentação interna e banalização da entrada dos IDE – Investimentos Diretos Estrangeiros (WILKINSON, 2004). Estes movimentos aconteceram em diferentes setores da economia incluindo a

indústria farmacêutica (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014; HASENKLEVER *et al.*, 2010).

Em menos de uma década, houve uma forte concentração em diferentes mercados<sup>5</sup>. Este movimento iniciou na Europa e Estados Unidos e se expandiu posteriormente, chegando à América Latina e ao Brasil<sup>6</sup>. No setor farmacêutico, destaque para empresas como: Johnson & Johnson (Janssen), Pfizer, Novartis, Merk.

Exploramos, neste artigo, os contornos deste fenômeno<sup>7</sup> no Brasil com o respectivo reforço da psiquiatria em um momento de reconfiguração da profissão no movimento de reforma antimanicomial. O artigo está dividido em duas sessões: a primeira identifica aspectos da sociogênese da indústria farmacêutica considerando a ação do Estado na constituição das políticas de saúde e ambiente em que empresas atuam no Brasil. A segunda sessão explora aspectos da constituição da profissão médica, da psiquiatria e ação do Estado nesse processo, bem como a emergência da medicalização da infância a partir da retomada das teses biologizantes como novo momento da psiquiatria.

## **2 Mercados e “moléculas”: medicamentos e a indústria farmacêutica em questão**

No Brasil, depois dos canais alimentares (supermercados, bares e restaurantes) as farmácias são o segundo lugar mais visitado por consumidores. É importante considerar que é alto o volume de gastos em medicamentos no consumo das famílias, principalmente as mais pobres (FIUZA; LISBOA, 2001). Já os gastos públicos com saúde no Brasil equivaleram a 3,8% do PIB em 2015<sup>8</sup>. Em 2017, a indústria farmacêutica ocupava a

---

5 O Brasil foi responsável por mais de 50% de todas as fusões e aquisições internacionais registradas na América Latina em 2000 (GRÜN, 2003).

6 Principais movimentos de fusão e aquisição no setor farmacêutico da década de 1990 até os anos 2000 no Brasil e no mundo, ver: Kornis, Braga e Paula, 2014.

7 Este artigo faz parte de um projeto mais amplo que aborda o processo de constituição do saber médico e a infância no quadro do projeto CAPES-COFECUB “Saberes espertos da infância”. Em outro momento, abordaremos a indústria farmacêutica e as relações de reforço entre o saber médico e a produção/legitimação de novos medicamentos.

8 Neste quesito o país estava na posição 64ª em gastos com saúde (ranking de 183 países da OCDE), superior à média da América Latina e do Caribe e abaixo dos países desenvolvidos que aplicam em média 6,5% do PIB em saúde; os dados são do Banco Mundial (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

2ª posição no *ranking* de investimentos privados em P&D<sup>9</sup>. O consumo de produtos farmacêuticos difere de outras formas de mercado em que o consumidor decide diretamente pela compra. O setor farmacêutico se constitui pela compra por procuração ou medicamento ético: é necessária a prescrição e o receituário médico para que o consumo se realize<sup>10</sup>. Igualmente o medicamento diz respeito a um bem credencial: diferente do bem de busca (a qualidade é verificável antes, por exemplo: roupas, celulares) ou de um bem de experiência (a qualidade do bem é conhecida depois), os bens credenciais a sua qualidade pode nunca vir a ser passível de avaliação pelo consumidor; somente o profissional especializado pode atestar esses aspectos, certificando os bens como é o caso dos medicamentos (FIUZA; LISBOA, 2001).

Quando falamos de indústria farmacêutica e de medicina, é importante lembrarmos que estas duas áreas não se diferenciaram a não ser a partir da Revolução Industrial que marca a era das especialidades: anteriormente, fazer medicamentos, diagnosticar e prescrever receitas médicas eram tarefas de curandeiros e boticários os quais disputavam espaço e legitimidade com os médicos (FREIDSON, 2009; CALAÇA, 2005; RESENDE, 2007;).

A era industrial abriu espaço para o monopólio profissional da medicina; e, quando falamos do terreno da saúde mental, a psiquiatria no século XIX ganha o direito de definir as fronteiras sempre cambiantes entre o que é saúde e o que é doença mental<sup>11</sup> (FOUCAULT, 1977).

A indústria farmacêutica no Brasil começou a se desenvolver no período entre 1890 e 1950 (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014). O impulso para este setor guarda relação com a constituição da saúde pública, o surgimento das primeiras epidemias, práticas sanitárias e o desenvolvimento

9 Os laboratórios farmacêuticos ocupam a 2ª colocação, entre os 21 setores do *ranking* do anuário Valor Inovação Brasil 2018, com o maior nível de investimento da receita líquida em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), conforme Sociedade Brasileira Pró-inovação Tecnológica (PROTEC, 2018).

10 Nas farmácias existem ainda os medicamentos não éticos ou populares, que podem ser comprados diretamente no balcão. São os OTC (over the counter) (Hasenklever et al., 2010, p. 52).

11 Foucault reformula a compreensão contemporânea da doença mental a partir da explicitação de sua constituição histórica. O autor retira o foco do estudo da sociedade em si mesma para a problematização das condições de produção de um discurso psiquiátrico e análise das relações entre discurso e saber (CAPONI, 2009a, 2009b).

de medicamentos que as contivesse<sup>12</sup> (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008). É importante considerar como a ação de médicos desencadeia procedimentos de saúde que participarão dos processos de racionalização do Estado, que, ao conter epidemias, fundou diferentes modelos de institucionalização de atenção à saúde. Os nomes destes profissionais se confundem com as instituições e práticas inauguradas por eles: o bacteriologista Oswaldo Cruz e a Fundação Oswaldo Cruz, Carlos Chagas igualmente pesquisador da Fiocruz, Franco da Rocha na saúde mental. O processo de institucionalização foi acompanhado pela construção de códigos, leis, institutos de pesquisa e publicações do setor (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008). Então, a institucionalização da saúde é marcada pelo controle de epidemias e por um processo civilizador das formas de convívio entre seres humanos e destes com as cidades dentro de um contexto de contenção e moderação<sup>13</sup> (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008). O Estado brasileiro foi peça fundamental no desenvolvimento da indústria farmacêutica ao incentivar e fornecer recursos para os primeiros laboratórios farmacêuticos e foi responsável pelos próprios planos de saúde pública, produção de soros, vacinas e medicamentos.

Havia, no início do século XX, um incipiente parque industrial farmacêutico que começou a produzir anilinas, óleos, ceras e medicamentos naturais que tiveram redução após a descoberta e o emprego industrial da síntese orgânica na Europa (OLIVEIRA; LABRA; BERMUDEZ, 2006).

A partir de 1920, com ações centradas em surtos epidêmicos de caráter emergencial as ações do Estado passam a ser profiláticas atingindo o setor de saneamento. Este é momento chamado de era do saneamento. Na Era Vargas – período de 1930 a 1945 – foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPS), o qual dispunha de serviços médicos somado a benefícios: aposentadoria, pensões e assistência médica eram uma única e mesma

12 A história da constituição das políticas de saúde no Brasil desde o período colonial passando pelo Império e República guarda intensa relação com os processos de migração e urbanização acompanhados por epidemias (Escorel e Teixeira, 2008). Sobre os diferentes momentos e controle das epidemias ver: Giovanella et al., 2008; Chalaça, 2005.

13 Exemplo de 1891 – a primeira lei paulista da era republicana voltada para a obrigatoriedade da vacina antivariólica, já prevista no código de posturas municipais desde 1886. A obrigatoriedade e a repressão aos que se opusessem era prevista no código (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008).

entidade (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008). Até o início da Primeira Guerra Mundial<sup>14</sup>, a indústria alemã e suíça dominavam o mercado farmacêutico mundial (ORSENIGO; PAMMOLLI; RICCABONI, 2001). A Segunda Guerra Mundial, a partir da experiência da Primeira, fez com que os Estados Nacionais mobilizassem altos investimentos na indústria farmacêutica com o intuito de preservar a vida de seus soldados. Naquele ambiente, o setor farmacêutico encontrou oportunidade para ampliação e consolidação de suas condições como um dos maiores complexos industriais (FIUZA; LISBOA, 2001).

O período de 1945 a 1963 caracterizou-se pelo “sanitarismo campanhista” e seguridade social. Neste período de pós-guerra e guerra fria, o Brasil se alinhou aos EUA e a ação estatal em saúde foi marcada pelo sanitarismo centralista e autoritário (ESCOREL, 2008). Oliveira, Labra e Bermudez (2006) destacam o pioneirismo do Brasil na formulação de uma política de medicamentos ao estabelecer, em 1964, a Relação Básica de Produtos Biológicos e Matérias para uso farmacêutico Humano e Veterinário.

Na década de 1970, o desenvolvimento da biotecnologia foi considerado uma mudança no paradigma tecnológico: a busca de novos medicamentos se deslocou da estratégia de primeiro desenvolver uma substância (através da síntese química) e depois aplicá-la ao corpo, para uma estratégia de síntese de proteínas as quais modificam o metabolismo humano<sup>15</sup>(HASENKLEVER *et al.*, 2010, p. 54).

Em 1975, com a Lei nº 6.229 organizou-se o Sistema Nacional de Saúde, o qual estabeleceu competências específicas nas distintas esferas do governo, ainda com forte característica centralizadora no nível federal. Na década de 1980, em particular, a partir de 1985 e dentro do processo de redemocratização, nasceu o movimento nomeado como Reforma Sanitária.

---

14 No contexto da Primeira Guerra Mundial os soldados eram ceifados dos campos de batalha muito mais pelas doenças do que pela guerra em si. Neste ambiente que Alexander Fleming criou a penicilina, marco na história dos antibióticos.

15 Com o uso da biotecnologia, mapeia-se o organismo para identificar possíveis genes com alguma função no corpo e descobrir as proteínas a serem sintetizadas e as suas funções no organismo. A partir desse reconhecimento, foi possível atacar diretamente as doenças causadas por deficiências nessas proteínas e não apenas suas consequências como no paradigma anterior (HASENKLEVER *et al.*, 2010, p. 54).

ria. O marco deste movimento foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 com a participação de diversos setores organizados. Esta conferência propôs uma reforma ampla do sistema de saúde; o produto desta conferência serviu de referência para a elaboração da Constituição de 1988. As garantias previstas na carta constitucional: saúde como direito e dever do Estado, universalidade da cobertura, descentralização da gestão administrativa e a integração da rede pública de serviços em um sistema único: o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 1996 a Lei de Patentes<sup>16</sup> (já mencionada) que permitiu que a indústria farmacêutica fizesse pesquisas de novas moléculas e registrasse a respectiva patente no Brasil foi um marco fundamental, tão bem como a criação da Política Nacional de Medicamentos de 1998 (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014). Em 1999 foi criada a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) assim como o Conselho de Administração de Defesa Econômica foi transformado em autarquia federal; marcos do processo regulatório sanitário e econômico respectivamente do setor farmacêutico (KORNIS; BRAGA; PAULA, 2014). O monopólio temporário do produto tem, para a firma inovadora, a importância de assegurar o mercado que mais tarde – quando expira a patente – significa um custo; quando a versão genérica concorrente pode acessar o mercado e sem o custo da pesquisa. No estágio do monopólio, a empresa inovadora irá auferir rendimento que remunerar os investimentos iniciais de P&D daquele produto. Há, assim, uma urgência constante de pesquisa de novas moléculas para substituir aquelas que perderão a patente nos próximos anos. A proteção de produto é mais efetiva no setor farmacêutico do que, por exemplo, no setor eletrônico, porque ela tem como objeto a própria molécula ou composto químico, em vez da função que ela desempenha; nos eletrônicos, por exemplo, a função pode ser copiada por componentes de tecnologia diferente (FIUZA; LISBOA, 2001).

Nesse sentido, a linguagem desse mercado se expressa em termos dos ativos que são patenteados chamados de moléculas químicas ou simplesmente

---

16 “As patentes são um meio de assegurar retorno mesmo em face de elevados custos de pesquisa e riscos envolvidos para que produtores continuem investindo em novos medicamentos. A patente confere exclusividade ao detentor sobre os princípios ativos do medicamento propiciando monopólio temporário” (HASENKLEVER et al., 2010, p. 63).

“moléculas”. Se no período da década de 1980 a 1990 o ritmo de desenvolvimento de novas drogas implicou variações na liderança deste mercado, hoje as grandes líderes estão estabilizadas e processos de fusão e aquisição as tornam ainda mais poderosas (FIUZA; LISBOA, 2001).

Os produtos farmacêuticos são – com destaque – os grandes beneficiários da patente. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 65% das invenções não teriam sido lançadas e 60% não teriam sido desenvolvidos sem patentes (FIUZA; LISBOA, 2001). Daí o ambiente dos países-sede de empresas inovadoras (destaque para EUA, Japão e Comunidade Europeia) em pressionar no âmbito da Rodada Uruguai do GATT para que os demais países igualmente reconhecessem a lei de patentes.

No início do século XXI o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) elaborou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial da Saúde (PROFARMA) disponibilizando crédito para a indústria farmacêutica brasileira. É importante destacar a especificidade do Brasil e sua carta constitucional que prevê direito e acesso universal à saúde que se constitui como um país em que o Estado configura-se como apoiador de iniciativas, como já apontado, e igualmente como o maior comprador do segmento privado.

Apresentamos, nesta sessão, o papel do Estado ao incentivar por meio de leis e subsídios a constituição da indústria farmacêutica; na próxima sessão, abordamos aspectos da constituição da profissão médica pela ação do Estado para explorar o momento de aproximação entre médicos e a indústria farmacêutica.

### **3 Aspectos da sociogênese da medicina e o Estado**

Como veremos nesta sessão, a profissão médica, que era uma entre outras maneiras de curar, se diferenciou de curandeiros e conquistou o monopólio do exercício da medicina garantida pelo Estado; além disso, o Estado tornou ilegais práticas que poderiam concorrer com a medicina (FREIDSON, 2009).

Conforme Freidson (2009) e Resende (2007), até a Idade Média curandeiros tratavam apenas da elite. Freidson(2009) observa que, ainda

neste período, “praticantes populares” da medicina passaram a ser reconhecidos em documentos oficiais e o título de médico concedido pela universidade se constituía pela primeira vez em uma fonte estável de distinção. A universidade da época medieval criou, pela primeira vez, um critério administrativo, definido e distinto, estabelecendo uma identidade ocupacional singular para a medicina em meio à coleção de curandeiros (FREIDSON, 2009).

Igualmente, no Brasil a prática médica era desconhecida dos mais pobres e escravos os quais se tratavam com curandeiros; médicos disputavam espaço com outros agentes de cura. Do século XVI ao XX, intelectuais, médicos, boticários, sacerdotes, sangradores, pajés, curandeiros e parteiras disputavam o espaço de atuação na saúde. No Brasil oitocentista um dos primeiros registros de um médico é aquele especializado nas doenças femininas de nome Chomet, médico francês, formado na escola de medicina de Paris e do Rio de Janeiro. Houve resistência por parte de pais e maridos ao tratamento de mulheres no período do Império. A medicalização somente penetrou na intimidade feminina depois que o médico aderiu ao segmento para familiar tornando-se médico e compadre, cheio de afilhados (NOVAES; ALENCASTRO, [1997] 2018, p.75). Freire observa que o absolutismo do pai de família dissolvia-se à medida que outras figuras ganhavam destaque na sociedade: juiz, correspondente comercial, diretor do colégio, médico (idem).

Com a Independência do Brasil surgiram as primeiras faculdades e foi criada na corte a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e, em 1831, a Academia Imperial de Medicina. No primeiro período, as ações governamentais de saúde estavam restritas aos principais aglomerados urbanos e a algumas doenças epidêmicas. Na segunda metade do século XIX, houve um esforço de afirmação de um ponto de vista científico o qual acompanhou o desenvolvimento da sociedade capitalista. No desenvolvimento das especialidades médicas no Brasil, a psiquiatria permaneceu como campo permeável a dúvidas e contradições (CALAÇA, 2005).

Voltando a Freidson (2009), o desenvolvimento das universidades facilitou o esforço do Estado para regulamentar formalmente as ocupações relacionadas à saúde. As guildas igualmente contribuíram. Nesse sentido,

guildas e universidades ofereciam ao médico identidade pública e prestígio em relação a outras ocupações como donos de mercearia e boticários (FREIDSON, 2005). Mais tarde, no século XIX, o estabelecimento das associações profissionais de Medicina na Alemanha e Inglaterra como em outros países permitiu novo impulso ao monopólio do trabalho profissional; muito embora a fidelidade do público ainda fosse frágil; recorria-se frequentemente a curandeiros (FREIDSON, 200).

Já nos EUA, no século XIX, a licença foi reconhecida e baseada em um modelo uniforme de educação médica. Ao mesmo tempo, a consolidação política da nação tornou possível o reforço das leis de licenciamento com a educação das massas, o público desenvolveu conhecimento e uma crença próxima dos médicos, tornando-se mais receptivo. O resultado foi o controle sobre a prática de cura; controle este que a medicina nunca houvera experimentado até então (FREIDSON, 2005, p.41).

Se o conceito de profissão exige o monopólio sobre o exercício profissional, segundo Freidson, acrescentamos aqui, a partir da perspectiva de Bourdieu, como o processo de formação profissional constitui um *habitus* cultivado: uma forma de ver o mundo e de reconhecer determinadas categorias como adequadas e não outras. Segundo Bourdieu (2001, p. 205), a cultura escolar “propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação”. Para ele, os indivíduos programados – aqueles que são dotados de um esquema homogêneo de percepção, de pensamento e de ação – constituem o “produto acabado de um sistema de ensino” (BOURDIEU, 2001, p. 206). Formar-se em uma escola significa “partilhar um espírito” literário ou científico. A cultura transmitida pela escola,

[...] a cultura erudita em sua qualidade de código comum é o que permite a todos os detentores associar os mesmos sentidos às mesmas palavras, aos mesmos comportamentos e às mesmas obras [...] a Escola incumbida de transmitir esta cultura, constitui o fato de consenso cultural nos termos de uma participação no senso comum entendida como condição da comunicação. O que os indivíduos devem à Escola é, sobretudo, um repertório de lugares comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar os problemas comuns. (BOURDIEU, 2001, p.206-207).

Freidson define a medicina como uma profissão de consulta<sup>17</sup>, depende da decisão do paciente leigo, ele é livre para escolher. “A escolha pela consulta não pode ser forçada, antes, precisa ser atraída” (FREIDSON, 2005, p. 41). Quando falamos de mercado profissional, portanto, este se constitui como um espaço de lutas por reconhecimento e as lutas pelos critérios de classificação da realidade<sup>18</sup>. Distanciamos-nos, portanto, de uma visão funcionalista da constituição profissional para uma perspectiva relacional, conforme Bourdieu (2006, 2001).

A autonomia profissional não é absoluta, o Estado tem soberania sobre todos e concede autorização de profissão a alguns (FREIDSON, 2005). Freidson observa a importância das associações profissionais. No exemplo estadunidense, a Associação Médica Americana (AMA) se subdivide em braços estaduais e territoriais; os médicos são admitidos no braço municipal, o que confere poder local. Raramente existe oposição, os mesmos membros se reelegem (FREIDSON, 2005, p.48). Esta é, para este autor, a forma típica das associações ocupacionais: observa-se apatia política dos jornais que não publicam opiniões opostas e oferecem ao mundo externo uma aparência unitária, mesmo que haja luta interna<sup>19</sup>. O maior poder é o da inexistência de outras associações; a filiação é critério de competência profissional (FREIDSON, 2005, p. 49). As associações fixam normas mínimas de formação e credenciamento e mantêm o associado atualizado em técnicas. A AMA tem influência sobre carreiras individuais e papel de destaque sobre normas técnicas mínimas para o funcionamento dos serviços de saúde. Ela esteve engajada por décadas, na promoção de qualidade de produtos farmacêuticos, alimentos dietéticos e dispositivos terapêuticos e diagnósticos.

De forma semelhante, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM), com sede no Distrito Federal, tem jurisdição em todo território nacional e atua em conjunto com os Conselhos Regionais de Medicina.

---

17 Freidson diferencia profissão de consulta de profissão erudita, acadêmica. Segundo este autor o que se espera do médico é o “faça algo por mim” que é diferente da profissão erudita do: “diga se isto é verdadeiro ou falso” (FREIDSON, 2005, p. 41).

18 Este será o tema de artigo futuro: as disputas por reconhecimento entre médicos e sua relação com a indústria farmacêutica.

19 Idem, análise de uma pesquisa futura.

Os Conselhos Regionais formam uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Os Conselhos foram instituídos pelo Decreto-Lei nº 7.955, de 1945, e adquiriram suas características atuais a partir da Lei nº 3.268, de 1957 (CFM, 2019).

Para cumprir suas funções legais, os Conselhos Regionais funcionam como tribunais, apreciando denúncias contra médicos e instaurando processos ético-profissionais quando existem indícios de infração ética. As apenações, na forma da lei, podem consistir em advertência confidencial, censura confidencial, censura pública, suspensão do exercício profissional até 30 dias e cassação do exercício profissional. O órgão possui um corpo de Conselheiros, os quais são eleitos por seus pares para mandato meramente honorífico, sem remuneração. Os Conselhos Regionais, como no modelo estadunidense, dividem com o Ministério da Educação a regulamentação do profissional médico, conforme art. 17 da Lei nº 3.268, de 1957:

Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade. (CFM, 2019, [s. p.]).

Quando abordamos as doenças mentais é no período entre os séculos XVII e XIX no Brasil que a assistência aos doentes mentais se tornou médica. Surgiu e se difundiu, a partir da França, o modelo erigido por Pinel e instituído por Esquirol, e a assistência aos doentes se transformou em responsabilidade médica e estatal.

Apresentamos, a seguir, aspectos da psiquiatria com o intuito de discutir sua aproximação recente com a indústria farmacêutica na produção dos diagnósticos da infância.

### 3.1 Sociogênese da psiquiatria e a reforma psiquiátrica

Foucault observa medicina e psiquiatria pelo que as separa e o que as une: a instituição hospital e o asilo, as práticas e a forma de estabelecer o diagnóstico. Foucault (1977) concentra sua análise na comparação entre estudos médicos, anatômicos e neurológicos de um lado e os estudos psi-

quiátricos de outro. O intuito é distinguir o corpo anatomopatológico da medicina e a ausência de corpo da psiquiatria. Este autor chama a atenção para a especificidade da psiquiatria em relação à medicina: a ausência da evidência das lesões<sup>20</sup>; e, para a psiquiatria, o binarismo do diagnóstico ao definir se um paciente está ou não louco, se deve ou não ser internado (FOUCAULT, 1977; CAPONI, 2009a, 2009b).

Conforme observa Caponi (2009a, 2009b) o movimento de desmanicomialização e a reforma psiquiátrica irão descentralizar velhas tecnologias de poder antes investidas na internação. Como veremos nesta sessão o momento da desmanicomialização guarda coincidência com a inauguração das novas classificações de doenças mentais que atingem a abordagem preventiva da infância.

Na área da saúde mental o marco institucional da assistência psiquiátrica brasileira acontece com o decreto imperial que criou o Hospício Pedro II para tratamento de alienados. Este foi inaugurado em 1852, e sua função era exclusivamente segregadora (RESENDE, 2007). Desde então e por 150 anos, a política nacional de saúde mental se resume a mera implantação de hospitais psiquiátricos (AMARANTE, 2008, p. 636). O período posterior à Proclamação da República constitui o marco entre a psiquiatria empírica e o início da chamada psiquiatria científica: ocorre a laicização dos asilos, a ascensão dos representantes da classe médica na direção das instituições e como porta-vozes do Estado (RESENDE, 2007, p. 43). Em 1903, no governo Rodrigues Alves, Juliano Moreira assumiu a Assistência a Alienados e a gestão do Hospício Nacional enquanto Oswaldo Cruz assumiu a direção dos serviços de saúde pública: serão considerados os dois “gigantes” de seu tempo – o primeiro na medicina sanitária e o segundo na medicina mental (RESENDE, 2007, p. 45). Este momento é identificado

20 “Na medicina do século XIX iniciaram os processos de correlação entre sintomas e lesões como forma de evidência das doenças; é possível individualizar diversas doenças e classificar sintomas estabelecendo vínculos entre lesões e a caracterização de doenças. É a atribuição orgânica da lesão o que possibilita, para a medicina, a construção de diagnósticos diferenciais. Um signo e um sintoma remetem a uma lesão específica, o que permite diagnosticar uma doença e não outra. No âmbito da psiquiatria a situação muda por dois fatores. O primeiro, embora existam diagnósticos como melancolia, esquizofrenia ou transtorno bipolar, não importa tanto a precisão nosológica quanto saber se este paciente é ou não louco. Antes de qualquer caracterização, a questão maior que se coloca é uma oposição binária, está em questão uma decisão institucional sobre a internação” (CAPONI, 2009a, p. 98).

como de grande atividade científica: a classificação brasileira das doenças mentais apoiada por duas sociedades – Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Ciências afins e a Liga de Higiene Mental<sup>21</sup> (RESENDE, 2007). O aparecimento das colônias permitiu que o modelo asilar dominasse a assistência psiquiátrica até 1950.

A Liga Brasileira de Higiene Mental<sup>22</sup> foi fundada por Gustavo Reidel, diretor da colônia de psicopatas do Engenho de Dentro. O objetivo de Reidel era promover a nova psiquiatria ampliando assim o escopo da profissão psiquiátrica na vida cotidiana e promovendo um programa de higiene mental, em especial para os pobres e criminalmente insanos (COSTA, 1976). A liga se preocupou com a delinquência juvenil, prostituição, alcoolismo entre outras (STEPAN, 2012, p. 343). Em 1941, Adauto Botelho (discípulo de Juliano Moreira<sup>23</sup>) assumiu o recém-criado Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) dentro do Ministério da Educação e Saúde. Naquele momento predominaram os hospitais públicos, respondendo por 80,7% dos leitos psiquiátricos do país. Os asilos (Juqueri, em São Paulo; Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro; e São Pedro, em Porto Alegre) exerciam um papel orientador da assistência psiquiátrica, consolidando a política macro-hospitalar pública como principal instrumento de intervenção sobre a doença mental (PAULIN; TURATO, 2004, p. 242).

Este foi o momento em que a psiquiatria procurou se estabelecer como especialidade médica e seu espaço de atuação, o hospital, foi reconhecido igualmente. O Código Brasileiro de Saúde de 1945 condenava denominações como “hospício”, “asilo”, “retiro” ou “recolhimento”, reconhecendo a categoria hospital. Novas técnicas terapêuticas foram introduzidas no país em substituição ao papel meramente custodial predominante. Métodos

21 Como observa este foi um período em que o campo científico não estava completamente estabelecido no Brasil: não havia departamento de ciências nas universidades e o trabalho biológico restringia-se às escolas de medicina, institutos agrícolas e o Instituto Oswaldo Cruz, este que talvez fosse o mais conhecido centro de pesquisa médica da América Latina (STEPAN, 1978;.).

22 “Cabe lembrar que o movimento higienista no Brasil ganhou peso entre as décadas de 1900 e 1940. Por ser um país de população católica, rural, racialmente mista e analfabeta, o Brasil representava tudo o que os europeus consideravam disgênico” (STEPAN, 2012, p. 334-335). “O Brasil era considerado como exemplo ideal da degeneração que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas” (STEPAN, 2012, p. 338).

23 Juliano Moreira foi o nome mais importante da psiquiatria brasileira no primeiro quarto de século, defendeu um caráter científico à psiquiatria no Brasil (PAULIN; TURATO, 2004).

da psiquiatria biológica foram inaugurados: choque cardiazólico, psicocirurgia, insulinoaterapia e a eletroconvulsoterapia (PAULIN; TURATO, 2004). Ao mesmo tempo em que a classe médica psiquiátrica lutava por seu reconhecimento como especialidade médica, o hospital psiquiátrico se impunha como espaço de atuação (PAULIN; TURATO, 2004). Outro fator marcante desta década em diante foi o aumento no número de leitos psiquiátricos no país: o processo de privatização da assistência médica e da previdência social (AMARANTE, 2008).

Esse modelo foi radicalizado no período da ditadura militar com o golpe de 1964; a privatização faz crescer o número de leitos no país. Naquele momento, 97% do volume de recursos disponíveis em psiquiatria eram destinados à internação hospitalar (AMARANTE, 2008; PAULIN; TURATO, 2004). O processo da reforma psiquiátrica iniciou ao final da década de 1970 e no bojo da redemocratização. Em 1978, no cenário de redemocratização, havia denúncia de maus tratos nos hospitais não só a pacientes como também aos presos da ditadura. Houve demissões e protestos e, naquele momento, nasceu o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM). Houve uma crítica epistemológica ao saber psiquiátrico e uma crítica à psiquiatria como estratégia de repressão.

A 1ª Conferência Nacional da Saúde Mental realizada em 1987 compôs a agenda do movimento de reforma psiquiátrica questionando o modelo de hospitalização e defendendo a criação de serviços extra-hospitalares. Em 1993, organizou-se o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, já que Brasil acompanhava o movimento da reforma psiquiátrica de outros países como Inglaterra, França, EUA e Itália (AMARANTE, 2008).

Ao mesmo tempo em que havia o desmonte do sistema manicomial, criaram-se os Núcleos de Atenção Psicossocial (Naps) abertos 24 horas. O Projeto de Lei de 1989 (3.657/89) propôs a extinção progressiva dos manicômios. Na década de 1990, a experiência dos hospitais-dia e centros de convivência se difundiu. O Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares de 2002 foi um dispositivo de redução dos leitos hospitalares. Conforme Amarante (2008), é necessário destacar o papel dos Ministérios Públicos Estaduais que, a partir da ocorrência de óbitos e violência em hospitais psiquiátricos, impetraram medidas de reversão do modelo. Havia

resistência da psiquiatria privada que alarmava a sociedade que poderia estar sendo desassistida.

Um ciclo histórico da saúde pública no Brasil foi concluído com a aprovação da Lei nº 10.216, em 2001, promotora da reestruturação da assistência psiquiátrica no país. Esta lei é fruto de um movimento que avançou desde o final da década de 1970 e década de 1980, nomeado de “reforma psiquiátrica” (PAULIN; TURATO, 2004, p. 241). Em 2011, o Brasil contava com 596 residências – lares abrigados para os desmanicomializados. Igualmente a Estratégia da Saúde da Família (ESF) tem atuação articulada com a saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica o que pressupõe ruptura com o modelo biomédico centrado no hospital (AMARANTE, 2008). O poder, antes concentrado na figura do médico, se distribui por equipes multiprofissionais e se desloca da ação isolada nos manicômios para espaços abertos e compartilhados com outros profissionais.

### 3.2 A indústria de diagnósticos e a medicalização da infância

Como citado anteriormente, o início do século XX foi o momento da descentralização da atuação psiquiátrica. Ele guardou coincidência com o movimento das classificações de doenças mentais relacionadas à infância. Há uma multiplicação de novos diagnósticos e cada vez mais a aceitação da ideia de que pequenos sinais anunciadores de uma patologia mental futura possam ser diagnosticados desde a infância o que pressupõe intervenção medicamentosa preventiva desde esse período; fenômeno nomeado como medicalização da infância. O Brasil é o segundo maior consumidor de psicotrópicos na infância, em particular metilfenidato (Ritalina), atrás apenas dos EUA (CAPONI, 2016).

O discurso da psiquiatria apresentou o uso de medicamentos para crianças e adolescentes como momento do avanço médico. Conforme Whitaker (2016), esta prática iniciou nos EUA; posteriormente, difundiu-se por outros países e continentes. Este autor considera o fenômeno historicamente datado e situa como elemento fundante a publicação da terceira edição do DSM em 1980. As classificações em psiquiatria e que estão documentadas nas diferentes versões do DSM foram criadas com a finalidade de obter dados estatísticos sobre a população e buscar uma linguagem

universal sobre as patologias mentais (MARTINHAGO; CAPONI, 2019). Foi o momento em que a Associação Americana de Psiquiatria adotou o modelo médico para caracterizar transtornos psiquiátricos: “os transtornos passaram a ser considerados desde então como doenças do cérebro com diagnósticos feitos na presença de sintomas” (WHITAKER, 2016, p. 13).

A retomada das teses biologizantes e cerebrais na psiquiatria ao final do século XX abriu espaço para a indústria farmacêutica ampliar a venda de psicotrópicos. Conforme Brzozowski (2016), Martinhago e Caponi (2019) – autoras que retomam Foucault (1977) –, até a década de 1950 não era comum na prática psiquiátrica a delimitação de categorias de doenças<sup>24</sup>. O primeiro manual da Associação Americana de Psiquiatria (APA) foi o DSM I que refletia uma visão psicodinâmica da personalidade próxima aos estudos da psicanálise. O DSM II mantém esta referência abordando sintomas como reflexos das condições gerais dinâmicas subjacentes ou como reações a momentos de crise. O DSM III de 1980 surgiu em meio aos conflitos pelos quais passava a psiquiatria questionada pelo seu subjetivismo e pela sua falta de cientificidade. O DSM III inaugurou a visão dos transtornos mentais a partir de uma lista de sintomas em ruptura com as versões anteriores. O intento era levar para a psiquiatria o modelo diagnóstico das demais áreas da medicina – nelas o diagnóstico é o centro da prática, como já mencionado.

Conforme pondera Whitaker (2016), a partir da década de 1980 iniciou um movimento de aproximação entre a indústria farmacêutica e a Associação Psiquiátrica Americana (APA), associação responsável pela edição do DSM. Este foi o momento em que a APA adotou o que é chamado de modelo médico para categorizar transtornos psiquiátricos, vistos a partir de então como doenças do cérebro; diagnósticos a partir da presença de sintomas. “Este raciocínio promove a ideia de que os medicamentos psiquiátricos devem ser a primeira linha de tratamento para estes transtornos” (WHITAKER, 2016, p. 13-14). Conforme o autor, este fenômeno aproximou a APA das indústrias farmacêuticas as quais passaram

---

24 A última classificação que antecede o primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) surgiu em 1918, com 22 categorias. Desde 1952 até 2013, o Manual foi reformulado até a quinta edição (BRZOWSKI, 2016).

a patrocinar eventos científicos da área, fornecerem ajuda financeira para encontros médicos e mesmo patrocinaram diretamente profissionais psiquiatras na Europa, Ásia e América do Sul para comparecerem aos encontros da APA e, assim, assimilarem o novo paradigma de cuidado. Em outra linha de atuação, a indústria farmacêutica investiu na contratação de psiquiatras de faculdades de medicina para serem seus líderes de opinião. Esses líderes criaram a narrativa que levou à expansão de prescrição de medicamentos psiquiátricos para todos os segmentos da sociedade americana incluindo as crianças. “Estes profissionais trabalharam conduzindo ensaios clínicos, publicando artigos, livros didáticos e discursando sobre a validade dos transtornos psiquiátricos em cursos de Educação Médica Continuada”(WHITAKER, 2016, p. 15). Observa-se aqui como a divisão entre produtores de bens e produtores de ideias se esvanece, aproximando-se o campo da indústria farmacêutica dos intelectuais produtores de bens simbólicos: os médicos atuarão produzindo os bens (pesquisas científicas e artigos) como produzindo um ponto de vista sobre eles (palestras e cursos).

Por último, trazemos como exemplo desta aproximação e dos novos contornos da relação entre médicos e a indústria farmacêutica no Brasil o manual de boas práticas elaborado e assinado pelas principais entidades brasileiras representantes da classe médica: Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) na condição de representantes da classe médica brasileira e a Associação da indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA) – entidade que representa parte da indústria farmacêutica no Brasil(CFM, 2017). Nomeado como “Em defesa das boas práticas no relacionamento entre a classe médica e a indústria farmacêutica”, está disponível no Portal do CFM e no site da Interfarma. O documento prevê limites legais no relacionamento entre as empresas do setor farmacêutico e os médicos. No caso do pagamento de despesas de transporte, hospedagem, alimentação, estas devem ser compatíveis com as circunstâncias dos serviços contratados. O documento proíbe a entrega de materiais de interesse científico a estudantes de medicina a não ser durante eventos médicos; o apoio a profissionais para participar de eventos(nacionais ou internacionais) não pode estar condicionado à prescrição e/ou à dispensação de um determinado medicamento. Igualmente é proibida a realização de congresso em local de

apelo turístico ou, ainda, a compra de passagem de avião na primeira classe (CFM, 2017; INTERFARMA, 2016). Observa-se aqui o que Bourdieu (1989, p. 548) nomeia como alongamento do circuito de legitimação: as classes dominantes são obrigadas a invocar “[...] o universal para exercer sua dominação e elas não podem se ausentar de ser tomados em seu próprio jogo de submeter sua prática às normas pretendentes à universalidade”. Aqui as entidades anunciam a norma e se declaram fieis a ela; logo, a indústria farmacêutica legitima a classe médica e vice-versa.

#### 4 Considerações finais

Este artigo abordou a relação entre indústria farmacêutica e psiquiatria no contexto das reformas liberalizantes a partir da ótica da Sociologia Econômica que compreende os mercados como construções sociais. Na primeira sessão, abordamos a constituição da indústria farmacêutica à luz da construção do sistema de saúde no Brasil. A institucionalização da saúde é marcada pelo controle de epidemias e por um processo civilizador das formas de convívio entre os seres humanos e destes com as cidades, elementos fundantes do ambiente propício para o florescimento da indústria farmacêutica. Fligstein (2001a,) defende que a formação do mercado faz parte da formação do Estado; neste ambiente, leis e práticas aceitas refletem as forças mais organizadas. Foi possível observar a atuação do Estado brasileiro na constituição do ambiente estável para que as empresas farmacêuticas se consolidassem conforme diferentes momentos em diferentes modelos de atenção à saúde ora centralizadores e, a partir da constituição do Sistema Único de Saúde, um modelo descentralizado e universal. Conforme Bourdieu (2006) e Fligstein (2001a, 2001b), momentos de crise, como foi a estagflação da década de 1980 no Brasil, podem trazer mudanças na forma de atuação do Estado e condições fluidas podem fazer emergir novas formas de mercado como foi o movimento de fusões e aquisições que estabilizou o mercado farmacêutico (entre outros) na forma de multinacionais.

Com a Lei de Patentes, as empresas inovadoras passaram a utilizar o recurso da patente como forma de restringir o acesso à produção e comercialização de seus produtos, podendo, assim, monopolizar temporariamente seu mercado. Ou, mobilizando a linguagem da sociologia, estas

estratégias permitiram estabilizar o mercado e evitar a guerra aberta. A aproximação entre indústria farmacêutica e a classe médica é constante; da classe médica, vêm alguns dos pesquisadores produtores das vacinas no momento das grandes epidemias no Brasil. Os médicos participavam dos movimentos de reformas da saúde e, quando o assunto foi a psiquiatria, urgia reformular sua atuação a partir do momento da reforma antimanicomial.

A atuação psiquiátrica no Brasil, ao longo do século XX, saiu de um modelo centrado no hospital para outro descentralizado. Naquele momento de descentralização que se iniciou uma aproximação entre indústria farmacêutica e a psiquiatria. No século XXI e a partir da publicação do DSM na sua quinta versão, inaugurou-se a estratégia de medicalização e retomada da biologização agora dos transtornos da infância em uma atuação denominada de caráter preventivo. Os psiquiatras foram os produtores do objeto e de um ponto de vista sobre o objeto: os transtornos da infância.

Este artigo deixa como pista de pesquisa um aprofundamento sobre o processo de internacionalização da profissão psiquiátrica, tanto no seu espaço de atuação como espaço de formação. Estudar as articulações sociais que produzem esta internacionalização e suas formas de naturalização são temas bem-vindos.

## Referências

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil gasta 3,8% do PIB em saúde pública**. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-11/brasil-gasta-38-do-pib-em-saude-publica>. Acesso em: 2jul. 2019.
- AMARANTE, P. D. C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. *In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (org.). Política e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 735-760.
- BOURDIEU, P. **La noblesse D'Etat**. Grands ecoles et esprit de corps. Les Editions de Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras S.A, 2006.
- BRZOWSKI, F. S. Discurso biológico cerebral e a expansão de diagnósticos psiquiátricos. *In: CAPONI, S.; VÁSQUEZ VALENCIA, M. F.; VERDI, M. (org.). Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância*. São Paulo: LiberArs, 2016. p. 147-160.

CALAÇA, C. E Capítulos da história social da medicina no Brasil. **Ciência e Saúde Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 557-566, 2005.

CAPONI, S. História do poder psiquiátrico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 95-103, 2009a.

CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis: Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 529-549, 2009b.

CAPONI, S. O DSM como dispositivo de segurança. **Physis: Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 741-763, 2014.

CAPONI, S. Vigiar e medicar: o DSM 5 e os transtornos ubuescos da infância. In: CAPONI, S.; VÁSQUEZ VALENCIA, M. F.; VERDI, M. (org.). **Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância**. São Paulo: LiberArs, 2016. p. 29-46.

CAPONI, S. **Uma sala tranquila**. Neurolépticos para uma biopolítica da indiferença. São Paulo: LiberArs, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Atualização de posicionamento conjunto: em defesa de boas práticas no relacionamento entre a classe médica e a indústria farmacêutica**, 2017. Disponível em: [http://portal.cfm.org.br/images/PDF/documento\\_interfarma.pdf](http://portal.cfm.org.br/images/PDF/documento_interfarma.pdf). Acesso em: 16 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Institucional**. 2019. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil**, Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976

SCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar a reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L.; SCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (org.). **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 385-434.

SCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimento populista. In: GIOVANELLA, L.; SCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (org.). **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 333-384.

FIUZA, E. P. S.; LISBOA, M. B. **Bens credenciais e poder de mercado: um estudo econométrico da indústria farmacêutica Brasileira**. Technical report. Texto para discussão n. 846. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

FLIGSTEIN, N.; MARA-DRITA, I. How to make a market: reflections on the attempt to create a Single Market in the European Union. **Am. Journal of Sociology**, v. 102, n. 1, p. 1-33, 1996.

FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, ano 6, n. 9, p. 26-55, 2001a.

FLIGSTEIN, N. Le mythe du marché, **Actes de la Recherche**, v. 139, n. 1, p. 3-12, 2001b.

FOUCAULT, M. História de la medicalización. **Educación médica y salud**, v. 11, n. 1, p. 1-23, 1977.

FREIDSON, E. **Profissão médica: um estudo da sociologia do conhecimento aplicado**. São Paulo: Edit. UNESP; Porto Alegre: Sindicato dos Médicos, 2009.

GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (org.). **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **RBCS**, v. 18, n. 52, p. 149-218, 2003.

HASENKLEVER, L.; FIALHO, B.; KLEIN, H.; ZAIRE, C. **Economia industrial de empresas farmacêuticas**. Rio de Janeiro: E-papers; FAPERJ, 2010.

INTERFARMA. **Código de conduta**. 2016. Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/public/files/biblioteca/codigo-de-conduta---revisao-2016-interfarma2.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

KORNIS, G. E. M.; BRAGA, M. H.; PAULA P. A. B. Transformações recentes da indústria farmacêutica: um exame da experiência mundial e brasileira no século XXI. **Physis Revista de Saúde coletiva**, v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n3/0103-7331-physis-24-03-00885.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

MARTINHAGO, F.; CAPONI, S. Breve história das classificações em psiquiatria. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, v. 16, n. 1, p. 74-91, 2019.

MAZON, Marcia S. Padrões de qualidade e segurança alimentar no terreno institucional brasileiro. **Dados**, v. 52, n. 4, p. 1003-1044, 2009.

MAZON, Marcia S; MOURA, W. G. Cachorros e humanos. Mercado de rações *pet* em perspectiva sociológica. **Civitas. Revista de Ciências Sociais**. V. 17 n. 1, p. 138-158, 2017.

NOVAES; ALENCASTRO, [1997] 2018. NOVAIS, F (coord) ALENCASTRO, L. F. (org) História da vida privada no Brasil II – Império: a corte e a modernidade nacional, 9ª. Reimpressão, 1997(2008). SP: Companhia das Letras,

OLIVEIRA, E. A.; LABRA, M. E.; BERMUDEZ, J. A produção pública de medicamentos no Brasil: uma visão geral. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2379-2389, nov. 2006.

ORSENIGO, L.; PAMMOLLI, F. O.; RICCABONI, M. Technological change and network dynamics: lessons from the pharmaceutical industry. **Research Policy**, Milan, v. 30, n. 3, p. 485-508, 2001.

PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil. **Historia, ciência e saúde Manguinhos**, v. 11, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n2/01.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

PORTAL CFM **Lei nº 3.268 de 1957**. 2019. Disponível em: [http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&id=21736:lei](http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&id=21736:lei). Acesso em: 5 jul. 2019.

REARDON, T.; BERDEGUÈ, J. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development”. **Development PolicyReview**, v. 20, n. 4, p. 371-388, 2002.

RESENDE, 1946?

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil. Uma visão histórica. *In*: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2007. p. 15-73.

SOCIEDADE BRASILEIRA PRÓ-INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PROTEC). **Indústria farmacêutica é o setor que mais investe em inovação no Brasil**. 9 jul. 2018. Disponível em: <http://protec.org.br/farmacos-e-medicamentos/36695/industria-farmaceutica-e-o-2-setor-que-mais-investe-em-inovacao-no-brasil>. Acesso em: 12 jul. 2019.

STEPAN, L. Beginnings of Brazilian science. *Oswaldo Cruz, Medical Research and Policy* 1890-1920. **Revue d'histoire de sciences**, v. 31, n. 1, 1978. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rhs\\_0151-4105\\_1978\\_num\\_31\\_1\\_1555.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rhs_0151-4105_1978_num_31_1_1555.pdf). Acesso em: 5 jul. 2019.

STEPAN, L. Eugenia no Brasil: 1917-1940. *In*: HOCHMAN, G. E.; ARMUS, D. (org.). **Cuidar, controlar e curar**. Ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. RH: Fiocruz, Coleção História e Saúde, 2012. p. 331-391.

WHITAKER, R. Transformando crianças em pacientes psiquiátricos: fazendo mais mal do que bem. *In*: CAPONI, S.; VÁSQUEZ VALENCIA, M. F.; VERDI, M. (org.). **Vigiar e medicar**: estratégias de medicalização da infância. São Paulo: LiberArs, 2016. p. 13-29.

WILKINSON, J., “The Food Processing Industry, Globalization and Developing Countries”. *Journal of Agricultural and Development Economics*, vol. 1, no 2, p. 184-201.

ZELIZER, V. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century America. **American Journal of Sociology**, v. 84, p. 591-610, 1978.

ZELIZER, V. The social meaning of money: “special moneys”. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 2, p. 342-377, sep. 1989.

ZELIZER, V. [1985]. **Princing de priceless child**. The changing social value of children. Princeton University Press: [S.l.], 1994.

ZELIZER, V. Multiple markets, multiple cultures. *In*: SMELSER, N.; ALEXANDER, J. (ed.). **Diversity and its discontents**. Princeton University Press: [S. l.], 1999. p. 193- 212.

Recebido: 11/11/2019

Aceito: 18/11/2019

## Pharmaceutical industry and psychiatry within the framework of Economic Sociology. A research agenda

### **Abstract**

In this article we were interested in analyzing the relationship between the pharmaceutical industry and psychiatry and new contours of this relationship from the 1990s in Brazil. We argue, from the perspective of Economic Sociology which understands markets as social constructions, that this process gains a particular design in the country. The purpose of the article is to open a research agenda in the health and pharmaceutical industry from this framework. The methodology used was literature review and document analysis. When we talk about Brazilian psychiatry, in the 1940s this sector struggled for professional recognition with the discourse of disease prevention and the psychiatric hospital sought its space. At the heart of recent transformations of psychiatry reform and medicalization processes – in particular from the publication of the DSM Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders in its fifth version – we argue that psychiatry reinvents itself as a specialty and mobilizes the discourse of prevention. However, it is now the medicalized prevention of childhood; the hospital loses space for the pharmaceutical industry.

**Keywords:** State. Pharmaceutical industry. Medicalization. Market. Ppsychiatry.

# Dois mundos em disputa: a regulamentação sanitária oficial e as interações entre a *convenção doméstica* e a *convenção industrial* na cadeia produtiva do leite no Maranhão<sup>1</sup>

**Evaristo José de Lima Neto<sup>2</sup>**  
**Marcelo Sampaio Carneiro<sup>3</sup>**

## Resumo

Esse artigo discute o processo de estabelecimento de um padrão de qualidade sanitária na cadeia produtiva de leite bovino na região de Imperatriz/MA, analisando a disputa entre duas formas de produção diferentes, representadas pela indústria de laticínios e por produtores informais de queijo (as chamadas *queijeiras*). A análise realizada utiliza como referencial a perspectiva da economia das convenções, abordagem teórica que considera a qualidade dos produtos como uma construção social e um elemento central para a coordenação dos atores envolvidos no processo de produção e circulação de bens e serviços. A partir dessa perspectiva, mostramos a constituição de duas convenções de qualidade nessa cadeia produtiva, identificadas como uma convenção de tipo industrial e uma convenção de natureza convenção doméstica, destacando a disputa pelos produtores de leite, mas indicando também a possibilidade do estabelecimento de alguns tipos de compromissos entre essas diferentes convenções.

**Palavras-chave:** Qualidade. Economia das convenções. Indústria do leite.

## I Introdução

Esse artigo discute o processo de estabelecimento de um padrão de qualidade sanitária na cadeia produtiva de leite bovino na região de Imperatriz, analisando a disputa entre diferentes convenções de qualida-

1 A pesquisa que originou esse artigo contou, para sua realização, com recursos do Edital Universal (nº 31/2016) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) e do Edital PGPSE (nº 42/2014) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [ejlneto@gmail.com](mailto:ejlneto@gmail.com)

3 Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [marcelo.sampaio@ufma.br](mailto:marcelo.sampaio@ufma.br)



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

de presentes nessa cadeia produtiva<sup>4</sup>. Essa disputa foi desencadeada pela mobilização de dispositivos de regulamentação sanitária – as Instruções Normativas (INs) nº 51, de 18 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002), e nº 62, de 18 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), editadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – por parte de alguns atores presentes na cadeia produtiva do leite, com destaque para o Sindicato das Indústrias Produtoras de Leite (SINDLEITE), o Ministério Público Estadual (MPE) e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária (AGED-MA) (CARNEIRO, 2015).

A partir do acompanhamento dessa disputa, interessamo-nos em verificar seus efeitos sobre a organização da cadeia produtiva da pecuária do leite, buscando compreender as mudanças no processo produtivo e nas relações entre produtores primários e unidades de beneficiamento de leite, utilizando *insights* oriundos de trabalho semelhante, sobre a disputa entre a produção artesanal e industrial acerca do queijo camembert na França (BOISARD; LETABLIER, 1987; 1989), e que se tornou uma referência para estudos semelhantes, realizados a partir da perspectiva teórica da economia das convenções (EYMARD-DUVERNAY, 1995) ou da sociologia pragmática (LEMIEUX, 2018).

Editadas respectivamente nos anos de 2002 e 2011, as INs nº 51 e nº 62 representavam os principais dispositivos de regulamentação sanitária para o setor leiteiro do Brasil, estabelecendo critérios técnicos para a produção, identidade, qualidade, coleta e transporte do leite<sup>5</sup>. Pautadas nos valores da eficiência e da proteção à saúde pública, as respectivas normativas exigem a observação de procedimentos que trouxeram uma série de modificações nas práticas até então realizadas por produtores de leite e unidades de beneficiamento. Portanto, podemos afirmar que essas Instruções Normativas definiram o principal marco regulatório para as exigências da qualidade do leite e configuraram-se como um divisor de águas para a configuração da cadeia produtiva do leite no país e na região estudada (SILVA, 2011).

---

4 O artigo utiliza alguns resultados da pesquisa da tese de doutorado de Lima Neto (2017).

5 Em 26 de novembro de 2018, o MAPA lançou uma nova Instrução Normativa, a IN 77, que estabeleceu novos critérios/procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção de leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial (BRASIL, 2018).

Iniciada em 2012, a campanha desenvolvida pelo SINDLEITE e pelo MPE tomou a forma de um movimento contra o “Leite Clandestino” e o “Queijo Fraudado”, assumindo dois componentes: um de natureza educativa, voltado para a conscientização da população acerca dos riscos de consumir produtos oriundos da produção informal e com os produtores de leite e queijos sensibilizados para a necessidade de se adequarem à legislação sanitária; outro de caráter repressivo, voltado para a intensificação da fiscalização sanitária, através da atuação mais forte da AGED-MA, que redundou na interdição e em multas às *queijarias*, e apreensão de toneladas de produtos produzidos nestes estabelecimentos, estes que, a partir dessas ações, passaram a ser denominados de “clandestinos”.

O desenvolvimento deste cenário fez emergir um conflito aberto entre duas lógicas produtivas que, até então, pareciam coexistir sem maiores problemas na região: a lógica da produção de queijo dos estabelecimentos formalizados (laticínios) *versus* a lógica dos estabelecimentos informais (*queijarias*). Em termos sociológicos, emergiu na região uma situação que pode ser classificada como a de uma disputa entre diferentes “mundos comuns” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), “mundos de produção” (SALAIS; STORPER, 1993), ou diferentes convenções de qualidade, uma vez que essas convenções podem ser apreendidas como quadros interpretativos a partir dos quais os atores avaliam os cursos de suas ações, estabelecem acordos, definem perspectivas de atuação frente a outros atores e objetos (DIAZ-BONE; THÉVENOT, 2010).

Para conseguirmos analisar essa disputa e destacar sua dimensão sociológica, mobilizamos, como já destacado, a abordagem da economia das convenções, articulando-a com elementos da sociologia da tradução (CALLON, 1986, 2006), principalmente no que concerne ao papel dos objetos na estabilização de determinadas situações.

Por conseguinte, do ponto de vista da economia das convenções, o processo de implantação das INs se apresenta como um momento central para a observação do confronto entre duas convenções de qualidade, notadamente entre uma convenção de tipo doméstica e uma convenção de tipo industrial; mas, também, para a verificação da possibilidade do estabelecimento de acordos ou compromissos entre diferentes actantes presentes

nessas convenções (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; NACHI, 2009). Por seu turno, tomamos da sociologia da tradução o seu interesse pelo papel desempenhado pelos objetos<sup>6</sup> no processo de estabilização da ordem social e, de forma mais específica, nos agenciamentos que possibilitam os intercâmbios mercantis (CARNEIRO, 2019).

Levando em consideração o pressuposto da simetria na agência de humanos e não humanos nas interações situadas, identificamos o leite como o “actante”<sup>7</sup> mais presente na cadeia estudada. Nesse sentido, procuramos segui-lo de perto em sua trajetória para se transformar em queijo, ora quando levado pelas mãos de um *queijeiro*, ora pelas mãos de um industrial. Nestes percursos, interessou-nos especialmente apreender os atributos dos actantes humanos e não humanos envolvidos nos processos de coleta, transporte e beneficiamento do leite, bem como as diferenças nas formas de verificação e controle inerentes a esses processos que, em última instância, irão fornecer os elementos que comporão os quadros cognitivos e as condições de atuação dos produtores.

A partir desse procedimento, foi possível estabelecer um quadro que diferencia as lógicas de produção e qualidade dos dois mundos analisados (SALAI; STORPER, 1993), bem como do modo como estão organizados os processos de aquisição e processamento da matéria-prima leite. A operacionalização deste procedimento se fez pela decomposição do conjunto de sequências sociotécnicas pertinentes aos processos de produção e transformação do leite em queijo, de modo a tentar ver em ação alguns dos seres, pessoas e dispositivos sobre os quais se apoiam os princípios de justificação da qualidade no mundo doméstico e no mundo industrial.

No que diz respeito ao mundo dos laticínios – identificados com a convenção industrial –, foram entrevistados representantes de seis dos 18 estabelecimentos que operam como “indústrias de laticínios” na região de

6 Vistos como onipresentes em todas as situações que possuem sentido sociológico, os objetos agem e fazem agir, destacando sua propriedade de manter os humanos juntos, do mesmo modo que são os humanos que mantêm os objetos reunidos (LATOUR, 2012).

7 De acordo com Nachi, a utilização do conceito de “actante” permitiu à sociologia pragmática e a teoria do ator-rede fugirem do debate entre holismo (agente) e individualismo (ator), ao mesmo tempo em que possibilitou ampliar a observação dos processos sociais a todos os seres que interagem em uma dada associação (NACHI, 2009, p. 50).

Imperatriz<sup>8</sup>. Para a análise do segmento dos produtores designados como *queijeiros* – representantes da convenção doméstica –, foram utilizados dados construídos a partir de observação e entrevistas realizadas junto a oito produtores. Em ambos os mundos, uma unidade produtiva foi selecionada para que se acompanhasse, *in loco*, todo o processo de fabricação do queijo, da recepção da matéria-prima até a dispersão do produto acabado.

No processo de efetivação da pesquisa, foram utilizados os mesmos instrumentos, tanto para as *queijarias* quanto para os laticínios. No caso do roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas – para não perder os termos de comparação entre as duas convenções –, as diferenças entre as perguntas feitas foram mínimas, com modificações apenas naqueles questionamentos que envolviam aspectos muito peculiares a cada um dos dois mundos investigados. Por ocasião das interações com os produtores, também foram feitos registros por meio de anotações no caderno de campo, e fotografias.

Feita essa introdução, passamos a descrever como o artigo está organizado. Na primeira seção, apresentamos um breve quadro descritivo da organização da cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA; na segunda, expomos o funcionamento do mundo da produção industrial de leite; na terceira seção, destacamos o mundo da produção doméstica de leite; e, na conclusão, analisamos a disputa entre esses mundos (ou convenções), procurando identificar como esse contencioso tem se desenvolvido, com o estabelecimento do predomínio de uma determinada convenção ou com a construção de compromissos entre as diferentes convenções identificadas.

## **2 A organização da cadeia da pecuária de leite na região de Imperatriz**

O rebanho bovino maranhense praticamente dobrou nas duas últimas décadas, passando de 3.905.311 cabeças em 1997 para 7.687.695 em 2017, segundo os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2017).

---

8 Os estabelecimentos classificados pelos Serviços de Inspeção como “Usinas de Beneficiamento” não foram objeto de pesquisa, pois estas não fabricam queijos.

No mesmo período, a produção de leite estadual passou de cerca de 138 milhões de litros/ano para algo como 353 milhões de litros/ano. Destarte, o Maranhão passou a ser considerado como uma nova fronteira da expansão da produção de leite, o que provocou a expansão da indústria de laticínios e o deslocamento de grupos empresariais desse segmento para o estado (CAMAROTTO, 2011; FERRO; OZAKI; GEGOLOTTTE, 2011).

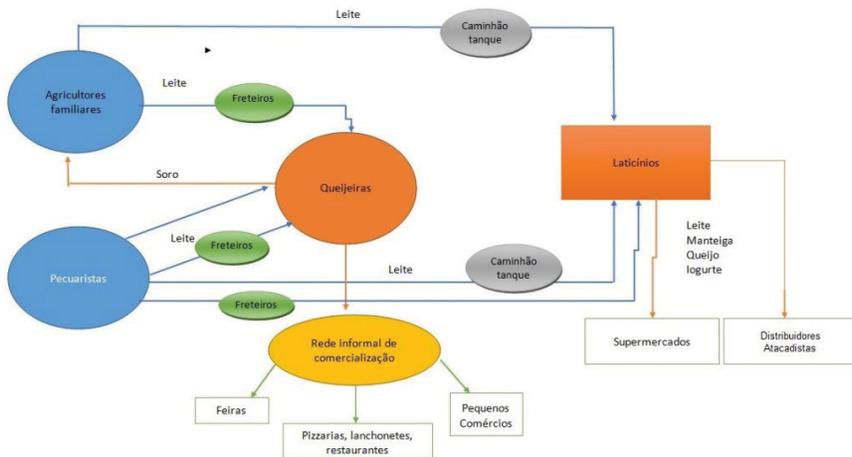
A maior parcela dessa produção de leite é realizada na região de Imperatriz, que, ao longo dos últimos dez anos, respondeu, em média, por cerca de 48% da produção maranhense de leite e que, por conseguinte, concentra a indústria de laticínios no estado. No caso específico da indústria de leite e derivados, das 32 usinas de beneficiamento de leite/fábricas de laticínios implantadas no Maranhão – com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou no Sistema de Inspeção Estadual (SIE) –, 22 encontram-se instaladas na região de Imperatriz (Quadro 1).

**Quadro 1 – Usinas de Beneficiamento e Fábricas de Laticínio com SIF ou SIE localizadas na MRH de Imperatriz**

<b>Município</b>	<b>Categoria</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Selo</b>
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Laticínio Vovó Lenita	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Ind. de Laticínios Córrego Novo	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	S. F. Silva & Cia. Ltda.	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	C & D Ind. e Com. de Laticínios do MA Ltda.	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Indústria de Queijo Tina Ltda.	SIE
Cidelândia	Fábrica de Laticínios	Laticínios Mayla Ltda.	SIE
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	Ind. & Com. de Produtos do Laticínio Carneiro Ltda.	SIF
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	M. J. Empreendimentos Ltda.	SIF
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	Melki Ind. de Alimentos Ltda.	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	R.G. Vieira Ind. de Laticínio	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	Delcor – Delgado Com. e Representação Ltda.	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	M. do S. da Silva Leite	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	Mercurio Ind. Com. Import. e Export. Ltda. (Palate)	SIF
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	Laticínio Idylla Ltda.	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	Ind. e Com. de Prod. Laticínios Imperatriz	SIE
Porto Franco	Usina de Beneficiamento	Laticínio J. L. Ltda.	SIE
São Pedro Água Branca	Fábrica de Laticínios	Indústria de Alimentos Tropical Ltda.	SIF
São Francisco do Brejão	Fábrica de Laticínios	Laticínio Vale do São Francisco	SIF
São Francisco do Brejão	Fábrica de Laticínios	Laticínio Aliança	SIF
São Francisco do Brejão	Fábrica de Laticínios	S. A. Xavier e Cia Ltda.	SIE
Senador La Roque	Fábrica de Laticínios	Ind. e Comércio de Laticínio Larissa	SIE
Vila Nova dos Martírios	Fábrica de Laticínios	Laticínio Beatriz Ltda. – ME	SIE

Fonte: Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (2018).

No diagrama a seguir, apresentamos um esboço da organização da cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz, destacando os principais atores presentes na esfera da produção<sup>9</sup>, do transporte, da transformação e do consumo final. Nele, procuramos identificar os principais fluxos de circulação do leite no interior da cadeia produtiva, para, em seguida, mostrar que tipo de convenção de qualidade predomina em cada um dos tipos de relação estabelecida entre produtores/consumidores.



**Figura 1** – Configuração esquemática das relações entre os diferentes agentes presentes na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA

*Fonte: Elaborada pelos autores (2017).*

Como se verifica na Figura 1, os produtores de leite (agricultores familiares ou pecuaristas) possuem como principais compradores os laticínios<sup>10</sup>

9 De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, foram produzidos cerca de 78,8 milhões de litros de leite na MRH de Imperatriz. Desse total, estimamos que cerca de 49 milhões tenham sido produzidos por agricultores familiares (62,26%), que são os produtores com estabelecimentos agropecuários de até 200 hectares (BRASIL, 2017). Se utilizarmos um critério mais amplo para caracterizar esses agricultores, como fizeram Guanziroli, Di Sabato e Vidal (2011), para um estudo sobre a agricultura familiar na região Nordeste, considerando os estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, esse percentual se aproximaria dos 70% da produção regional de leite.

10 A maior parte dos caminhões-tanque que fazem o transporte do leite para as unidades de beneficiamento são de propriedades dos laticínios, que, nos últimos anos, têm investido fortemente na ampliação de suas frotas.

e as *queijeiras*, podendo, contudo, em alguns casos, vender seu leite diretamente para consumidores finais<sup>11</sup>. No caso da venda para os laticínios, direta ou mediada pelos chamados *freteiros*, a relação estabelecida é balizada por uma convenção de tipo industrial, definida segundo os parâmetros técnicos contidos nas INs nº 51 (BRASIL, 2002) e nº 62 (BRASIL, 2011), enquanto no intercâmbio realizado entre os produtores de leite e as chamadas *queijeiras* vigora uma convenção de tipo doméstico.

Uma vez transformado em queijo, a produção dos laticínios é vendida para redes de supermercados e aos grandes distribuidores, localizados principalmente em São Luís, Imperatriz ou em outras capitais de estados da região Nordeste. No caso do queijo produzido pelas *queijeiras*, o destino do produto é mais difícil de ser mapeado, mas, podemos considerar que também atinge os centros urbanos por meio de uma rede de comercialização também informal.

### **3 As indústrias de laticínios e o funcionamento de uma convenção do mundo industrial**

O leite, com certeza, constitui a matéria-prima mais evidente no processo de fabricação de queijos. Além de ser um ingrediente insubstituível, é sobre este item que se estrutura a maior parte das ações e relações, do contexto ora analisado. A partir dessa seção, passamos a descrever mais de perto o caminho seguido por este *actante*, em seu percurso para o beneficiamento nas indústrias de laticínios – com registro nos Serviços de Inspeção Federal (SIF) e Estadual (SIE) – nas quais será transformado em queijo tipo muçarela. Essas fábricas de laticínios são percebidas no âmbito deste trabalho como estando engajadas na convenção que, identificada como do tipo “industrial”, prevalece a noção de produtividade, governada pela produção em série direcionada a um mercado de massa (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

---

11 Dados levantados por Silva et al. (2012), junto a 345 produtores de leite da região de Imperatriz, informam que os laticínios são o principal destino do leite vendido, absorvendo aproximadamente metade (50%) da produção; em seguida, vêm as chamadas *queijeiras* (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%).

O queijo muçarela foi escolhido para ilustrar elementos estruturantes da convenção industrial por ser o “carro-chefe” entre os laticínios da região, uma vez que consta no portfólio de produtos de todos estes empreendimentos, por ser o único tipo de queijo produzido, ou – nos casos em que o laticínio produz outros derivados do leite (iogurtes, bebidas lácteas, creme de leite, outros tipos de queijo) – por sua produção ser o destino da maior parte da matéria-prima adquirida, de forma que este produto representa o item com maior volume de produção e receita para estas indústrias.

Inicialmente, buscou-se reconstituir o mundo comum das indústrias de laticínios que se encontram engajadas na convenção industrial, para, em seguida, proceder a uma decomposição do conjunto de sequências pertinentes ao processo de transformação do leite em queijo muçarela, de modo a tentar ver em ação alguns dos seres, pessoas e dispositivos normativos sobre os quais se apoiam os princípios de justificação do mundo industrial (DODIER, 1993).

Desta feita, o que aparentemente representa uma simples “lista de ingredientes” de um queijo do tipo muçarela (leite, fermento, cloreto de cálcio, coagulante e sal), por exemplo, transforma-se em um artefato equivalente a uma caixa-preta (CALLON, 2006) da convenção industrial, cuja abertura revela a heterogeneidade de elementos, que participam de maneira ativa, silenciosa e invisível na estruturação e estabilização das interações sociais nessa convenção.

Para o leite, neste caso, foram construídas definições e formas de manipulação próprias desta heterogênea configuração. Sua definição é estabelecida por regulamentos técnicos de identidade e qualidade com base em características objetivamente mensuráveis e manipuláveis, por meio de índices, variáveis, máquinas e equipamentos. Em relação ao seu processamento, tornou-se imprescindível, entre outras coisas, o uso da máquina pasteurizadora, de modo a garantir sua inocuidade para a saúde humana. No entanto, esta máquina retira do leite não somente os micro-organismos considerados perniciosos para o consumidor, como também aqueles necessários à fermentação do leite (bactérias lácteas), eliminando ainda boa parte do cálcio – elemento valioso, por propiciar melhor rendimento, melhor “liga” e firmeza à “massa”, e por ser considerado um nutriente

essencial para uma dieta saudável – conforme prescrito pelos profissionais da área da saúde (SBAN, 2015).

Em razão desse fato, para que se produza queijo a partir do leite pasteurizado, as bactérias lácteas e o cálcio naturalmente presentes precisam ser restituídos artificialmente por meio de compostos manufaturados industrialmente, como o “fermento lácteo” (cepas cultivadas em laboratórios biotecnológicos) e o “cloreto de cálcio” ( $\text{CaCl}_2$ ), refinado por empresas salineiras. Para ser “eficaz” e “eficiente”, esta restituição é feita com base na aplicação de fórmulas e cálculos que indicam a proporcionalidade correta entre os elementos, de modo a dar continuidade ao processo de transformação do leite em queijo. Os demais ingredientes, o coagulante (resultante do cultivo de fungos, como o *Rhizormucor miehe*) e o sal (convertido em uma solução de NaCl, na concentração de 18 a 23%), ainda que não signifiquem um processo de restituição, mas sim de adição, também são oriundos de processos de manufatura industrial, e também demandam cálculos e fórmulas para sua utilização. Desta feita, a alquimia presente na produção artesanal (convenção doméstica) cede lugar ao conhecimento técnico-científico da convenção industrial.

Na convenção do tipo industrial, os princípios e a linguagem conceitual que definem e classificam os seres, pessoas e dispositivos são oriundos de uma rede sociotécnica de natureza híbrida, sendo conformada por actantes humanos e não humanos que, associados, de maneira específica em torno de interesses afins, possuem poder de agência simétrico no espaço social (CALLON, 2006). Essa rede sociotécnica, relativa ao leite e seus derivados, é conformada por pessoas (consultores, cientistas, técnicos, produtores, gestores), máquinas (medidoras, processadoras, veículos, ferramentas), instituições (agências estatais, laboratórios, empresas), elementos químicos e microbiológicos (fungos, bactérias, substâncias, soluções, fermentos) e materialidades burocrático-científicas (leis, decretos, manuais, artigos, patentes etc.).

Da interação desse conjunto heterogêneo, são produzidos fatos, artefatos e enunciados capazes de decidir, orquestrar e mobilizar ações coletivas (CALLON, 2006) em torno do leite e seus derivados. Percebe-se que os integrantes mais ativos dessa rede sociotécnica tendem a concentrar sua

agência em dois domínios que, apesar de conceitualmente distinguíveis, são, no entanto, ontologicamente próximos, a ponto de se influenciarem mutuamente: os domínios prescritivo e normativo.

O domínio prescritivo opera tanto por meio de uma literatura especializada quanto por meio de sistemas de normalização. Neste aspecto, o meio de expressão ocorre através de artigos técnico-científicos, trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), manuais, boletins informativos produzidos em centros de pesquisa públicos e privados, tais como: universidades, laboratórios, empresas e associações (técnicas, científicas e setoriais). Por intermédio desses trabalhos, são elaboradas e divulgadas as inovações do setor, em termos de processos, máquinas, equipamentos, insumos e técnicas. Por sua vez, o domínio de natureza normativa, que ganhará mais ênfase aqui, se expressa sob um conjunto de regulamentos, portarias, resoluções e normas técnicas estabelecidas no âmbito de órgãos estatais e agências multilaterais. É importante destacar, de início, que este domínio busca possibilitar a circulação dos produtos sobre vastos espaços mercantis, privilegiando, antes de tudo, uma lógica do tipo industrial. Isto se dá por meio do estabelecimento de níveis mínimos de exigências que devem ser preenchidas por um produto, para que este possa ser comercializado. Estas normas realizariam um trabalho de estabilização das expectativas dos consumidores, permitindo a emergência e a consolidação dos mercados de massa (RAYMOND; CHAUVIN, 2014).

Neste ambiente, são construídas categorias que constituem o léxico de uso corrente e aquelas que são próprias dos especialistas (“sanitização”, “padronização”, “gestão”, “análises” etc.), sendo recorrente a convocação de enunciadores de renome nesse domínio, para avaliar, ou mesmo formatar os artefatos do domínio normativo.

Quanto aos espaços de formulação e controle destes aparatos normativos, são espaços públicos de regulamentação multiescalar, na medida em que comportam organismos com atuação no plano internacional, como no caso do CODEX *Alimentarius*, programa conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece orientações e diretrizes globais de caráter técnico-sanitário, para antes com nível de atuação nacional,

como o MAPA e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no caso do Brasil, por exemplo.

Nesse contexto, o principal quadro normativo para a produção de leite e queijo no Brasil é estabelecido pelo MAPA e se materializa atualmente na Instrução Normativa 62, de 18 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011) e nas Portarias nº 146/ de 07 de março de 1996, (BRASIL, 1996); e 364 e 366, ambas de 04 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997a, 1997b), que tratam, respectivamente, do estabelecimento dos padrões de identidade e qualidade do leite, dos produtos lácteos, da massa para produção de muçarela e do queijo muçarela. Estas legislações se ocupam principalmente em conferir uma padronização relativa aos critérios de identidade, requisitos mínimos de qualidade e processos de elaboração de produtos, no que diz respeito às boas práticas de fabricação; à composição (ingredientes obrigatórios e ingredientes opcionais, aditivos, coadjuvantes); aos requisitos sensoriais e físico-químicos; aos contaminantes; à higiene; aos pesos e medidas; à rotulagem; aos métodos de análise e amostragem.

Cabe destacar que os produtos, produtores e processos que não se enquadram nesses regulamentos não possuem existência legítima perante os órgãos oficiais e, portanto, carecem de legitimidade para operar no mercado formal, legitimidade esta que é chancelada pelos serviços de inspeção estatais, por meio da atribuição dos selos SIM, SIE e SIF que são concedidos, respectivamente, em nível municipal, estadual e federal (BRASIL, 1997a, 1997b). A concessão destes selos governamentais tem implicado a implementação compulsória de um “pacote higiênico”, expresso nos sistemas e programas de controle como Boas Práticas de Fabricação (BPF)<sup>12</sup> e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)<sup>13</sup>, que se impõem como

---

12 As Boas Práticas de Fabricação (BPF) abrangem um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos, a fim de garantir a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos. A legislação sanitária federal que regulamenta essas medidas é a Portaria nº 1.428, de 26 de novembro de 1993/ANVISA.

13 O Sistema APPCC, versão nacional do Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP), foi criado nos Estados Unidos, em 1959. O Sistema identifica os perigos potenciais à segurança do alimento, desde a obtenção das matérias-primas até o consumo, estabelecendo em determinadas etapas (Pontos Críticos de Controle), medidas de controle e monitorização, que garantam, ao final do processo, a obtenção de um alimento seguro e com qualidade. No Brasil, a portaria nº 46/1988 do MAPA tornou obrigatória a implantação do programa de garantia de qualidade APPCC. E a Resolução nº 10/2003 do MAPA estabelece os termos do Manual de Procedimentos Padrão Higiene Operacional (PPHO), um instrumento de operacionalização dessas medidas.

um *approach* global visando a harmonizar as práticas em termos de segurança sanitária dos alimentos (RAYMOND; CHAUVIN, 2014).

### 3.1 Caracterização das fábricas de laticínios na região de Imperatriz

As indústrias de laticínios estudadas se caracterizam como estabelecimentos formais de produção de leite e derivados, cujo registro sanitário é conferido pelos serviços de inspeção estadual e federal (SIE e SIF). Trata-se de empreendimentos de médio e grande porte que funcionam com matéria-prima adquirida majoritariamente de terceiros, e que, devido a suas necessidades operacionais (fornecimento contínuo de energia elétrica, boas vias de acesso e cumprimento de exigências sanitárias e ambientais), tendem a se localizar em um espaço distinto daquele onde é produzida a matéria-prima.

Conforme tem sido estabelecido nos domínios prescritivo e normativo que configuram a convenção industrial, as instalações, as máquinas e os equipamentos dessas indústrias são projetados para realizar o processo de beneficiamento do leite, o máximo possível, em circuitos fechados, sem exposição ao meio ambiente e com menor contato humano, obedecendo a uma lógica que privilegia, portanto, o isolamento e a automação.

Nota-se que, nesse contexto, prevalece uma noção de qualidade que está fortemente atrelada a uma concepção de “modernização” que atravessa todo o modelo produtivo. A presença dos (novos) actantes dessa convenção impacta fortemente nas características das formas de associação (CALLON, 2006) relativas ao beneficiamento industrial do leite na região, implicando, muitas vezes, em uma reconfiguração do quadro cognitivo mobilizado pelos atores e no estabelecimento de variados tipos de interações, tanto internas como externas às unidades onde ocorre a produção.

Esta relação com o mundo externo é perceptível quando se vislumbra o conjunto de máquinas, equipamentos e insumos encontrados nos laticínios da região, situados tanto no setor de análises químicas (laboratório), quanto os instalados na parte que se ocupa da produção do queijo e outros derivados. No caso das máquinas e dos equipamentos, por exemplo, estes se caracterizam por serem predominantemente eletromecânicos, e, em alguns casos, portadores de sistemas computadorizados.

Dessa forma, o tanque de expansão e o caminhão graneleiro de captação do leite; os galpões de alvenaria impermeabilizados, do piso até o teto; o pasteurizador e os utensílios de inox no beneficiamento; a embalagem com o selo de inspeção, e a conservação refrigerada do queijo na comercialização; os técnicos e consultores na definição dos procedimentos – para citar apenas estes exemplos – trazem consigo atributos particulares de inovação, e também de outros seres fundamentais como: métodos, manuais, substâncias, regulamentos, ferramentas etc., sem os quais não poderiam funcionar e/ou serem justificados no âmbito da convenção industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Dodier (1993) chama atenção para a necessidade de reconhecimento de que o mundo da ação é povoado por pessoas, assim como por objetos, cujo acesso se dá por meio de uma pluralidade de caminhos. Refletindo esta proposição, a figura a seguir apresenta os principais objetos e artefatos que mobíliam o mundo da convenção industrial analisada.

inox	tanque de resfriamento	caminhão-tanque	reagentes/soluções	aditivos/corretivos	vidraria	aparelhos de aferição
pasteurizador	queijomatic	monobloco	caldeira	vapor	drenoprensa	câmara frigorífica
selo de inspeção	planilhas	PVC	manual de boas práticas	memorial descritivo	coalho	fardamento
legislação	fungos	bactérias	leite	fábrica	soro	massa

**Figura 2** – Objetos e artefatos que compõem o mundo das indústrias de laticínios

*Fonte: Lima Neto (2017).*

Sumariar a constelação de objetos inerentes a um mundo possibilita, ainda, compreender o quanto estes objetos, juntamente com a justificação equivalente, agem no sentido de construir a estabilização do mundo em questão. Dessa forma, o engajamento em um determinado regime de ação passa pela necessidade de focar a atenção para determinados objetos e

de procurar caminhos para identificá-los e qualificá-los, na medida em que estes objetos far-se-ão presentes a todo o momento, em momentos de paz ou em momentos de disputas (DODIER, 1993).

Os objetos desempenham, portanto, o papel de orientadores, elegendo uma convenção específica na qual são estabelecidos os meios de justificação, definindo, assim, a natureza das provas de grandeza que permitem, por exemplo, avaliar a estatura das “pessoas” em cada mundo. No caso do mundo industrial, por exemplo, identificamos os personagens centrais, sobre os quais os processos de qualificação são mais evidentes, caso do proprietário do laticínio, do gerente, o queijeiro, do motorista (caminhão-tanque), dos consultores, dos fornecedores, dos empregados, dos fiscais da vigilância sanitária etc.

No âmbito da Economia das Convenções, as coisas e as pessoas estão ligadas por dispositivos de provas, que, no caso da convenção industrial, possuem relação com a capacidade desses seres em exercerem suas funções, de acordo com a divisão do trabalho inerente a esse preceito. Nas palavras de Boltanski e Thévenot (1991, p. 255-256), as pessoas “possuem, no mundo industrial, uma qualificação profissional [...] ligada à sua capacidade e à sua atividade”, enquanto “os objetos do mundo industrial são instrumentos, meios, mobilizados para uma ação que se apresenta como uma tarefa de produção”.

Nessa lógica, a capacidade de operar máquinas e equipamentos, fazer registros, interpretar inscrições, cumprir protocolos e conhecer os aparatos burocráticos e científicos (leis, decretos, manuais, relatórios etc.) serão os elementos a serem considerados com mais força na qualificação dos indivíduos. Desse modo, a execução destas atividades será tida como mais harmoniosa e mais legitimada quanto mais mediada por um conhecimento atrelado aos processos de escolarização e outros procedimentos de capacitação formais, e menos pelo *saber-fazer* empírico.

Portanto, tem sido a partir desse universo de “seres” e “pessoas” que são feitos os julgamentos e as qualificações no modelo de convenção industrial presente na região de Imperatriz, e, conseqüentemente, a definição da grandeza ou pequenez de produtores (indústria) e produtos (queijo), bem como as disputas em torno dos padrões definidores de *qualidade*. Em

entrevista, a opinião do gerente de umas das indústrias é sintomática neste sentido, quando este argumenta que: “além do leite, o que define a qualidade do queijo é a qualidade das instalações onde ele é fabricado” (Gerente do Laticínio 3).

#### **4 As queijarias e o funcionamento de uma convenção do mundo doméstico**

O queijo tipo “borrachinha”<sup>14</sup> talvez seja o mais peculiar entre os tipos de queijo elaborados pelos produtores engajados na convenção identificada como doméstica. Nesta modalidade, as incertezas sobre a qualidade do produto – devido à ausência de parâmetros objetivamente compartilhados pelo fornecedor e comprador – são mitigadas pela confiança advinda das relações pessoais e de proximidade entre os agentes (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Recorrendo à mesma abordagem adotada para o queijo muçarela na convenção industrial, de forma análoga, na convenção doméstica, o queijo “borrachinha” é tomado como um “artefato” equivalente a uma caixa-preta (CALLON, 2006), já que o movimento de abertura desta caixa-preta revela os ingredientes do produto, que são o leite, o *pingo* (como é denominado o agente coagulante utilizado), a água e o sal.

À primeira vista, a lista de ingredientes dos dois queijos considerados neste trabalho é bem semelhante. Contudo, estando a análise destas listas guiada pela aceitação da existência de uma pluralidade de maneiras de acesso aos objetos, importa considerar o fato de que os sentidos atribuídos aos objetos e às pessoas variam segundo a rede particular para as quais estes seres se dirigem (CALLON, 2006). Na rede que conforma o “mundo das *queijarias*”, a definição e qualificação dos seus actantes é organizada de acordo com o costume, de maneira informal. Nesse sentido, podemos também afirmar que nesse tipo de convenção temos estatutos acordados de forma oral e vinculados ao local; ao contrário do mundo dos laticínios, onde prevalecem os estatutos escritos, de pretensão universal.

---

14 Este queijo assemelha-se ao queijo tipo *coalho*, especialmente em sua consistência. No entanto, dele se diferencia a partir do procedimento de salga, que se dá concomitante ao cozimento da massa, e não por meio de salmoura, conferindo ao queijo *borrachinha* sabor e características físicas próprias. O queijo com a denominação *borrachinha* é um produto típico do mundo da produção de pequeno porte.

Nesse contexto, a qualidade do ingrediente leite é definida fundamentalmente pelo seu nível de *frescor* e de *primordialidade*. Aqui, o leite considerado bom é aquele cujo processo de transformação em queijo possa iniciar poucas horas após ser ordenhado, ou seja, trata-se de um leite novo e que, ao mesmo tempo, não tenha sofrido qualquer processo artificial que altere suas características originais – como a pasteurização ou a refrigeração – estando ainda “cru”, “vivo”, no momento em que se inicia o processo de transição para queijo.

A confiabilidade desta matéria-prima emana do repertório de práticas que fazem com que haja produção diária de leite, práticas essas reconhecidas por categorias tais como o “zelo” e o “asseio” do rebanho, aplicadas ao manejo dos animais (sanidade, *stress*) e à manipulação do leite (ordenha limpa, vasilhames de acondicionamento limpos, interdição de animais em fase de colostro, atenção às alterações provocadas pela ação do tempo). A observação do cumprimento desses preceitos é o que permite conferir à matéria-prima outro importante status definidor: o de ser um leite “forte” e “sadio”, o que, conseqüentemente, na concepção dos atores engajados nesta convenção, irá repercutir de forma considerável no sabor e valor nutritivo do queijo.

Sendo o leite considerado “íntegro”, “vivo”, nos termos definidos pela convenção doméstica, aos demais ingredientes cabe o papel de fazer o leite trabalhar para mudar de estado em termos físico, químico, biológico e – conforme ressaltado por Dupin (2017) – também simbólico, pois é a proporção destes ingredientes na mistura com o leite que irá conferir ao queijo o sabor, a cor, a textura, o odor, enfim, nuances que formarão sua identidade, personalidade e longevidade.

O “pingo”, coagulante que aciona o processo de transformação, é oriundo de receitas tradicionais que, no contexto estudado, foram ressemantizadas em uma fórmula composta por uma mistura de “soro puro” (produzido nas propriedades, contendo cepas regionais) e coalho industrializado (um manufaturado adquirido no varejo local). O “pingo”, nesta configuração, resulta de *compromissos* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), no sentido de coadunar a produção do *mundo doméstico* às transformações por que vêm passando os ambientes produtivo e mercantil, que alteram alguns aspectos da temporalidade nas redes por onde o queijo circula.

Por este ângulo, a fórmula atual do “pingo” objetiva, ao mesmo tempo, agilizar o processo de fermentação (aumentando a velocidade de trabalho das cepas regionais) e manter o “sabor da terra” presente no leite. A título de esclarecimento, importa evidenciar que, apesar de o coalho industrializado ser um objeto oriundo do mundo industrial (como o próprio nome diz), sua presença no contexto das *queijarias* não perturba a ordem do mundo doméstico, pois sua manipulação depende muito do saber-fazer local.

O sal e a água, por sua vez, são dois ingredientes que sempre estiveram no cotidiano das famílias produtoras, chegando às “casas do queijo” pela extensão existente entre estes e as cozinhas domésticas. Portanto, a definição e qualificação destes ingredientes estão sempre atreladas primeiramente à experimentação destes no preparo dos alimentos de determinada família. A água utilizada para cozinhar a “massa do queijo” é a mesma que se usa para matar a sede e cozinhar, assim como o sal. Levando em consideração que  $\frac{4}{5}$  (quatro quintos) dos componentes – ingredientes tangíveis do queijo tipo borrachinha – podem ser produzidos na propriedade produtora, tem-se, na endogenia destes fatores em relação às unidades produtoras de queijo, uma característica marcante.

Dupin (2017) compara o processo de fabricação de queijos artesanais a um rito (quase mágico, religioso) de desempenho do alimento, por se apresentar como um mecanismo particular para a transição física, química, biológica e simbólica do alimento, de um estado a outro. Segundo o mesmo autor, este transcurso engloba uma rede ampla de diferentes atores e momentos que compõem a “vida social” do queijo, na qual o produto ocupa um lugar privilegiado na formação de vínculos sociais e cosmológicos.

De modo semelhante, outros autores (MENEZES; CRUZ; MENASCHE, 2010; NICHELE; WAQUIL, 2011; SANTOS *et al.*, 2016) vêm chamando atenção para o fato de a “lista de ingredientes” de queijos artesanais comportar, além dos seres objetivos materiais, também ingredientes simbólicos, subjetivos. Desse modo, entende-se que as configurações formadas pela presença simultânea de seres e dispositivos tangíveis e intangíveis refletem, na verdade, a rede sociotécnica pertinente a uma convenção doméstica.

Se na rede sociotécnica que se conforma no mundo industrial o núcleo central é formado por cientistas e burocratas, na rede sociotécnica do mundo doméstico, são os produtores e consumidores de queijos artesanais os membros mais presentes desse núcleo central, e, portanto, os principais agentes produtores de enunciados sobre os atributos dos seres que povoam este mundo. Trata-se de um contexto pautado em um modo de produzir, no qual tudo o que se precisar saber ou avaliar está dentro do próprio sistema, dessa forma, os seus integrantes buscam assegurar, de todo modo, o máximo de autonomia em relação aos enunciados produzidos no âmbito da convenção industrial, reconhecendo como legítimas, primeiramente, as demandas internas.

Nessa rede sociotécnica doméstica, as definições e avaliações se apoiam principalmente em critérios subjetivos e intangíveis, neste sentido, as análises sensoriais possuem papel preponderante, ao lado de valores afetivos, sociais e morais presentes na bagagem cultural, e na memória coletiva dos atores diretamente envolvidos na produção, comercialização e consumo (MENEZES; CRUZ; MENASCHE, 2010). Destarte, podemos constatar que essa rede se configura a partir de uma maior proximidade entre os atores, em vários sentidos (físico, social, informacional).

Outro aspecto que pode ser destacado diz respeito à maneira como as informações, inovações e enunciados circulam no âmbito da convenção doméstica. Nela, verificamos uma prioridade aos canais e veículos marcados pela informalidade, pessoalidade e oralidade, prescindindo, na maioria dos casos, de registros escritos e processos formais. As técnicas e o conhecimento envolvidos na produção e processamento são tradicionais, e têm sido passados de geração em geração. São variados os espaços para a realização de trocas informacionais (nas unidades produtivas, feiras, confraternizações, igrejas), bem como o tipo de informação que circula (novas técnicas, experiências de comercialização etc.).

#### 4.1 Caracterização das *queijarias* da região de Imperatriz/MA

As unidades de beneficiamento de leite denominadas *queijarias* geralmente se localizam nos próprios estabelecimentos agropecuários, como uma extensão da produção primária e tendo início, muitas vezes, nas

cozinhas das unidades domésticas rurais. Elas são estimuladas pela forte presença do consumo de queijo nos hábitos alimentares das famílias da região, como também uma alternativa econômica razoável, uma vez que permite superar o problema da elevada perecibilidade do leite e agregar valor ao produto, frente às dificuldades de inserção satisfatória nos principais circuitos de mercado para o leite líquido, caso da venda para estabelecimentos varejistas, para laticínios e o comércio “porta a porta”, nos centros urbanos regionais.

Outra característica importante das *queijarias* é que elas reúnem o local da produção de matéria-prima com o de seu beneficiamento, tornando-se um canal privilegiado para o escoamento da produção leiteira de famílias extensas e/ou grupos de vizinhança. Portanto, pode-se afirmar que a proximidade social e física é um elemento marcante nesse modelo de produção.

Contudo, apesar dessas semelhanças sociais e de suas trajetórias produtivas, é importante enfatizar que o grupo de produtores entrevistados não é socialmente homogêneo, apresentando uma variação significativa quanto ao tamanho da propriedade, do rebanho bovino e da produção de leite/queijo. Esta amplitude também é perceptível quando se observa a estrutura física e os recursos tecnológicos disponíveis para o manejo de produtos primários (leite e outros).

Os produtores pesquisados abrangem um gradiente que comporta posições, que vão de explorações caracterizadas pelo manejo (de animais e pastagens) de caráter extensivo, até propriedades que apresentam um maior grau de tecnificação da produção. Não obstante essas diferenças, alguns pontos de convergências entre os produtores entrevistados se fazem notórios: a pecuária leiteira é a sua atividade principal, mesmo que não seja desenvolvida de forma especializada; nas propriedades dos pesquisados, prevalece um regime de exploração diversificado, estruturado basicamente a partir de um arranjo que envolve a integração: pecuária leiteira/*queijaria* – criação de suínos – aves – lavouras (CARNEIRO, 2016). Neste arranjo, a pecuária leiteira/*queijaria* se destaca como principal e maior fonte de renda monetária, seguida da suinocultura e da avicultura. Cabe destacar, ainda, que a criação dos animais de pequeno porte depende consideravelmente do processo de beneficiamento da produção leiteira, na

medida em que o soro resultante da fabricação de queijos é largamente utilizado na alimentação destes animais, representando até 80% da sua dieta.

Por sua vez, o processo de beneficiamento do leite nas *queijarias* também se estrutura de maneira bastante endógena, da mão de obra aos insumos utilizados. Os responsáveis pelo processo de fabricação são os próprios membros das famílias, ou, em alguns casos, pessoas da própria localidade, que apesar de remunerados, figuram socialmente, muitas das vezes, mais como ajudantes e/ou parceiros do que como empregados. A divisão do trabalho é baixa nas unidades de fabricação de queijo organizadas pelos *queijeiros*, a começar pelas situações nas quais um vaqueiro (responsável pelo manejo e ordenha dos animais) é quem fabrica o queijo. O que não significa um funcionamento de forma autárquica, uma vez que o modelo de produção das *queijarias*, vinculado ao mundo doméstico, é povoado de muitas pessoas (vaqueiro, queijeiro, freteiro, diarista, proprietário rural etc.) e seres (Figura 3) que se relacionam de forma interdependente.

leite	água	coalho industrializado	soro	pingo	fogareiro	pano de algodão	sal
queijaria	jarra	carvão	lenha	balde	tambor	colher de pau	palheta de madeira
peneira	saco de sal	bacia plástica	freezer	geladeira	macalé	caixa plástica	forma de madeira
forma de PVC	panela de alumínio	tambor	mesa	massa	faca	fogão	prensa de madeira

**Figura 3** – Objetos e artefatos que compõem o mundo das queijarias

Fonte: Lima Neto (2017).

Cabe lembrar que o ofício de fazer queijo, nesse modelo, não é transmitido por meio de procedimentos formais, pois não está relacionado com a formação escolar, e sim com a aprendizagem no ambiente de trabalho, mediante observação e experimentação dos processos, em um movimento de “ver e fazer”. Esse sistema de aprendizado não consiste simplesmente no repasse de uma lista de ingredientes e em uma sequência de procedimentos, como ocorre no caso de uma receita. Trata-se de um processo que exige

saberes muito subjetivos, e que somente são acessados por um processo de iniciação no ofício queijeiro, que comporta conhecimentos muitas vezes intangíveis, como bem alertou um dos entrevistados: “tem umas coisas que você não vai conseguir escrever, porque é um processo da experiência” (Produtor Q4).

Para tanto, os órgãos do sentido se apresentam como as ferramentas primordiais nesse processo, pois os trabalhadores envolvidos no processo de fabricação do queijo deverão ser treinados para a identificação das propriedades organolépticas da matéria prima. Torna-se essencial a habilidade do *queijeiro* para “ler” o leite, a coalhada, a massa e o queijo, fato evidenciado nas frases construídas pelos entrevistados para descrever sua ciência: “a coalhada te diz quando ela deve ser cortada”, “a *massa* te mostra quando está no ponto” ou “queijo bom tem que ranger na boca”. Observamos que, em algumas situações, o desenvolvimento dessas habilidades permite dispensar o uso de certos equipamentos (termômetros, balanças etc.) e substâncias (reagentes, contrastes etc.) que poderiam ser utilizados para verificação da dosagem e qualidade dos ingredientes, ou o momento certo do início e finalização das etapas do processo de fabricação.

A dispensa de equipamentos e ferramentas do mundo industrial se justifica pelo fato de que, no mundo doméstico, os meios de aferição se constituem dos sentidos do queijeiro e do trabalho que o coalho, o calor, os movimentos e o tempo exercem sobre o leite. Assim, os utensílios e insumos indispensáveis para as *queijarias* são os mesmos utilizados nas atividades domésticas (facas, conchas, baldes, material de limpeza, sal etc.), enquanto outros são elaborados na própria propriedade, ou adquiridos junto a produtores mais próximos (espátulas, formas de madeira, carvão, lenha etc.).

Poucos são os materiais adquiridos em lojas especializadas, entre os quais figuram: as formas de PVC (alternativas às formas de madeira); o coalho industrializado (acrescentado ao “soro puro” para obtenção do “pingo”); e as embalagens plásticas, para acondicionar o queijo. A necessidade de grandes investimentos em máquinas e instalações não se faz imperativa na lógica interna da *convenção doméstica* mobilizada pelas *queijarias*. Exceto pelos freezers e geladeiras, onde são armazenados os queijos depois

de maturados, nenhum outro equipamento elétrico, por exemplo, se faz indispensável nesse modelo de fabricação, o que denota uma grande autonomia em relação a outros setores produtivos, como o setor de máquinas e equipamentos, entre outros.

Nota-se, entretanto, a presença nesse mundo da convenção doméstica, de objetos idênticos ao mobiliário da convenção industrial, como o coelho industrializado e a forma de PVC (Figura 3). Esta é uma questão importante de se destacar, pois chama atenção para a propriedade de comutação dos objetos, que permite ligá-los a mundos diferentes, mediante a realização de “investimentos de forma”<sup>15</sup>. Neste caso, o coelho industrializado, e a forma de PVC representam “figuras de compromisso” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), na medida em que a introdução destes no mobiliário das *queijeiras* se deu no sentido de atender a demandas do mercado, sem, no entanto, perturbar a ordem da convenção doméstica.

## 5 À guisa de conclusão

Nos últimos cinco anos, os produtores engajados na convenção doméstica têm enfrentado uma série de restrições que foram impostas a seu modo de produzir, em virtude das ações do órgão estadual de defesa sanitária, a AGED-MA, para o cumprimento da legislação sanitária que estabeleceu novos padrões técnicos para produção, coleta, armazenagem e transporte do leite cru.

Essas restrições, decorrentes de campanhas contra o leite e o queijo “clandestinos”, devem ser compreendidas não somente como parte de uma ação estatal visando à adequação dos produtores de leite e queijo aos parâmetros sanitários estabelecidos pela legislação, mas, se inserem também em uma disputa – motivada pelos laticínios formais – pelos produtores de leite, conforme pode ser visto na forte participação do SINDILEITE no desencadeamento dessas campanhas (CARNEIRO, 2015).

15 De acordo com Thévenot (2006, p. 206-207): “[...] os investimentos de forma sustentam a coordenação em larga escala, permitindo o tratamento geral de pessoas e coisas [...]. Esses investimentos demandam operações custosas de construção e negociação, que possuem como retorno as facilidades de coordenação resultantes da generalidade das formas estabelecidas, em termos de domínio de validade e estabilidade temporal”.

Tendo sido concebida para elevar os parâmetros sanitários a níveis internacionais, as INs nº 51 (BRASIL, 2002) e nº 62 (BRASIL, 2011), em seu conjunto de especificações, podem ser consideradas como um dispositivo adequado ao regime de produção do mundo industrial. Portanto, a sua aplicabilidade a um regime de produção doméstico se apresenta na prática como algo distante e, por vezes, contraditório com as formas de qualificação e coordenação usualmente adotadas pelos produtores pesquisados.

Neste sentido, em que pese os produtores da convenção doméstica afirmarem ter conhecimento das principais exigências da referida legislação sanitária, grande parte destes não se veem em condições de executá-las como prescrito pelos órgãos de fiscalização. Durante as entrevistas realizadas, foi unânime a recusa destes em aceitar a validade das INs nº 51 (BRASIL, 2002) e nº 62 (BRASIL, 2011), como norma diretamente aplicável às suas condições e modo de organização produtiva. Dessa forma, a explicação para as dificuldades no tocante ao pleno cumprimento da legislação não está restrita apenas aos fatores de natureza cultural e econômica, como também encontra subsídio no nível de desacordo entre os princípios de julgamento das práticas produtivas com o estabelecido pela INs.

Nessas circunstâncias, a repercussão das ações de repressão aos estabelecimentos queijeiros que não se encontravam em conformidade com a legislação não ficou limitada aos impactos econômicos decorrentes da aplicação de multas, apreensão de produtos, interdição ou fechamento de *queijarias*, uma vez que alcançou também o próprio repertório normativo de referência para a coordenação das ações. Assim, estes produtores tiveram de reorganizar suas condições produtivas, desenvolvendo estratégias de resistência e adaptação, estas que, dependendo das condições de cada um, envolveram mudanças em diferentes aspectos do processo produtivo, da aquisição de matéria-prima e/ou da comercialização.

Desse modo, seja qual for a estratégia adotada, em última instância, trata-se de estabelecer um destino para o leite produzido, de modo que se possa desenvolver pecuária leiteira de modo satisfatório. Finalmente, importa enfatizar que o cenário atual se encontra marcado por uma aguda reconfiguração no regime de produção das *queijarias*. Pressionados pela negação de seus procedimentos usuais, desde a aquisição da matéria-prima

(leite), até a comercialização da sua produção, os queijeiros da região vivenciam atualmente um momento crítico, pois os principais aspectos da convenção que orientam suas ações produtivas estão sendo postos à prova, tanto no sentido denotativo, quanto no sentido epistemológico dado por Boltanski e Thévenot (1991).

Apesar da energia desprendida pelos produtores do mundo doméstico, no sentido de se manterem engajados nesse mundo, o contexto estudado mostra um quadro no qual há uma espécie de “transbordamento” (CALLON, 2006) do mundo industrial para o mundo doméstico, como consequência da constante pressão de seres e enunciados oriundos da rede sociotécnica industrial. A exigência do acondicionamento e transporte a frio, e da pasteurização para matéria-prima leite presente nas normativas estatais são exemplos contundentes deste processo. Desta maneira, a gama de produtores primários e unidades de beneficiamento que funcionam a partir do modo de coordenação e organização da produção inerente ao mundo doméstico, vêm sofrendo um forte constrangimento na realização de suas atividades produtivas no setor leiteiro, seja pela sua diminuição, seja pelo seu abandono.

## Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO (AGED-MA), 2017 disponível em: <http://www.aged.ma.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2018.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Galimard, 1991.

BOISARD, P.; LETABLIER, M.-T. Le Camembert: normand ou normé? Deux modèles de production dans l'industrie fromagère. **Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi**, Paris, n. 30, p. 1-29, 1987.

BOISARD, P.; LETABLIER, M.-T. Un compromis d'innovation entre tradition et standardisation dans l'industrie laitière. **Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi**, Paris, n. 33, p. 209-218, 1989.

BRASIL. **Portaria nº 146, de 07 de março 1996**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1218onsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1218> Acesso em: maio 2016.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa da Pecuária Municipal** – 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 364, de 04 de setembro de 1997a**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1248>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 366, de 04 de setembro de 1997b**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=7077>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 62, de 18 de dezembro de 2011**. Disponível em [http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62\\_2011\(2\).pdf](http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62_2011(2).pdf). Acesso em: 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018**. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887). Acesso em: 5 dez. 2018.

CALLON, M. Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication de coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Année Sociologique**, Paris, n. 36, p. 169-208, 1986.

CALLON, M. Sociologie de l'acteur réseau. *In*: AKRICH, M.; LATOUR, B. (org.). **Sociologie de la traduction**. Paris: Presses des Mines, 2006. p. 267-276.

CAMAROTTO, M. Produção de leite deslancha no Nordeste. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 set. 2011, p. B-14.

CARNEIRO, J. F. **A inserção do campesinato na produção de leite na MRH de Imperatriz/MA: autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?** Orientador: Marcelo Sampaio Carneiro. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CARNEIRO, M. S. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. **Sinais Sociais**, v. 10, p. 129-149, 2015.

CARNEIRO, M. S. A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados. **Sociedade & Estado**, v. 34, n. 3, p. 745-766, 2019.

DIAZ-BONE, R.; THEVENOT, L. La sociologie des conventions. La theorie des conventions, élément central des nouvelles sciences sociales françaises. **Trivium** [en ligne], n. 5, 2010. Disponível em: <http://trivium.revues.org/3626>. Acesso em: 10 set. 2018.

- DODIER, N. Agir em diversos mundos. *In*: CARVALHO, M. C. B. (org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez; FAPESP/Instituto de Estudos Especiais/PUC, 1993. p. 79-109.
- DUPIN, L. V. Les réseaux qui affinent: la conversion symbolique des fromages artisanaux à Minas Gerais, Brésil. **Vibrant** [online], Brasília, v. 14, n. 1, jun. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43412017000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412017000100301&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2018.
- EYMARD-DUVERNAY, F. La négociation de la qualité. *In*: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. (org.). **Agro-alimentaire: une économie de la qualité**. Paris: INRA/Economica, 1995. p. 39-48.
- FERRO, A. B.; OZAKI, P. M.; GEGOLOTTI, I. G. O avanço do leite. **Boletim do Leite**, São Paulo, v. 17, n. 200, p. 2-3, 2011.
- GUANZIROLI, C. E.; DI SABATTO, A.; VIDAL, M. de F. **A agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: BNB, 2011.
- LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.
- LEMIEUX, C. **La sociologie pragmatique**. Paris: La Découverte, 2018.
- LIMA NETO, E. J. **A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na Microrregião de Imperatriz/MA**. 2017. Orientador: Marcelo Sampaio Carneiro 2017. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. Queijo de coalho e queijo artesanal Serrano: identidades de produtores e de consumidores associadas a atributos de qualidade. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. **Anais** [...]. Porto de Galinhas: UFRPE, 2010. p. 1-18.
- NACHI, M. **Introduction à La sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2009.
- NICHELE, F. S.; WAQUILL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 12, p. 2230-2235, dez. 2011.
- RAYMOND, A. B.; CHAUVIN, P.-M. **Sociologie Économique: histoire et courants contemporains**. Paris: Armand Colin, 2014.
- SALAI, R.; STORPER, M. **Les mondes de production: enquête sur l'identité économique de la France**. Paris: Ed. de l'EHESS, 1993.
- SANTOS, J. S.; CARDOSO, J. H.; CRUZ, F. T.; ANJOS, F. S. Dilemas e desafios para circulação de queijos artesanais no Brasil. **Revista Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 13-22, 2016.
- SILVA, A. J. de S. **Agroindústria do leite na microrregião de Imperatriz-MA: análise dos direcionadores de competitividade**. Orientador: Alivinio de Almeida. 2011. 90f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Federal do Tocantins, 2011.

SILVA, Z. F.; ANDRADE, A. C.; BENTO JUNIOR, F. A.; SOUSA, R. S; LOIOLA, J. M. L. Características dos sistemas de produção do leite na microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão. **Revista Ciências Agrárias**, Belém, v. 55, n. 2, p. 92-97, abr./jun. 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (SBAN). **A importância do consumo de leite no atual cenário nutricional brasileiro**. Nota técnica. 2015. Disponível em: <http://www.sban.org.br/publicacoes/documentos-tecnicos/205/a-importancia-do-consumo-de-leite-no-atual-cenario-nutricional-brasileiro>. Acesso em: 20 jun. 2018.

THÉVENOT, L. **L'action au pluriel**: sociologie des regimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006.

Recebido: 31/03/2019  
Aceito: 08/11/2019

## Two worlds in dispute: the official sanitary regulation and the interaction between the *domestic convention and the industrial convention* in the milk production chain in Maranhão

### **Abstract**

This paper discusses the process of establishing a standard of sanitary quality on the chain of production of cow milk in the Imperatriz/MA region, analyzing the dispute between two different ways of production, represented by the dairy industry and by informal cheese producers (the so-called *queijeiras*). The analysis uses as reference the perspective of the Economics of Conventions, a theoretical approach that considers the quality of the products as a social construct and a central element for the coordination of the actors involved in the process of production and circulation of goods and services. From this perspective, we show the constitution of two quality conventions in the production chain, identified as an industrial-type convention and a domestic-type convention, highlighting the dispute for milk producers, but also indicating the possibility of establishing some kinds of commitments between these two conventions.

**Keywords:** Quality. Economics of conventions. Dairy industry.

# Demarche dos dispositivos: apontamentos sobre ordens, convergências e situações no campo econômico-financeiro

**Ana Carolina Bichoffe<sup>1</sup>**  
**Mateus Baeta Diógenes<sup>2</sup>**

## Resumo

Este artigo propõe fazer face a um debate contemporâneo, no sentido de acentuar as dimensões cultural e transnacional dos dispositivos. Ao mapear as principais concepções teóricas sobre “efeito de verdade” e performatividade, é introduzida uma frente que busca por respostas sobre a dominação tecnológica, ou, quer seja, a sociotécnica dos dispositivos na modernidade – nessa empreitada, a importância do Estado é inegável. Ao induzir mercados no uso das métricas e dispositivos, dado seu papel de regulador, os Estados se tornam alvo dos próprios dispositivos. Por fim, é apresentado um rápido quadro contextual das implicações dos dispositivos – trata-se de uma reflexão sobre os efeitos estratificadores das classificações econômicas, em situações de classificação que recaem novamente sobre os Estados Soberanos como “múltiplas mãos” que tentam reter e dominar o Estado e que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida de indivíduos.

**Palavras-chave:** Dispositivos. Performatividade. Sociologia das finanças.

- 1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI – UFSCar); pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a sociedade, poder, organização e mercado (NESPOM). Coordenadora adjunta do Observatório sobre Dominação Financeira e Econômica (DOFINE) – Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: [acbichoffe@ufscar.br](mailto:acbichoffe@ufscar.br).
- 2 Atualmente cursa mestrado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador associado ao Observatório sobre Dominação Financeira e Econômica (DOFINE) – Universidade Federal do ABC (UFABC).. E-mail: [baeta.mateus@gmail.com](mailto:baeta.mateus@gmail.com)



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

## I Introdução

Em 09 de abril de 2018, segunda-feira, o mercado financeiro brasileiro abriu as operações com uma notificação da agência de classificação de risco Moody's assinalando a melhoria da perspectiva da nota brasileira de crédito soberano de curto prazo, passando de perspectiva negativa para estável. Um “*upgrade*”. Os pontos focais tratados pela agência como justificativa para a elevação da avaliação foram dois: “1) Expectativa de que o próximo governo passe as reformas fiscais necessárias para estabilizar as métricas de dívida no médio prazo; e 2) Perspectivas de crescimento em curto e médio prazo, mais elevadas do que o esperado, apoiadas por reformas estruturais, que apoiarão os esforços de consolidação orçamental” (colocar fonte e número da página). O texto acrescenta ainda que um fator extra na avaliação foi o fato de o país apresentar “importantes elementos de força econômica e institucional que estão em linha – ou excedem – aqueles encontrados em seus pares com *ratings* Ba2” (MOODY’S INVESTORS SERVICE, 2018).

O documento oferece uma descrição positivada do caso brasileiro, ao apontar que a economia local é ampla, com um grau relativamente elevado de diversificação, e que conta com uma vulnerabilidade externa baixa. O regime de câmbio flutuante também teria facilitado o ajuste das contas externas e o amplo estoque de reservas em moeda estrangeira serviria para mitigar a exposição do Brasil a choques externos.

Esse anúncio agitou mercados, produzindo manifestações de múltiplos agentes financeiros e políticos contrários à avaliação, delineando um campo de forças marcado por narrativas controversas, de agentes e instituições, abrindo um flanco interessante da busca por provas e evidências para desqualificar ou comprovar a nova avaliação (LATOUR, 1987, 1994; CHATEAURAYNAUD, 2018). O mapeamento do período<sup>3</sup> permite

3 Período entre 09 de abril de 2018, data de publicação da avaliação pela Agência de Risco de Crédito Moody's até o dia 16 de maio de 2018 com a matéria “O peso da incerteza eleitoral nos juros” do jornal “Valor Econômico” (ROMERO, 2018). Trata-se de um corpus composto por 46 matérias. A decomposição da amostra revela um deslocamento qualitativo dos enquadramentos, ou marcos interpretativos, das primeiras 12 matérias em relação ao sequenciamento das demais. As primeiras partem de uma ênfase, quase exclusiva, ao léxico econômico-financeiro de forma a compor justificativas gerais sobre o upgrade da nota brasileira. Entretanto, as demais abrem um leque de perspectivas e ideias que organizam a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento – por exemplo: a dimensão estritamente eleitoral, pautando o debate sobre o futuro da política e economia brasileira, e os riscos apresentados por cada um dos candidatos à presidência.

pinçar e posicionar a quase totalidade das manifestações<sup>4</sup>, detectando assim a assimetria de interpretações em relação à avaliação:

1) Para um segmento amplo de analistas de mercado, próximo da metade da amostra, a nova classificação foi tratada como um disparate frente ao entendimento consolidado de um cenário de incertezas no campo político – as eleições que se aproximavam; a repercussão sobre a prisão de Lula (DAPP-FGV, 2018) e a polarização de discursos políticos em torno do evento; a troca de ministros no Governo Temer; os escândalos e as investigações sobre as ondas de corrupção envolvendo membros do alto escalão do Governo Temer, mas também de membros da elite política e agentes públicos; e, no campo econômico, a estagnação econômica pautada pelo baixo crescimento do PIB e da taxa de empregos, aumento do endividamento das famílias e, fundamentalmente, a paralisação das reformas da Previdência e Fiscal.

2) O próprio Ministério da Fazenda, em tom modesto, aceitou com cautela a avaliação positiva. Afirmou, em nota pública que, ao revisar a perspectiva do *rating* soberano brasileiro de negativo para estável, a agência Moody's reconheceu a melhoria nos fundamentos macroeconômicos do país e a importância de reformas fiscais estruturais. No entanto, o Ministério assume as incertezas ligadas ao cenário político e à factualidade da agenda de reformas, que poderiam gerar uma revisão da avaliação, segundo publicação no jornal Valor Econômico (LARGHI; PUPO; SIMÃO, 2018).

3) No caderno Mercado da Folha de São Paulo (também de em 9 de abril de 2018), há uma tentativa de correlacionar o evento com a prisão de Lula: “O anúncio da Agência acontece dois dias após a prisão do ex-presidente Lula, cuja possibilidade de uma candidatura à Presidência nas eleições deste ano fica mais distante. A Moody's não

---

4 O caso trazido aqui compõe o corpus de uma pesquisa empírica que busca mapear documentos, mas também artigos e manifestações publicados em versões on-line de jornais de amplo alcance, entendidos como instrumentos que dão voz e reverberação aos atores envolvidos no uso e justificação dos dispositivos paramétricos. Este levantamento toma como orientação metodológica e analítica uma abordagem da sociologia pragmática francesa: o modelo da balística sociológica (CHATEAURAYNAUD, 2018) dando ênfase aos do aspecto temporal, dos momentos de prova, e do jogo de forças entre os atores nas controvérsias.

cita em seu relatório, no entanto, a prisão de Lula” (CAMARGOS; FERNANDES; PRADO, 2018).

Chama a atenção o fato de que há anos não se desenhava uma contradição em relação à leitura e à avaliação sobre o risco do país, com uma exposição pública tão explícita, entre as agências de classificação de risco e analistas. Organiza-se, portanto, um “espaço argumentativo” e dinâmico, passível de mapeamento das relações de força entre os agentes<sup>5</sup>. No ápice da controvérsia, somaram-se muitas confrontações ao posicionamento da agência Moody’s. Entretanto, se ampliarmos o período de tempo do debate em torno da nova nota de classificação de risco, cada cena desse *cross-section* revela o gradativo emergir de uma rede polifônica, de analistas e jornalistas, instada a produzir justificações, ou seja, um conjunto de razões que sustentam uma conclusão e validade mediante a qualificação desses que a colocaram em prova (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Ressalta-se, a justificação é uma operação contida na argumentação. Além de situar-se entre a retórica e a racionalidade, a argumentação em disputa depende do contexto de discussões entre diversos atores, e deve ser observada em perspectiva histórica, como uma sucessão de provas constituídas pela crítica e por eventos marcantes, conforme reportagens dos jornais Valor Econômico (BITTENCOURT, 2018) e Valor Investe (ROMERO, 2018), estabilizando a ideia da impossibilidade de um novo rebaixamento no curto prazo. Interessa observar que essa confluência interpretativa não ocorre ao acaso.

A cronologia das matérias demonstra um conjunto frustrado de justificações, morais, legais, políticas forjadas nesse espaço polifônico, com a tentativa de desqualificar a nota da agência de classificação. Para Chateauraynaud (2004) um modo de mensurar o “alcance” e “força” de um argumento é por meio da lista de espaços sociais que ele pode atravessar sem se transformar radicalmente. Esse alcance, cabe lembrar, depende dos contextos em que esses argumentos são mobilizados; a natureza dos

---

5 Na tradição pragmática boltanskiana dos contenciosos, esse espaço se orienta por eixos – de princípios (ou valores) e objetos (ou situações); de forças materiais (ou interesses) e restrições lógicas (ou regras de racionalidade); de precedentes (mas também tradições e formas de fazer) e aberturas do futuro (ou visões do futuro) – e tem a vantagem de compatibilizar lógicas geralmente separadas em esferas diferentes (GOUVEIA, 2016).

engajamentos dos protagonistas nas controvérsias<sup>6</sup>; e o interesse desses protagonistas em conservar ao longo do tempo uma fórmula argumentativa (GOUVEIA, 2016).

Nesse exemplo inicial, é interessante notar o modo como emergem tentativas de desacordo, em relação à nota e, ao mesmo tempo, como essas tentativas se mostram infrutíferas frente ao parecer inicial da Moody's. Há um conjunto de convenções cognitivas tão fortemente cristalizado em torno da objetividade e legitimidade do discurso da agência que as tentativas de embate soam como especulações grosseiras. Certamente o relatório e a nota podem ser apreendidos como o exercício da autoridade epistêmica dos dispositivos, produzidos pela agência. Trata-se de dispositivos que condensam uma história e um saber que se colocam como legítimos aos agentes do campo financeiro (estendido também aos jornalistas especialistas), e, nesse caso, fazendo valer sua definição e interpretação sobre a condição econômica e financeira do Brasil.

Justamente com base nessa reflexão sobre as relações de força entre agentes e os “efeitos de verdade”<sup>7</sup> (FOUCAULT, 2006; CALLON, 2008; MACKENZIE; MUNIESA; SIU, 2007) dos dispositivos métricos, propomos uma reflexão que perpassa a formação das categorias (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) estabelecidas pelos dispositivos que tomam por base um “investimento de forma” (THÉVENOT, 1986). Em outras palavras, como a configuração de equivalências entre elementos díspares, assimétricos, indeterminados e heterogêneos (como as situações políticas, econômico-financeiras de Estados Soberanos), produzem situações de normalização da realidade, ou seja, “códigos, normas, padrões, qualificações [ou *ratings*]

---

6 Sob a perspectiva da Teoria do Ator-Rede, lançada por Bruno Latour (1988), as controvérsias são uma espécie de situações nas quais os atores discordam (ou melhor, quando concordam quanto a seu desacordo). Assim, embora definida de forma um tanto vaga, uma controvérsia pode ser encontrada entre o início de um desacordo – quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros – e seu término – quando os atores logram construir um compromisso sólido que lhes permita conviver (VENTURINI, 2010).

7 Retorno aqui à definição proposta por Foucault (2006, p. 233): “Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante”.

etc., cuja estabilidade pode servir de parâmetro para o cálculo e para a previsibilidade, evitando assim custos de formatação no futuro” (CORREA; DIAS, 2016). Os dispositivos podem ser entendidos como instrumentos de criação e implementação intencional de ordem cultural e política, isto é, sistemas de regras que facilitam a coordenação e a cooperação de atores sociais em situações de incerteza, que determinam a distribuição dos custos e benefícios da ação coletiva (BICHOFFE, 2017).

Desse modo, antes de abordar o tipo de reflexão dado a essas indagações sobre os efeitos práticos dos dispositivos, parece útil traçar um preâmbulo – tomando por base uma rápida revisão geral de diferentes contribuições nos estudos dos dispositivos sociotécnicos – dos enquadramentos epistemológicos que servem de fundo, não só às análises aqui propostas mas também ao questionamento que estimulou esse artigo. Com base nas concepções teóricas de performatividade e “efeitos de verdade” é introduzida uma frente que busca por respostas sobre a dominação tecnológica, ou, quer seja, a sociotécnica dos dispositivos na modernidade. E nessa empreitada a importância do Estado é inegável. Ao induzir mercados no uso das métricas e dispositivos, dado o seu papel de regulador, os Estados se tornam alvo dos próprios dispositivos. E, por fim, é apresentado um rápido quadro contextual das implicações dos dispositivos – trata-se nada menos que uma reflexão sobre os efeitos estratificadores das classificações econômicas que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida de indivíduos; quer, novamente, sobre os Estados Soberanos, ou seja, na metáfora de Fourcade (2017) as “múltiplas mãos” que tentam reter e dominar o Estado.

## 2 Retratos sociológicos: revisitando algumas referências

Três frentes predominam na sociologia contemporânea, conforme a interpretação e análise dos fenômenos, formados na mediação entre cultura, estrutura e agência. Atores, a partir de suas trajetórias, biografias e (dis)posição no espaço. Instituições; a Crítica (lexicografia ou semântica); ou Dispositivos. Este artigo se inscreve na última frente<sup>8</sup> uma vez que o

8 A origem da pesquisa que orienta este artigo nasce justamente de uma divergência e um amistoso contencioso com Roberto Grün, uma referência importante na interpretação das Sociologias Relacional e da crítica no Brasil

argumento se centra nos dispositivos e em seus “efeitos práticos” (MACKENZIE, 2005), ou seja, a preocupação está em abordar como tais organizam, disciplinam e performam os espaços à sua volta. Poderíamos ir além, ao apontar que esses dispositivos não apenas satisfazem as exigências intelectuais dos agentes, como também tendem a satisfazer as necessidades materiais, na medida em que produzem efeitos práticos<sup>9</sup>.

Apesar de reconhecer as contribuições de todas as frentes, e inclusive levar adiante um conjunto de argumentos subtraídos das abordagens assinaladas anteriormente, por exemplo, a construção epistemológica de “dominação cultural das finanças”<sup>10</sup> (GRÜN, 1999, 2004a, 2004b, 2007a, 2007b, 2015, 2018); há, na tradição brasileira de trabalhos das sociologias econômica e das finanças, uma lacuna que é justamente o fato de não se avançar sobre o papel simbólico e prático dos dispositivos classificatórios e paramétricos do mundo econômico-financeiro contemporâneo<sup>11</sup>.

A opção teórico-metodológica colocada aqui não implica uma definição ontológica da realidade, como se o mundo fosse redutível ao universo dos dispositivos e das situações por eles produzidas, mas tal como Vanderberghe e Verán (2016, p. 8) insiste, essa entrada “[...] pode ser uma lente empírica seletiva, polida para apenas focar as situações da vida social que

---

contemporâneo. Grün (2018) apresenta um conjunto robusto e significativo de indícios sobre a conformação de uma dominação cultural das finanças no Brasil contemporâneo com base nas duas primeiras frentes. Para tanto, ele sugere uma cronologia das transformações recentes da cultura econômica brasileira e assim mobiliza evidências em várias esferas. No livro publicado em 2015 “Decifra-me ou te Devoro” o autor evoca três eixos dessas transformações: “(i) sobre o sucesso da retórica que justifica as altas taxas de juros aqui existentes, que seriam o resultado da desorganização da sociedade brasileira; (ii) sobre a propagação da governança corporativa, que é cada vez mais considerada o método correto de se gerir e avaliar organizações que se querem modernas; (iii) sobre a lógica da crítica direta à dominação financeira, que tenta personificá-la em indivíduos “exemplares” –muito inspirado nos regimes de justificação presentes na sociologia crítica de Boltanski.

- 9 De modo simplificado, pode-se afirmar que as classificações de risco produzidas pelas agências são como dispositivos que organizam, disciplinam e performam o espaço à sua volta. Trata-se de um sistema completo e institucionalizado de métricas internacionalmente convencionadas por agentes dos mercados e Estados Soberanos. As classificações são representadas por letras, números e sinais matemáticos (+ ou -) e a divisão de tais escalas em grupos: grau especulativo e grau de investimento. Entende-se que essas grades produzem planificação, equivalência, generalização e comparação entre conjuntos de objetos abstratos: desde títulos de seguro (insurance); ações e debêntures de companhias até bonds de Estados Soberanos, entre outros.
- 10 Compreendida como os elementos morais e culturais que são anteriores e se inscrevem na base daquilo que os agentes entendem por uma crença racional do campo financeiro.
- 11 Observo em especial aqueles que se propõem a construir a noção de risco, e que se tornam referências importantes na construção e justificação de framings sobre realidades sociais locais.

trazem à tona uma pragmática da reflexão crítica por parte dos próprios atores – e não somente por parte do sociólogo”.

Na medida em que os dispositivos são alçados ao foco de análises, o arrazoado de seus efeitos práticos, permite evocar o fenômeno da “performatividade”. Em um dossiê organizado em 2017 na revista TOMO, as organizadoras Sartore e Leite, argumentam já na apresentação, que todo estudo de dispositivo tem um “antes”, ou seja, pode-se estudar a gênese deste dispositivo (as guerras culturais para legitimá-lo). Tem-se também um “depois”, ou seja, pode-se estudar a performatividade dos dispositivos. E, essa reflexividade recíproca somente tende a fortalecer as agendas de estudos sobre dispositivos. O presente artigo reconhece as potencialidades de ambas as frentes; no entanto, inscreve-se na abordagem a montante. Assume-se, portanto, a existência de atribuição legítima dos dispositivos como árbitro e medidor de determinado fenômeno; ele, o dispositivo, gera efeitos que mudam a realidade que procura mensurar e qualificar, produzindo efeitos reflexivos, quer seja, performativos. Na prática, estes processos são imbricados; porém, aqui serão destacados para fins analíticos. Como proposto por Garcia-Parpet (2007), Callon (1998, 2008), Callon, Millo e Muniesa (2007) e posteriormente desenvolvido por MacKenzie (2005, 2006) e por MacKenzie, Muniesa e Siu (2007), na teoria da performatividade, a teoria econômica, o conhecimento prático aplicado (dispositivos contábeis, para sugerir outro exemplo) e a teoria econômica espontânea (produzida por praticantes do campo econômico-financeiro e leigos) criam a realidade econômica. Dito de outro modo, a ideia subjacente é de que o modelo teórico (fórmulas, algoritmos, índices, *rankings* aqui compreendidos como dispositivos sociotécnicos) contribui para a construção da realidade que pretende descrever (CALLON, 1998, 2008; LATOUR, 1999, 2006).

Assim, a noção de performatividade, enquanto o desígnio de um discurso, é ao mesmo tempo um ato que muda o mundo. Ou seja, a transformação do espaço social, invariavelmente coincide com o pronunciamento. É nesse registro, por exemplo, que Callon (2008) pretende desconstruir interpretações simplistas e distorcidas da noção de performatividade (ou performance) e abrir o devido espaço aos dispositivos sociotécnicos.

Uma primeira interpretação simplista diz respeito à distinção feita entre economia pura e aplicada e, na mesma chave, positiva e normativa.

A noção de performatividade questiona essas distinções entre o mundo abstrato dos modelos, implícita ou explicitamente normativos e, do outro lado, o mundo real onde os modelos poderiam ou deveriam ser aplicados. A noção pretende justamente quebrar com polarizações sobre a disciplina científica, a teoria econômica acadêmica e a teoria econômica espontânea, assim como interpretações e entendimentos produzidos por seus praticantes (GARCIA-PARPET, 2007; DUMEZ; JEUNEMAÎTRE, 1989, 2010).

Algo semelhante pode ser dito em conexão com o conceito de convenção, ou a ideia de que os agentes devem concordar com regras e normas antes de agir, e para interagir. Essa é a segunda interpretação simplista: assumir que regras, explícitas ou tácitas da economia neoclássica, sejam condições necessárias e suficientes para comportamentos econômicos ordenados. A performatividade é algo muito diferente de uma orientação para regras acordadas.

A terceira interpretação simplista recorrente decorre do emprego incorreto da noção de performatividade: tomá-la como sinônimo de “profecias autorrealizáveis”. Ou seja, se todos os agentes acreditam que algo vai acontecer e agirem em conformidade, o fato se concretiza. Callon considera que esse mecanismo analítico é extremamente simplista e não corresponde ao modo como a economia produz a realidade.

Finalmente, performatividade deve ser contrastada com a noção de (neo)institucionalismo. Para funcionar, diz-se que a economia necessita de instituições. Callon concebe a noção de instituição como muito estática: ela pode explicar como um estado econômico se reproduz, mas não como ele pode evoluir. Nessa crítica, as instituições estão presas: elas são uma estrutura e, como tal, parecem incapazes de mudar e/ou deixar a mudança acontecer. Na visão de Callon, tanto os velhos como os novos institucionalismos carecem de poder explicativo.

Assim, argumenta Callon (1998, 2008), performatividade é, antes de tudo, um poder enraizado na teoria e na prática. Neste processo, a performatividade se torna também um método investigativo, no qual a ideia do dispositivo é essencial. De acordo com nossa apropriação, essa operação implica, em primeiro lugar, conferir centralidade aos produtos culturais desses dispositivos – pela imposição de uma linguagem, ou seja, de um sistema elementar de classificação e estratificação que estrutura o espaço

dos possíveis e o debate do pensável, na medida em que determina, nos planos cognitivo e material, a compreensão do que é, do que deve, e do que pode ser.

MacKenzie, Muniesa e Siu (2007) estabelecem vários níveis da performatividade, desde o uso da teoria na produção de ferramentas (como modelagens e os próprios dispositivos sociotécnicos), até a teoria se concretizando em realidade. Cabe destacar uma dimensão pouco notada no uso desse constructo: não se trata do fato de uma teoria que “empurra” a prática em certas direções, mas que contribui para constituir vários fenômenos ao ser usada em situações práticas. A prática na qual é integrada é simultaneamente ajustada junto à teoria, aos agentes inscritos e a outros aspectos da situação (cenário, equipamentos, outras teorias, ferramentas, técnicas). Essa faceta da performatividade enfatiza o acesso a possibilidades indeterminadas, como quando o uso de uma estrutura ou um modelo em pesquisa de mercado gera uma nova compreensão do que é ou do que poderia ser. A performatividade não implica, portanto, que os efeitos sejam necessariamente unidirecionais, poderosos e não ambíguos (MASON; KJELLBERG; HAGBERG, 2014).

Assim, diferentemente do pensamento estruturalista de Lévi-Strauss (1989) sobre a “ciência do concreto” que nega que a classificação terapêutica (ou seja, o discurso e a sintaxe que suprem esse vocabulário especializado da ciência ocidental moderna) tenha um “efeito prático”, Mackenzie (2005, 2009) demonstra que a performatividade dos dispositivos não apenas satisfazem as exigências intelectuais de certos estratos sociais em seus respectivos espaços, como também tendem a satisfazer as necessidades materiais. Em seu estudo sobre Black-Scholes, por exemplo, ele explicita convincentemente como o modelo criou um mercado global de derivativos (MACKENZIE, 2005). Antes desse modelo não havia uma abordagem padronizada para o preço de derivativos e mesmo para um produto financeiro passível de investimento. As práticas contábeis podem ser vistas como performativas em si mesmas, (MACKENZIE, 2009, 2011), pelas quais a adaptação a diferentes categorias faz um mundo novo que é a verdade da informação financeira. É por meio de um mundo abstrato, de computadores, números e cálculos que esses universos são criados (KNORR-CETINA; BRUEGGER, 2002).

A rotinização da mensuração e a divulgação de informações promovem a difusão de uma linguagem comum em torno destas categorias analíticas construídas pelas estatísticas e ajuda a estabilizar e corporificar uma realidade a primeira vista pictórica, descrita fundamentalmente pelos dados. Trata-se, portanto, da objetivação de percepções e avaliações, sintetizadas em um conjunto definido de signos, resultando na criação de uma nova forma de transmissão e comunicação que definitivamente não se encerra em si.

A atribuição desse caráter voltado para a dimensão objetiva dos dispositivos, vistos dessa perspectiva da materialidade, abre um leque de outros trabalhos, como os expressos por Knorr-Cetina e Bruegger (2002) e que demonstram a interação entre *traders* de um mercado câmbio, em diferentes locais ao redor do globo. Esse mercado financeiro internacional de câmbio se situava naquele momento como uma instituição relativamente nova e ainda em processo de consolidação. Por meio da tecnologia da informação e de uma linguagem hermética, esse novo espaço permite aos *traders* uma comunicação instantânea e eficiente, mesmo que geograficamente, e culturalmente, distantes.

Podemos supor que no mercado de bens linguísticos, as estatísticas, *ratings* ou escalas e modelagens se tornaram a língua franca, o “idioma” legitimado pelos mundos científico e estatal, e positivamente incorporado pelo campo das finanças como um bem cultural (DESROSIÈRES, 2008). Dessa analogia entre as estatísticas enquanto língua<sup>12</sup>, ou seja, dessa capacidade de traduzir o mundo em um conjunto de signos compartilhados, há uma dimensão que dificilmente pode ser esquecida: a língua apenas tem a função de ser franca e não há essência em si mesma (SAUSSURE, 1969; LABOV, 2008; ORTIZ, 2003, 2015). Em outras palavras, o arbitrário cultural do signo somente nos permite pensar em termos relacionais; ele não existe em abstrato. A língua é, portanto, a manifestação, a materialização de uma cultura em determinado tempo e espaço; logo, também pertence ao domínio da história (SAHLINS, 1990). Como não existe apenas como

---

12 Ortiz (2015) esclarece a distinção que linguistas fazem em relação à língua e linguagem. Tomando Saussure para elucidar sua proposição, ele lembra que linguagem diz respeito à uma capacidade inerente à condição humana, ao passo que língua é “o conjunto de formas concordantes que este fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 1969 apud ORTIZ, 2015, p. 16).

estrutura, é necessário contextualizar seu uso. São, portanto, as situações concretas, ancoradas na realidade, que determinarão os domínios em que este dispositivo cultural se desenvolverá (ORTIZ, 2003).

Assim, o questionamento sobre a crença nos dispositivos classificatórios, o modo como são incorporados pelo Estado, pela sociedade e orquestrados no jogo político-financeiro nacional foi o mote para uma indagação empírica aprofundada em outros trabalhos (BICHOFFE, 2016, 2017). Ou seja, a inquietação deste artigo também se volta para a compreensão de como o Estado emoldura seus interesses soberanos de modo a compatibilizá-los à lógica performática de um sistema financeiro internacional e em constante transformação.

### **3 Snapshots: apontamentos entre a dimensão racional-legal dos Estados Soberanos e os efeitos da heurística dos dispositivos**

Ao acessar Bourdieu (2014)<sup>13</sup>, encontramos no prefácio uma revisão sintética exemplar de Miceli sobre as contribuições de cada um dos três principais clássicos das Ciências Sociais para a consecução de uma etimologia do Estado, e seu poder, na modernidade. Assim, de Weber extrai a noção de que o Estado se constitui pelo monopólio da violência legítima, que perpassa pela delegação e consentimento do exercício do poder pelo Estado. De Durkheim, retém a apreensão do Estado como uma entidade, uma ficção coletiva, produtora de vínculos e laços, produtora de uma integração lógica e moral do mundo social. E, de Marx, percebe o Estado inscrito como aparelho de coerção a serviço da classe dominante.

13 Considerado um objeto transversal aos seus trabalhos, o Estado aparece como uma preocupação eminente no capítulo 4 da obra *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação* (1997), cujo título original é *Raisons pratiques: Sur la théorie de l'action* (1994). Nesse capítulo, intitulado "Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático", que na verdade é a transcrição de uma conferência proferida em Amsterdã em junho de 1991, o autor esboça uma primeira tradução, intuitiva como ele mesmo propõe, de demonstrar o peso "performático" (ainda que não use essa terminologia) do Estado em inculcar o "pensamento de Estado" – ou seja, aquelas categorias, prenoções e pressupostos, que intimamente regem os modos de agir, classificar e ordenar a realidade mundana. Essa experimentação reflexiva e ontológica sobre o poder estatal deu bases para o curso e posteriormente a obra póstuma.

Nessa obra póstuma de Bourdieu, publicada em 2012 e traduzida para o português em 2014<sup>14</sup>, trouxe uma projeção singular e provocativa sobre a historiografia dos Estados. Recorrendo a um nível cultural mais profundo, o autor desconstrói as dimensões canônicas de Estado para reiterar a dimensão simbólica da qual o Estado é detentor último, onde se estabelecem as relações de força e de sentido e, nas quais ele, o Estado, é o produtor por excelência de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. Essa dimensão simbólica do efeito do Estado é nomeada por Bourdieu (2014) como “efeito universal”.

A modernidade ocidental não só deriva da diferenciação da economia capitalista e do Estado mas também de uma reordenação racional da cultura e da sociedade (BENJAMIN, 1985; WEBER, 1991). Interessa a estes propósitos que as denominações de Weber sobre a racionalidade formal são constituídas pelas convenções em torno da calculabilidade e predicabilidade dos sistemas jurídico e econômico. A racionalidade formal está presente, por exemplo, em aparelhos como o contábil e o burocrático que implicam regras, impessoalidade, hierarquias, especialização, treinamento (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Em um mundo de incertezas, pluralidades, discórdia e assimetrias, cabe a essa lógica racional restituir a forma simétrica e pacificada. Ocorre que, a intervenção dessa ordem de justificação, performática, inspirada na racionalidade formal, emana fortemente em especial daqueles inseridos nas comunidades financeiras (sejam elas públicas ou privadas). Há, sem dúvida, ocorrência de posições institucionais e de interesse competindo por uma relativa autonomia e dominação do espaço, mas essa competição está mais centrada na forma, ou seja, nas dimensões e nos critérios que descrevem e explicam logicamente os fenômenos, e menos na dimensão valorativa intrínseca aos modelos.

Em “*Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory*” (1995), Ian Hacking explora uma frente de desenvolvimento dessa épistémè sobre o calculismo ao se aventurar pelas estatísticas oficiais do séc.

---

14 Essa obra, “*Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*”, póstuma abre a possibilidade de derrubar os “limites” tradicionais estabelecidos pela leitura que se faz de Bourdieu no Brasil, aumentado a visibilidade para essa outra entrada do sociólogo.

XIX. De acordo com Hacking, esses levantamentos estatísticos cobriam agricultura, educação, comércio, nascimentos, e poder militar, mas há uma característica especialmente notável da avalanche de números que começa a ser publicada por volta de 1800. É a obsessão com a análise moral, nomeadamente com as estatísticas de desvios. Trata-se da análise numérica de conjuntos e conjuntos de práticas tidas como desviantes: suicídios, alcoolismo, andarilhos, loucura, crime, os miseráveis. A contagem gerou suas próprias subdivisões e rearranjos (HACKING, 1995, p. 161).

Para Hacking (1995), tanto os motivos cruzados para assassinados ou dos suicídios individuais não existiam até que a prática de contá-los viesse a ocorrer. Assim novas posições são criadas para enquadrar e enumerar pessoas. Os censos em geral trazem estas mudanças – criação de novas categorias para absorver mudanças sociais. A contagem cria novas formas e categorias para as pessoas “serem” (DURKHEIM, 2000). Os estatísticos compõem os formulários para serem preenchidos por outros corpos técnicos especializados – sejam estes médicos, policiais, ou mesmo economistas, cientistas sociais e políticos. E a massa amorfa de informações, pelas mãos desses especialistas, torna-se “dados” – emblemas, símbolos carregados de significados culturais. No entanto, o uso, a validade e a permanência das categorias são dependentes e tributárias das lutas que se estabelecem por essa nomeação. Ou seja, as categorias são vulneráveis à capacidade do espaço em manter sua autonomia e da imposição de um sentido favorável aos grupos legítimos e dominantes<sup>15</sup>. A construção do Estado se revela, portanto, indissociável da emergência de corporações que nele se enraízam (BOURDIEU, 2006, 2008, 2014).

Tal reflexão pode ser facilmente estendida às classificações de Estados contemporâneos. Ainda que haja uma dimensão centrada no ser, no singular, na insígnia do indivíduo em suas dimensões cognitiva e mnemônica (POLLAK, 1989), e da autonomia da ação, como veremos na seção

15 Miskolci (2007, 2009) elabora bem essa tensão produzida pelas lutas classificatórias, atravessadas pelas classificações que buscam normalização (do senso comum e do Estado), quando analisa, por exemplo, minorias sexuais e movimentos sociais que se engajam na formulação e negociação de políticas identitárias. É interessante observar como a luta pela parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, ou ‘casamento gay’, serve de exemplo contemporâneo da forma como nossa sociedade renegocia padrões normativos e práticas sexuais na moeda do controle social.

seguinte; há também a dimensão centrada na espécie, no conjunto, no aglomerado – ou ao que Foucault (2008, p. 30) chama de “biopolítica da população”, que, em muito, se aproxima do fato social durkheimiano, “[...] tratado como maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”. Tal abordagem cabe para as análises que vão desde o suicídio, ou no caso aqui relatado, aos dispositivos paramétricos.

Poderíamos assumir, sorrateiramente, que desde Pierre Clastres (2014), certa desqualificação do Soberano era produzida como forma de aplacar ou limitar a extensão de seus poderes. Nesse jogo de luz e sombras, de disputa de forças, a instauração desses novos dispositivos no espaço das finanças internacionais possibilitou um deslocamento das relações de poder, por exemplo, o registro sobre a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos multilaterais que, até meados da década de 1990, imperavam como instituições legítimas de avaliação de risco e controle de crédito para Estados Soberanos<sup>16</sup> (FOURCADE, 2013; BICHOFFE, 2016).

O fato é que surge uma condição nova e altamente instigante dos dispositivos paramétricos de avaliação e classificação na esfera econômico-financeira: eles passam a se valer da condição de mestres do discurso, dispondo de um trunfo formidável de poder, que é o de fazer crer aquilo que dizem. Sua autoridade, inclusive supraestatal, lhes permite dizer e fazer como verdadeiro aquilo que lhes interessa. Parafraseando Bourdieu (2014), ao fazer crer que é verdade para os que têm o poder de fazer existir o verdadeiro (os poderosos), as agências podem tornar real aquilo que dizem. Contam com a parametragem como discurso de âmbito universal e dispõem da capacidade profissional de fornecer razões, ou melhor, de converter evidências em arrazoados, por meio do apelo a princípios universais, do recurso à história, aos precedentes, aos arquivos, à casuística e a demais fontes, inclusive às que produzem jurisprudência.

---

16 O registro de opinião de Celso Furtado oferece um exemplo da relevância da atuação dos organismos tradicionais do sistema capitalista de financiamento de crédito: “O FMI sobreviveu como instrumento de tutela de países inadimplentes. Representa um progresso considerável com respeito à época em que os credores mandavam navios de guerra para ocupar as aduanas de países devedores em default. Mas o espírito é o mesmo: submeter a controle um Estado que se considera incompetente para gerir os próprios negócios” (FURTADO 1981, p. 83).

Assim, nesta seção, buscou-se argumentar sobre o papel do monopólio simbólico do Estado ao produzir classificações com efeito de verdade. Em uma primeira parte, o papel do Estado; na segunda, de modo abreviado, o papel das agências supraestatais como instituições legítimas na produção de classificações. Trata-se de uma nova ordem que (re)organiza a realidade e que, ao retirar dos Estados o monopólio na produção de classificações, transborda as fronteiras nacionais.

### 3.1 Efeitos da heurística

Retornemos ao exemplo do início do artigo. Do ponto de vista prático operacional, dado pelo mundo econômico, as classificações de risco ou os *ratings* são indicadores legítimos de desempenho. O que isso significa? Do ponto de vista dos mercados, as classificações de risco são consideradas convenções legítimas que auxiliam a tomada de decisão. Por exemplo, para os grandes investidores institucionais como fundos de pensões, fundos de investimento e companhias de seguro, há uma exigência jurídica de um atestado de pelo menos duas agências reconhecidas para ingressar, permanecer ou sair de um investimento. Trata-se de um mecanismo de controle para evitar que cotistas desses fundos sejam expostos ao risco.

Assim, do ponto de vista dos mercados, as agências de classificação de risco, e outros dispositivos de estratificação econômico-financeira, que produzem as avaliações, são encaradas como uma espécie de intermediários financeiros<sup>17</sup>, facilitadores, proporcionando “serviços de informação” que reduzem custos de captação da informação, geram o aumento do leque de potenciais mutuários e, em termos pragmáticos, promovem mercados líquidos. Elas também oferecem “serviços de monitoramento”, através dos quais influenciam os emitentes a tomarem ações corretivas para evitar rebaixamentos (IME, 2010). Na prática, esses dispositivos de avaliação amenizam a tensão entre partes nas transações comerciais.

Da perspectiva dos Estados Soberanos, as classificações são tidas como uma fonte segura e consistente de avaliação sobre seus títulos, consideradas garantias públicas. O impacto das avaliações e classificações se estendem

17 Para Sinclair (2005) seriam “intermediário de reputação”.

também sobre as atividades financeiras nacionais desses Estados Soberanos – reorganizando procedimentos regulatórios de controle e coordenação dos Sistemas Financeiros Nacionais em busca da propalada estabilidade. Um exemplo ilustrativo dessa condição é a de que instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a operar em território brasileiro, obrigatoriamente adotem um sistema de gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento de capital (GIR).

Pelas novas regras instituídas pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2017, cabe às instituições que operam junto ao Sistema Financeiro Nacional avaliar, de forma mais detalhada, os riscos inerentes aos seus modelos de negócios e objetivos estratégicos, definindo e documentando, na Declaração e Apetite por Riscos (RAS), os níveis de apetite para cada tipo de risco identificado e, portanto, percentual de títulos com classificação mínima para ser aceitável como garantia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Logo, a institucionalização e racionalização específica do risco financeiro, não por enfrentamentos, mas pela dominação performática, branda e tutelada, mostrou-se um caminho seguro aos Estados contemporâneos. Ao recorrer aos dispositivos<sup>18</sup> promissores e sustentáveis para resolver problemas societais, traduzindo-os em regras de conduta, assegurando a adesão a essas regras; e, quando necessário, ajustando essas regras às circunstâncias em mudança, o Estado cria a institucionalização e racionalização do risco financeiro, orientado por um novo tipo de poder disciplinar específico: intervenção e controle social. E, ao qual ele próprio – o Estado – é subsumido e se dobra para a estrutura de poder.

---

18 Como bem trabalhado por Thévenot (2001, 2009), os atos de conformar e informar requerem e são precedidos pela ação de dar forma. Para Thévenot, a forma é uma dimensão extremamente importante. Não se trata apenas de constatar diferentes “formatos de informação”, mas “investir em forma”, e esse tipo específico de ação é elaborada e performada por um tipo específico de “regulação” e de “objetividade” (Thévenot, 1984). Esta elaboração sintática de Thévenot ajuda a compreender a diferença do produto do trabalho das agências frente a outras instituições intermediárias do mercado ou mesmo do jornalismo econômico-financeiro especializado. A ação das agências consiste em um escrutínio constante, uma ação vigilante, por informações das instituições sob julgo. Tais informações podem vir de distintas fontes: jornais, revistas e outros periódicos especializados; informes, boletins e normativas internos e externos das instituições; entrevistas e visitas técnicas; balanços contábeis e dados financeiros (caso a instituição avaliada libere tais acessos; essa iniciativa, em geral, é positivamente incentivada pelas agências e mercados).

Assim, esse tipo de poder classificatório se torna inescapável. Tantos produtores quanto consumidores estão imersos pela lógica desses dispositivos métricos. Sobretudo no lugar comum das instâncias do Estado, esses dispositivos se instalam na fronteira entre o conhecimento erudito e saber comum, produzindo nexos de estabilidade e justificação legítimas para as tomadas de decisão, em especial de Governos, por meio da regulação de experiências coletivas de modo material e simbólico, reforçando o papel performático das métricas nas sociedades contemporâneas.

A abstração materializada por dispositivos e ferramentas de cálculos, regressões e algoritmos assentados nessa ordem discursiva dita neutra, por um lado gradativamente mina modelos tradicionais de controle e negociação, assentados em laços e vínculos de uma ordem doméstica para instituir um novo modo de negociação assentados em novas bases (GARCIA-PAPET, 2007); por outro lado, essa nova governamentalidade de dispositivos, para lembrar Foucault, também orienta um tipo de poder disciplinar: intervenção e controle social, e exclusão de grupos.

De modo a fornecer um desfecho para essa reflexão, o conhecimento (ou seja, o compartilhamento de um constructo erudito e controlado, com pretensão de verdade) não pode ser separado da noção de poder. Conceitualmente burilado como força e potencialidade, infiltrada nos sistemas de conhecimento e práticas das disciplinas (no caso de Foucault e seus intérpretes, a medicina, psiquiatria, criminologia – ou, no caso deste estudo, sobre finanças) e as instituições associadas a elas: asilos, hospitais, presídios – ou, para este caso, agências de classificação de risco, bancos, autarquias do Estado, entre outras.

De acordo com Foucault, o que se encontra na base dos mecanismos de poder não é propriamente a ideologia – embora possa ser produzida –, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber, métodos de observação, procedimentos de investigação e pesquisa, aparelhos de verificação. “Isso quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhados ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 2005, p. 40).

Uma leitura, inspirada por Desrosières (2014), sugere o uso das métricas e estatísticas como instrumentos de crítica social. Para ser breve, ela, a estatística (seus índices e escalas), pode ser tomada como a “ferramenta dos fracos”, dos dominados, de combate ao poder opressivo. Assim, sua pergunta reflexiva é: as estatísticas são uma ferramenta para liberdade ou uma ferramenta para o poder? A resposta não é dada objetivamente, mas o autor propõe uma reflexão contraintuitiva. Nosso senso comum tende a operar uma apresentação das medidas de classificação e estatísticas como ferramentas de poder, sugerindo que, de acordo com uma linha de raciocínio clássica, as classes dominantes orientariam a produção estatística para atender a seus próprios interesses.

Tomando a reflexão de um historiador norte-americano, Ted Porter, Desrosières sugere, pelo contrário, que a hegemonia das classes tradicionais é muitas vezes fundada em evidências implícitas e incontestáveis, vividas como “naturais”. A inércia está ao lado das classes tradicionais. A argumentação estatística é, portanto, apresentada por grupos dominados para quebrar a velha ordem e tornar a injustiça visível. Mais precisamente, muitas vezes (mas não sempre) esse recurso é tomado pela fração dominada da classe dominante, a classe média mais instruída, dotada de recursos para construir tais argumentos (DESROSIÈRES, 2014). Pelo uso dela, em muito casos históricos relatados por Desrosières, foi possível expressar e fazer valer exigências, demonstráveis, de igualdade e justiça.

#### **4 Zoom-in: Microsociologia do poder e os efeitos da heurística dos dispositivos**

Em seu construto analítico sobre a arquitetura dos sistemas de poder, para além das instituições totais que operam pela imposição de leis e normas, Foucault (1971) destaca uma terceira dimensão: os sistemas de poder não operam apenas pela repressão; eles tendem a ser muito mais eficientes quando também realizam a exclusão de grupos. É, portanto, pela ordem do discurso que esses três componentes (instituições/leis, normas/exclusão de grupos) se ligam para constituir sistemas de poder efetivos que buscam fornecer às sociedades aquilo que tanto almejam: a busca de verdades.

Foucault vai além e, em uma visão contraintuitiva, sugere que poder não é a fonte nem a origem do discurso, mas que o discurso é um aspecto instrumental – o poder opera através do discurso. Trata-se, portanto, de um dispositivo estratégico nas relações de força. Desse modo, na medida em que nos atemos ao estudo de corpos múltiplos, periféricos – constituídos pelo conjunto dos efeitos do poder – torna-se fundamental a precaução em não tomar essa noção de poder como um fenômeno de dominação maciço e hegemônico; ao contrário, o poder deveria ser analisado como algo que circula e somente funciona em cadeia; isso é o que explica que “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles”; nesse sentido, o indivíduo, para Foucault, é um efeito do poder, mas também seu intermediário, seu meio: “o poder transita pelo indivíduo que ele constitui” (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Quando aproximamos a reflexão foucaultinana aos efeitos estratificadores das classificações econômicas, por exemplo, observamos o uso cada vez mais recorrente de técnicas atuariais de gestão do risco para dividir e classificar indivíduos – em situações de classificação que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida. Uma ilustração empírica vem, por exemplo, da transformação do mercado de crédito nos Estados Unidos e que também atinge invariavelmente o Brasil. De acordo com pesquisa de Fourcade e Healy (2013) este mercado funciona tanto como uma força de nivelamento, como um condensador de novas formas de diferença social.

“Tal como em boa parte do mundo ocidental, o sistema bancário e de crédito dos EUA ampliou enormemente seu escopo nos últimos 20 anos para incorporar grupos excluídos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; PIKETTY, 2014). Observamos essa tendência de nivelamento na expansão do crédito entre as famílias de baixa renda, aumento conspícuo e rápido de *“shadow banking systems”*, sistemas financeiros paralelos que não sofrem regulação pelas autarquias de controle dos Estados, por exemplo, financeiras (empréstimos); cartões de lojas de varejo, ou mesmo os *crowdfundings*, atuantes em um sistema marginal; além da sistematização das proteções de cheque especial. Mas, enquanto o acesso ao crédito se democratizou, também se diferenciou. As tecnologias de pontuação, tal como as produzidas pela empresa de software FICO, classificam e avaliam as pessoas de

acordo com o risco de crédito. Isso permitiu que várias novas correlações fossem feitas, produzindo distinções mais confiáveis, e produzindo como efeito pontuações que se apegam a diferentes taxas de juros e estruturas de empréstimo. Essas pontuações também se expandiram em mercados além do crédito ao consumidor, como seguros, imóveis, empregos e outros lugares. O resultado é um padrão cumulativo de vantagem e desvantagem com aspectos objetivamente medidos e subjetivamente experimentados. Em suma, para Fourcade e Healy (2013) as ferramentas classificatórias privadas são cada vez mais centrais para a geração de “situações de mercado” e, portanto, uma força importante e negligenciada que estrutura as chances de vida individuais.

As situações de classificação reforçam aquela condição objetivada por Foucault: o poder está por todos os corpos, mas isso não significa que haja uma distribuição democrática ou anárquica desse poder. Na medida em que reconhecemos isso, torna-se possível estabelecer “uma análise ascendente do poder”, ou seja,

[...] examinar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam; mostrar como esses procedimentos, se deslocam, se estendem, se modificam, mas, sobretudo, como eles são investidos, anexados por fenômenos globais, e como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais de poder. (FOUCAULT, 2005, p. 36).

## 5 Demarche dos dispositivos

Métricas e indicadores proliferam como uma ordem de denúncia e controle – próximos aos *lanceur d’alerte* de Chateauraynaud (2004) e Chateauraynaud, Charriau e Debaz (2014) - em um mundo repleto de situações críticas de indefinição. Assim, os dispositivos por um lado envolvem entidades soberanas em um *continuum*<sup>19</sup>, de modo a colocá-las sob jugo e competição pela busca das melhores práticas e resultados. A metrologia (FOURCADE, 2017; DESROSIÈRES, 2014; THÉVENOT, 2001) seja

---

19 Corrêa (2014) interpreta esse continuum como a intensidade da perturbação, que se inicia no ato de vigilância, passa pelo lançamento de um alerta, pela controvérsia técnica, pela polêmica, pela crise e vai até a sua normalização.

econômica, financeira ou social, não apenas descreve, mas fundamentalmente, tende a prescrever, normatizar e governar<sup>20</sup> o funcionamento dessas entidades que são os Estados. Ela se torna, efetivamente, uma língua franca, cujos discursos (semântica) assumem a pretensão de verdade.

O fato é que a contemporaneidade é repleta de indicadores para mensuração dos mais distintos aspectos da vida social: existem indicadores nacionais (mas também em outras ordens de grandeza) para direitos humanos; liberdade; facilidade de negociação empresarial; expectativa de consumidores; transparência; violência; desenvolvimento humano; produção de riqueza; estado de Direito; risco de crédito; a variedade e os propósitos são muitos. O aspecto ao qual Fourcade (2017), retomando Desrosières (2014), chama a atenção é que esta elaboração serial de dados agregados e empacotados – das dimensões econômica, social, política, ambiental – planificam a classificação.

Dito de outro modo: com base nela é possível ordenar os países e “remapear o mundo”, ou “repintar” o globo, de acordo com as novas classificações. Isto porque métricas e comensuração também implicam em comparação, isto é, ordenamento, mas também “ranqueamento”, estabelecimento de padrões, e hierarquia. De acordo com Thévenot (2009) vivemos a era “*Governing by Standards*”<sup>21</sup>. O ponto sensível e tensionante desse construto se situa na condição de que as hierarquias trazem injunções morais implícitas, embutidas em sua própria existência. Ao passo que estas ordens se pronunciam em uma realidade material por meio de

20 Assumo aqui a ideia de Governo no sentido amplo que Foucault (1997, p. 101) oferece: “[...] as técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo”.

21 De acordo com Thévenot (2009), a noção de standard se aproxima da concepção de governança. Entretanto, o autor sugere que por se tratar de um fasionable term, com muitas conotações, a noção de governança pode ser substituída por standard. Essa opção se encaixa no framework teórico desenvolvido por Thévenot a partir de uma sociologia do engajamento. Sobre as primeiras reflexões sobre “investimento em forma”, ver: Thévenot, 1986. Desta concepção extraída do plano fabril, da noção de conformidade na qualidade, o autor ampliou a noção de investimento ao pôr em questão noções de articulação e de formação de equivalências entre elementos heterogêneos, resultando em códigos, normas, padrões, qualificações (CORREA; DIAS, 2016) dimensões produtoras de estabilidade e fundamentalmente, parâmetros para o cálculo e para a previsibilidade, reduzindo custos futuros. Para o autor, objetos (e.g. cronômetro) e convenções (e.g. cronograma de produção) se confundem e são tratados de forma simétrica como dispositivos que estabilizam mundo social. Sobre seus primeiros sobre uma sociologia da classificação ver: Thévenot, 1983, 1984, 1986; Desrosières e Thévenot, 1989.

instituições especializadas internacionais propagando-se por distintos caminhos da via social até Governos, essas ordens exigem, invariavelmente, em âmbito nacional. Isso ocorre, por exemplo, no posicionamento de políticos e tecnocratas de modo que esses manifestem sua preocupação e planejem ações para alterar a posição do país no *ranking* e o investimento para “subir a ladeira” do *ranking* atesta que os classificados/avaliados aceitaram uma ordem simbólica imposta externamente como um guia interno válido.

Fourcade (2017) ilustra alegoricamente esse aglomerado distinto e variado de métricas como as “muitas mãos” que tentam reter o Estado. São ordens discursivas, instituições e organizações e atores variados, com diferentes interesses, racionalidades, ideologias e propósitos econômicos que buscam o domínio do comportamento e do desempenho estatal. Exercer influência sobre o Estado implica, fundamentalmente, atingir a sociedade. Ao embutir no Estado a codificação e perseguição de certas características e qualidades, criam-se novas identidades. Essas novas identidades, ainda que volúveis no tempo, são a institucionalização de representações do coletivo nesse dado momento (de tempo e espaço). E, é justamente o coletivo que também compartilha as consequências dessas representações.

A alteridade em relação aos outros que também disputam as classificações, como no caso das classificações de risco soberano (por exemplo, de títulos da dívida pública), implica incessante ajuste e regulação de experiências sociais coletivas de modo material e simbólico. As métricas de avaliação transformam Estados e Sociedades na medida em que se altera a visão de mundo destes. Mas, como toda sorte de sistemas socialmente constituídos, a visão de mundo também é mutável e se mostra em constante desagregação e agregação, sensível às ordens de interesses prevalecentes em cada período (tempo e espaço) e sempre tensionado pela relação público versus privado, Estado e sociedade.

Nesse mesmo sentido, também é importante tratar das formas como o Estado se acomodou aos critérios de avaliação e aos “investimentos” necessários para tanto. A reflexão de Fourcade (2013, 2017) sobre os processos pelos quais pessoas e as coisas são definidas como pertencentes a classes semelhantes através de contextos, em certa medida já estava presente nas

elaborações de Thévenot (1984, 2009) sobre a “governança dos *standards*”<sup>22</sup>. Trata-se de um enquadramento no qual a resposta do Estado às cobranças é precedida de ações mais ou menos identificáveis, com vetores de sentido definidos. Cria-se, em distintos espaços da vida social, um conjunto de homologias estruturantes que dão sentido às ações e se tornam facilmente justificáveis.

Para retornar à metáfora das mãos apresentada por Fourcade, os mercados financeiros são uma dessas mãos que tomam a entidade “Estado” como objeto de classificação. O Estado se constitui em uma relação objetivada entre risco e retorno, agentes do mercado buscam informações de modo a aperfeiçoar seus investimentos em uma modernidade-mundo (ORTIZ, 2015) que tem a noção de “tempo” como um bem escasso (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

## 6 Considerações finais

O norte de leitura proposto neste artigo sugere compreender o protagonismo dos dispositivos em um domínio recente dos campos econômico-financeiro, político, e, sobretudo, cultural, alinhavando os dispositivos àquilo que poderíamos tomar, em uma ordem macro, como as feições estruturais, de uma etapa de nossa história social que passa pela reorganização das forças que também agem sobre o Estado. O tema que se mostra o fio de costura da empreitada: a transição entre as finanças de Estados dinástico-absolutista e o nascimento de uma ordem publicizada de controle das ações do Estado, pontuado pelo protagonismo estratégico da governança dos dispositivos, como uma força, o poder que dobra o Estado, que faz emergir – em pleno jogo – um novo elemento na concorrência entre os corpos de especialistas indispensáveis ao exercício de modos sofisticados de dominação nas complexas economias contemporâneas.

Nessa chave, é justa a concepção de Bourdieu (2014) e de Fourcade (2017) de que o Estado é um participante importante no jogo do poder (cuja presença é capaz, inclusive, de deformar a estrutura das relações ob-

22 Brevemente, trata-se de uma concepção analítica inspirada do mundo industrial toyotista fundamentado na valorização e busca pela excelência do controle da qualidade.

jetivas de forças/dominação), mas não o único. Tal como outras entidades e agentes (como nós, indivíduos, por exemplo), encontra-se implicado na micromecânica das disputas de poder, nas relações de forças e de dominação que, sob um olhar historiográfico, são marcas de um tempo e espaço.

Assim, a força dos dispositivos está na sua capacidade (silenciosa e quase imperceptível) de forjar modos de subjetivação. E é esse mesmo arranjo de forças que atenta e tenta tomar e domar os aparelhos institucionais estatais, dos governos, das técnicas – e seu sucesso medido pela direção da conduta dos indivíduos. Sua virtude está na sua dimensão furtiva, ou seja, de estabelecer verossimilhança, à razão governamental do Estado de Direito. Dito de outro modo, os dispositivos assumem a posição de uma espécie de análise governamental, um discurso de verdade, dotados de efeitos tão potentes, os quais ecoam como vozes legítimas do Estado em sua função burocrática contemporânea.

Sua sofisticação está assentada na capilaridade, ou seja, na potencialidade de se enraizar em distintas esferas e níveis da vida social, atingindo desde Estados Soberanos e organizações até indivíduos. Nessa chave, concepções como desenvolvimento, pobreza, crescimento e riqueza se tornam fenômenos sociais materializáveis sob o signo da classificação e estatística. A conceituação e o conjunto de métricas e modelos que passam a construir esses fenômenos, não apenas oferecem base para descrição de novas situações socioeconômicas, mas, mais ainda, passam a produzir registros históricos legítimos e também a justificar ações e intervenções políticas (DURKHEIM, 2000; CASTEL, 1987; DESROSIÈRES; THÉVENOT, 1989).

O fato é que, independentemente do nível de complexidade e sofisticação dos processos, caminhamos para a instauração de uma “cooptação-implementação” (para usar um termo boltanskiniano) de dispositivos que não apenas reúnem um *corpus* de conhecimento, mas que estabelecem convenções cognitivas sobre como pensar e racionalizar aspectos econômico-financeiros, e, fundamentalmente também política e questões sociais – que vão desde a elaboração de projetos políticos macroeconômicos; o modo como os mercados são regulados e fiscalizados; até mesmo a gestão da economia doméstica em âmbito familiar (DAVIS; KIM, 2015). E a

eficácia dos dispositivos reside justamente em criar uma comunicação média que perpassa e atinge o imaginário de distintas unidades sociais.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.553**, 2017. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res\\_4553\\_v1\\_O](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res_4553_v1_O). Acesso em: 22 jan. 2018.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XX [orig. al. 1938]. In: KOTHE, F. (org.). **Walter Benjamin**. Tradução de F. R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.
- BICHOFFE, A. C. Mais que uma razão econômica: apontamentos sobre a constituição do mercado de títulos da dívida pública brasileira. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-984.2016v15n33p218>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- BICHOFFE, A. C. Risco & Controle: Considerações sobre dispositivos de avaliação de risco de crédito e suas implicações na normalização de Estados Soberanos e regulação de mercados financeiros. **Tom**, n. 30, p. 69-113, jan./jun. 2017.
- BITTENCOURT, A. Arrecadação sobe, gasto também; Moody's alerta para Previdência. **Valor Investe**, [s. l.]; 2 maio 2018, 11h05min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/5496197/arrecadacao-sobe-gasto-tambem-moody%25E2%2580%2599s-alerta-para-previdencia>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, P. What does it mean to say that economics is performative?. **CSI Working Papers Series 005**, 2006. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00091596/document>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- BOURDIEU, P. Elaborating the notion of performativity. **Le Libellio d'Aegis**, v. 5, n. 1, p. 18-29, 2008.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- CALLON, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. **Sociol. Rev.**, v. 46, p. 1-57, 1998.
- CALLON, M. Elaborating the notion of performativity, **Le Libellio d'Aegis**, 5, nº 1, pp. 18-29, 2008.

CALLON, M.; MILLO, Y.; MUNIESA, F. (ed.). **Market devices**. Oxford: Blackwell, 2007.

CAMARGOS, D.; FERNANDES, A.; PRADO, M. Moody's melhora perspectiva do Brasil de negativa para estável. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2018, 17h46min. Disponível em: <https://folha.com/29xb510e>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTRO, J. de. Dólar ronda R\$ 3,42 e bate máxima desde 2016 com incerteza política. **Valor Econômico**, São Paulo; 4 abr. 2018, 18h06min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/5440617/dolar-ronda-r-342-e-bate-maxima-desde-2016-com-incerteza-politica>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CHATEAURAYNAUD, F. L'épreuve du tangible. Expériences de l'enquête et surgissement de la preuve. In: KARSENTI, B.; QUÉRÉ, L. (dir.). **La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme**. Paris: EHESS, 2004. p. 167-194.

CHATEAURAYNAUD, F. Trajectoires argumentatives et constellations discursives. Exploration socio-informatique des futurs du nanomonde. **Réseaux**, n. 188, p. 121-158, 2014.

CHATEAURAYNAUD F.; CHARRIAU, J.-P.; DEBAZ J. Un sociologue virtuel face aux turbulences du monde numérique. **La Lettre**, n. 71, avr. 2014. Disponível em: <http://lettre.ehess.fr/index.php?6136>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CHATEAURAYNAUD, F. A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova. 2018. **Blog do Sociofilo**. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2018/07/12/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-investigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-1-por-francisc-chateauraynaud/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CORRÊA, D. S. Do roblema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia ragmática francesa. *Política & Trabalho*. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, abr., p. 35-62, 2014.

CORREA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, abr. 2016.

DAVIS, G. F.; KIM, S. Financialization of the Economy. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 41, p. 203-221, 2015.

DAPP-FGV. Lula continua a centralizar debate do campo da esquerda no Twitter apesar de derrotas na Justiça, aponta DAPP Report. **Diretoria de Análise de Políticas Públicas Fundação Getúlio Vargas Report**, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/lula-mobiliza-85-debate-campo-da-esquerda-no-twitter-em-uma-semana-aponta-dapp-report/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DESROSIÈRES, A. Statistics and social critique. **PACO**: Partecipazione e conflitto – Special issue: Statistics and Activism, v. 7, n. 2, 2014. Disponível: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14157>. Acesso em: 12 jun. 2016.

DESROSIÈRES, A. **Pour une sociologie historique de la quantification**: l'argument statistique I. Paris: Presses de L'École des mines, 2008.

DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, L. Les catégories socio-professionnelles. *Économie rurale*, n. 194, p. 55-57, 1989.

DUMEZ, H.; JEUNEMAITRE, A. **Diriger l'économie**: l'État et les prix en France 1936-1986, Préface de J. Denizet. Paris: Editions L'Harmattan, 1989 (Logiques Économiques).

DUMEZ, H.; JEUNEMAITRE, A. Michel Callon, Michel Foucault and the “dispositive”: When economics fails to be performative: A case study. *Le Libellio d'Aegis*, v. 6, n. 4, p. 27-37, 2010.

DURKHEIM, É. **O Suicídio**: Estudo de Sociologia. Tradução de Mônica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

FOUCAULT, M. **Resumos dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**: ditos e escritos. Vol. IV. 2. ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURCADE, M. The material and symbolic construction of the BRICs: Reflections inspired by the RIPE. *Special Issue Review of International Political Economy*, v. 20, n. 2, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2013.779408>. Acesso em: 8 abr. 2015.

FOURCADE, M. State Metrology: The Rating of Sovereigns and the Judgment of Nations. In: MORGAN, K.; ORLOFF, A. (ed). **The Many Hands of the State**. New York: Cambridge University Press, 2017. p.103-127.

FOURCADE, M.; HEALY, K. Classification situations: Life-chances in the neoliberal era. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, issue 8, 559-572, 2013.

FURTADO, C. M. O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA-PARPET, M-F. The Social Construction of a Perfect Market: the Strawberry Auction at Fontaines-en-Sologne. In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, E.; SIU, L. (ed.). **Do economists make markets?** On the performativity of economics. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007. p. 54-86.

GOUVEIA, 2016. **Controvérsias sobre a sustentabilidade do etanol Combustível no Brasil:** panorama e investigação socioinformática dos jornais online de amplo alcance. Campinas. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, 2016.

GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais a nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pid=S01026909199000300008&lng=pt&nrm=/iso](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S01026909199000300008&lng=pt&nrm=/iso). Acesso em: 21 ago. 2006.

GRÜN, R. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, p. 5-47, 2004a.

GRÜN, R. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, p. 151-176, 2004b.

GRÜN, R. Decifra-me ou te devo! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 381-410, out. 2007a.

GRÜN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, 2007b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pid=S01026909200700300008&lng=pt&nrm=/iso](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S01026909200700300008&lng=pt&nrm=/iso). Acesso em: 23 fev. 2008.

GRÜN, R. **Decifra-me ou te devo:** o Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment:** uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

HACKING, I. **Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory.** Princeton: University Press, 1995.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The uses and abuses of sovereign credit ratings. **2010 IMF Global Financial Stability Report.** 2010. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfstr/index.htm>.

KNORR-CETINA, K.; BRUEGGER, U. Global Microstructures: The Virtual Societies of Financial Markets. **American Journal of Sociology**, v. 107, p. 905-950, 2002. Disponível em: [prelim2009.filmbulletin.org/readings/2008PrelimNotes/text-Econ-Knorr-Cetina.pdf](http://prelim2009.filmbulletin.org/readings/2008PrelimNotes/text-Econ-Knorr-Cetina.pdf). Acesso em: 23 fev. 2008.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

LATOUR, B. **Science in Action How to Follow Scientists and Engineers through Society.** Harvard University Press, 1987.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. Note sur certains objets chevelus. **Nouvelle Revue d'Ethnopsychiatrie**, v. 27, p. 21-36, 1995.

LATOUR, B. **Changer de société, refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2006.

LARGHI, N.; PUPO, F.; SIMÃO, E. Moody's melhora perspectiva de rating de negativa para estável. **Valor Econômico**, São Paulo; Brasília, 4 abr. 2018, 18h19min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/5440635/moody%253Fs-melhora-perspectiva-de-rating-de-negativa-para-estavel#>. Acesso em: 9 abr. 2018.

LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papyrus, 1989

MACKENZIE, D. Opening the black boxes of global finance, **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 4, p. 555-576, 2005.

MACKENZIE, D. Is economics performative? Option theory and the construction of derivatives markets. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 28, n. 1, p. 29-55, 2006.

MACKENZIE, D. **Material markets**: how economic agents are constructed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

MACKENZIE, D. The Credit Crisis as a Problem in the Sociology of Knowledge. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 6, p. 1778-1841, 2011.

MACKENZIE, D.; MILLO, Y. Constructing a Market, Performing Theory: The Historical Sociology of a Financial Derivatives Exchange. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 1, p. 107-145, 2003.

MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Ed.). **Do economists make markets? On the performativity of economics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

MASON, K.; KJELLBERG, H.; HAGBERG, J. Exploring the performativity of marketing: theories, practices and devices. **Journal of Marketing Management**, v. 31, n. 1/ 2, p. 1-15, 2014.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOODY'S INVESTORS SERVICE. Rating Action: Moody's changes outlook on Brazil's ratings to stable from negative; Ba2 ratings affirmed. **Moody's Corporation**, 9 apr. 2018. Disponível em: [https://www.moody's.com/research/Moodys-changes-outlook-on-Brazils-ratings-to-stable-from-negative--PR\\_380048](https://www.moody's.com/research/Moodys-changes-outlook-on-Brazils-ratings-to-stable-from-negative--PR_380048). Acesso em: 9 abr. 2018.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORTIZ, R. **A Diversidade dos Sotaques**: o inglês e as ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ORTIZ, R. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROMERO, C. O peso da incerteza eleitoral nos juro. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2018, 5h. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5527629/o-peso-da-incerteza-eleitoral-nos-juros>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- SAHLINS, M. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- SINCLAIR, T. J. **The new masters of capital: american bond rating agencies and the politics of creditworthiness**. CORNELL UNIVERSITY PRESS, 2005.
- THÉVENOT, L. L'économie du codage social. **Critiques de l'Economie Politique**, v. 23-24, p. 188-222, 1983.
- THÉVENOT, L. Rules and implements: investment in forms. **Social Science Information**, v. 23, n. 1, p. 1-45, 1984.
- THÉVENOT, L. Les investissements de forme. Les Conventions économiques. **Cahiers du Centre d'Étude de l'Emploi**, Paris, v. 29, p. 21-71, 1986.
- THÉVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In: SCHATZKI, T; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (ed.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001. p. 64-82.
- THÉVENOT, L. Governing Life by Standards: A View from Engagements. **Social Studies of Science**, v. 39, n. 5, p. 793-813, oct. 2009.
- VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.
- VANDERBERGHE, F; VÉRAN, J.F. **Além Do Habitus**. Teoria social pós-Bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: EdUnB, 1991.

Recebido: 21/04/2019  
Aceito: 26/11/2019

## Demarche of devices: notes on orders, convergences and situations in the economic-financial field

### **Abstract**

This article proposes a confrontation with the contemporary debate, in the sense that it focuses on the cultural and transnational dimensions of the devices. By mapping the main theoretical conceptions about “truth effect” and performativity, a front is introduced that seeks answers to the technological domination, or, in other words, the socio-technique of devices in modernity. The importance of the state is undeniable. By inducing markets into the use of metrics and devices, given their regulatory role, states become targets of their own devices. Finally, a brief contextual picture of the implications of devices is presented – it is nothing less than a reflection on the stratifying effects of economic classifications, on classification situations that that try to retain and dominate the state acting as “multiple hands” that even shape opportunities for the future and life of people.

**Keywords:** Devices. Performativity. Sociology of finance.

# Mídia e mercado: mediações na construção de sentidos do consumo das “roupas de marca”

**Ana Lúcia de Castro<sup>1</sup>**

## Resumo

Tomando como recorte empírico um bairro localizado na periferia de Santo André, município da Grande São Paulo, este artigo busca contribuir para a compreensão da dimensão simbólica dos bens de consumo e os sentidos a eles atribuídos em contextos periféricos. Abordamos, especificamente, a relação com o universo das grifes, ou, nas palavras dos interlocutores, das “roupas de marca”, partindo de conversas realizadas durante um grupo focal realizado com jovens (de 18 a 24 anos), além de alguns trechos de entrevistas individuais e registros de diário em campo. Discute-se, ainda, o papel de guia de orientação cumprido pela mídia, ao difundir estilos de roupas e acessórios, bem como grifes, sobretudo esportivas. Interessa-nos identificar os modos de apropriação e uso, bem como motivações para o consumo – para além das razões de ordem prático-utilitaristas – colocando em discussão a atualidade e pertinência da explicação sociológica hegemônica, que aponta para a lógica da imitação-distinção como principal propulsora para esta prática. (VEBLEN, 1983; SIMMEL, 2006; BOURDIEU, 2007).

**Palavras-chave:** consumo, mídia, mediações, distinção social, modos de uso.

## I Introdução

Este artigo busca contribuir para a compreensão da dimensão simbólica dos bens de consumo e os sentidos a eles atribuídos em contextos periféricos<sup>2</sup>, constituídos por grupos de baixa renda. Discute-se, ainda, o

1 Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – FLCAr/UNESP, campus Araraquara. Email: [castroanalucia75@gmail.com](mailto:castroanalucia75@gmail.com).

2 Neste trabalho, a noção de periferia carrega tanto o sentido geográfico como socioeconômico. Os interlocutores da pesquisa residem em um bairro constituído por núcleos de favelas em Santo André, Grande São Paulo, e segundo dados levantados pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano), o percentual de domicílios com renda familiar per capita mensal de até meio salário mínimo é bem maior do que a média nacional (CASTRO, 2016).



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

papel de guia de orientação, cumprido pela mídia, ao difundir estilos de roupas e acessórios, bem como grifes, sobretudo esportivas. Interessa-nos identificar motivações para o consumo – para além das razões de ordem prático-utilitaristas – colocando em discussão a atualidade e pertinência da explicação sociológica hegemônica, que aponta para a lógica da imitação-distinção como principal propulsora para esta prática (VEBLEN, 1983; SIMMEL, 2006; BOURDIEU, 2007).

A despeito do movimento teórico representado pelos estudos culturais ingleses – que apresentou uma perspectiva dissonante da então hegemônica, representada, paradigmaticamente, pela escola de Frankfurt – os temas do consumo, assim como do lazer e da cultura de massa, ficaram relegados à condição secundária, entendidos como questões menos importantes, pelas análises das ciências sociais de maior repercussão.

Dentre as contribuições dos teóricos ligados aos *cultural studies* – que têm como expoentes as reflexões de Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward Palmer Thompson – vale destacar, pela proximidade às preocupações desta pesquisa, o pioneiro trabalho de Hoggart (1973), primeiro diretor do Centre for contemporary cultural studies (CCCS), fundado em 1964 na Universidade de Birmingham. De maneira original, o autor toma como objeto de discussão “as formas de uso e apropriação” de revistas voltadas às mulheres de classes populares na Inglaterra dos anos 1950, inaugurando uma perspectiva analítica que considera a recepção dos meios de comunicação de massa e o consumo como esferas de produção de sentido e não apenas de reprodução da lógica dominante,

Contudo, apesar do refinamento do debate teórico propiciado pelos estudos culturais ingleses, o tema do consumo permaneceu, nas ciências sociais, relegado a um segundo plano (DUARTE, 2010) e associado à futilidade, sendo tratado, via de regra, como fenômeno a ser moralmente condenável – ou por contribuir para a reprodução da ideologia dominante, anestesiando as massas, na esteira da crítica dos frankfurtianos Adorno e Horkheimer (1985), ou por contribuir para a destruição do planeta, perspectiva crítica dos ecologistas, como demonstra Miller (2004).

Além de difundir uma visão moralista – demonizadora e condenatória – do consumo como prática social, como demonstra Miller (2004),

os estudos existentes raramente enfocam as classes menos abastadas, por pressuporem, em geral, que o fenômeno não diz respeito a estas (SCALCO; PINHEIRO MACHADO, 2010). Embora conte com uma tradição de estudos voltados às classes trabalhadoras e populares (DUARTE, 1986; FONSECA, 2000; SARTI, 1996), a produção brasileira conta com poucos trabalhos voltados ao estudo do consumo entre essas classes, reforçando a ideia de que a vinculação entre consumo e classes populares não era, até bem recentemente, presente no debate das ciências sociais, visto que, geralmente, partia do pressuposto de que o consumo do trabalhador de baixa renda estaria restrito ao rol dos bens entendidos como “de primeira necessidade”.

A colocação do binômio consumo-classes populares na agenda do debate é decorrente de mudanças experimentadas, tanto no plano teórico, como na dinâmica da estrutura social brasileira. No tocante ao primeiro plano referido, notamos que ganhou força, no debate sobre consumo, uma perspectiva analítica socioantropológica acerca da circulação e apropriação de bens que enfatiza a sua dimensão simbólica, afastando-se das explicações vigentes, marcadas pelo seu caráter moralista e/ou pautadas por dualismos e polarizações (CASTRO, 2016).

Como já indicado, a visão moralista e dual do consumo encontra um marco significativo na reflexão de Adorno e Horkheimer (1985), que pensam o indivíduo “engolfado pelo consumo” na sociedade industrial de massa. O consumo assumiria, nesta visão, o papel de anestesiar as consciências. Pensada como espécie de engodo, a prática do consumo promoveria apenas a reprodução social, propiciando um pseudoprazer e atendendo aos interesses dominantes ao desviar os indivíduos de suas “reais preocupações”.

Embora esta perspectiva teórica muito contribua para a compreensão de mecanismos de dominação instaurados na esfera da produção de mercadorias, ela acaba por limitar a compreensão, por não considerar as mediações entre os polos da produção e do consumo e anular este segundo (MARTÍN-BARBERO, 1997; CANCLINI, 1997).

A crítica à perspectiva extremamente dual que marca as ciências sociais e humanas pode ser localizada, também, nas reflexões de Appadurai (2008), para quem, ao se analisar as práticas de consumo, é preciso:

[...] olhar as mercadorias como coisas. Olhar para o potencial mercantil de todas as coisas, em vez de achar a distinção entre mercadorias e coisas. Romper categoricamente com a visão marxista dominada pela perspectiva da produção, passando pela troca, distribuição, até o consumo. (APPADURAI, 2008).

Outro aspecto importante a ser destacado na crítica contemporânea acerca da visão moralista e dual do consumo é indicado por Daniel Miller (2004) cujo estudo aponta para a ideia de que “o consumo sob o capitalismo não é apenas consumo capitalista”. Assim como Appadurai (2008), o autor nega o pressuposto de que estaríamos diante de sujeitos cegos e amarrados à sociedade de consumo, movidos apenas pelo cálculo interessado e por impulsos materialistas, apontando para a agência de sujeitos que encontram prazer, reforçam vínculos e constroem relações ao consumir.

Em etnografia realizada em camelódromos no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, Scalco e Pinheiro-Machado (2010, p. 3-4) retomam o pressuposto de Miller de que, ao contrário de desumanizar, a prática do consumo aproxima as pessoas, pois “quanto mais próxima nossa relação como os objetos, mais próxima nossa relação com os humanos [...]” e as pessoas “[...] compram porque se relacionam e se relacionam porque compram”, reafirmando a noção de que o ato da compra situa-se entre “[...] o individual e o social, ou seja, como uma ação relacional, cuja escolha está diretamente vinculada a uma rede afetiva e singular”.

Esta perspectiva analítica, portanto, enfatiza os “aspectos simbólicos das trocas e apropriações dos objetos”, sendo caudatária de uma longa tradição, iniciada com Marcel Mauss (2003), em seu clássico “Ensaio sobre a dádiva”, passando por Jean Baudrillard (1995), Marshall Sahlins (2004), Mary Douglas e Baron Isherwood (2004) e, mais recentemente, Arjun Appadurai (2008) e Daniel Miller (2002).

Como já apontado em trabalho anterior,

A proposição de uma experiência etnográfica que prevê o “encontro empático” com os consumidores, busca, de um lado, contribuir ao esforço de restituir a dimensão cultural de nossa sociedade, em geral tratada apenas como economia (APPADURAI, 2008), numa abordagem da cultura material por meio das nuances da imersão etnográfica, tal como desenvolvida por Miller (2002); e de outro lado, colaborar para a construção de uma perspectiva analítica que alargue a corriqueira continuidade das obras de Veblen (1983) e Bourdieu

(2007), tão presentes nas ciências sociais, ora tomando-se exemplos extremos de consumo conspicuo como caracterização de todo e qualquer consumo, ora indicando-se a instrumentalização de bens de consumo nas estratégias de distinção. (CASTRO, 2016, p. 32).

Enquanto este debate teórico se consolidava, experimentávamos, no Brasil, mudanças significativas em suas relações sociais, produto das políticas de inclusão social implementadas, sobretudo no governo Lula, e que tiveram sua implantação viabilizada com a estabilização da economia, promovida pelo Plano Real. Considerando que “classe” é uma categoria analítica que extrapola a dimensão estritamente econômica e envolve valores (*ethos*) e práticas (modos de uso), não podemos concordar, evidentemente, com a ideia de que se tratava do surgimento de uma “nova classe média”, como anunciado por setores do governo federal à época, mas é preciso destacar o nada desprezível contingente de pessoas que na primeira década dos anos 2000 passou a ter acesso, de maneira inédita, um mercado de bens de consumo do qual estava anteriormente alijado.

A controvérsia gerada à época originou-se da classificação proposta por alguns intelectuais e técnicos ligados ao governo federal, a qual propunha que deveriam ser considerados como membros da classe média os indivíduos que viviam em famílias com renda *per capita* mensal entre 291,00 e 1.019,00 reais e tivessem pouca probabilidade de passar, futuramente, à condição de pobre (NERI, 2011). Embora frágil do ponto de vista conceitual, esta classificação proposta pelos técnicos do governo apontava para um fenômeno novo: entre 2004 e 2010, 32 milhões foram incluídos na condição de consumidores, contingente de pessoas que alçaram à condição de “classe média”, representando 53% da população, enquanto pelo mesmo critério de classificação apenas 28% estavam nesta condição em 2002 (BRASIL, 2012).<sup>3</sup>

Vale lembrar que, ao lado do surgimento deste contingente de “novos consumidores”, que foi denominado de “nova classe média”, outras mudanças estruturais contribuíram para uma nova conformação da sociedade brasileira, tais como o crescimento da taxa de urbanização (84,3% em

---

3 Conforme estudo divulgado em setembro de 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, disponível em: [www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf](http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf).

2010, contra 45,1% em 1960), a queda na taxa de fecundidade (1,86% em 2010 e 6,21% em 1950) ALVES; CAVENAGHI, 2012)<sup>4</sup> e aumento do emprego no setor serviços (57,6% em 2008 e 22,5% em 1950) (BRASIL, 2011).<sup>5</sup>

São inegáveis os desdobramentos positivos das políticas de inclusão social, tais como a melhoria da renda dos mais pobres e a colocação de perspectivas e possibilidades nunca antes experimentadas por setores economicamente mais fragilizados da população, contudo não podemos assumir uma noção de classe média que considere, apenas, o fator renda. Vale lembrar as reflexões de Souza (2010), que apontam que nos grupos com baixo capital cultural e herança de capital econômico na maior parte das vezes nula, as conquistas de melhores condições de vida e algum tipo de distinção social sustenta-se na família estruturada, que se configura como uma espécie de capital familiar, composto pela transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, ainda que em condições muito adversas.

Interessa-nos, nesta reflexão, contribuir para a compreensão acerca do impacto deste processo de ampliação do acesso ao consumo nas relações entre os grupos de baixo capital econômico e cultural (BOURDIEU, 2007) e nas suas práticas de consumo. Vislumbramos, neste sentido, contribuir para a compreensão dos sentidos do consumo dentre este “novo grupo de consumidores”, tomando como recorte empírico o Jardim Santo André, bairro da periferia do município de Santo André, Grande São Paulo, onde realizamos trabalho de campo, envolvendo observações, entrevistas e grupos focais, durante os anos de 2014 e 2015.<sup>6</sup> Neste artigo abordarei – além de algumas entrevistas individuais e registros em diário de campo – principalmente os conteúdos de um grupo focal realizado com oito jovens de 18 a 24 anos, para focar, especificamente, o tema relativo ao consumo de “grifes” ou de “bens de marca”, como chamados pelos interlocutores. A realização do grupo focal demonstrou-se muito profícua. A experiência da entrevista em grupo promoveu a desinibição dos envolvidos, que foram

4 Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf).

5 Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E013389E20D294A08/IPEA\\_I10804\\_comunicadoipea104.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E013389E20D294A08/IPEA_I10804_comunicadoipea104.pdf).

6 Maior detalhamento do desenho metodológico da pesquisa em: Castro, 2016.

se “soltando” no decorrer da conversa e, aos poucos, se posicionando sobre os temas tratados.

A técnica do Grupo Focal consiste em reunir, idealmente, um grupo de oito a 15 informantes, um coordenador e um relator<sup>7</sup>. A discussão, conduzida pelo coordenador, é pautada por um roteiro pré-estruturado de questões e ao relator cabe a tarefa de anotar as impressões, reações e tudo aquilo que diz respeito ao “não verbalizado”. O perfil dos informantes reunidos é definido com critério intencional, em sintonia com os interesses da pesquisa. A vantagem desta técnica é que se foca na exploração de temas específicos, além do que, por ser uma entrevista em grupo, acaba motivando todos os membros a exporem suas ideias, em uma espécie de “conversa”, com tom descontraído e informal. O local em que realizamos a conversa foi a Associação dos moradores do bairro, espaço cedido pela presidente da associação, quem se demonstrou uma interlocutora-chave no decorrer da etnografia, auxiliando no contato e convite dos participantes.

## **2 Modos de consumo: “roupas de marca” e sentidos das apropriações**

Desde nossas primeiras incursões ao bairro, saltou-nos aos olhos os vários improvisados com camisetas estampando grifes conhecidas. A presença das grifes – visíveis nos bonés, tênis e camisetas usados pelos mais jovens – foi reforçando nosso pressuposto de que, a despeito da precariedade das condições de moradia, o consumo destes bens era muito frequente, sobretudo entre os jovens. Outro dado que nos chamou a atenção, nas sondagens exploratórias, foi o grande número de “salões de beleza”, consistindo em pequenos cômodos, muitas vezes com o piso em “terra batida”, identificados com placas em materiais improvisados, como papelão ou sobras de autoconstrução.

A circulação de produtos de grife em um local marcado por tanta precariedade material foi um dos primeiros achados da pesquisa, que nos levou a perguntas como: quais são os locais de compra mais acessados pelos moradores? Que tipo de relação é mantida com o universo das grifes?

---

<sup>7</sup> Registro meus agradecimentos à, então mestranda, Beatriz Haddad, quem acompanhou parte do trabalho de campo e foi a relatora deste grupo focal.

Com relação à primeira pergunta, logo se evidenciou que os moradores não saem do município de Santo André e pouco realizam compras de vestuário, principalmente os adultos acima dos 30 anos, que recebem doações de roupas usadas, geralmente dos patrões e patroas, para quem realizam serviços domésticos e reparos na casa. Quando realizam compras, na maior parte das vezes, vão à loja *Torra Torra*, rede de lojas populares que vende roupas no chamado *bacião*, ou seja, peças amontoadas, sem nenhuma organização por modelo, cor ou tamanho. O shopping da cidade é frequentado apenas pelos jovens, os quais, em geral, não vão para comprar, mas apenas para: “*ver as vitrines, dar um ‘rolê’, ou no máximo, tomar um sorvete de casquinha do McDonald’s*”<sup>8</sup>.

Esta forma de apropriação do espaço do shopping permite nos aproximarmos das reflexões de Douglas e Isherwood (2006) e de Michel de Certeau (1994), que apontam para o consumo como “uso” ou “apropriação”. Em um esforço de construir uma noção universal de consumo, cabível a culturas localizadas em qualquer tempo ou espaço, Douglas (2006) o define como: “[...] um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei (p. 102)”; e, voltando-se para o entendimento do consumo nas sociedades capitalistas propõe compreendê-lo como “[...] um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto de acontecimentos e fixar significados públicos” (p. 112).

A prática de ir ao shopping “para ver as vitrines” indica um peculiar modo de consumo, voltado aos espaços e imagens, revelando a possibilidade da realização desta prática sem, necessariamente, a intermediação monetária; trata-se do consumo como experiência, na qual o que se adquire é impalpável ou simbólico. Esta modalidade de consumo decorre do trabalho daqueles denominados por Bourdieu (2007) como “novos intermediários culturais” – são os profissionais de marketing, relações públicas, publicitários, apresentadores de programas de rádio e televisão, jornalistas, comentadores de moda – que promovem a difusão de imagens e referências estilísticas, fornecendo orientação e modelos de conduta, no fluxo global de imagens e repertórios simbólicos característico da cultura mundializada

8 Flávia, 20 anos, estudante do primeiro ano do ensino médio, balconista em lojinha no bairro, durante o grupo focal em dezembro de 2015.

(APPADURAI, 2004; ORTIZ, 1994), promovendo o fenômeno denominado por Featherstone (1995) de “estetização da vida cotidiana”.

É curioso notar que, durante as entrevistas realizadas com os moradores responsáveis por gerir o orçamento doméstico – pais, mães ou avós, em geral – ficou claramente evidenciado que não se preocupam com “roupas de marca” ou com a compra de peças originais, sempre remetendo esta preocupação a “um outro”, geralmente mais jovem:

*[...] não ligo pra roupas de marca... Só minha filha, que é raridade eu dar as coisas pra ela. Mas, quando dou, ela quer coisa boa, celular de mil reais, essas coisas. [...] Ah, quando eu tenho algum dinheiro, eu vou atrás. Mas pra ela... Eu mesma não sou chegada a marca nenhuma”<sup>9</sup>.*

Entre uma conversa e outra com os interlocutores adultos, observávamos os jovens, muitas vezes portando tênis, bonés ou camisetas com logos de grifes; e, quando os abordávamos informalmente, demonstravam outra relação com este universo, indicando o desejo de possuir mais roupas e acessórios “*de marca*”, mas a barreira financeira era logo apontada. Foi se evidenciando, durante o trabalho de campo, duas principais formas de aquisição de produtos de grife, a preços acessíveis: os “bazares beneficentes”, realizados na sede da Associação de moradores do bairro – quando se comercializa produtos doados, muitos dos quais roupas de marcas consagradas, como Zara e Fórum – e a “feira da madrugada”, onde são comercializados produtos em grande parte de origem ilegal e que ocorre clandestinamente em algumas noites de alguns finais de semana. Os locais em que a feira ocorre são variados e sua divulgação é feita discretamente, no “boca a boca”, para que não haja intervenção policial.

Na tentativa de aprofundar um pouco mais a compreensão sobre a relação do grupo com o universo das grifes – pelos interlocutores desta pesquisa identificadas como “roupas de marca” – realizamos um grupo focal composto exclusivamente por jovens, no qual um dos aspectos mais recorrentes nos discursos refere-se ao consumo de produtos originais ou de réplicas, sendo estas últimas preferidas em relação aos produtos “sem marca” e a compra de originais reservada a ocasiões e pessoas especiais.

---

9 Depoimento de Amélia, estudante da sexta série do ensino fundamental, 34 anos, diarista, moradora dos “predinhos”, concedido em entrevista individual, em abril de 2015.

Chamou-nos atenção a concepção, por parte dos interlocutores no grupo, do que é considerado como “roupa de marca”, sendo esta identificada como as roupas das lojas de departamento do shopping da cidade: “*roupa de marca é a da C&A e da Renner*”.<sup>10</sup> Percebemos que o universo das grifes é muito pouco reconhecido, sendo o que é “de marca” muito pouco identificado. Quando expusemos os logos de grifes mundialmente reconhecidas e prestigiadas, apenas aquelas ligadas ao universo esportivo foram reconhecidas e identificadas pelo nome. Louis Vuitton, por exemplo, era chamada como “aquela da bolsa”. O maior reconhecimento dos logotipos das marcas ligadas ao universo esportivo está ligado à sua vinculação aos ídolos, sobretudo do futebol, e sua maior exposição nos meios de comunicação, especialmente, na televisão.

### 3 Mídia, Mediações

A associação entre o universo das grifes, ou das “roupas de marca”, e as “celebridades”, sobretudo quando encarnam personagens das telenovelas, foi muito evidenciada nos diálogos estabelecidos no grupo focal. Em diversas situações, tais personagens eram citadas para exemplificar o que se buscava afirmar: “*eu gosto de um estilo mais clássico, sabe? Como o da Glória Pires nesta novela das nove*”. No caso, a personagem era uma arquiteta, que utilizava seus poderes sedutores para alcançar o que desejava na *telenovela* “Babilônia”. Durante a exibição da novela, entre março e agosto de 2015, a personagem encarnada pela atriz liderou “a lista de figurinos mais pedidos da Globo” (ZWIPP, 2015)<sup>11</sup>.

E a tomada da personagem como modelo ideal não se refere apenas às roupas, mas também aos acessórios e penteados:

Glória Pires vem ditando tendência na pele da vilã e “devoradora de homens” na novela Babilônia, da TV Globo. No mês de abril, o esmalte vermelho usado pela atriz ficou no topo do *ranking* da lista de itens mais pedidos pelos telespectadores da trama. O corte de cabelo

10 Flávia, estudante do primeiro ano do ensino médio, 20 anos, balconista em loja do bairro, moradora em núcleo de favela, integrante do grupo focal, em dezembro de 2015.

11 Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/moda/gloria-pires-domina-lista-de-figurinos-mais-pedidos-da-globo.4354e01b0debc410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>.

de Glória, feito pelo profissional Márcio Mello, foi o mais pedido entre as telespectadoras em março (GLÓRIA, 2015, [s. p.]).<sup>12</sup>

A referência ao universo das celebridades como modelo desejável e inalcançável foi uma constante nas conversas estabelecidas; contudo, ao remetermos para as consumidoras “reais”, que frequentam o shopping e consomem as “roupas de marca”, a reação era oposta: desdém recheado de ironia, revelado nas imitações dos trejeitos típicos das “patricinhas” ou “boyzinhas”, como elas definiam.

Além das personagens de telenovela, o universo do futebol também se configura em um significativo fornecedor de modelos e estilos. Em uma das dinâmicas experimentadas no grupo focal, foram apresentados, em cartões, os logos de várias grifes e aqueles ligados ao esporte (Puma, Nike, Adidas) foram os mais reconhecidos. Estas marcas, diretamente relacionadas ao universo internacionalizado do futebol, associam-se à boa parte dos ídolos populares e contam com muita exposição na mídia.

Contudo, como apontado em outros momentos (CASTRO; PRADO, 2012), partimos do pressuposto de que os modelos fornecidos pela mídia e pelo mercado são incorporados de maneiras diversas e de que os sentidos desta incorporação nem sempre implicam imitar para assemelhar-se. A perspectiva analítica proposta pela teoria das mediações MARTÍN-BARBERO, 1997; CANCLINI, 1997; THOMPSON, 1995, 1998), pressupõe uma relação de dupla mão entre os polos da produção e da recepção das mensagens midiáticas, na qual os conteúdos veiculados dialogam diretamente com o cotidiano dos expectadores/leitores, e estes (re) significam as mensagens a partir de suas experiências e repertórios. Nesta linha, portanto, recomenda-se que a análise das mensagens atente para as matrizes culturais acionadas pelos gêneros ficcionais em questão; no caso das telenovelas, por exemplo, o melodrama e sua tríade essencial de personagens (vilão, vítima e herói) – presente no entretenimento popular desde as encenações das trupes teatrais itinerantes no século XVIII, passando pela radionovela, fotonovela, até chegar ao formato cultural atual – é a

---

<sup>12</sup> [http://www.purepeople.com.br/noticia/gloria-pires-de-babilonia-lidera-ranking-de-pedidos-da-globo-veja-a-lista\\_a55114/1](http://www.purepeople.com.br/noticia/gloria-pires-de-babilonia-lidera-ranking-de-pedidos-da-globo-veja-a-lista_a55114/1).

principal referência (MARTÍN-BARBERO, 1997). Em outras palavras, o processo de comunicação não pode ser compreendido como apenas imposto, de cima para baixo, sem o acionamento de códigos culturais que dialoguem com os esquemas culturais (SAHLINS, 2004) reconhecíveis pelos receptores.

Nessa mesma linha, Thompson (1995) salienta que os meios de comunicação criam novas formas de ação e interação entre os indivíduos e novos tipos de relações sociais, permitindo a interação sem o compartilhamento do mesmo contexto tempo-espacial. Essa “interação quase mediada” – relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, revistas, televisão etc.) – também classificada como quase interação, é diferente dos outros tipos de interação por ser monológica, ou seja, o fluxo da comunicação assume um sentido único, configurando receptores de formas simbólicas cujo remetente não recebe uma resposta imediata. Esse tipo de interação cria “[...] certo tipo de situação social na qual os indivíduos se ligam uns aos outros num processo de comunicação e intercâmbio simbólico” (THOMPSON, 1995, p. 80).

As mensagens, ou formas simbólicas, como denomina Thompson, estão sempre inseridas dentro de contextos sociais estruturados, sendo produzidas por agentes situados dentro de um contexto sócio-histórico específico e recebidas por indivíduos que também estão situados em seus respectivos contextos sócio-históricos e dotados de determinados recursos. Segundo o autor “[...] o modo como uma forma simbólica particular é compreendida por indivíduos pode depender dos recursos e capacidades que eles são aptos a empregar no processo de interpretá-la” (THOMPSON, 1995, p. 193). Assim, em consonância com a teoria das mediações proposta por Martín-Barbero (1997), Thompson afirma a necessidade de estar atento aos contextos sociais em que as mensagens são recebidas. Qualquer reflexão sobre a recepção das mensagens da mídia deve entendê-la como um processo contínuo e socialmente diferenciado, “[...] que depende do conteúdo das mensagens recebidas, da elaboração discursiva das mensagens entre os receptores e os outros e dos atributos sociais dos indivíduos que as recebem” (THOMPSON, 1995, p. 201).

Buscamos, nesse sentido, situar os discursos dos interlocutores participantes do grupo focal, considerando o contexto e os atributos sociais que

os marcam: jovens que não ingressaram e nem cogitam ingressar na universidade, moradores da periferia, integrantes de famílias de baixa renda. Seus discursos revelam, no que diz respeito à relação com o universo das marcas esportivas, certa ambiguidade: ao mesmo tempo em que buscam pelo distanciamento do que é considerado “supérfluo” e associado a grupos sociais que são ridicularizados – aos quais se atribui uma imagem negativa – também manifestam o desejo por apropriar-se daquilo, quando remetido ao glamoroso universo dos personagens das telenovelas e campeões esportivos.

Como apontou Martín-Barbero (1997), apoiando-se em Morin (1987), os mecanismos de “projeção e identificação” são os principais pilares das “estratégias de comunicabilidade” operadas pelos meios de comunicação. Nas palavras do autor, as “[...] estratégias de comunicabilidade são os modos em que se fazem reconhecíveis e organizam a competência comunicativa os emissores e os destinatários” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 302). Como mecanismos principais destas estratégias de penetração no universo cotidiano do leitor/expectador, temos, de um lado, situações e personagens que promovem a “identificação” com a dimensão humana, compartilhada universalmente, que sente prazer ao perceber que seus sofrimentos, crises, satisfações e alegrias também são vivenciados pelos seus ídolos. De outro lado, situações que remetem ao universo do sonho e da fantasia, do inalcançável, permitindo a evasão, o deslocamento do aqui e agora, resultantes da possibilidade “de projeção” acionada pela mídia.

As potências de projeção – isto é, também as de divertimento, de evasão, de compensação, de expulsão [...] – se propagam por todos os horizontes do imaginário [...] atiram-se nos alhures do tempo e do espaço, regiões exóticas ou passados fabulosos [...] Divertem-se nos universos idealizados, onde tudo é mais intenso, mais forte, melhor. No meio de todas essas projeções, funciona uma certa identificação: o leitor ou expectador, ao mesmo tempo em que libera fora dele virtualidades psíquicas, fixando-as sobre heróis em questão, identifica-se com personagens que, no entanto, lhe são estranhas e se sente vivendo experiências que, contudo, não pratica. (MORIN, 1987, p. 82).

Diante do exposto, podemos afirmar que o desejo de apropriação das marcas por parte dos nossos interlocutores se articula menos à elaboração de identificações com “os de cima”, e mais com o mecanismo de projeção. Tudo indica que, quando aplicada “à vida como ela é”, a aquisição desses “bens de marca”, quando ocorre, remete ao que Bourdieu (1996?)

denominou de “senso prático”, para caracterizar o *ethos* popular, revelado em expressões como: “*compro para ser melhor aceito no ambiente de trabalho*”<sup>13</sup>, ou “*quando posso compro, porque dura mais*”<sup>14</sup>. Cabe ressaltar que, ao tomarmos os discursos, consideramos a dimensão inconsciente da incorporação do *habitus* (Bourdieu 2007), expressa pelas práticas dos agentes. Nosso interesse, neste caso, é apenas evidenciar o reconhecimento de uma lógica distintiva – que opera predominantemente – e as formas de apropriação e ressignificação dessa lógica por grupos que não participam da definição dos códigos que a regem. Como ilustração, a seguir, expomos um fragmento do diário de campo, no qual descrevemos a imitação de um desfile de moda improvisado, ocorrido no galpão da Associação de Moradores, em um dos bazares organizados para comercializar algumas roupas e acessórios doados. Havia um cesto grande, de plástico, com várias roupas e acessórios, como óculos e bolsas usados em bom estado, muitos deles de grifes famosas. Duas jovens moradoras, em tom irônico, recolheram algumas peças para experimentar e ao saírem vestidas, imitaram modelos profissionais desfilando, exagerando nos gestos, de forma caricatural, enquanto os demais gargalhavam [...].<sup>15</sup>

Neste episódio foi evidente a ridicularização, traduzida pelos gestos caricaturais associados às garotas pertencentes a outro grupo social, identificadas como “patricinhas” ou “boyzinhas”.

Conforme aponta Simmel (2008), em suas reflexões sobre a moda, os estilos adotados pelas elites aos poucos se difundem para os mais pobres, com a intermediação das classes médias. Nesse sentido, os indivíduos da periferia consumiriam as grifes para imitar as classes superiores, o que, de fato, identificamos em nossa pesquisa.

E, quando perguntamos se alguma vez efetivamente compraram uma roupa de marca original e por qual motivo o fizeram, as respostas foram:

*“Porque era original e só as patricinhas tinham. Eu morava aqui na comunidade [...]. Eu também podia ter. Só porque eu morava na comunidade que eu não ia ter? Porque só quem tinha mais era as boyzinhas”.*<sup>16</sup>

13 Depoimento de Nora, estudante do segundo ano do ensino médio, 27 anos, recepcionista, concedido em entrevista individual em abril de 2014.

14 Flávia, estudante do primeiro ano do ensino médio, 20 anos, balconista em loja do bairro, integrante do grupo focal, em dezembro de 2015.

15 Trecho extraído do diário de campo, 30 de novembro de 2014.

16 Depoimento de Maria, 23 anos, dona de casa, concedido a esta pesquisa durante grupo focal em dezembro de 2015.

*“A minha história é quase igual a dela. Comprei no shopping. Se elas podem, eu também posso. Foi a mesma sensação dela. Me senti patricinha um dia”.<sup>17</sup>*

Contudo, percebemos que “o sentido das apropriações” não é o de buscar imitar para parecer com as classes médias, mas, de certo modo, brincar com elementos de seu universo, permanecendo em seu próprio. Aproximamo-nos, nesse momento, de outras pesquisas que trabalharam com recortes empíricos na periferia de grandes cidades, como o de Mizrahi (2014), que enfatizou a agência dos sujeitos, ao perceber o sentido próprio atribuído, em contextos locais, à apropriação de elementos pertencentes a outros domínios culturais

Enfim, é possível perceber que o discurso sobre a compra de marcas originais e réplicas para exibição de símbolos não carrega, necessariamente, o sentido de imitação como estratégia de assumir outra posição no campo social ou pertença a classes mais abastadas. Em sintonia com o que já haviam identificado Scalco e Pinheiro Machado (2010), podemos sugerir como uma boa hipótese para trabalhos futuros, que se voltem à compreensão dos sentidos do consumo, que o desejo de distinção consiste em um dos sentidos atribuídos ao consumo, dentre tantos outros a serem desvendados. Além disso, há que se considerar que, dentre grupos de baixa renda, a busca de distinção pode ser observada, sobretudo, “intraclasse” e não “extraclasse”.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. **Comunicados IPEA**, nº 104, agosto/2011. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E013389E20D294A08/IPEA\\_110804\\_comunicadoipea104.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E013389E20D294A08/IPEA_110804_comunicadoipea104.pdf). Acesso: 13 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Cartilha Vozes da Classe Média**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: [www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf](http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf). Acesso em: 10 fev. 2019.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

---

<sup>17</sup> Depoimento de Joana, 24 anos, cabeleireira, concedido a esta pesquisa durante grupo focal em dezembro de 2015.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte: Inclusão Social em Debate**, 24 ago. 2012. Disponível em [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf). Acesso: 21 de fev. 2019.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Ed. Teorema, 2004.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTRO, A. L. de. Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 20, n. 1, p. 101-117, 2016.

CASTRO, A. L. de; PRADO, J. do. Corpo e identidades femininas: a intermediação da mídia. **Revista Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 241-259, 2012.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOUGLAS, M.; ISHWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DUARTE, A. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica de suas relações e possibilidades. **Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 2, p. 363-393, 2010.

DUARTE, L. F. **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1986.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GLÓRIA Pires, de «Babilônia», lidera ranking de pedidos da Globo. Veja a lista!. **Purepeople**, 11 maio 2015. [http://www.purepeople.com.br/noticia/gloria-pires-de-babilonia-lidera-ranking-de-pedidos-da-globo-veja-a-lista\\_a51114/1](http://www.purepeople.com.br/noticia/gloria-pires-de-babilonia-lidera-ranking-de-pedidos-da-globo-veja-a-lista_a51114/1). Acesso em 15 fev. de 2019

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.?

- MILLER, D. **Teoria das compras**: o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo: Nobel, 2002.
- MILLER, D. Pobreza da moralidade. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, n. 17, p. 21-43, 2º sem. 2004.
- MIZRAHI, M. **A estética funkarioca**: criação e conectividade em Mr. Catra. **Rio de Janeiro**: 7 Letras, 2014.
- NÉRY, M, **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor transpácífico do “sistema Mundial”. *In*: SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. p. 443-486.
- SARTI, C. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Ed. Autores associados/FAPESP, 1996.
- SCALCO, L. M.; PINHEIRO-MACHADO, R. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 321-359, 2010.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SIMMEL, G. **Filosofia da Moda e outros ensaios**. Lisboa: Ed. Texto e Grafia, 2008.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os economistas).
- ZWIPP, P. Glória Pires domina lista de figurinos mais pedidos da Globo. **Terra**, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/moda/gloria-pires-domina-lista-de-figurinos-mais-pedidos-da-globo,4354e01b0debc410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em 15 fev. de 2019.??

Recebido: 25/03/2019  
Aceito: 08/11/2019

## Media and market: mediations in the construction of meanings of the consumption of “branded clothes”

### **Abstract**

Taking as an empirical universe a neighborhood located in the outskirts of Santo André, city of the metropolitan region of São Paulo, this article seeks to contribute to the understanding of the symbolic dimension of consumer goods and the meanings attributed to them in peripheral contexts. Specifically, we approached the relationship with the universe of designer brands, or, in the words of the interlocutors, branded clothes, starting from conversations conducted during a focus group with young people (18 to 24 years old), as well as some excerpts from individual interviews, and field notebook records. It also discusses the role of guiding guidance by the media, disseminating styles of clothing and accessories, as well as brands, especially sports. We are interested in identifying the modes of appropriation and use, as well as motivations for consumption – beyond practical-utilitarian reasons – by discussing the relevance of the hegemonic sociological explanation, which points to the logic of imitation-distinction as main motivator for this practice (VEBLEN, 1983; SIMMEL, 2006; BOURDIEU, 2007).

**Keywords:** consumption, media, mediations, social distinction, modes of use.

# Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia<sup>1</sup>

**Jacques Mick<sup>2</sup>**

## Resumo

O artigo analisa a disparidade entre os índices declinantes de confiança nas mídias jornalísticas e as taxas estáveis (em patamar elevado) da credibilidade nos jornalistas no Brasil. O estudo recupera dados secundários de diferentes fontes sobre confiança na mídia jornalística no Brasil entre 1998 e 2018, indicando deterioração da credibilidade, e pesquisas recentes demonstrando que a confiança dos jornalistas como profissionais permanece acima da média. Para compreender as razões desse descolamento, são utilizados resultados de *survey* (N=543) e entrevistas em profundidade (N=44), parte de uma pesquisa multidimensional a respeito da mídia jornalística local realizada na cidade de Joinville/SC, entre 2017 e 2018. A hipótese sustentada pelo artigo é de que a sociedade brasileira desenvolveu justificada suspeita em relação a interesses e ações dos proprietários das mídias jornalísticas, que subsiste em paralelo ao reconhecimento dos jornalistas como peritos que se esforçam para desenvolver suas funções e atender ao interesse público.

**Palavras-chave:** Sociologia das profissões. Jornalistas. Mídia. Confiança. Credibilidade.

- 1 O artigo é parte do projeto de pesquisa “GPSJor – Governança, produção e sustentabilidade para um jornalismo de novo tipo”, desenvolvido em cooperação entre a Associação Educacional Luterana Bom Jesus Ielusc e os programas de pós-graduação em Sociologia Política e Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Edital Universal nº 403439/2016-7). Versão anterior do texto foi apresentada em 2017 no 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, em São Paulo. O autor agradece pelos comentários recebidos durante o encontro e pelas observações dos pareceristas de Política & Sociedade, fundamentais para o aperfeiçoamento do texto.
- 2 Professor dos programas de pós-graduação em Jornalismo e Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). Email: jacques.mick@ufsc.br



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

## I Introdução

Há dados abundantes sobre a deterioração na confiança nas mídias jornalísticas em vários países. Nos Estados Unidos, por exemplo, levantamentos regulares do Instituto Gallup apontaram que, em 2016, a taxa de confiança na mídia caiu para o menor índice histórico, 32%, percentual que era ainda mais baixo entre a população entre 18 e 49 anos (26%). Do mesmo modo, a confiança nos jornais alcançou um vale de 20% e a desconfiança atingiu o pico de 37% em 2017 (GALLUP, 2016; SAAD, 2016). As taxas de desconfiança na mídia, no entanto, variam de país a país: altas em Brasil, Austrália, Nova Zelândia e EUA; e são baixas em países asiáticos como Japão, Índia, China e Filipinas. Comparativos recentes indicam correlações entre a queda de credibilidade na mídia, o desgaste de outras instituições políticas e os cenários de polarização ideológica (HANITZSCH; VAN DALEN; STEINDL, 2018).

O tema tem sido objeto de intenso interesse dos especialistas nos últimos anos. Uma parte dos estudos investiga as causas desse fenômeno fora do jornalismo: o surgimento de um conceito tão ambivalente quanto o de *fake news* favoreceu a identificação de um adversário comum a toda concepção jornalística profissional. A ideia de que a disposição dos leitores a acolher e repercutir notícias falsas é uma explicação importante para a queda de credibilidade das organizações jornalísticas tem concentrado a atenção dos analistas (NEWMAN, 2017). Outros estudos têm se voltado para as práticas jornalísticas, pressionadas por precarização do trabalho ou por escolhas editoriais que enviesam o noticiário. Peters e Broersma (2013) recolheram resultados de pesquisas que associam déficits de credibilidade a apuração malfeita, baixa variedade de uso de fontes, imprecisão e vulnerabilidade à boataria. Anderson, Bell e Shirky (2013) atribuem a queda sistemática na confiança no jornalismo nos Estados Unidos às mudanças no ecossistema midiático, marcadas pelo surgimento de novos canais e novas possibilidades de obtenção de informação (jornalística e não jornalística)<sup>3</sup>.

3 “O colapso da confiança na imprensa, que vem de muito, é menos em função de uma nova postura em relação a veículos tradicionais de comunicação do que efeito colateral da contínua fragmentação do mercado norte-americano de mídia (provavelmente é hora de aposentar a tese de que haja um ente chamado “imprensa” que goza de reputação junto a um ente chamado “público”)” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 83).

Nele, várias iniciativas jornalísticas têm procurado reinventar suas relações com os públicos, como parte do esforço para recuperar credibilidade (WAGEMANS; WITSCHGE; DEUZE, 2016).

Alguns estudos têm observado a relação entre profissionalismo e credibilidade. Se é certo que o jornalismo é um ofício de contornos imprecisos (RUELLAN, 2017), configurando um campo em permanente conflito com outros agentes sociais interessados em legitimarem-se como profissionais, a trajetória dos jornalistas no Brasil, no curso da redemocratização, logrou obter algum grau de consolidação: no país, a confiança nos jornalistas é duas vezes maior que aquela nas mídias jornalísticas. Em média, apenas 29% dos brasileiros declaravam em 2015 confiar sempre ou quase sempre na mídia (descrita como TV, rádios e jornais) – conforme pesquisa do instituto GfK Verein –; mas, 64% confiavam nos jornalistas, profissão que se encontrava entre as dez de maior credibilidade no Brasil, em 36 avaliadas em um estudo comparativo internacional no ano seguinte (GfK VEREIN, 2015; 2016). Dá-se então a curiosa situação em que profissionais de credibilidade alta trabalham em organizações de credibilidade em declínio.

O artigo tem o objetivo de compreender as razões desse paradoxo e está estruturado em três seções, além desta introdução. Na próxima seção, apresento os dados das principais pesquisas disponíveis sobre confiança nas instituições, no que se refere às organizações jornalísticas, assim como os estudos sobre credibilidade profissional, no período entre 1998 e 2017. Nas duas partes seguintes, tento entender a relação entre desconfiança na mídia e confiança nos jornalistas. Na segunda seção, apresento dados provenientes de pesquisa com abordagem multimétodo realizada na cidade de Joinville, em Santa Catarina (SC), para aferir a qualidade da mídia local e a confiança nos profissionais de jornalismo. Mais especificamente, são analisados resultados de um *survey* com amostragem representativa da população local e entrevistas exploratórias e em profundidade realizadas com lideranças da sociedade civil e profissionais ligados ao mercado do jornalismo. Na terceira e última seção, os dados são analisados à luz da bibliografia sobre o tema.

## **2 Desconfiar das mídias, confiar nos jornalistas**

Os dados disponíveis sobre o grau de confiança da população brasileira nas mídias jornalísticas dependem de detalhes das metodologias adotadas

pelos institutos de pesquisa: perguntas e opções de resposta diferentes afetam o resultado, que varia muito. Situações assim têm levado os especialistas a discutirem a relevância e a consistência desses estudos (O'NEILL, 2002; KOHRING, 2019); sem que outros caminhos de investigação estejam consolidados; contudo, os dados ainda são os parâmetros atualmente disponíveis para a discussão do tema. A seguir, apresento um panorama dos estudos sobre a confiança nas instituições realizados pelos institutos Datafolha, MDA, GfK Verein e Ibope entre 1998 e 2018 – a disponibilidade de dados nesse período varia conforme as diferentes fontes.

A cada mês de julho, o Ibope Inteligência colhe respostas para seu “Índice de confiança social” (ICS)<sup>4</sup>. A série histórica desde 2009 demonstra que os meios de comunicação se mantiveram estáveis por oito anos na quarta posição entre as instituições de maior confiança no país, atrás apenas de corpo de bombeiros, igrejas e forças armadas. Contudo, a taxa de confiança, que já foi de 71 pontos em 2009, chegou ao vale de 51 pontos em 2018 (Tabela 1), superada ainda por polícia, escolas públicas e polícia federal. Os dados indicam declínio contínuo da confiança, ainda que preservando a média entre as instituições de maior credibilidade. Na pergunta, os meios de comunicação são descritos “como a TV, o rádio e os jornais” e não há menção explícita a conteúdo jornalístico.

**Tabela 1** – Índice de confiança social nos meios de comunicação – Ibope (2009-2016)

Instituição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Meios de comunicação</b>	71	67	65	62	56	54	59	57	61	51

Fonte: Ibope Inteligência (2018).

O instituto Datafolha inclui a imprensa na série de instituições cuja credibilidade afere junto à população.<sup>5</sup> Os dados indicam forte acréscimo na taxa de desconfiança na imprensa, que subiu dez pontos em relação a 2012 (Tabela 2). As frequências de “confia muito” caíram nove pontos

4 São 2.002 entrevistas por amostra representativa da população de 16 anos e mais, em 142 municípios.

5 Em 2017, foram realizadas 2.771 entrevistas em 194 municípios, com amostragem representativa da população de 16 anos ou mais.

no período e as de “confia um pouco” permaneceram próximas dos 50%. Os dados indicam claramente que, desde o final de 2012, a desconfiança na imprensa é maior do que a confiança plena.

**Tabela 2 – Grau de confiança na imprensa – Datafolha (2012-2017) (%)**

<b>Grau de confiança</b>	<b>09/08/12</b>	<b>13/12/12</b>	<b>26-27/04/2017</b>	<b>21-23/06/2017</b>
Confia muito	31	22	23	22
Confia um pouco	51	50	45	49
Não confia	18	28	29	28

*Fonte: Datafolha (2017).*

Periodicamente, desde 1998, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) encomenda a institutos privados a realização de pesquisa de opinião com temas de conjuntura. Até fevereiro de 2019, o instituto realizou 143 aplicações da pesquisa. A mineração de dados nos relatórios permitiu o recolhimento de dados comparativos sobre a confiança nas instituições, colhidos pelos institutos Vox Populi, Sensus e MDA, em diferentes momentos ao longo dos últimos anos.<sup>6</sup> Os dados parecem indicar um consistente acréscimo no bloco dos que não confiam nunca na imprensa, superior a um quarto dos respondentes em 2015, último levantamento que contemplou o tema no período de análise deste artigo (Tabela 3).<sup>7</sup> Na série histórica, em apenas uma coleta de dados a soma de “confia sempre” e “confia na maioria das vezes” foi maior que a soma de “confia poucas vezes” e “não confia nunca” – em janeiro de 2010, auge do ciclo mais recente de crescimento econômico com estabilidade política.

6 O plano amostral dos levantamentos mais recentes, de responsabilidade do instituto MDA, contempla 2.002 entrevistas em 138 municípios (CNT, 2017).

7 A partir de 2015, a MDA passou a concentrar esforços em compreender o alcance da internet e das redes sociais e a confiança do público nessas novas mídias.

**Tabela 3 – Confiança na imprensa nas pesquisas da CNT – Vox Populi/Sensus/MDA (1998, 2010, 2013, 2015) (%)**

<b>Grau de confiança</b>	<b>007 – set. 98</b>	<b>100 –jan. 2010</b>	<b>115 – set. 2013</b>	<b>128 – jul. 2015</b>	<b>129 - out. 2015</b>
Confia sempre	23	19,7	9,7	13,2	16,1
Confia na maioria das vezes	21	30,1	25,1	29	24,3
Confia poucas vezes	32	32,4	42,3	34,7	32
Não confia nunca	21	16,7	21,8	21,2	26,1
Não sabe/não respondeu	3	NI	1	1,9	1,5

Fonte: Confederação Nacional dos Transportes (2017).

O Relatório Global de Confiança 2015<sup>8</sup>, levantamento bienal do instituto GfK Verein, indicou que a confiança na mídia caiu de 45% em 2011 para 29% em 2015, enquanto a confiança na internet variou de 43% para 34%. A deterioração na confiança foi observada em várias outras instituições, mas em nenhuma delas foi tão grande quanto na mídia: no governo, o índice variou de 29% para 18%, 11 pontos, enquanto o decréscimo na mídia foi de 16 pontos (GfK VEREIN, 2015). De acordo com o GfK, a desconfiança atinge 66% dos usuários de internet e 71% das demais mídias jornalísticas.

Na Pesquisa Brasileira de Mídia (levantamento do Ibope realizado a pedido do governo federal), a taxa de confiança na mídia em 2016 era maior entre os jornais (60%), mídia de menor público, e decrescia em todas as demais: rádio (57%), televisão (54%), revistas (40%), sites (20%), redes sociais (14%) e blogs (11%). A desconfiança na mídia, portanto, variava entre 89% e 40% dos respondentes, a depender do tipo de meio (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2016).

Por fim, se tomarmos a isenção do jornalismo como parâmetro de credibilidade, outro estudo da MDA para a CNT, em outubro de 2016, constatou que 41,4% dos respondentes consideram que a mídia não é isenta e 29,6%, que é isenta apenas em alguns momentos; somente 22,4% perceberam isenção sempre (CNT, 2017). Em 2016, um estudo em 18 países latino-americanos aferiu a percepção da população sobre a independência

8 Disponível em: <https://www.gfk.com/pt-br/insights/report/confianca-nas-instituicoes-e-nos-setores-economicos/>.

dos meios de comunicação. À pergunta “Em geral, você acredita que os meios de comunicação são bastante independentes ou estão, frequentemente, influenciados por instituições e gente poderosa?”, apenas 21% dos brasileiros responderam “São bastante independentes” (LATINOBARÓMETRO, 2016). O Brasil é o 15º país da lista, à frente apenas de Colômbia, El Salvador e Equador.<sup>9</sup>

Nessa mídia pouco independente ou isenta, atuavam em 2012 cerca de 60 mil jornalistas<sup>10</sup>. E o trabalho deles era admirado pela população. O *ranking* de confiança profissional, estudo de 2016 do instituto alemão GfK Verein envolvendo 27 países, constatou que o Brasil era o mais descrente em relação as 32 profissões aferidas. “Este ceticismo tem inúmeras causas, uma das quais pode ser a corrupção generalizada” (GfK VEREIN, 2016, p. 21). A confiança nos jornalistas, contudo, estava acima da média. Eles empatavam com os médicos, com 64%, dois pontos a menos que no levantamento anterior, de 2014. Estavam atrás apenas de bombeiros (93% de “confio totalmente” e “costumo confiar”), professores, paramédicos, pilotos, farmacêuticos, arquitetos e enfermeiros. Entre as profissões com menor taxa de confiança do que a dos jornalistas brasileiros, estavam: juízes, funcionários públicos, padres ou pastores, advogados, empresários e – claro – políticos.<sup>11</sup>

Em mídias de baixa confiabilidade, portanto, trabalhavam jornalistas de alta credibilidade. Como se explica esse paradoxo?

9 A série histórica do Latinobarómetro indica que, em 2004, a percepção sobre falta de independência da mídia era ainda mais aguda, com apenas 18% dos respondentes na opção “bastante independentes”. Em outras perguntas do levantamento; contudo, a desconfiança é contrabalançada por indicadores com sentido diferente. À questão “Como você avalia os meios de comunicação, TV, rádio e jornal impresso?”, 82% dos brasileiros responderam “Fazem um trabalho muito bom” ou “bom” (LATINOBARÓMETRO, 2016, p. 43).

10 A estimativa baseia-se no estudo de Mick e Lima (2013), que apontaram 55% dos jornalistas empregados na área trabalhando em organizações de mídia; dos 145 mil profissionais do setor, 25% estavam aposentados, desempregados ou não atuavam na área. É possível que o percentual total da categoria em funções midiáticas tenha caído desde então, em razão dos efeitos da crise econômica sobre o setor.

11 São raros os estudos sobre confiança em profissionais no Brasil; os mais frequentes não servem a este estudo, porque elaboram *rankings* em que se afere que profissões são mais confiáveis que outras (sem avaliação individual da taxa de confiança).

### 3 Um estudo de caso e o “confiar desconfiando” dos joinvilenses

Entre 2016 e 2018, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, da Associação Educacional Luterana Bom Jesus Ielusc e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná (PR), realizaram um projeto de pesquisa-ação em Joinville/SC, com o objetivo de buscar soluções comunitárias para a crise no jornalismo – da qual a deterioração da confiança é um notável sinal.<sup>12</sup> O projeto “GPSJor – Governança, produção e sustentabilidade para um jornalismo de novo tipo” adotou sete técnicas de investigação combinadas em uma abordagem multimétodo para aferir as representações do público sobre a informação jornalística produzida pelas mídias de Joinville: a) 21 entrevistas exploratórias; b) uma enquete por amostragem representativa da população do município, com 543 respondentes; c) uma enquete on-line, não representativa, com 387 participantes; d) 23 entrevistas em profundidade; e) quatro grupos de trabalho compostos por jornalistas e representantes da sociedade; f) revisão bibliográfica e g) observação de casos de inovação no jornalismo. Além disso, o projeto alimentou-se de interações com a sociedade por meio de três debates públicos, realizados entre 2016 e 2019, com cerca de 100 participantes em cada encontro. Os resultados foram apresentados em dois relatórios de pesquisa (GPSJOR, 2017, 2019), dos quais foram selecionados, para este artigo, os dados relativos à confiança nas mídias e nos jornalistas obtidos com as entrevistas e com o *survey* com amostragem representativa.

Começo com o *survey*. Ao indicar seu nível de confiabilidade sobre as notícias em diferentes meios de comunicação de Joinville, a maioria dos respondentes afirmou confiar sempre ou muitas vezes em informações divulgadas por televisão, rádio e jornal (impresso ou on-line). Notícias de redes sociais, blogs e em portais da internet apresentaram menor nível de confiança, com a maior parte dos respondentes a indicar que confia poucas vezes ou nunca nas informações veiculadas nestes canais.

---

12 Joinville é a cidade mais populosa de Santa Catarina, com 569 mil habitantes e 375 mil eleitores, de acordo com as projeções do IBGE para 2017. No ecossistema midiático joinvilense, predominam dois grupos de mídia, vinculados aos conglomerados nacionais Globo e Record. Para mais informações sobre o projeto: <http://gpsjor.sites.ufsc.br/>

A televisão obteve maior confiabilidade. Do total de respondentes, 66% informaram confiar sempre ou muitas vezes na TV, contra 32% que informaram confiar pouco ou nunca. O rádio aparece como o segundo mais confiável, com 59% que confiam sempre ou muito, percentual muito próximo dos que deram as mesmas respostas para o jornal impresso: 58%. No outro extremo, os blogs apresentam menor nível de confiabilidade. Apenas 11% dos participantes da pesquisa informaram confiar sempre ou muitas vezes em notícias veiculadas nestes canais, enquanto 64% informaram baixa ou nenhuma confiança. Outros 26% disseram não saber se confiam ou não em blogs, número mais elevado entre todas as mídias. O índice de desconfiança também é alto no caso das notícias veiculadas em redes sociais. Do total, 71% dos entrevistados informaram ter pouca ou nenhuma confiança nessas mídias, 15% informaram confiar sempre ou muitas vezes, e os que não souberam descrever seu nível de confiança chegaram a 14%.

Os dados também indicam que o nível de confiança aumenta de acordo com o suporte utilizado para divulgar a informação. Mídias tradicionais, mais antigas, consagradas e populares – televisão, rádio e jornal – são consideradas mais credíveis para os respondentes. Isso reflete os hábitos de acesso a informações nestes canais, bem como a própria estrutura de comunicação midiática da cidade, na qual a mídia tradicional ainda possui significativa penetração. Da mesma forma, quando se comparam os dados relativos às notícias em canais on-line e os de redes sociais, percebe-se que a credibilidade de jornais on-line é maior. Por outro lado, a transição de impresso para on-line parece afetar o nível de confiança: o volume de “confia sempre” é o dobro no jornal impresso, em relação ao on-line, e o de “nunca confia” é quatro vezes maior no on-line que no impresso.

Comparando com notícias divulgadas em outros meios on-line, os sites de jornais recebem maior credibilidade dos respondentes. O indicador demonstra grau maior de confiança para informações divulgadas por instituições jornalísticas. Os dados ratificam os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia que indicam um aumento no acesso a informações na internet, mas as informações geradas neste meio ainda são consideradas menos credíveis (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2016). Os veículos jornalísticos com

maior credibilidade continuam sendo os tradicionais. A comparação com a PBM indica que a população de Joinville tem confiança maior do que a média nacional em relação à televisão (66% contra 54%, na soma de confia sempre e confia muitas vezes). Nos demais itens, a soma elevada de “não sabe” no levantamento de Joinville dificulta a comparação direta entre as duas pesquisas. Apesar disso, resta nítido que, na distribuição relativa das posições de confiança e desconfiança, os respondentes de Joinville tendem a se concentrar mais nos polos de confiança em todas as mídias, à exceção de revistas.

Esses dados receberam refinamento qualitativo, derivado de entrevistas exploratórias e em profundidade – entre outros instrumentos adotados ao longo da pesquisa, conforme GPSJOR (2019). As entrevistas foram realizadas em dois momentos do estudo, sempre com respondentes selecionados de acordo com critérios intencionais. As 21 exploratórias foram aplicadas em julho e agosto de 2016, priorizando cidadãos de variadas condições sociais e atividades profissionais, sendo alguns deles fontes regulares da cobertura jornalística local<sup>13</sup>. Essas entrevistas testaram a comunicabilidade das categorias de análise adotadas para o estudo e experimentaram o instrumento posteriormente utilizado para pesquisa quantitativa. As 23 entrevistas em profundidade foram obtidas entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018, com cidadãos que representassem os públicos mais significativos de cada dimensão da governança jornalística – editorial, de circulação e engajamento, de gestão e de sustentabilidade (MICK; TAVARES, 2017; GPSJOR, 2019)<sup>14</sup>. O objetivo delas era o aprofundamento da compreensão de tópicos de pesquisa ainda não suficientemente esclarecidos nas etapas anteriores da investigação. Considerando ambos os tipos de

13 Perfis dos respondentes: professor universitário (2); cantor; dirigente da associação comercial e industrial local; microempresário (2); professor; bancário; administrador; promotor de justiça; advogado (2); operário; juiz de direito; sindicalista; vereador; delegado; publicitário; servidor público de nível médio; servidor público enfermeira; empresária.

14 Dimensão editorial: Trabalhador doméstico de baixa formação escolar, Operário de baixa formação escolar, Comerciante de baixa formação escolar, Padre, Pastora. Dimensão de gestão: Proprietário de mídia, *Stakeholders* (2), Especialista em T.I. - startup – comunicação. Dimensão de sustentabilidade: Publicitários de agências de variados portes (3), Pequeno e grande anunciante de mídia. Dimensão de engajamento e circulação: Ambientalista, *Social influencer*, Representante de associação de moradores, Dirigentes de movimentos sociais negro, feminista e LGBT, Representantes de movimento estudantil (Passe Livre) e cultural, liderança da Câmara de Dirigentes Lojistas.

entrevista, os respondentes tinham entre 22 e 73 anos, pertenciam a variados níveis de formação escolar (prevalendo aqueles com ensino superior) e a vários estratos de renda (com predomínio de renda média). Mulheres e homens estavam igualmente representados no conjunto das entrevistas, e prevaleciam respondentes casados ou em união estável.

Diante de perguntas sobre a confiança nas mídias, os entrevistados oferecem respostas diferentes quando confrontados a aspectos distintos sobre o tema e tendem a optar por variáveis mais elevadas, o que indica a duração da credibilidade estrutural. Contudo, em face de questões específicas que refletem aspectos do contrato de leitura (enviesamento das notícias por proprietário ou anunciantes, padrões de relação com a mídia), o público reage com maior desconfiança. É, assim, um confiar desconfiando, ou um desconfiar-confiando.

*“Eu confio mais ou menos. Confio desconfiando, na verdade”.* (Empresária).

*“Quando me vem alguma informação, primeiro eu duvido – aquela dúvida se é ou não é, se isto se confirma. Geralmente não tenho muita confiança, pois tudo está tão ideologizado... E a ideia é para que você aceite aquela notícia, e aceite sem dar tempo de opinar sobre aquela notícia”.* (Professora universitária).

Entre os entrevistados, a maior parte tem uma posição compreensiva em relação aos jornalistas. Daí advém a ideia, defendida por um par de entrevistados, de que a credibilidade não está na mídia, mas nas pessoas – ideia, aliás, compatível com a tese da prevalência estrutural do personalismo nas relações sociais no Brasil (HOLANDA, 1995). Parte da avaliação das mídias, desse modo, deriva da apreciação dos leitores sobre figuras-chave do jornalismo nelas praticado: seus âncoras, colunistas, repórteres principais, editores, chefes. Mesmo quando há críticas ao trabalho dos jornalistas, elas são contextualizadas por decisões que raramente envolvem características do profissional (em geral, da empresa ou de pressões de grupos interessados no noticiário).

*“Normalmente e várias vezes, já presenciei cenas que a pessoa não sabe do que ela tá falando. Aparentemente ela recebeu a pauta em cima da hora e vem totalmente despreparada. Alguns veículos, a gente percebe que há um rodízio muito grande de profissionais. A toda hora entra um pessoal novo, gente chegando de fora, não conhece a realidade da*

*cidade. Não entende o que tá se passando e, enfim, é empurrado a fazer uma cobertura que não tem base, que não tem ponto de partida". (Sindicalista).*

*"Não generalizando, tem muitos profissionais muito bons e muitos habilitados; mas, infelizmente se submete a situações de interesse". (Sindicalista).*

Mais raras, mas comuns entre as fontes consultadas pelos repórteres para a produção de conteúdo noticioso, são críticas que se referem a temas de responsabilidade direta do profissional: *"Muitos não sabem nem do que se trata, e eu tenho que explicar"* (Juiz).

É clara e frequente a responsabilização dos donos e da estrutura hierárquica das mídias pelo enviesamento do noticiário – o que indica notável disseminação social de certo entendimento sobre como as notícias são como são. Para 39,41% dos respondentes do *survey*, o dono da empresa "influencia às vezes" o noticiário, e para 30,94% "influencia sempre". Somadas as respostas chegam a 70,35%, percentual muito expressivo. Um oitavo apenas dos respondentes disseram que a presença do proprietário "não influencia" (12,71%), parcela inferior aos que não souberam responder (15,84%). Os entrevistados de todos os estratos sociais contemplados no estudo deram declarações a respeito do poder de enviesamento dos donos das mídias, algumas bastante robustas:

*"Tu vive em uma realidade em que quem tem dinheiro compra tudo, inclusive compra colocar notícia que interessa no interesse coletivo. A gente sabe que os profissionais do jornalismo, eles têm, eles buscam trazer a verdade dos fatos. Mas, todo trabalhador do jornalismo ele tem um editor. E que vai colocar o ponto de vista do jornal, né. Então... Não dá pra acreditar piamente". (Vereador).*

*"A Rede Globo, por exemplo, acho que ela tem questão política. Ela tem um posicionamento bem certo. Você consegue interpretar perfeitamente qual é o posicionamento deles. Não está claro, mas está nas entrelinhas. Acho que qualquer um consegue perceber isso. E acho que deve ter funcionários ali dentro que, às vezes, não concordam; mas, é um posicionamento da casa, e eles têm que seguir". (Advogada).*

Anunciantes também têm algum poder sobre o conteúdo – menor do que o dos proprietários. Mais da metade dos respondentes do *survey* (54,52%) reconhecem o risco de viés no noticiário originado pelo modelo de sustentação da atividade jornalística, já que, para 40,52%, os

anúncios “afetam às vezes” e para 14%, “afetam sempre” a qualidade ou imparcialidade da cobertura. Um pouco mais de um quarto das respostas (26,89%) descartam essa interferência. Não souberam responder 18,2% dos respondentes.

As percepções sobre a confiança por tipo de mídia variam consideravelmente entre os diferentes grupos de leitores e fontes de notícia entrevistados. Alternadamente, surgem como dignos de confiança, sobretudo, jornais e emissoras de TV, mais raramente mídias on-line. Não há, desse modo, nas entrevistas, associação direta entre credibilidade e alguma mídia específica; os respondentes se dividem a esse respeito, provavelmente porque a percepção sobre a credibilidade depende das mídias com as quais têm contato. Como tudo está on-line, se os agentes estão numa rede que compartilha mídias de baixa credibilidade, isso se reflete na avaliação geral da rede; se ocorre o contrário, um filtro que priorize mídias confiáveis, a avaliação é positiva da rede.

A associação de mídias on-line (notadamente blogs e redes sociais) com falta de credibilidade é mais frequente que a de outras mídias, mas há também muitas menções à falta de confiança na televisão. A TV é a única mídia que oscila entre ter alta e nenhuma credibilidade, nos variados grupos de entrevistados. A confiança nas redes sociais é maior nos setores mais pobres, que também são menos críticos em relação aos efeitos do enviesamento causado pela propriedade da mídia ou pelos anúncios.

*“É... eu acho que pelo fato de ser mais rápido, né? A notícia correr mais rápido. De, no caso, tu fica sabendo mais rápido, né? Que... Até um acidente, alguma coisa que tu esteja passando na hora, assim. Que eu também acho errado de a pessoa gravar o que acontece, né? Mas registrar, né? “Ah, aconteceu um acidente assim”. Bate a foto e pessoa [...]. Eu acho esse mais... Mais rápido e mais... Assim, critério mais... Como diz a pergunta ali, né?”. (Operário).*

## 4 Confiança profissional X institucional

Para Georg Simmel (1977), a confiança expressa a sensação de que existe, entre nossa ideia de um ser e o próprio ser, uma conexão e uma unidade definidas: há confiança quando se acredita em algo, alguém ou algum princípio. A concepção que alimentamos sobre o objeto da confiança pode

repousar em razões específicas, mas não é por elas explicada. Dessa ideia, Anthony Giddens (1991) elabora uma sociologia da confiança na modernidade. Para ele, “[...] a confiança, em suma, é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva”; na verdade, “[...] as modalidades de confiança envolvidas nas instituições modernas [como as organizações jornalísticas], dependendo do caso, permanecem como compreensões vagas e parciais de sua ‘base de conhecimento’” (GIDDENS, 1991, p. 30).

Pauwels e Picone (2012) se baseiam em Giddens para formular o conceito de confiança que utilizam para analisar as crises de credibilidade na nova ecologia da mídia. Os autores veem o declínio na confiança na mídia como um sinal de desenvolvimento da autonomia crítica do público:

[...] se a desconfiança forma uma parte essencial de uma relação de confiança, um declínio na confiança pode também ser interpretado positivamente, i. e., como uma prova da emergência de um público mais crítico, experiente e alfabetizado em mídia. Desde uma perspectiva de empoderamento do usuário, isso deveria ser celebrado. (PAUWELS; PICONE, 2012, p. 544).

Os dados obtidos em Joinville são coerentes com essa explicação e endossam a hipótese de que a deterioração da credibilidade na mídia no Brasil está relacionada ao desenvolvimento e ao compartilhamento social de uma percepção crítica à operação midiática. Tal percepção tem como eixos a suspeita em relação aos efeitos enviesadores dos interesses dos donos (em primeiro lugar) e dos anunciantes (em seguida). Isso parece explicar, ao menos em parte, a desconfiança na mídia. Mas, por que se mantém a confiança nos jornalistas?

Interessado em interpretar as relações contemporâneas entre o jornalismo e a democracia, Miguel (1999, p. 197) lê a profissão como um sistema perito: “um sistema de eficiência técnica cuja efetividade repousa na confiança depositada por seus consumidores”. Por sistemas peritos, Giddens (1991, p. 35) se refere a “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”.

Os sistemas peritos são mecanismos de descaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações de contexto. Ambos os tipos de mecanismo de descaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo-espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. (GIDDENS, 1991, p. 36).

### Esse conceito de Giddens refere-se a uma prática e a um produto:

O leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros sistemas peritos, que pode ser dividida em três momentos: 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis. (MIGUEL, 1999, p. 199).

Miguel observa que no jornalismo esses três níveis de confiança não podem ser reforçados por “provas de efetividade”, comuns a outros sistemas peritos. Para Giddens (1991, p. 36-37), a crença nos sistemas peritos se ampara também em “[...] forças reguladoras além e acima das associações profissionais, com o intuito de proteger os consumidores de sistemas peritos – organismos que licenciam máquinas, mantêm vigilância sobre os padrões dos fabricantes de aeronaves, e assim por diante”. Miguel (1999, p. 200), ao contrário, defende que “[...] a estratégia para obter a credibilidade, sobretudo na televisão, é impor como indiscutível o fato que se relata, em grande medida através da apresentação de imagens ‘que não mentem jamais’”. Além disso, este autor argumenta que “[...] a imprensa impõe à sociedade seus critérios de seleção de informações. [...] Assim, o jornalismo exerce uma violência simbólica originária que é exatamente o estabelecimento daquilo que há de ‘importante’ no mundo” (MIGUEL, 1999, p. 200).<sup>15</sup>

---

15 Miguel nota que o jornalismo também opera como um meta-sistema perito, ao fazer circular informações que se referem a outros sistemas peritos, dependentes da confiança do público. Mas não há discurso ou instituição que cumpra esse papel em relação ao próprio jornalismo (ao menos, não havia em 1999 – desde então, a criação e a extensão de redes de computadores revolucionou o controle do discurso jornalístico pelas fontes ou pelos leitores, de modo que essas redes hoje operam como meta-sistemas peritos, fiscalizando a correção da informação ou apontando perspectivas interpretativas distintas das abraçadas pelos veículos). “A concorrência [entre veículos] funciona de maneira muito imperfeita como meta-sistema perito” (MIGUEL, 1999, p. 203).

Logo, segundo Miguel (1999, p. 204), a imprensa é “a principal operadora de reflexividade das sociedades contemporâneas”, na medida em que faz circular, em linguagem comum, o conhecimento especializado que se supõe ter impacto na vida cotidiana. Com esse múltiplo papel – como sistema perito que escapa de mecanismos de aferição; como meta-sistema perito fundamental para a confiança em outros sistemas; e como operador de reflexividade – o jornalismo é peça-chave nas sociedades contemporâneas. Miguel destaca como fundamental, para a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias, o debate sobre o controle da informação.

Carlos Alberto de Carvalho (2012, p. 50)<sup>16</sup> endossa a caracterização do jornalismo como sistema perito, com dois argumentos. O primeiro situa o jornalismo, na modernidade, no “[...] espaço que na tradição caberia aos contadores de histórias, a partir dos quais era possível a difusão de conhecimentos e acontecimentos”. O segundo argumento lê o jornalismo como sistema especializado, conduzido por profissionais que “se referenciam permanentemente em outros sistemas peritos” (CARVALHO, 2012, p. 50) na voz de especialistas que representam cada domínio de saber.

Como peritos que atuam em instituições imperfeitas, mas ainda tidas como fundamentais para a experiência social contemporânea, os jornalistas se beneficiam da complacência do público. As entrevistas em Joinville indicam que, justamente por reconhecerem padrões de interferência no trabalho dos profissionais na mídia, os respondentes não veem razão para suspeitar da integridade ou da boa-fé dos jornalistas. Se, como afirma Abbott (1988), as lutas profissionais ocorrem em três níveis (o local de trabalho, a cultura e a opinião pública, e as normas administrativas e legais), os jornalistas parecem ter vencido no Brasil as disputas no nível da sociedade. Embora existam forças sociais que contestam a legitimidade do jornalismo como instituição responsável pela produção e circulação de informações relevantes para a vida, e embora existam atores não profissionais dispostos a disputar espaços e posições no campo jornalístico, os jornalistas profissionais brasileiros seguem gozando de amparo social para seu trabalho – ainda que sob as severas contingências que cercam o ofício.

---

16 Obra de 2008, reproduzida em 2012.

## Referências

ABBOTT, A. **The System of Professions: an Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ANDERSON, C., BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 2, n. 5, p. 30-89, 2013.

CARVALHO, C. A. de. Reflexividade e jornalismo: algumas aproximações. **Revista Famecos**, n. 36, p. 77-83, ago. 2008.

CARVALHO, C. A. de. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do jornalismo. *In*: CARVALHO, C. A.; BRUCK, M. S. **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo: Intermeios, 2012. p. 17-26.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES (CNT). **Estudos e pesquisas**. Brasília: Confederação Nacional dos Transportes, 2017. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/pesquisas>. Acesso em: 17 fev. 2017.

DATAFOLHA. Grau de confiança nas instituições PO813920 21 a 23/06/2017. **Datafolha**, 2017. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/0185934f0a2a67acc0088da5d8ab3951.pdf>Acesso em: 24 jul. 2017.

GALLUP. **Confidence in institutions**. Washington: Gallup, 2016. Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/1597/confidence-institutions.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GfK VEREIN. **Relatório Global de Confiança 2015** – um estudo da GfK Verein. Disponível em: [https://www.gfk.com/fileadmin/user\\_upload/dyna\\_content/BR/documents/reports/150320\\_Brazil\\_GfK\\_GlobalTrust\\_2015\\_Portugues\\_Rev\\_HA.pdf](https://www.gfk.com/fileadmin/user_upload/dyna_content/BR/documents/reports/150320_Brazil_GfK_GlobalTrust_2015_Portugues_Rev_HA.pdf) Acesso em: 1 jul. 2015.

GfK VEREIN. **Confiança nas profissões 2016** – um estudo da GfK Verein. De bombeiros a políticos. **GfK Verein**, 2016. Disponível em: [http://www.gfk.com/fileadmin/user\\_upload/dyna\\_content/BR/documents/reports/Trust\\_in\\_Professions\\_2016\\_Brazil\\_POR\\_v1.pdf](http://www.gfk.com/fileadmin/user_upload/dyna_content/BR/documents/reports/Trust_in_Professions_2016_Brazil_POR_v1.pdf). Acesso em: 24 jul. 2017.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GPSJOR. **Percepções do público sobre consumo, credibilidade, qualidade e sustentabilidade do jornalismo em Joinville (SC)**. Florianópolis; Joinville: UFSC; Bom Jesus Ielusc, 2017. (Relatório de pesquisa). Disponível em: [http://gpsjor.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/06/GPSJor\\_RelatorioEnquetes.pdf](http://gpsjor.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/06/GPSJor_RelatorioEnquetes.pdf). Acesso em: 24 jul. 2017.

GPSJOR. **Governança social para um jornalismo de novo tipo: leitura, credibilidade, qualidade e sustentabilidade jornalística em Joinville (SC) (2016-2018)**. (2019). Florianópolis/Joinville: UFSC/Bom Jesus Ielusc. (Relatório final de pesquisa de campo). Disponível em: <http://gpsjor.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/05/GPSJor-relat%C3%B3rio-final-pesquisa-de-campo.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

HANITZSCH, T. H.; VAN DALEN, A.; STEINDL, N. Caught in the nexus: A comparative and longitudinal analysis of public trust in the press. **The international journal of press/politics**, v. 23, n. 1, p. 3-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940161217740695>. Acesso em: 1 maio 2019.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**. Brasília: Secom, 2016.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Índice de Confiança Social 2018**. São Paulo: Ibope Inteligência, 2018. Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2018\\_0741\\_ICSApresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2018_0741_ICSApresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

KOHRING, M. Public trust in news media. In: VOS, T; HANUSCH, F. (ed.). **The international encyclopedia of journalism studies**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2019, s/p. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0056

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2016**. Buenos Aires: Latinobarómetro, 2016.

MICK, J.; LIMA, S. P. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK; TAVARES, 2017. Governance of journalism and alternatives to the crisis. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, p. 114-139, agosto 2017.

MIGUEL, L. F. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197-208, maio 1999.

NEWMAN, N. **Journalism, media, and technology trends and predictions 2017**. Digital news project 2017. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2017.

O'NEILL, O. **A question of trust**. Reith Lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PAUWELS, C.; PICONE, I. The tussle with trust: Trust in the news media ecology. **Computer Law & Security Review**, v. 28, n. 5, p. 542-550, 2012.

PETERS, C.; BROERSMA, M. **Rethinking Journalism: Trust and Participation in a Transformed News Landscape**. London; New York: Routledge, 2013.

RUELLAN, D. Um ser profissional – ou como percebê-lo. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2017.

SAAD, L. **American's Confidence in Newspapers at New Low**. Washington: Gallup, jun. 2016. Disponível em: [http://www.gallup.com/poll/192665/americans-confidence-newspapers-new-low.aspx?g\\_source=position3&g\\_medium=related&g\\_campaign=tiles](http://www.gallup.com/poll/192665/americans-confidence-newspapers-new-low.aspx?g_source=position3&g_medium=related&g_campaign=tiles). Acesso em: 24 jul. 2017.

SIMMEL, G. **Filosofia del dinero**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1977.

WAGEMANS, A.; WITSCHGE, T.; DEUZE, M. Ideology as Resource in Entrepreneurial Journalism. **Journalism Practice**, v. 10, n. 2, p. 160-177, 2016.

Recebido: 22/05/2019

Aceito: 17/10/2019

## Professionalism and trust: the curious case of a country that believes in journalists more than in the media

### Abstract

The article reflects on the disparity between declining indexes of trust in journalistic media and the stable rates (in a high level) of credibility in journalists in Brazil. The study retrieves secondary data from different sources on journalistic media confidence in Brazil between 1998 and 2018, indicating deterioration of trust, and recent research showing that journalist's credibility as professionals remains above average. In order to understand the reasons for this detachment, we use results from a survey (N = 543) and in-depth interviews (N = 44), parts of a multidimensional research regarding local news media developed in the city of Joinville/SC between 2017 and 2018. The article supports the hypothesis that Brazilian society has developed a justified suspicion regarding interests and actions of journalistic media owners, which subsists in parallel to a recognition of journalists as experts who strive to develop their functions and serve public interest.

**Keywords:** Sociology of professional groups. Journalists. Media. Trust. Credibility.

# Profesionales, amateurs y gremialistas. Trayectorias y entradas a la política de los “agrodiputados” en el Congreso argentino<sup>1</sup>

**Gabriel Levita<sup>2</sup>**

## Resumen

Este artículo indaga desde una sociología política de las elites acerca de las entradas a la política partidaria en la Argentina contemporánea a través del estudio de las trayectorias sociales, gremiales y políticas de los diputados nacionales electos en 2009 provenientes de las dirigencias de organizaciones agropecuarias, conocidos como “agrodiputados”. Lo hace desde una perspectiva cualitativa y utilizando fuentes primarias – entrevistas en profundidad – y secundarias.

Mostramos cómo estos diputados, que han sido considerados a partir de sus propiedades comunes, constituyen en realidad un agregado heterogéneo que agrupa a tres perfiles de actores. Analizamos sus ingresos a la política partidaria y la reconversión de recursos en capital político. Mostramos cómo el provenir “desde afuera” sólo valió como recurso al comienzo de su carrera y cómo luego terminaron imponiéndose las lógicas de la política profesional.

**Palabras clave:** Diputados. Entradas a la política. Capital político. Carreras políticas. Argentina.

## Resumo

Este artigo explora a partir de uma sociologia política das elites sobre as entradas na política partidária na Argentina contemporânea através do estudo das trajetórias sociais, sindicais e políticas dos deputados nacionais eleitos em 2009 provenientes das dirigências das organizações agrícolas, conhecidos como “agrodeputados”. Ele faz isso de uma perspectiva qualitativa e usando fontes primárias – entrevistas em profundidade – e fontes secundárias. Mostramos como esses deputados, que foram considerados a partir de suas propriedades comuns, constituem na reali-

1 Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en el 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Curitiba, 2018. Agradezco las sugerencias y comentarios de Wellington Nunes, Mariana Gené, Martín Armelino, Luis M. Donatello y de los evaluadores anónimos de la *Revista Política & Sociedade*.

2 Doctor en Ciencias Sociales y en Estudios Políticos por la Universidad de Buenos Aires y la École des Hautes Études en Sciences Sociales. Investigador asistente del CONICET en el Instituto de Problemas Nacionales y profesor adjunto en el Departamento de Planificación y Políticas Públicas de la Universidad Nacional de Lanús (UNLa). E-mail: [glevita@unla.edu.ar](mailto:glevita@unla.edu.ar).



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

dade um agregado heterogêneo que agrupa três perfis de atores. Analisamos seus ingressos a la política partidária e a reconversão de recursos em capital político. Mostramos como a vinda “de fora” só se aplicou como um recurso no início de sua carreira e depois acabou impondo a lógica da política profissional.

**Palavras-chave:** Diputados. Entradas na política. Capital político. Carreiras políticas. Argentina.

## I Introducción

El ingreso a la política partidaria por parte de quienes acumularon prestigio y reconocimiento en otras actividades profesionales por fuera de los partidos políticos, ha sido visto tanto desde una mirada positiva en términos de “renovación” como, al mismo tiempo, criticado por contribuir a un supuesto deterioro de la calidad de las instituciones. En la Argentina en particular, a pesar de tratarse de un fenómeno de larga data, el tema ha cobrado resonancia en los últimos años con los efectos de la crisis política y social de 2001-2002 como telón de fondo. Ésta acentuó el deterioro de la matriz bipartidista entre el Partido Justicialista y la Unión Cívica Radical y profundizó la fragmentación de los partidos – especialmente los del espacio no peronista – con la consiguiente aparición de nuevas fuerzas más pequeñas (TORRE, 2003; MUSTAPIC, 2013). En ese contexto, frente al creciente descrédito de la política tradicional y del rol del parlamento, los costos de ingreso al campo político disminuían y los candidatos provenientes “desde afuera” se convertían en instrumentos de legitimación (VOMMARO, 2017).

Al mismo tiempo, la entrada al Congreso de representantes corporativos posee una extensa tradición en la Argentina, aunque los trabajos centrados en las últimas décadas han abordado principalmente el caso de los sindicalistas (DAMIN, 2011; ARMELINO, 2016) y de los empresarios (DONATELLO, 2017). Durante el período 2003-2011, un 14,5% de los diputados nacionales provenía del mundo empresarial –empresarios, gerentes o representantes patronales- y un 3,4% del sindicalismo (DONATELLO; LEVITA, 2017)<sup>3</sup>.

---

3 Para el conjunto de los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) los promedios son de 20,8% para el mundo empresarial y 10,3% para el sindical (DONATELLO; LEVITA, 2017).

En este artículo indagamos acerca de la llegada a la Cámara de Diputados tras las elecciones legislativas de 2009 de un conjunto de actores definidos en su momento como los “agrodiputados”: representantes de las principales organizaciones gremiales ruralistas que se habían candidateado por los partidos de oposición luego de un duro enfrentamiento entre el gobierno nacional y el sector agropecuario que había tenido lugar el año anterior<sup>4</sup>.

Los agrodiputados que asumieron sus bancas en el Congreso han sido considerados a menudo, tanto por la prensa como por los escasos estudios académicos existentes sobre el tema, como un conjunto relativamente homogéneo, definido a partir de su llegada al parlamento gracias al o como consecuencia del conflicto con el campo. Mientras que para Grass (2012) representan la efectividad del empresariado rural para intervenir en la política, aunque la incorporación de representantes haya sido inorgánica y atomizada, para Del Cogliano (2016) fueron los partidos quienes convocaron a los dirigentes del agro para mejorar su performance electoral. En este sentido, la vinculación entre los miembros de las organizaciones rurales y la política partidaria ha sido señalada como débil y problemática (LATTUADA, 2006; HORA, 2010).

En este artículo nos preguntamos ¿Cuáles fueron las condiciones de ingreso a la competencia partidaria de los agrodiputados? ¿Qué recorridos realizaron a partir de su llegada al Congreso? Y desde una mirada más amplia centrada en la sociología de política de las elites, ¿qué nos dice este fenómeno acerca de las características que presentan los ingresos a la política en la Argentina contemporánea?

El presente artículo indaga desde una perspectiva cualitativa las trayectorias sociales, gremiales y políticas de los diputados nacionales argentinos electos en 2009 que provenían de las dirigencias de las

---

4 Entre marzo y julio de 2008 se dio en la Argentina un conflicto entre el gobierno nacional presidido por Cristina Fernández de Kirchner y un amplio sector de productores agropecuarios representados en distintas organizaciones ruralistas. Comenzó siendo una cuestión fiscal y sectorial, pero se politizó rápidamente, quedando atravesado por las lógicas partidarias preexistentes (LEIRAS; CRUZALEGUI, 2009; NARDACCHIONE; TARABORELLI, 2010).

organizaciones ruralistas. Se trata de once individuos<sup>5</sup> cuyos ingresos a la política analizamos a partir de diferentes dimensiones, valiéndonos de fuentes primarias – entrevistas en profundidad – y secundarias, como sus páginas web personales, currículums en línea, bases de datos y artículos y entrevistas de prensa, entre otras. El trabajo realiza un análisis diacrónico a partir de sus trayectorias, centrándose en sus recorridos entre los años 2009 y 2019.

Mostramos cómo un conjunto de actores considerados tanto por la prensa como por trabajos académicos anteriores a partir de sus características homogéneas y sus propiedades comunes constituye en realidad un agregado heterogéneo que agrupa a tres perfiles de actores, con diferentes trayectorias sociales, gremiales y políticas, distintos modos de ingreso a la política partidaria y disímiles formas de habitar el Congreso durante sus mandatos.

El artículo consta de tres secciones y unas conclusiones. En la primera parte desarrollamos el enfoque de la sociología política para el análisis del fenómeno. El segundo apartado se centra en el estudio de las trayectorias sociales y carreras políticas de los once agrodiputados, mientras que la tercera sección realiza una comparación entre los distintos recorridos. Finalmente, las reflexiones finales recapitulan los principales hallazgos y proponen una hipótesis interpretativa desde el punto de vista sociológico.

## **2 Los ingresos a la política partidaria como problema desde la sociología política de las elites**

En la Argentina, la sociología política de las elites se interesó en los últimos años por los recorridos a través de los cuales los políticos profesionales y los altos funcionarios del Estado llegaron a sus posiciones tanto a nivel nacional como provincial y municipal. Así, el reclutamiento

---

5 La contabilidad difiere en los diversos trabajos sobre el tema. Para Grass (2012) son dieciocho, Del Cogliano (2016) contabiliza doce y De Luca y Malamud (2010) señalan once, al igual que Tula y De Luca (2011). Desde la prensa, la mayoría de los artículos coincide en sumar once. Véanse "La cosecha de los agrodiputados" en 30/06/2009 (DANDAN, 2009), "Los agrodiputados van divididos al Congreso" en 30/11/2009 (AGROSÍTIO, 2009); "Los agrodiputados pelean espacios clave" en 08/12/2009 (LA NACIÓN, 2009) y "Sólo quedarán 2 'agrodiputados' de los 11 que entraron en 2009" en 29/10/2013 (CLARÍN, 2013).

político ha sido estudiado para el nivel legislativo nacional (CANELO, 2011; RODRIGO, 2014; LEVITA, 2017) y subnacional (ORTIZ DE ROZAS, 2011; LANDAU, 2015; MELLADO, 2016), tanto como para los gabinetes nacionales (HEREDIA GENÉ; PERELMITER, 2012; PERELMITER, 2012; GENÉ, 2019; CANELO, 2019) y los poderes ejecutivos provinciales (VOMMARO; ARMESTO, 2015; SOSA, 2019; LASCURAIN, 2019).

En este contexto, la pregunta por los ingresos “desde afuera”, es decir de quienes han acumulado recursos y reconocimientos en otras actividades profesionales distintas a la política partidaria, ha estado más enfocada en el poder ejecutivo y en las trayectorias de ministros, secretarios y subsecretarios que hacen valer recursos extrapartidarios en su acceso a la alta función pública (GIORGI, 2014). El ámbito parlamentario ha recibido menos atención, destacándose la entrada de actores desde el mundo empresarial y sindical (DONATELLO; LEVITA, 2017).

Desde el punto de vista teórico, las conceptualizaciones han girado en torno a las entradas al campo político y a los capitales con que todo actor ingresa y se profesionaliza (Bourdieu, 1981), si bien entre *profesionales* y *profanos* se da un continuo con diversos tipos de modalidades de dedicación a la política (OFFERLÉ, 1996, 2011). A su vez, distinguen entre los ingresos apoyados en capitales mayormente individuales –recursos ligados a la propia persona- y aquellos sustentados en capitales colectivos, es decir, en recursos organizacionales de los partidos (GAXIE, 2004, p. 75-85; OFFERLÉ, 2004, p. 43-47).

Las entradas pueden realizarse a partir de estrategias de reconversión en las que distintos tipos de recursos se transforman en capital político (TISSOT, 2004), aunque otras especies de capital –la notoriedad, el carisma y la familia, por ejemplo- también pueden hacerse valer en la competencia partidaria (JOIGNANT, 2012). Asimismo, Boltanski (1973) sostiene a partir de la idea de *multiposicionalidad* que los actores dominantes en un campo también tenderán a ocupar las posiciones más privilegiadas en los otros en que participe. Esta interdependencia entre la política y otros espacios supone que los factores extrapolíticos son centrales en la explicación de las carreras políticas (GAXIE, 2002).

Este tipo de ingresos supone una movilización de recursos materiales y simbólicos por fuera de los partidos. Dichos *capitales extrapolíticos* se activan en la arena política reconvirtiéndose, eventualmente, en capitales políticos. También aquí es posible distinguir estructuras de capitales extrapolíticos más individuales o más colectivas (LEVITA, 2019). Un primer tipo de capital extrapolítico proviene entonces del reconocimiento público de un cierto prestigio basado en la figura personal y originado en la actividad profesional de la que participan. Entendido por los actores en términos de credibilidad, honestidad, experiencia, habilidad, virtud, etc., puede originarse en distintos ámbitos como el periodismo, el deporte, el arte o el espectáculo y tiene una de sus condiciones de posibilidad en el hecho de que son portados por personajes con presencia en los medios de comunicación.

Un segundo tipo podemos definirlo como colectivo, en tanto el reconocimiento se origina en los recursos de una organización a la que se pertenece o perteneció y que, en algunos casos, es la que se pone en valor a través del actor en cuestión. La posición se la debe al grupo o institución de la que provienen, como puede ser el caso de los sindicalistas, los miembros de organizaciones patronales, los integrantes de ONG y los representantes de movimientos sociales, entre otros, más allá de que al momento de ser reclutados se encuentren o no vinculados a dicha organización.

Estos recursos se combinan de múltiples formas y permiten vincular los distintos tipos de ingreso al parlamento con diferentes maneras de habitarlo durante sus mandatos y con las carreras políticas a que dan lugar. En el caso de los agrodiputados, dan cuenta de diferentes perfiles que explican sus distintos desempeños en la Cámara y sus recorridos posteriores.

### **3 Del campo al Congreso. Las trayectorias de los agrodiputados**

En el contexto del conflicto entre el gobierno y el sector agropecuario, la participación en organizaciones ruralistas constituyó el principal capital movilizado por los agrocandidatos en su llegada a la Cámara de Diputados en 2009<sup>6</sup>. Se trata de un tipo de reconocimiento originado en los recursos

---

6 La Honorable Cámara de Diputados de la Nación tiene 257 miembros elegidos por periodos de cuatro años en representación de cada una de las 23 provincias argentinas y de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, que

de la entidad a la que pertenecían o pertenecieron y que es el que se puso en valor al candidatearse el actor en cuestión. Su posición se la debían al grupo o institución de la que provenían, más allá de que al momento de ser reclutados se encontraran o no vinculados a ella. Así, pertenecer a la Federación Agraria Argentina (FAA), a la Sociedad Rural Argentina (SRA) o a Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), por ejemplo, constituyó para estos actores un recurso que, en los meses posteriores al conflicto entre el gobierno y el agro, fue susceptible de hacerse valer en su intento de ingresar al Congreso a través de partidos de oposición.

Asimismo, todos poseían un saber hacer representativo, en tanto eran expertos en actividades de representación gremial y poseían, en ese sentido, experiencia en la organización y participación en elecciones, en la negociación por el reparto de recursos materiales y simbólicos o en la mediación entre intereses divergentes, sólo por nombrar algunas de las destrezas y saberes prácticos con los que, quien alcanza altos cargos en un partido, organización gremial o sindicato, por caso, debe contar en mayor o menor medida.

Junto a los recursos construidos de manera colectiva, también poseían un capital de tipo individual vinculado al reconocimiento mediático cosechado en tanto participantes del conflicto con el gobierno. A pesar de haberlo hecho en muchos casos a título de las organizaciones a las que pertenecían, la dinámica de la mediatización y la participación en entrevistas de prensa y programas televisados hizo que se tratara de un recurso personal, puesto que el conocimiento fue antes de la figura que del conjunto de asociados, individualmente anónimos.

Desde el punto de vista de los selectores, es decir, de quienes seleccionan desde los partidos políticos a los que van a integrar la lista de candidatos, estos postulantes cumplían también con una cuota de

---

funcionan como 24 distritos electorales. La mitad de las bancas se renuevan cada dos años por medio de un sistema de representación proporcional en el cual se votan en cada distrito listas cerradas de candidatos de un partido político. La distribución de escaños se rige por el método D'Hondt. En los comicios del año 2009 se votaron cargos legislativos nacionales, provinciales y municipales en todo el país y correspondieron al medio término del primer mandato presidencial de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). En Diputados se renovó la mitad de los representantes de cada provincia.

“representación simbólica” (BRUÈRE; GAXIE, 2014), en tanto ponían en valor la oferta de candidatos del espacio a partir de la inclusión de competidores con atributos positivamente valorados en ese momento determinado por el electorado al que ese partido buscaba captar. Eran vistos como representantes del sector rural al mismo tiempo a partir de su efectiva implantación en la producción agropecuaria y en las organizaciones ruralistas y de su imagen mediática que combinaba provenir del agro con ser considerados empresarios exitosos (HORA, 2010).

Ahora bien, tras los rasgos comunes que compartían estos actores, podemos identificar tres perfiles con diferentes trayectorias sociales, gremiales y políticas, distintos modos de ingreso a la política partidaria y disímiles formas de habitar el Congreso durante sus mandatos. Cada uno de estos tipos supuso una movilización específica de capitales y recursos políticos y extrapolíticos, un vínculo determinado con las elites ruralistas y partidarias y un desempeño político particular.

#### **4 De vuelta al ruedo: los políticos profesionales**

De acuerdo al planteo clásico de Weber (2007), el ejercicio de la política como profesión es una actividad de tiempo completo, en tanto se vive *de* ella y *para* ella. Es decir que garantiza el sustento material al político a condición de que este se aboque a ejercer su profesión política, respectivamente. Sin embargo, existen distintos grados y modalidades de profesionalización (OFFERLÉ, 1996; FERRARI, 2011; GENÉ, 2011; LEVITA, 2015), en las que coexisten diferentes tipos de dedicación a la política, compatibles a su vez con la realización de otras actividades económicas, dada la posibilidad que brinda la temporalidad de la política –signada por la periodicidad de mandatos y elecciones– de vincularse a ella de manera temporaria sin perder por ello la cualidad de político profesional (OFFERLÉ, 1999).

En este primer grupo encontramos a Atilio Benedetti (1955), oriundo de Larroque, Entre Ríos, quien comenzó su militancia política en la Unión Cívica Radical (UCR) al ingresar a la carrera de bromatología en la Universidad Nacional de Entre Ríos. En esa época fue presidente de la Juventud Radical y docente y consejero en la universidad. Con la vuelta de

la democracia en 1983 resultó electo concejal de Larroque y en 1995 ganó la intendencia. Al mismo tiempo, fue ocupando diversos cargos partidarios en el radicalismo provincial y nacional.

Paralelamente, llegó a ser uno de los mayores productores agropecuarios de la zona y propietario de una empresa de servicios agrícola-ganaderos para productores más pequeños. Participó en diversas organizaciones empresariales del área, así como en la Bolsa de Cereales de Entre Ríos, la de Buenos Aires y la Bolsa de Comercio provincial, de la que fue su presidente.

En 2009 era presidente del Consejo Provincial de la UCR. Encabezó la boleta de candidatos a diputados nacionales de Entre Ríos por el Acuerdo Cívico y Social (ACyS), una alianza electoral conformada para las elecciones de ese año por la Unión Cívica Radical, la Coalición Cívica – ARI (CC-ARI)<sup>7</sup> y el Partido Socialista. La lista resultó electa en primer lugar, lo cual le permitió ingresar al Congreso junto a Hilma Ré y Jorge Chemes. Al finalizar su mandato en 2013 fue candidato a senador nacional por la lista de UNEN<sup>8</sup>, pero quedó en tercer lugar. En 2015 intentó sin éxito ser precandidato a gobernador y luego, con el cambio en el ejecutivo nacional, fue designado director del Banco de la Nación Argentina. Dos años más tarde volvió a competir para diputado encabezando la lista de Cambiemos<sup>9</sup>, que triunfó e hizo ingresar a tres candidatos con mandato hasta 2021. En 2019 fue candidato a gobernador, pero quedó segundo.

Por su parte, Gumersindo Alonso (1949) proviene de una familia tradicional de la ciudad de Río Cuarto, Córdoba, dedicada a las actividades agropecuarias y a la cría de caballos de carrera. De allí que, además de abogado y escribano y fuera también presidente del Jockey Club de Río Cuarto. Como productor agropecuario presidió la Sociedad Rural de Río

7 La Coalición Cívica para la Afirmación de una República Igualitaria surgió en 2007 como una unión de partidos en torno al ARI, encabezado por la dirigente Elisa Carrió, proveniente del radicalismo. En 2009 formó parte del ACyS y en 2013 integró el frente UNEN. Desde 2015 forma parte de la alianza oficialista Cambiemos.

8 Coalición electoral surgida en 2013 a partir de múltiples partidos y estructurada en torno a la UCR y a la CC-ARI.

9 Alianza política conformada en 2015 por el PRO, la Unión Cívica Radical (UCR) y la CC-ARI. Llevó como candidato presidencial al líder y fundador del PRO, Mauricio Macri, quien derrotó al postulante kirchnerista en las elecciones de ese año.

Cuarto y fue delegado por la Confederación de Asociaciones Rurales de la Tercera Zona al Consejo Nacional de CRA.

Ocupó diversos cargos en el PJ cordobés. Fue diputado provincial en la década del 90 y jefe de bloque del oficialismo del entonces gobernador De la Sota hasta que en 1998 lo designaron secretario de Agricultura, Ganadería y Pesca del gobierno nacional de Carlos Menem. Luego fue nombrado secretario de agricultura de la provincia y en 2003 fue elegido diputado nacional por el Partido Nuevo, liderado por el entonces intendente de la ciudad de Córdoba Luis Juez. Al finalizar su mandato en 2007, continuó participando del juecismo a la par de su actividad agropecuaria y su vinculación con CRA. Para las elecciones legislativas de 2009, Alonso encabezó la lista para diputados, ganando su banca hasta 2013 en el marco del Frente Cívico y Social (FCyS) de Juez. Al terminar su mandato no se candidateó para ningún cargo y volvió a dedicarse a las actividades en el campo y a la representación gremial, a la par que siguió vinculado al armado político del FCyS.

Un perfil similar al de estos dos es el de la correntina Josefina Angélica Meabe Ferré de Mathó (1939), quien pertenece a una familia de propietarios agropecuarios y miembros del histórico Partido Liberal de Corrientes. Fue concejal e intendenta de la ciudad de Corrientes y diputada provincial por dos períodos a partir de 2001. Al finalizar su segundo mandato, en 2009, en el contexto del surgimiento de los agrocandidatos, compitió y ganó la senaduría por su provincia en alianza con el radicalismo. Otros trabajos académicos y artículos de prensa la consideran "agrocandidata", aunque en su caso al Senado.

Para estos auténticos políticos profesionales el conflicto con el campo y el clima electoral generado en torno a los comicios legislativos de 2009 significó una posibilidad de volver a postularse en posiciones expectantes para ingresar al Congreso tras períodos sin ocupar cargos públicos, aunque sí partidarios. Benedetti había dejado la intendencia hacía diez años, aunque continuaba compitiendo dentro del radicalismo entrerriano a la par de su actividad como empresario agropecuario. Alonso había concluido su anterior mandato como diputado nacional y permanecía dentro del espacio político de Juez. Si sumáramos aquí a Meabe, nos encontraríamos

con una candidata presta a renovar su banca de diputada o a conquistar otro cargo.

En este regreso a los primeros planos de la competencia electoral movilizaron principalmente recursos políticos colectivos y extraparlamentarios individuales. Respectivamente, en tanto “hombres de partido”, poseían un capital político construido de manera colectiva en torno a la organización partidaria que sustentaba a cada uno, pero además, poseían un reconocimiento mediático de sus figuras personales alcanzado a partir de la cobertura periodística del conflicto de 2008, que significó también un capital a hacer valer en la competencia partidaria. Cada uno encontró una oportunidad de continuar o retornar a la competencia electoral movilizando todos los recursos de un hombre o una mujer de partido junto con el capital novedoso que implicaba el formar parte del mundo rural en la coyuntura del conflicto agrario.

## **5 Entrar “por arriba”: los amateurs con proyecto**

En otro conjunto de casos el ingreso a la política partidaria y a la competencia electoral se dio recién a partir del conflicto con el campo, independientemente de que tuvieran o no algún contacto con partidos políticos con anterioridad. Canon (1990) propone la categoría de *amateur con ambición* para designar a estos actores que acceden al Congreso como primer puesto de su carrera política y buscan luego hacerse reelegir o conquistar nuevos cargos, comportándose de modo similar a los políticos profesionales.

Por caso, Juan Casañas (1963) se recibió de ingeniero agrónomo en la Universidad Nacional de Tucumán. Como productor agropecuario de su provincia, se unió a la Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola (AACREA) en 2003. En 2008, al calor del conflicto entre el gobierno kirchnerista y el campo, adquirió protagonismo mediático en las protestas y cortes de ruta llevados a cabo en Tucumán y se afilió a la FAA.

Para las elecciones de 2009 fue convocado por dirigentes radicales y peronistas del ACyS a presentarse como primer candidato a diputado nacional, obteniendo su banca por cuatro años. Promediando su mandato

en 2011, se afilió a la UCR y se presentó como candidato a vicegobernador de Tucumán acompañando al radical José Cano, aunque la fórmula quedó en segundo lugar. Cuando finalizó su período en 2013 volvió a presentarse como candidato para diputado, pero la lista sólo hizo ingresar a los primeros dos y Casañas ocupaba esta vez el tercer puesto. Sin embargo, terminó asumiendo de todas formas, ya que la diputada electa en segundo lugar renunció para asumir como senadora. Durante este segundo mandato se retiró del bloque de Cambiemos en la Cámara Baja y formó junto a una comprovinciana un bloque aparte, pero antes de finalizar su período en 2017 fue designado por el propio gobierno nacional funcionario en el Ministerio de Agroindustria a cargo de Ricardo Buryaile como director del programa Cambio Rural. De esa manera, el gobierno recuperaba un diputado, ya que el suplente de Casañas se incorporó al bloque oficialista. Con la renuncia del ministro a fines de ese año, Casañas también salió de su cargo. En 2019 estuvo cerca de ser candidato a intendente en su provincia.

Un segundo caso es, justamente, el de Ricardo Buryaile (1962), quien pertenece a una familia de productores agropecuarios de las provincias de Salta y Formosa con cierta trayectoria en el ruralismo de la región. Ricardo se recibió de contador en la Universidad Católica Argentina y volvió a su provincia para dedicarse a las actividades del campo. Allí llegó a ser presidente de la Sociedad Rural de Pilcomayo y titular de la Confederación de Sociedades Rurales de Chaco y Formosa, para más tarde en 2007 alcanzar la vicepresidencia segunda de CRA.

El conflicto de 2008 lo catapultó al conocimiento mediático y en 2009 encabezó la lista de diputados nacionales por Formosa del ACyS, ingresando a la Cámara por cuatro años. Al promediar su mandato en 2011, fue precandidato a gobernador de su provincia por la UCR, pero perdió en la interna. Reelegido diputado en 2013, compitió sin éxito en 2015 para la intendencia de la ciudad de Formosa, por Cambiemos. A finales de ese año, con el triunfo de Cambiemos a nivel nacional y la llegada de Mauricio Macri a la presidencia fue designado ministro de agroindustria, cargo que conserva hasta 2017. En 2019 se candidatea nuevamente para diputado nacional.

En tercer término, encontramos al hijo del mayor productor de soja de la Argentina, Alfredo Olmedo (1965), quien es él también productor agropecuario en la provincia de Salta. Tuvo diversas ocupaciones en los emprendimientos de su padre hasta tener sus propios campos y empresas. Además, se dedicó durante varios años a la práctica de deportes como el automovilismo, el motocross y las carreras de lancha.

Su ingreso a la política se dio antes del conflicto con el campo cuando en 2007 ganó una banca en el Senado provincial. Su identificación con el sector, a pesar de no formar parte de ninguna de las entidades ruralistas, hizo que tanto la prensa como los trabajos académicos sobre el tema lo identificaran como agrodiputado, en tanto ganó su banca en las elecciones de 2009 cuando se presentó con su propio partido Salta Somos Todos (SST) y, a pesar de haber salido tercero, ingresó a la Cámara. Dos años después fue candidato a gobernador y perdió. Al finalizar su mandato en 2013 intentó ser senador nacional por Salta, quedando también afuera. En 2015 se postuló como vicegobernador del histórico dirigente del justicialismo salteño Juan Carlos Romero, aunque la fórmula fue finalmente derrotada. Meses después triunfaba nuevamente como diputado nacional, asumiendo con mandato hasta 2019, esta vez aliado al Frente Renovador<sup>10</sup>. En 2019 es precandidato a gobernador de Salta.

Cercano a estos perfiles también podríamos ubicar al entrerriano Alfredo De Ángeli (1957), productor agropecuario del sur de la provincia y dirigente de la FAA de Gualaguaychú. Proviene de una familia con fuerte militancia en el ruralismo y en el cooperativismo agrícola de la zona. Participó en las protestas en los años noventa, pero no fue hasta el conflicto con el campo en 2008 que cobró una gran notoriedad mediática gracias a su participación en diversos cortes de ruta, asambleas y manifestaciones.

A pesar de los ofrecimientos de distintos sectores del radicalismo entrerriano para ser candidato en 2009 y 2011, De Ángeli permaneció

---

10 Espacio de orientación peronista conformado para las elecciones de 2013 en torno a la figura de Sergio Massa, antiguo jefe de gabinete de Cristina Fernández de Kirchner, y de un conjunto de intendentes de la provincia de Buenos Aires. Distanciado del kirchnerismo, construyó un sistema de alianzas heterogéneas en el interior del país. Se disuelve para las elecciones de 2019, en las que Massa y varios referentes de su espacio vuelven con Cristina Kirchner.

en la FAA. En 2013 decidió competir tras percibir que su carrera política en la federación estaba cerca de su techo. Ese año asumió como senador nacional por Entre Ríos con mandato hasta 2019 tras salir segundo en las elecciones, encabezando una lista apoyada por el PRO y por sectores del peronismo no kirchnerista. Dos años más tarde se presentaba como candidato a gobernador por Cambiemos, pero resultaba derrotado.

Aquí la estructura de recursos con la que ingresaron a la actividad partidaria se componía principalmente de capitales extrapolíticos contruidos tanto colectiva como individualmente. Por un lado, poseían un reconocimiento como miembros de las asociaciones del gremialismo rural a las que representaban y en nombre de las cuales habían intervenido en el conflicto. Por el otro, nuevamente, tenían un capital mediático fruto de su participación en las protestas y cortes de ruta.

El caso de Olmedo requiere hacer la salvedad que supone el hecho de que este candidato hizo su debut electoral con un partido nuevo creado y desarrollado en torno a su propia figura, aun cuando en elecciones posteriores también se presentó como parte de frentes más amplios que incorporaban distintos sectores del peronismo salteño. Otra excepción de este caso es la no pertenencia a ninguna entidad gremial ruralista. Sin embargo, al igual que los anteriores se beneficia de la doble representación simbólica que supone el ser visto como perteneciente al campo y como empresario exitoso.

Estos tres casos – o cuatro, si incluimos a De Ángeli – es el de representantes gremiales del campo que eran amateurs en el terreno de la política partidaria, pero activaron un proyecto personal de ingreso a la misma, plasmado en la continuidad que muestran en el ejercicio de cargos públicos electivos o no electivos una vez finalizado su mandato original en 2013. Incluso antes de que este terminara ya habían comenzado a candidatearse para otros puestos más codiciados como el de intendente o el de gobernador. Para ellos el conflicto agrario significó también una oportunidad de ingresar al campo político y el inicio de una carrera propiamente político partidaria.

No todos los casos fueron exitosos, sin embargo. El de Hilma Ré (1956) muestra un desarrollo similar en la búsqueda de continuar como diputada,

aunque se trunca por resultados electorales adversos. Es ingeniera agrónoma de la Universidad Nacional de Entre Ríos y productora agropecuaria en la zona de Diamante, Entre Ríos. Su primer acercamiento a la política se había dado militando en el justicialismo de la provincia, del que se alejó a fines de los años 80. Entre 2005 y 2009 había sido presidenta de la Sociedad Rural de Diamante.

Para las elecciones de 2009 fue convocada por Patricia Bullrich de la CC-ARI para sumarse a la lista de diputados del ACyS. Se presentó como segunda candidata detrás de Benedetti e ingresó a la Cámara con mandato hasta 2013. Ese año buscó su reelección, pero la lista de UNEN obtuvo el tercer puesto y no ingresó ningún legislador. Continuó vinculada a la dirigente de Elisa Carrió y fue promovida por esta para ser precandidata a diputada en 2017, aunque finalmente quedó afuera en el armado de las listas. En 2019 se candidateó para diputada provincial, pero no llegó a ingresar a la Cámara.

En definitiva, se trata de actores para los que los sucesos de 2008 abrieron una oportunidad de comenzar sus carreras políticas “por arriba” a partir de su propulsión a las cabezas de lista para diputados nacionales, habiendo tenido poco o ningún involucramiento previo en la vida partidaria de las agrupaciones por las que se presentaron. Para ello hicieron valer sus credenciales extrapolíticas tanto colectivas – el activismo en la representación rural – como individuales – su conocimiento mediático.

## **6 Estrellas fugaces en el Congreso: los gremialistas**

Un tercer conjunto de agrodiputados está conformado por aquellos que sólo ocuparon su banca en la Cámara Baja por un único mandato entre 2009 y 2013. Es decir, que no se candidatearon para ser reelegidos ni para ocupar nuevos puestos, sino que retornaron al gremialismo rural como principal actividad de representación ni bien finalizó su cargo en el Congreso. Consideramos el no haberse postulado en elecciones subsiguientes como indicador de que su apuesta principal se encontraba en la carrera dentro de sus entidades gremiales.

Aquí tenemos a Jorge Chemes (1956), productor lechero entrerriano que presidió la Sociedad Rural de Nogoya, integró la Cámara de

Productores Lecheros de Entre Ríos, fue miembro de AACREA y fundó y presidió la filial Nogoyá de esa entidad. Para la época del conflicto con el campo presidía la Federación de Asociaciones Rurales de Entre Ríos y era miembro de CRA. En las legislativas de 2009, Chemes fue el tercero que ingresó como diputado en la lista del ACyS de Entre Ríos que llevaba también como candidatos a Benedetti y a Ré. Al finalizar su mandato en 2013 volvió a ser elegido presidente de FARER y dos años después vicepresidente primero de CRA.

Por su parte, Lucio Aspiazú (1959) proviene de una familia de productores ganaderos del sur de Corrientes. Fue presidente de la Sociedad Rural de Curuzú Cuatiá y de la Fundación Correntina de Sanidad Animal y consejero de CRA. En las elecciones de 2009 encabezó la lista del ACyS de Corrientes. Al finalizar su mandato en 2013 volvió de lleno a la producción agropecuaria y al gremialismo rural. En la actualidad es presidente de la Asociación Argentina de Criadores de Corriedale.

También encontramos a Pablo Orsolini (1955), productor agropecuario de Villa Ángela, Chaco, con militancia en el Partido Socialista (PS) y nutrida trayectoria en el gremialismo. Allí fue presidente de la filial local de la FAA entre 1982 y 1999 y representante de esa entidad en el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). También se desempeñó como presidente de la Cooperativa Agrícola Regional Villa Ángela y vicepresidente de la federación de cooperativas FeCoFe. A partir de 2000 asumió como vicepresidente primero de la FAA y en 2002 fue nombrado director del Registro Nacional de Trabajadores Rurales y Empleadores (RENATRE) en representación de su entidad y luego su presidente a partir de 2005. Para las legislativas de 2009 encabezó la lista del ACyS-Frente de Todos en el Chaco e ingresó como diputado nacional con mandato hasta 2013. Al año siguiente intentó ser presidente de la FAA, quedando segundo y como principal referente de la oposición interna.

Por su parte, como militante del radicalismo pampeano, Ulises Forte (1962) ocupó diversos cargos en la UCR provincial desde la década del 80. Su participación en la FAA en tanto productor agropecuario de la zona data de la misma época y lo llevaría por distintos cargos hasta ser vicepresidente segundo a nivel nacional entre 2005 y 2009. El conflicto

con el campo lo encontró en un rol muy activo en las manifestaciones y cortes de ruta. En 2009 fue precandidato a senador nacional, pero perdió la interna con Juan Carlos Marino y se postuló para diputado encabezando la lista del ACyS. Triunfó y ocupó su banca hasta 2013, cuando volvió de lleno a la actividad gremial. Fue designado representante de la FAA en el Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina y, a partir de 2015, su presidente.

Finalmente, presidenta de la FA de Río Cuarto, Córdoba, e integrante del Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha, Estela Garnero (1958) es una productora agropecuaria del sur cordobés que adquirió notoriedad con los cortes de rutas durante el conflicto con el campo en 2008. Como consecuencia, fue convocada por el oficialismo de la provincia a cargo de Juan Schiaretti – que venía de romper con el gobierno kirchnerista para formar un espacio peronista disidente – a los fines de ocupar el segundo lugar en la lista de candidatos a diputados de Unión por Córdoba (UC), a pesar de no haber tenido ninguna militancia previa en ese espacio político. Ingresó a la Cámara con mandato hasta 2013 y no volvió a candidatearse desde entonces.

Estos agrodiputados poseen una estructura de capitales similar a la de los amateurs con proyecto político – reconocimiento como parte del ruralismo y conocimiento mediático –, pero, aun si en algunos casos han tenido una militancia partidaria, los diferencia el hecho de que para ellos la principal apuesta se encontró en las organizaciones rurales y no en los partidos. El conflicto de 2008 significó su ingreso a la política, pero no el inicio de una carrera en la arena partidaria.

## **7 Procedencias múltiples, destinos divergentes**

**Cuadro I – “Perfiles de agrodiputado”**

Diputado	Provincia	Carrera política pre 2009	Situación en 2009	Partido	Lista (posición y cantidad de electos)	Comisión de Agr. y Gan.	Máxima autoridad alcanzada en comisiones	Carera política post 2013								
Alonso	Córdoba	Secretario de Agricultura nacional y provincial, DP y DN	Dirigente de CRA	FCyS	Lugar 1º Entraron 3	Sí	Presidente Economía	-								
									Benedetti	Entre Ríos	Empresario, Bolsa de Cereales	ACyS	Lugar 1º Entraron 3	No	Vicepresidente 2º Economía	Candidato a DN; director Banco Nación; DN; candidato a G
Buryaille	Formosa	-	Vicepresidente 2º de CRA	ACyS	Lugar 1º Entró 1	Sí	Presidente Agricultura	Candidato a G y a Intendente; Ministro de Agroindustria; precandidato a DN								
									Olmedo	Salta	Sin afiliación	SST	Lugar 1º Entró 1	No	Secretario Defensa	Candidato a G, Vice G y SN; DN
Chemes	Entre Ríos	-	Dirigente de CRA	ACyS	Lugar 3º Entraron 3	Sí	Secretario Minería	-								
									Aspiazú	Corrientes	Dirigente de CRA	ACyS	Lugar 1º Entró 1	Sí	Secretario Ciencia y Tecnología	-
Forte	La Pampa	-	Vicepresidente 2º de FAA	ACyS	Lugar 1º Entró 1	Sí	Secretario DDHH	-								
									Garnero	Córdoba	Dirigente de FAA	UC	Lugar 2º Entraron 2	Sí	Secretario Población y Asuntos Cooperativos	-

Abreviaturas: DP: diputado provincial; DN: diputado nacional; SN: senador nacional; G: gobernador. Fuente: Elaboración propia.

El cuadro 1 sintetiza una serie de variables que da cuenta de las diferencias entre los tres perfiles de agrodiplomados. En primer lugar, los políticos profesionales tienen una carrera política preexistente con varios cargos previos y, en uno de los casos, también posteriores. Es decir que la diputación 2009-2013 se encastró en una sucesión más o menos interrumpida de distintos puestos. En cuanto a las comisiones, Agricultura y Ganadería no pareció ser especialmente codiciada, en tanto sólo uno formó parte de esta y a título de vocal, mientras que ambos fueron autoridades en la comisión de Economía. Por su parte, los amateurs con proyecto no poseen cargos políticos antes de 2009, pero sí han ocupado o buscado ocupar diversos puestos legislativos y ejecutivos, así como locales, provinciales y nacionales luego de finalizar su mandato o, incluso, durante el mismo. En otras palabras, su banca en 2009 fue el puntapié de una carrera política que se forjó al calor del conflicto agrario. Además, sobre cuatro diputados, tres ocuparon puestos de autoridad en la comisión de Agricultura. Finalmente, los gremialistas no ocuparon cargos políticos antes de 2009 ni después de 2013. Su carrera política partidaria se limitó a la diputación que analizamos. Muestran además una posición más marginal en el Congreso en comparación con los grupos anteriores, como lo demuestra el que tengan una menor proporción de cabezas de lista y que no hayan sido autoridad ni en la comisión de Agricultura ni en ninguna de las consideradas centrales (Presupuesto y Hacienda, Asuntos Constitucionales, Relaciones Exteriores, Economía, entre otras)<sup>11</sup>.

**Cuadro 2** – “Recursos movilizados por cada perfil de agrodiplomado”

	Político		Extra-político	
	Colectivo	Individual	Colectivo	Individual
Políticos profesionales	Son “hombres de partido”	Poco o nulo (a excepción de Olmedo)	Miembros de organizaciones ruralistas o entidades patronales del sector	Mediático
Amateurs con proyecto	Poca o ninguna cercanía previa con la política partidaria			
Gremialistas				

Fuente: Elaboración propia.

11 La única excepción es la de Orsolini, quien presidió la comisión de Asuntos Cooperativos, Mutuales y de ONG. Esta constituye una comisión de segundo orden, pero es significativa para él, en tanto se encuentra vinculado al cooperativismo en su provincia.

El análisis al nivel de los recursos que cada uno movilizó en ocasión de presentarse a las legislativas de 2009 se encuentra sintetizado en el cuadro 2 y muestra nuevas diferencias entre los tres perfiles. Primeramente, los políticos profesionales son, ante todo, representantes de una empresa política colectiva (GAXIE, 2004), "hombres de partido" que cuentan con un capital en su pertenencia partidaria, traducido en saberes, redes, prácticas y estructuras disponibles para competir en elecciones. Pero el conflicto con el campo también los dota de un reconocimiento como parte de ese colectivo, que comparten todos los agrocandidatos. La principal diferencia con los demás se encuentra en que, tanto los amateurs con proyecto como los gremialistas, carecen en líneas generales de ese capital del militante partidario, aunque todos se postularon por partidos ya existentes o por alianzas que agrupan a distintos partidos ya implantados y con sus propias estructuras. De todos modos, formar parte de distintas organizaciones ruralistas también constituye un recurso colectivo que supone toda una serie de saberes acerca de las actividades de representación, prácticas de negociación, competencia en elecciones y otras que, si bien difieren de las estrictamente partidarias, se le asemejan.

Ahora bien, en líneas generales, aceptar una candidatura puede ser visto como una apuesta en la que se consiente en invertir una determinada cantidad de recursos, tiempo y esfuerzo. Si se gana el cargo para el cual se postuló, las actividades que se ejercían antes de asumir se verán en algún modo postergadas. De allí que toda inversión en la competencia partidaria pueda ser vista al mismo tiempo como una desinversión en el espacio del cual proviene el actor.

Para el caso de los amateurs con proyecto y los gremialistas, el peligro de aceptar una postulación no residió tanto en el posible descuido de sus actividades productivas como en la probable pérdida de espacios en las organizaciones ruralistas, para el caso de los que en 2009 se encontraban más activos en ellas. En tanto empresarios agropecuarios, aun cuando descuiden su actividad, siguen recibiendo ganancias de sus campos antes, durante y después de su paso por la política partidaria. Pero como dirigentes ruralistas, el ingreso a la política puede comportar mayor riesgo, a menos que se haya encontrado un "techo" al crecimiento dentro de la organización o se perciba el involucramiento partidario como un recurso a hacer valer con posterioridad. Estas decisiones suponen implementar

estrategias que privilegien la carrera político partidaria, la carrera dentro de la organización patronal o intentar conciliar ambas (OFFERLÉ, 2013).

Como toda tipología supone “estilizar” o “acentuar” algunos de los rasgos constatados en la realidad en beneficio de la posibilidad de categorizar y elaborar hipótesis de trabajo, corresponde remarcar ciertas particularidades. El caso de Alfredo Olmedo es particular en tanto no pertenece a ninguna organización ruralista y posee un tipo de capital político individual en la medida que se asemeja al empresario político individual (GAXIE, 2004), dueño de sus propios medios y de un reconocimiento ligado a su persona antes que a un partido u organización. En segundo lugar, Alonso continúa formando parte de CRA, aunque su principal activismo en dicha entidad haya sido en las décadas del ochenta y el noventa. Esto también supone un capital extrapolítico de tipo colectivo, no obstante para 2009 se encuentra mucho más ligado a la política partidaria que a la representación gremial. Finalmente, tanto Forte como Orsolini y Ré fueron militantes o estuvieron ligados a las estructuras partidarias del radicalismo, el socialismo y el peronismo primero y la CC después, respectivamente.

## 8 Reflexiones finales

La cuestión de la participación de los dirigentes agropecuarios en las listas de candidatos al Congreso en 2009 había sido abordada principalmente desde la ciencia política a partir de la pregunta por la coordinación electoral entre las entidades del agro y los partidos políticos, mostrando cómo no habían sido las elites ruralistas las que habían buscado apoyo a candidaturas propias en los partidos, sino que fueron estos últimos los que se lanzaron a buscar candidatos del agro para cosechar un mayor caudal de votos (DEL COGLIANO, 2016). Analizando las trayectorias y carreras de cada uno de estos actores ampliamos el conocimiento sobre el tema revelando las heterogeneidades de este conjunto de actores y distinguiendo tres perfiles de agrodiputados en función de sus trayectorias y de los recursos que movilizaron para llegar al Congreso en 2009.

En este sentido, las fronteras del espacio político argentino muestran cierta porosidad al permitir el ingreso de agentes en principio ajenos a las lógicas partidarias, aunque, como vimos, diestros en la práctica de la

representación de intereses. El creciente desprestigio del parlamento y de la actividad política en general vuelve más plausible el ingreso de estos actores, en tanto los partidos buscan legitimarse frente al descrédito imperante, no obstante son los momentos de mayor turbulencia política – entre los cuales el conflicto con el campo en 2008 es quizás uno de los mayores ejemplos en la Argentina de los últimos años – cuando la oportunidad de ingresar a la competencia electoral aumenta para aquellos que se presentan por primera vez (CANON, 1990).

Ahora bien, dicha apertura, que incluye la incorporación de estos actores, no mengua el peso de las dinámicas estrictamente políticas. Recordémoslo. La primera mitad de los mandatos de estos diputados, entre 2009 y 2011, transcurrió en un Congreso en el que ni el oficialismo ni la suma de las fuerzas de la oposición contaban con mayoría propia. Esto despertó en los partidos opositores ciertas esperanzas de doblegar al gobierno, que pronto se vieron naufragadas ante un parlamento trabado y con poca iniciativa. Luego, tras las elecciones de 2011 en las que Cristina Kirchner resultó reelegida por una amplia diferencia, el kirchnerismo recuperó sus mayorías en ambas Cámaras y la segunda mitad de los mandatos de estos diputados transcurrió en posiciones de clara minoría. Ambos momentos representaron escenarios muy poco favorables para la promoción de los reclamos sectoriales que pretendían impulsar.

Para estos candidatos, el conflicto con el campo significó una oportunidad, ya sea de volver a competir y triunfar en elecciones como de hacerlo por primera vez. Pero los capitales extrapolíticos, el llegar "desde afuera" o el ser identificado con determinado sector por fuera de la política, sólo constituyó un recurso al comienzo. Luego, la política impone sus propias lógicas y dinámicas, con lo que las condiciones de continuidad, interrupción o fin de sus carreras, así como el desempeño en su cargo, ya no dependen del reconocimiento adquirido en protestas que quedaron lejos en el tiempo. Estas lógicas son bien conocidas por los políticos profesionales y rápidamente aprendidas tanto por los amateurs con proyecto como por los gremialistas, aunque de manera relativamente exitosa para los primeros y frustrante para los segundos.

En cada una de las elecciones legislativas posteriores volvieron

a presentarse con suerte dispar otros candidatos provenientes de organizaciones ruralistas, evidenciando que la identificación con el sector agropecuario se convertiría después de 2008 en un recurso a hacer valer en el ingreso a la competencia electoral. No obstante, el escenario de 2009 presenta la particularidad de que dicho capital irrumpe de manera novedosa y tras un hecho de gran conmoción.

Mientras que las consecuencias del conflicto con el campo en la composición de las elites políticas argentinas parecen bastante limitadas desde el punto de vista cuantitativo, el estudio del ingreso a la política de dirigentes del mundo agropecuario permite comprender las relaciones entre las elites políticas y las elites económicas, tanto como las condiciones de reconversión de los recursos individuales y colectivos en capital político en la Argentina contemporánea.

## Referencias

- AGROSÍTIO. Los agrodiputados van divididos al Congreso. 30 nov. 2009. Disponible en: <http://www.agrositio.com/vertex/vertex.php?id=107548&se=>. Acceso en: 5 feb. 2018.
- ARMELINO, M. Los sindicalistas en el parlamento argentino (2013-2015). **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 4, n. 3, p. 267-290, sep./dic. 2016.
- BOLTANSKI, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus. **Revue Française de Sociologie**, París, v. 14, n. 1, p. 3-26, 1973.
- BRUÈRE, M-H.; GAXIE, D. Le recrutement extra-parlementaire des ministres sous la Ve République. DEROSIER, J.-P.; SACRISTE, G. (dir.). **L'État, le Droit, le Politique Mélanges en l'honneur de Jean-Claude Colliard**. París: Dalloz: 2014. p. 339-349.
- CANELO, P. Acerca de la construcción de carreras políticas en la Argentina. Los senadores nacionales en 1973, 1983 y 1989. **Polhis**, v. 4, n. 7, p. 140-153, 2011.
- CANELO, P. Ministros políticos y ministros técnicos. La cuestión de la Defensa en la Argentina desde 1966 a la actualidad. In: CANELO, P.; HEREDIA, M. (comp.). **Los puentes y las puertas**. Las fronteras de la política argentina a través de sus elites. San Martín: Universidad Nacional de San Martín, 2019. p. 157-180.
- CANON, D. T. **Actors, Athletes, and Astronauts**. Political Amateurs in the United States Congress. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- CLARÍN. Sólo quedarán 2 'agrodiputados' de los 11 que entraron en 2009. 29 oct. 2013. Disponible en: [https://www.clarin.com/politica/solo-quedaran-agrodiputados-entraron\\_0\\_SJCl3nGoPmg.html](https://www.clarin.com/politica/solo-quedaran-agrodiputados-entraron_0_SJCl3nGoPmg.html). Acceso en: 6 feb. 2018.

DAMIN, N. Del sindicato al parlamento. La profesionalización política de dirigentes sindicales-políticos en la Argentina del siglo XX. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2011 [en línea]. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/62081> Acceso en: 16 ago. 2017.

DANDAN, A. La cosecha de los agrodiputados. **Página 12**, 30 junio 2009. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-127501-2009-06-30.html>. Acceso en: 5 feb. 2018

DE LUCA, M.; MALAMUD, A. Argentina: turbulencia económica, polarización social y realineamiento político. **Revista de Ciencia Política**, v. 30, n. 2, p. 173-189, 2010.

DEL COGLIANO, N. C. Después del conflicto con el campo en 2008, ¿los partidos abrieron sus listas a los dirigentes agropecuarios? Un estudio sobre la coordinación electoral de elites partidarias y agropecuarias en Argentina. **Desarrollo Económico**, v. 56, n. 218, p. 101-130, 2016.

DONATELLO, L. M. Legisladores Representantes Empresariales en Argentina y Brasil: la emergencia de una categoría de especialistas. **Sociología e Política**, v. 25, n. 63, p. 139-158, 2017.

DONATELLO, L. M.; LEVITA, G. ¿Renovación de las elites o renovación de las élites políticas? Los diputados *outsiders* en los países del Mercosur (2003-2015). **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 16, n. 2, p. 45-64, 2017.

FERRARI, M. Algunas reflexiones acerca del proceso de profesionalización política. Aspectos generales y observaciones sobre la Argentina del siglo XX. *In*: PÉREZ, G.; AELO, O.; SALERNO, G. (ed.). **Todo aquel fulgor**. La política argentina después del neoliberalismo. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2011.

GAXIE, D. Apréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 2-3, p. 145-178, 2002.

GAXIE, D. **La democracia representativa**. Santiago de Chile: LOM, 2004.

GENÉ, M. En torno a los profesionales de la política. Trayectorias, prácticas y destrezas en el ejercicio del poder político desde el estado. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 85-107, 2011.

GENÉ, M. Los ministerios políticos del gabinete nacional: perfiles y puertas de entrada de sus elites en democracia. *In*: CANELO, P.; HEREDIA, M. (comp.). **Los puentes y las puertas**. Las fronteras de la política argentina a través de sus elites. San Martín: Universidad Nacional de San Martín, 2019. p. 209-233.

GIORGI, G. Los factores "extrapolíticos" de la carrera política: Una aproximación a las sociabilidades de los ministros de la Nación en la Argentina (1854-2011). **Política – Revista de Ciencia Política**, v. 52, n. 2, p. 243-275, 2014.

GRASS, C. Empresarios rurales y acción política en Argentina. **Estudios Sociológicos**, v. 30, n. 89, p. 459-487, 2012.

HEREDIA, M.; GENÉ, M.; PERELMITER, L. Hacia una socio-historia del Gabinete Nacional. **Polhis**, v. 5, n. 9, p. 284-290, 2012.

HORA, R. La crisis del campo del otoño de 2008. **Desarrollo Económico**, v. 50, n. 197, p. 81-111, 2010.

JOIGNANT, A. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del capital político. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 74, n. 4, p. 587-618, 2012.

LA NACIÓN. Los agrodiptados pelean espacios clave. 8 dic. 2009. Disponible en <https://www.lanacion.com.ar/1209201-los-agrodiptados-pelean-espacios-clave>. Acceso en: 5 feb. 2018.

LANDAU, M. Campo político y elencos legislativos en la Ciudad de Buenos Aires (1997- 2011): un análisis sobre la renovación legislativa y política local. **Congreso Internacional Élités y liderazgo en tiempos de cambio**. Salamanca: [s. n.], 2015.

LASCURAIN, M. C. Mundo sindical, confianza y expertise: los puentes de acceso a la elite ejecutiva en Santa Fe (1983-2007). *In*: CANELO, P.; HEREDIA, M. (comp.). **Los puentes y las puertas**. Las fronteras de la política argentina a través de sus elites. San Martín: Universidad Nacional de San Martín, 2019. p. 129-153.

LATTUADA, M. **Acción Colectiva y Corporaciones Agrarias en la Argentina**. Transformaciones Institucionales a Fines del Siglo XX. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

LEIRAS, M.; CRUZALEGUI, I. Argentina: problemas macroeconómicos, conflicto social y debilitamiento de la coalición de gobierno. **Revista de Ciencia Política**, v. 29, n. 2, p. 223-246, 2009.

LEVITA, G. La política como profesión: perfiles y tipos de trayectorias de los senadores argentinos. **Telos**, v. 17, n. 1, p. 38-57, 2015.

LEVITA, G. ¿De patricios a plebeyos? Sociología de las elites políticas. El Senado y los senadores argentinos en la primera década del siglo XXI. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 51, p. 13-35, 2017.

LEVITA, G. Llegar a la Cámara de Diputados de Argentina “desde afuera”: recursos, inversiones y marginalidades. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 27, n. 71, p. e001, 2019.

MELLADO, V. La representación política en cuestión. Trayectorias de los legisladores de Mendoza en el largo plazo (1946-1999). *In*: MAURO, S.; ORTIZ DE ROZAS, V.; PARATZ, M. (comp.). **Política Subnacional en Argentina**. Enfoques y problemas. Buenos Aires: CEAP-Honorable Senado de la Nación, 2016. p. 143-177.

MUSTAPIC, A. M. Los partidos políticos en la Argentina: condiciones y oportunidades de su fragmentación. *In*: ACUÑA, C. H. (comp.). **¿Cuánto importan las instituciones?** Gobierno, Estado y actores en la política argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013. p. 249-290.

NARDACCHIONE, G.; TARABORELLI, D. La importancia de los aliados: un estudio sobre el conflicto rural (marzo-julio 2008). *In*: ARONSKIND, R.; VOMMARO, G. (Comp.). **Campos de batalla**. Las rutas, los medios y las plazas en el nuevo conflicto agrario. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p. 119-152.

OFFERLÉ, M. Entrées en politique. **Politix**, v. 9, n. 35, p. 3-5, 1996.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. *In*: OFFERLÉ, M. (dir.). **La profession politique XIXe-XXe siècles**. París: Belin, 1999. p. 7-35.

OFFERLÉ, M. **Los partidos políticos**. Santiago de Chile: LOM, 2004.

OFFERLÉ, M. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis**, v. 1, n. 7, p. 84-98, 2011.

OFFERLÉ, M. **Les patrons des patrons**. Histoire du Medef. París: Odile Jacob, 2013.

ORTIZ DE ROZAS, V. Las formas de reclutamiento del personal político, una vía de entrada al estudio del régimen político provincial. Santiago del Estero (1999-2009). **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 133-159, 2011.

PERELMITER, L. La constitución de una autoridad plebeya. El ministerio "de la pobreza" en la Argentina reciente. **Polhis**, v. 5, n. 9, p. 309-318, 2012.

RODRIGO, C. Actores, relaciones y escaños. Apuntes para el estudio de las carreras políticas de los diputados nacionales por la Provincia de Buenos Aires. **Estudios**, n. 32, p. 135-148, 2014.

SOSA, P. Los dirigentes del Frente para la Victoria Santacruceña: una elite de militantes (1988-2003). *In*: CANELO, P.; HEREDIA, M. (comp.). **Los puentes y las puertas**. Las fronteras de la política argentina a través de sus elites. San Martín: Universidad Nacional de San Martín, 2019. p. 109-128.

TISSOT, S. Les reconversions militantes. *In*: TISSOT, S., GAUBERT, C.; LECHIEN, M-H. (ed.). **Reconversions militantes**. París: Pulim, 2004. p. 9-17.

TORRE, J. C. Los huérfanos de la política de partidos. Sobre los alcances y la naturaleza de la crisis de representación partidaria. **Desarrollo Económico**, v. 42, n. 168, p. 647-665, 2003.

TULA, M. I.; DE LUCA, M. Reglas electorales y dinámicas políticas en la selección de candidatos. Cambios y continuidades de Alfonsín a los Kirchner. *In*: MALAMUD, A.; DE LUCA, M. (coord.). **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 73-84.

VOMMARO, G. **La larga marcha de Cambiemos**. La construcción silenciosa de un proyecto de poder. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

VOMMARO, G.; ARMESTO, M. ¿Nuevos políticos en el partido, viejos políticos en las listas? Reclutamiento partidario y división del trabajo político en PRO, en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Pasado Abierto**, n. 2, p. 110-132, 2015.

WEBER, M. La política como profesión. *In*: WEBER, M. **La ciencia como profesión – La política como profesión**. Madrid: Austral, 2007. p. 82-102.

Recibido: 10/12/2018  
Acepto: 21/06/2019

## Professionals, amateurs and rural associations' leaders. Trajectories and entries to politics of the "agro-deputies" in the Argentine Congress

### **Abstract**

This article is framed into a political sociology of elites and looks into political entries in nowadays Argentina through the social, unionist and political trajectories of the Argentine national congressmen elected in 2009 who came from the agricultural entrepreneurs unions, known as "agrodiputados". It achieves it from a qualitative perspective and using in-depth interviews and secondary sources. We show how these congressmen, who had been studied since their common features, are in fact a heterogeneous group where we can find three different profiles. We analyse their entrances into politics and the conversion of their resources into political capital. We show how coming "from outside" only counted as a resource at the beginning of their career. Then, professional politics logic prevailed.

**Keywords:** Congressmen. Entering politics. Political capital. Political careers. Argentina.

# Assistentes sociais para além do serviço social

**Pedro Simões<sup>1</sup>**

## Resumo

O artigo discute a utilização da denominação “assistentes sociais” como forma de designação dos trabalhadores da assistência social, para além daqueles formados nos cursos de serviço social. O texto mostra que as fragilidades da estruturação do serviço social, como profissão, no Brasil e em diversas experiências internacionais, fazem desta atividade uma ocupação sem contornos claramente definidos. Com isso, há uma utilização por diversos agentes sociais, no mercado de trabalho, da nomenclatura “assistentes sociais”. O artigo demonstra, utilizando dados do Censo de 2010, que, a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é possível identificar “assistentes sociais” com os mais variados perfis, tanto técnicos quanto com nível superior, todos utilizando a mesma referência ocupacional.

**Palavras-chave:** Assistente social. Assistência social. Ocupações. Profissões.

## I Pressupostos

O serviço social se constituiu como profissão, no final dos anos 1950, quando foi sancionada a lei que regulamenta o seu exercício em 1957<sup>2</sup> (depois referendada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993). Alguns anos antes, na mesma década, o ensino da profissão também foi normatizado (1953)<sup>3</sup>. A partir destes marcos, pouco depois, foram criados o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) com o objetivo de fiscalização do exercício profis-

1 Informações sobre o autor. E-mail: Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia, e-mail: josepeneto@gmail.com

2 Lei nº 3.252, publicada no Diário Oficial de 28 de agosto de 1957 e revogada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

3 Lei nº 1.889, publicada no Diário Oficial de 20 de junho de 1953.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

sional. Portanto, na metade do Século XX, o Serviço Social no Brasil já era uma profissão estruturada, com uma rede de formação<sup>4</sup> e com uma rede de fiscalização do exercício profissional. Isso significa a criação de um monopólio de mercado onde somente se pode trabalhar profissionalmente como “assistente social” quem possuir registro no conselho profissional.

Esta legislação tem como um de seus focos o monopólio das atividades de serviço social para aqueles que cursam o respectivo curso superior e apresentam o registro no órgão regulador da categoria, atribuindo a estes a designação de assistentes sociais. Portanto, esta nomenclatura é exclusiva para os que cumprem os pré-requisitos assinalados e não guarda relação com a atuação na área da assistência social. Embora a semelhança denominativa, os assistentes sociais não são os executores exclusivos neste campo de trabalho, ao contrário, limitam-se a operar os serviços sociais. Isto significa que toda ação fora deste limite pode ser exercida por outros profissionais.

Bourdieu (2004) chama atenção para a importância do “diploma” como um “capital cultural institucionalizado”. Uma vez adquirido, seu portador recebe uma “certidão de competência cultural” na área em que se formou. Esta garantia é: “constante e juridicamente garantido[a]”, pois o próprio diploma, como um fetiche, possui uma “autonomia em relação ao seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui” (BOURDIEU, 2004, p. 78). Assim, uma certificação em uma universidade com grande reconhecimento e prestígio garante uma “competência” para seus portadores que é conferida pela instituição, independentemente da capacidade de estes desempenharem convenientemente suas atividades profissionais no mercado. Essa qualidade adquirida é “para sempre”, contendo, inclusive um aspecto jurídico. Além disso, com o diploma, segundo Bourdieu, evita-se que seu portador tenha que, constantemente, demonstrar seu valor.

Portanto, há um duplo processo em questão: a busca jurídico-legal de fechamento de mercado opera-se tanto na consolidação de leis que regulamentem o exercício profissional, mas também, cria certificações

---

4 Em meados dos anos 1960, já havia 34 cursos de serviço social no Brasil, segundo Simões (2013).

(diplomas) que atestem a competência específica em determinada área particular. Esses dois mecanismos geram “descontinuidades duráveis e brutais” (BOURDIEU, 2004, p. 78) que separam aqueles que sabem e fazem, sem certificação, portanto, tendo que comprovar uma competência constantemente; e aqueles que, a despeito do que façam, têm sua intervenção legitimada; aqueles que independentemente da eficácia da sua ação, podem ser impedidos de fazê-lo por aspectos jurídicos; e os outros que, apenas por serem diplomados, têm seu fazer reconhecido e validado juridicamente.

O campo da assistência social revela, pois, dois cenários, como será visto ao longo deste artigo. O primeiro, no qual há uma diversidade de atores atuando, já que não se trata aqui de uma profissão, no seu sentido estrito; neste campo, o assistente social é, apenas, um de seus agentes. O segundo cenário é a própria identificação de uma disputa sobre a denominação “assistente social”, visto que, os recursos utilizados de fechamento de mercado detêm pouco valor na prática institucional.

Esse artigo, além da introdução e das considerações finais, divide-se em três seções. A segunda seção apresenta dados sobre os “múltiplos” agentes que atuam na assistência social; na seção seguinte, a qual está subdividida em duas, enfoca algumas dificuldades de os assistentes sociais legitimarem seu saber e suas práticas, independentemente dos mecanismos de fechamento de mercado, sendo, o primeiro subitem destinado às questões nacionais e o segundo às internacionais; por fim, são apresentados dados do Censo 2010 que revelam uma pluralidade de agentes denominados como “assistentes sociais”.

## **2 Assistência Social: um campo com múltiplos agentes**

Para abordar o primeiro aspecto, são utilizadas duas pesquisas que revelam a divisão de ocupações dentro da área da assistência social. A primeira foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, sobre assistência social, enfocando especificamente, o perfil da atuação dos municípios brasileiros. Nela, há informações sobre aqueles que operam a assistência social em plano local. Segundo os dados coletados, 29,1% desses agentes tinham curso superior ou mais (24,6% com graduação e 4,5% com pós-graduação); 49,9% com nível médio; e 21% com

ensino fundamental ou menos. Mesmo que todos os gestores com nível superior fossem assistentes sociais (com formação no curso de Serviço Social), ainda assim, teríamos o percentual não pequeno de 70% de agentes com formação escolar fundamental ou do ensino médio (IBGE, 2010).

No entanto, embora seja a maior presença entre aqueles que têm formação superior, os assistentes sociais ocupam somente 36,7% destas vagas. Em seguida, encontram-se os psicólogos (15,1%)<sup>5</sup> como principais agentes (com nível superior) da assistência social, seguidos dos pedagogos (12,5%). Outras qualificações com educação superior perfazem um total de 35,7%. Olhando o conjunto de todo o pessoal ocupado na assistência social nos municípios, é possível identificar que somente 10,7% são assistentes sociais e que, em sua maioria, os executores das ações assistenciais são agentes de nível médio (49,9%) e fundamental (21%). Psicólogos (4,4%) e Pedagogos (3,6%) que atuam também assistencialmente têm presença ainda mais reduzida do que os assistentes sociais.

Alguns anos antes, em 2006, o próprio IBGE já havia realizado outra pesquisa, também sobre o tema da assistência, mas considerando as entidades privadas sem fins lucrativos (IBGE, 2007). Esses dados trazem uma complexificação do problema e, por isso, estão sendo apresentados posteriormente à pesquisa com os municípios.

Nesta pesquisa, verificou-se que, primeiro, os voluntários eram a maior parte da mão de obra ativa, perfazendo um total de 53,4%, contra 46,6% contratados. Independentemente do tipo de vínculo estabelecido (voluntário ou não) com as instituições, 30,6% têm nível superior, contra 42,9% com nível médio, e 26,5% com nível fundamental. Entre os que têm nível superior, novamente, qualquer que fosse o tipo de vinculação (os dados disponibilizados pela pesquisa não são claros sobre a diferença entre os tipos de vínculo), os profissionais que mais se sobressaem são os pedagogos (26,2%), seguidos dos médicos (8,9%), dos assistentes sociais (7,5%) e dos psicólogos (7,1%).

Portanto, a participação dos assistentes sociais nas práticas assistenciais é muito reduzida. Nos municípios estão à frente de apenas 10,7% da

---

5 Os psicólogos vêm criando reflexões sobre a especificidade de suas intervenções no campo assistencial, como pode ser observado nos trabalhos de Cruz e Guareschi (2009, 2014).

gestão assistencial; em âmbito privado, sua contribuição não passa de 2,3% (considerando todo o contingente de operadores e não somente aqueles com nível superior). É neste contexto que estes profissionais buscam monopolizar a denominação de assistentes sociais.

Há, no entanto, algumas dificuldades a serem enfrentadas, como se observa no próximo item.

### **3 Dificuldades**

#### **3.1 Dificuldades Nacionais**

A busca de garantia da denominação exclusiva da denominação de assistentes sociais para os que cumprem o requisito de realizarem o curso de serviço social ocorreu desde os anos 1950, como visto. Pode-se afirmar que foi neste período que o serviço social passou a ser institucionalizado pelo Estado, obtendo um reconhecimento legal do ensino e de sua prática. No período, a formação dos cursos foi rápida chegando em 1979 com 65 centros de formação espalhados pelo país. Na década anterior, os cursos de pós-graduação já tinham sido igualmente implantados.

No entanto, entre os anos 1960 e 1970, a formação em Serviço Social no Brasil ainda era criticada por conter elementos moralistas, ser muito referida à literatura estrangeira, principalmente americana e francesa, e conter baixos elementos técnicos e teóricos. São essas características que derivam nos processos, assim denominados pela categoria dos assistentes sociais, como “reconceituação” e “renovação” profissional. A partir desses movimentos, manifestaram-se novas influências teóricas na profissão (NETTO, 1992; SIMÕES, 2013).

O resultado destes processos não foi o fortalecimento da profissão ou da profissionalização desta ocupação, mas ao contrário, a formação de uma disputa política interna. Nesta, os marxistas apontavam para a necessidade de se pensar as intervenções profissionais, não do ponto de vista das reformas sociais, mas da revolução. Somente esta última teria condições de superar as marcas da exploração de classe no capitalismo, ainda que seu principal ideólogo tenha apontado para total incompatibilidade entre a base cultural de surgimento do serviço social (reformista conservador) e

o pensamento marxista – revolucionário, segundo Netto (1989). Mais do que simplesmente se constituir como uma tendência dentro do espectro teórico profissional, os autores e docentes marxistas buscaram submeter toda a formação profissional aos parâmetros da teoria marxista.

Se antes o fazer profissional já carecia de uma base técnica clara e legitimada, naquele momento a influência marxista transformava os profissionais em agentes políticos, destituindo claramente os elementos técnicos da intervenção. A partir de 1979, após o III Congresso Brasileiro de Serviço Social, a “hegemonia” marxista começou a ocorrer de forma mais clara, principalmente com o aparelhamento das principais instituições representativas da profissão (SIMÕES, 2013).

O que está em questão é o quanto essas variações na formação profissional contribuíram para a legitimação da atividade profissional dos assistentes sociais na área da assistência social. O crescimento do serviço social esteve associado ao próprio crescimento do Estado e à estruturação da rede de proteção social, atendendo à dinâmica nacional de consolidação dos Estados de Bem-Estar Social em cada país.

No Brasil, este processo ocorreu, sobretudo, no período da ditadura militar, como mostra o trabalho de Mestriner (2001). A profissionalização dos agentes que atuavam na assistência social, principalmente privada (e religiosa) foi uma exigência de aumento da qualidade de atuação destes agentes para atuarem profissionalmente dentro e fora do Estado na viabilização das políticas assistenciais.

Portanto, a aparente “subserviência” dos profissionais e da formação profissional aos interesses do “capital”, do governo ou das “classes dominantes”, tal como criticada pelos marxistas, se constituiu como um pressuposto para a consolidação da atividade de prestação de serviços sociais como atividade profissional. Vale ressaltar que se buscava, ainda, a legitimidade social da profissão. Temos que considerar que nos anos 1960 e 1970 o serviço social existia formalmente há, somente, 20 anos.

O trabalho de Mestriner (2001) mostra como o Estado brasileiro constitui a base institucional pública para o exercício da profissão, através da consolidação de uma rede de atendimento social. Não parece ser uma

mera casualidade a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, órgão do governo federal criado no governo Vargas para regulamentar a assistência social no país seja de 1938, apenas dois anos após a fundação da primeira Escola de Serviço Social. Além disso, o CNSS passou a atuar através de subvenções às entidades filantrópicas privadas, apoiando a iniciativa de segmentos da elite e da Igreja Católica.

Para além das inúmeras obras confessionais (católicas e não católicas) existentes à época, como o Abrigo Cristo Redentor, a Santa Casa de Misericórdia, a Associação das Senhoras Brasileiras, durante e depois da Segunda Guerra Mundial apareceram as primeiras obras sociais de caráter nacional: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942 e, ao longo dos anos 1940, surgiram as primeiras iniciativas patronais no âmbito do serviço social: Serviço Social da Indústria (SESI-1941) e Serviço Social do Comércio (SESC-1946). É também desse período o surgimento do primeiro-damismo, com o protagonismo de Darci Vargas na relação com a assistência social. Este aparato mobilizou, privilegiadamente, agentes femininos e voluntários. O governo, por intermédio do CNSS, mobilizou e subvencionou os agentes privados na prática da assistência social dentro de uma perspectiva filantrópica e benemerente de ação social, com forte apelo cristão.

A incorporação da ação assistencial pelos governos municipais ocorreu apenas nos anos 1950. A prefeitura paulista foi a primeira a implementar, seguindo os modelos do governo federal, ou seja, através do fortalecimento da filantropia privada, sendo seguida, posteriormente, por outras prefeituras. Entretanto, as prefeituras e estados passaram a implantar ações assistenciais, através de Secretarias específicas para tal, somente no final dos anos 1960.

Os assistentes sociais contam, ainda, com a ampliação da ação assistencial dos governos durante o período militar, a partir da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. A ampliação da área da saúde, assim como a preocupação do cuidado ao menor, feita pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1964, foram outros elementos importantes na construção de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. As políticas de desenvolvimento

nacional das áreas rurais do Brasil contaram com diversos programas sociais, nas áreas de alfabetização de adultos, complementação alimentar, formação de mão de obra, construção de casas populares, formação da mulher, creches, provisão de identidade civil e trabalhista (MESTRINER, 2001).

No entanto, Netto (1992) utilizou a categoria de “sincretismo” para tratar tanto da formação em Serviço Social no Brasil, quanto para qualificar os resultados práticos da intervenção profissional no período anterior à “hegemonia marxista”. Para o autor, o conhecimento de que os assistentes dispunham para a intervenção era um agregado de ideologia de classe, experiências pessoais, valores, noções teóricas, entre outras referências. Com isso, a intervenção profissional não conseguia ir além das aparências dos processos onde esses agentes intervinham, não alterando substantivamente a realidade social e, ao mesmo tempo, não se diferenciando significativamente de outros tipos de intervenção.

Um pouco depois da análise de Netto, um grupo de pesquisadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizou, em 1995, entrevistas com 41 assistentes sociais, entre aqueles com maior poder de formação e opinião na categoria no Brasil. Nesse estudo, foi evidenciada a fragilidade da crítica e das bases do “modelo” interventivo proposto pelos assistentes sociais marxistas.

Como resultado desses estudos, os pesquisadores chegaram, entre outras conclusões, à percepção que o serviço social brasileiro é “[...] talvez a única [profissão] que, no quadro da divisão sociotécnica do trabalho, [que] luta abertamente pelo socialismo como projeto de sociedade e como regime político a ser implantado, como a única profissão que não se define por um projeto de profissão” (DIEESE, 1995, p. 20, nota 5) e, por isso, se afirma como uma “profissão de fé”.

Nesse mesmo estudo, os pesquisadores ainda afirmaram que os entrevistados utilizavam de forma “[...] catequética, fragmentada e reducionista de termos teóricos que perdem sua virtude conceitual, para funcionar como elementos sinalizadores de uma linguagem de reconhecimento” (DIEESE, 1995, p. 20, nota 5). Essa pesquisa demonstra o enfraquecimento do serviço social como profissão técnica, orientada por projetos profissionais

teoricamente fundamentados e revela que sua constituição guarda forte conotação ideológica, obedecendo muito mais uma ética da convicção do que da responsabilidade.

Independentemente da avaliação realizada pelo DIEESE, a literatura do serviço social brasileiro manteve-se afirmando a necessidade de conjugação do pensar de suas práticas à luz do marxismo, para a construção de um “projeto ético-político” para a profissão que superasse o tecnicismo (superação dos estudos de Caso, Grupo e Comunidade<sup>6</sup>), que contivesse elementos maiores do que o próprio fazer profissional, e que contribuíssem para um novo projeto de sociedade, como já havia demonstrado os pesquisadores supracitados.

Quase uma década e meia depois, Glaucio Soares (2009) realizou um balanço das bibliografias utilizadas nos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Entre suas observações, podemos citar: “no Brasil, o Serviço Social não é área do conhecimento voltada para a pesquisa”; “todos os cursos que informaram suas bibliografias à CAPES em 2006 primam pela ausência de temas relacionados com a pesquisa” (SOARES, 2009, p. 12), nem quantitativa, nem qualitativa. Além disso, os “três lemmas” mais identificados nas bibliografias analisadas foram “Marx\* (inclui marxismo etc.) é o mais frequente, com 90 referências, seguido por capital\* com 39 menções, seguida pelo lemma ideol\* com 19”, além de “socialismo (17, comunismo (13)” (SOARES, 2009, p. 13). Assim, temas caros e relevantes para pensar o fazer profissional e as populações atendidas pelos assistentes sociais, como gênero, família, raça/etnia, crimes, violência, geração, religião, entre tantos outros são “esquecidos”. Assim também são igualmente considerados sem interesse os autores que tratam dos temas negligenciados pela categoria.

Como complemento, Soares (2009) ainda observa a predominância de autores eurocêntricos e a ausência de pensadores americanos, africanos e asiáticos. Mesmo os autores latino-americanos, “todos os países latino-americanos estão ausentes da bibliografia” (SOARES, 2009, p. 15). Sua

---

6 Os métodos de Caso, Grupo e Comunidade foram amplamente difundidos e propagados pela “escola americana” de serviço social como bem demonstrou Midgley (1981).

conclusão final é contundente: “Durante muito tempo, houve forte resistência a considerar o Serviço Social como uma disciplina universitária ‘de verdade’. É uma resistência indesejável, que necessita ser superada. Porém, a disciplina foi emparedada dentro de uma retórica ultrapassada, hostil à pesquisa empírica, que dificulta essa superação” (SOARES, 2009, p. 15). Esse caminho, entretanto, foi trilhado mesmo com as observações críticas realizadas por Netto (1989) e já assinaladas, sobre a incompatibilidade existente entre a proposta socialista (marxista) de sociedade, que tem como base a revolução comunista, e a proposta integradora do serviço social e, portanto, reformista.

Em 2017, Oliveira lançou as “23 Teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”, em uma referência às “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx. Sua crítica é contundente à influência desprofissionalizante e ideológica que o marxismo exerceu no Serviço Social brasileiro. A despeito de seu tom pasadista, o autor tenta recuperar o aspecto técnico-profissional que foi combatido e duramente condenado pelos autores marxistas. Seus argumentos, recuperando autores “clássicos” do período de fundação da profissão no Brasil, desqualificam o centro da “hegemonia” marxista no serviço social, a saber, o chamado “projeto ético-político”. Nesse sentido, o autor busca, não só expor as contradições deste novo momento da profissão como também apontar um caminho tradicionalista como alternativa para a sobrevivência da profissão.

No cenário internacional, as limitações e fragilidades do serviço social como profissão também se apresentaram, como pode ser observado no item a seguir.

### 3.2 Fragilidades Internacionais

O que a literatura nacional apontou como uma limitação no processo de profissionalização do serviço social brasileiro também pode ser observado em outros países onde a profissão se implantou. Castel (1998) realizou a crítica ao trabalho social clínico francês como modo de encaminhamento da questão social; Verdès-Leroux (1986) e mais tarde Paugan (2003), também analisando a realidade francesa, afirmam a imposição de valores

(etnocentrismo de classe) dos assistentes sociais, reforçando a fragilidade de uma intervenção técnica desses profissionais.

Marshall (1967) mostra que, na Inglaterra, a partir do período entre guerras, mas também no período posterior, houve uma aproximação entre as práticas assistenciais desenvolvidas pelas entidades filantrópicas e voluntárias e o Estado, além de uma disseminação, em ambas as instituições, das ideias veiculadas pelos pioneiros da profissão (vinculadas à religião). No período após a Segunda Guerra Mundial, a colaboração entre as instituições continua, embora com o maior predomínio das ações do Estado, com o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social inglês.

O importante a ressaltar é que houve uma confluência de propósitos e, mesmo, de formação, entre as ações voluntárias e filantrópicas e a ação profissional<sup>7</sup>. Exatamente a existência destas “fronteiras borradas” vai levar Marshall (1967) a questionar se a assistência social é, de fato, uma profissão. E, sobre isto, afirma que, para a prática da assistência social, “não há nenhum ponto claramente definido, ou nível, no qual o treinamento conduza a uma habilitação profissional reconhecida universalmente” e que os assistentes sociais, deixaram de ser “mentores morais”, como na era vitoriana, para serem “conselheiros psicológicos”, sem estarem, para isto, devidamente preparados. O risco, então, de que a ação profissional derivasse, para um julgamento moral e de que, neste, estivessem presentes elementos típicos do senso comum, não parece ser pequena.

Até os anos 1960, segundo o mesmo autor, a assistência social ainda podia ser “[...] desempenhada por ajudantes familiares especialmente treinados, por conselheiros familiares, por orientadores familiares, por assistentes sociais ou por administradores residenciais”, caracterizando “a imaturidade da Administração social nesse setor específico” (MARSHALL, 1967, p. 167). Ainda assim, o prestígio e *status* social da assistência social continuaram altos e em ascensão.

Em uma análise dos anos 1980, Brauns e Kramer (1986), ao tratarem do panorama europeu, afirmam que a tensão entre as exigências acadêmi-

7 “As áreas de demarcação entre a família e a vizinhança por um lado e o Serviço Social (e particularmente o departamento local de serviços sociais) de outro, são áreas em confusão e disputa” (JORDAN, 1984, p. 21).

cas e as demandas da prática no Serviço Social deriva da difícil coexistência de uma base disciplinar/“científica” eclética de um lado e um treinamento vocacional de outro. Até os anos 1980, nenhum dos países europeus tinha encontrado uma solução inteiramente satisfatória para isso, embora todos tenham tentado dar-lhe algum encaminhamento.

Os trabalhos de Kornbeck (1998) e Giarchi e Lankshear (1998) discutem o processo de profissionalização do Serviço Social na Europa. Um dos grandes problemas apontado pelos autores é a ausência de um consenso sobre a natureza, ou o que é o Serviço Social. Além disso, para os autores, é difícil estabelecer quais teorias e habilidades são centrais para a profissão. Após analisar o desenvolvimento das atividades de assistência em todos os países europeus, com suas peculiaridades internas, os autores afirmam que “[...] é claro que há uma considerável evidência das dificuldades de se identificar o que é o Serviço Social como profissão ou como uma ocupação” (GIARCHI; LANKSHEAR, 1998, p. 34)<sup>8</sup>.

O que leva os autores a esta conclusão é o fato de a assistência social profissionalizada não ter conseguido se estabelecer e consolidar em muitos dos países analisados. Alguns dos exemplos, dados por Giarchi e Lankshear (1998) são: na Inglaterra, um terço dos assistentes sociais não são qualificados; na Finlândia, as profissões de cuidado social (*care profession*) têm sido realizadas, crescentemente, por setores privados e voluntários, em detrimento do Estado; também na Suíça, o cuidado social (*social care*) é muito mais responsabilidade do setor privado não lucrativo e das Igrejas do que do Estado; um último exemplo, é o caso de Luxemburgo, em que o cuidado social segue uma tradição que vem da Idade Média e é baseada em valores religiosos. Percebe-se o quanto o problema da *expertise* está relacionado com as fronteiras pouco definidas entre o trabalho profissional e o voluntário.

Brauns e Kramer (1986) afirmam existir um amplo ceticismo público em relação às atividades profissionais, nos últimos anos (anos 1980), em muitos dos países desenvolvidos. Em grande parte, atribui-se este ceticismo

8 Lorenz (1994, p. 7) expressa também esta preocupação, quando analisa o cenário europeu e afirma: “[...] essas comparações internacionais constantemente pedem a pergunta: é isso ainda Serviço Social, é Serviço Social o nome certo para esta atividade?”.

exclusivamente à crise financeira do Welfare State. Os autores afirmam, ainda, que este ceticismo é derivado, também, de uma crise de identidade do próprio Serviço Social. A competição entre os trabalhos voluntários e as iniciativas de autoajuda<sup>9</sup>, de um lado, e as outras profissões, de outro, tem forçado os profissionais de Serviço Social a justificarem seus custos.

Questões e problemas semelhantes ocorreram na implantação do Serviço Social na América Latina e África. Ao tratar do Serviço Social nestas localidades (generalizado pelo autor como Terceiro Mundo), Midgley (1981) afirma que até os anos 1960 não havia um acordo sobre o que propriamente qualificava um curso, como profissional ou não profissional. Diferenças na extensão dos cursos, diferenças culturais de cada país, incidindo sobre os currículos e campos de atuação também variados, favoreciam uma difícil formação da identidade profissional. Assim, a padronização da qualificação e dos títulos profissionais torna-se uma importante tarefa para as associações profissionais latino-americanas, segundo o autor.

No México, por exemplo, somente nove de 37 cursos de Serviço Social têm *status* acadêmico; os restantes são considerados como vocacionais e centros de treinamento pré-profissional. Problemas similares foram detectados em diversos países. Nos países africanos francofônicos, o Serviço Social era provido originalmente por Escolas de Enfermagem. Na Escola de Enfermagem de Mali, fundada em 1961, por exemplo, os estudantes podiam escolher entre formar-se como *Aides Sociales* (Socorro Social) ou *Assistentes Sociales* (Assistentes Sociais), compartilhando um primeiro ano de treinamento básico, em assuntos de saúde, com estudantes de Enfermagem para, em um segundo ano, receberem aulas de bem-estar social (*social welfare*).

Indefinições com o mesmo sentido, embora com uma formatação distinta, ocorreram na experiência japonesa. Ito (1995) mostra a rejeição à incorporação dos conhecimentos provenientes da influência norte-americana e inglesa do Serviço Social daquele país. Embora não houvesse problemas com a definição da *expertise* profissional nesse país, apenas a tentativa dos acadêmicos de incorporar elementos do budismo no ensino e na prática

---

9 No entanto, mesmo dentro da profissão parece estar crescendo o senso que autoajuda e esforços voluntários tem um papel relevante na prática do Serviço Social (BRAUNS: KRAMER 1986, p. 33).

profissional, adequando-os aos padrões culturais nacionais, mostra o quão frouxo e inconsistente era o conjunto de saberes importados<sup>10</sup>.

Além disso, nas agências de governo, estudantes aprendem a prática profissional sob a supervisão de pessoas sem qualificação, colocando em suspeição o que se define como próprio do âmbito profissional. Segundo Ito (1995), haveria uma estreita relação entre a inovação no campo do conhecimento do Serviço Social japonês e a atuação dos serviços voluntários. Afirma o autor que “[...] quarenta anos de experiências depois da guerra mostram que a ausência de movimentos voluntários significa a ausência de serviços inovadores. Onde o serviço não é inovador, nenhuma nova teoria de Serviço Social pode surgir” (ITO, 1995, p. 267). Além disso, o governo japonês ainda depende do setor voluntário, para a provisão dos serviços sociais.

Também na Rússia pós-comunista os mesmos problemas se fizeram presentes. O Serviço Social surgiu, em 1991, sendo considerado importante, no contexto de transição da Rússia, quando muitas pessoas tornaram-se socialmente excluídas. O objetivo do Serviço Social neste país era prover suporte social, domiciliar, médico, psico-pedagógico, serviços jurídicos e ajuda material, promovendo “reabilitação e adaptação social dos cidadãos em situação difícil de vida” (IARSHKAIA-SMIRNOVA; ROMANOV, 2002, p. 124). A profissão também não contava com um grande prestígio social ou com bons salários. Dessa forma, menos de 30% dos assistentes sociais diplomados seguiram a carreira. Da mesma maneira que no Japão, o crescimento da profissão ocorreu através da qualificação dos trabalhadores, que já atuavam na área, mas ainda sem diploma. Assim também, a partir dos anos 1990, a participação do setor voluntário e das Igrejas, associada às atividades promovidas pelo Estado, foram os principais responsáveis pelo desempenho das atividades assistenciais na Rússia.

O trabalho de Iarskaia-Smirnova e Romanov (2002) se reporta ao resultado de entrevistas realizadas com 19 mulheres e um homem, entre 24 e 51 anos, que trabalhavam no Serviço Social russo, em 1998, e suas experiências de trabalho. Quando perguntados sobre o papel do conhecimento

10 Os trabalhos de Shety (1996), Gore (1997), Ejaz (1991) e Bhaduri (1992) mostram que estes mesmos problemas ocorreram na Índia. Nesse país, buscou-se incorporar a filosofia Hindu à profissão.

(teórico-técnico) no Serviço Social, os informantes mencionaram vários tipos de saberes, como relevantes, sem mencionar nenhuma habilidade específica da profissão. O método de trabalho dos profissionais derivava da própria prática e eles não viam a necessidade de ter nenhum conhecimento sistematizado. Um dos entrevistados afirmou que: “[...] conhecimento de vida ajuda muito... Precisa de gentileza, simpatia para as pessoas. Conhecimento não tem nada a ver com isso” (IARSHKAIA-SMIRNOVA; ROMANOV, 2002, p. 132). Na relação com clientes, eles afirmam ter um forte senso de dívida moral para com eles, um forte sentimento de empatia e ainda que os próprios assistentes sociais tomavam para si o sofrimento de seus clientes.

Dessa forma, afirmam os autores que, antes de serem *experts* ou técnicos, os assistentes sociais russos mantêm o foco de suas atividades na caridade, patrocinada por valores ortodoxos religiosos, do período anterior à Revolução de 1917. O exemplo dado para ilustrar tal afirmação é retirado de uma das entrevistas, em que o assistente social afirmou: “É um prazer conversar com eles [...]. Eu mesmo aprendo com eles. É interessante visitar estas famílias, falar com elas [...]. Eu sou uma pessoa muito doente também, e vejo como os outros lidam com uma situação similar” (IARSHKAIA-SMIRNOVA; ROMANOV, 2002, p. 132).

Em uma profissão quase inteiramente feminina (98,5%), o profissionalismo do Serviço Social russo tem se dado pelo desenvolvimento da empatia, como uma habilidade necessária ao trabalho com pessoas, para que se entenda como é possível ajudá-las, e não prejudicá-las. Com base, então, no princípio da ajuda social<sup>11</sup>, segundo essas mulheres, nem o salário, nem o prestígio da profissão são o mais importante, mas a autorrealização<sup>12</sup>, a qual é possível ser obtida com estas atividades. Além disso, o trabalho flexível dos assistentes sociais permite que essas mulheres possam também cuidar de seus próprios filhos e parentes.

11 Uma das entrevistadas afirmou: “Eu gostaria de ajudar, com bondade, não de forma material, mas de forma puramente psicológica” (IARSHKAIA-SMIRNOVA; ROMANOV, 2002 p. 133).

12 “Eu sempre quis trabalhar com crianças”; “Eu sou de um tempo quando se começava a olhar o sentido da vida e uma vocação [...], gostaria de deixar uma marca no coração das pessoas” (IARSHKAIA-SMIRNOVA; ROMANOV, p. 133).

Esse apanhado de experiências nacionais e internacionais demonstra que não é somente no Brasil que há uma dificuldade de se estabelecer o âmbito propriamente profissional da intervenção dos assistentes sociais. A busca de fechamento de mercado, com a legislação especificando que cabe aos assistentes sociais o exercício dos serviços sociais não garante que, na prática das instituições isto ocorra deste modo. A questão que fica, então, é: “para além dos assistentes sociais que fizeram os cursos de serviço social oficiais e reconhecidos pelo Ministério da Educação, seria possível pensar a existência de outros “assistentes sociais” operando no mercado, *pari passo*, à atuação daqueles que são formados?”. Como vimos, estes últimos são uma minoria que atua na área assistencial. No item a seguir, são tratados os dados relativos ao Censo 2010 para enfocar essa questão.

#### 4 Do Censo 2010

Para o estudo dos assistentes sociais foram sistematizados os microdados do Censo Demográfico 2010 fornecidos pelo IBGE, órgão de estatísticas oficial do Brasil. Para organização dos dados, foi utilizado o software SPSS v. 22. As informações, inicialmente discriminadas por Unidades da Federação, foram agrupadas e formaram um único banco de dados.

Para delimitação do universo, buscou-se, na listagem de ocupações oferecida como complemento do Censo 2010, a denominação “assistente social”. Nessa busca, foram encontrados dois registros: o primeiro, na área relativa aos “Especialistas em Ciências Sociais e Teologia”, entre ocupações como: economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos e ministros religiosos. O outro registro situa esses agentes na área relativa aos “Profissionais de Nível Médio de Serviços Jurídicos, Sociais e Religiosos”, entre ocupações como: auxiliares leigos de religião e profissionais de nível médio de direito e serviços legais e afins”. No primeiro registro, encontram-se os “profissionais”; no segundo, os técnicos.

Nesse sentido, o presente artigo visa a identificar se esses agentes, a despeito da sua distinção em relação à inserção na divisão do trabalho, são formados em serviço social, tal como preconiza a legislação. Já de partida podemos pensar: “há duas ocupações distintas para o mesmo profissional?”.

## 4.1 Estabelecendo proporções

O primeiro aspecto a considerar é a proporção existente, segundo o Censo 2010, de assistentes sociais técnicos e os identificados com as Ciências Sociais. Veja a Tabela 1, onde, no primeiro caso, utiliza-se a denominação “Assistentes Sociais - Nível Técnico” e, no segundo, “Assistentes Sociais - Ciências Sociais”.

Na Tabela 1, é possível identificar que os assistentes sociais, sejam eles “técnicos” ou “cientistas sociais”, estão mais concentrados nas regiões nordeste, sudeste e sul, nesta ordem. Entretanto, a proporção de técnicos para cientistas sociais está na relação entre 15% de técnicos para 85% de profissionais, com exceção da região Centro-Oeste onde a proporção cai para 9% para 91%. De todo modo, há quase seis cientistas sociais para cada técnico.

**Tabela 1** – Assistentes Sociais de “Nível Técnico” e “Cientistas Sociais”, por Região do Brasil

Região	Assistentes Sociais Nível Técnico		Assistentes Sociais Cientistas Sociais		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nordeste	908	16,8%	4483	83,2%	5391	32,2%
Sudoeste	757	16,1%	3931	83,9%	4688	28,0%
Sul	628	16,5%	3188	83,5%	3816	22,8%
Norte	211	14,1%	1290	85,9%	1501	9,0%
Centro Oeste	118	8,8%	1219	91,2%	1337	8,0%
Total	2622	15,7%	14111	84,3%	16733	100,0%

Fonte: Microdados do Censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Desse modo, cabe ressaltar que os “assistentes sociais técnicos” que, pelo “fechamento de mercado”, não deveriam existir, estão formalmente registrados no Censo, marcam presença em todos os estados da federação, e, assim, não apareceram nos registros do IBGE sem que tivessem sido

institucionalizados por práticas e formalmente registrados em cargos executivos. Não se trata, portanto, de uma suposição, uma abstração, um erro, mas de uma parte da divisão do trabalho formalmente instituída.

Cientes desta proporcionalidade, vejamos algumas diferenças entre dados de identificação educacional para os dois tipos considerados.

## 4.2 Identificação Escolar

O primeiro ponto a observar é identificar se todos os assistentes sociais identificados entre sociólogos, antropólogos e teólogos possuem curso superior e, ao mesmo tempo, se aqueles identificados como técnicos não o possuem. Veja a tabela a seguir.

**Tabela 2** – Assistentes Sociais de “Nível Técnico” e “Cientistas Sociais” por Nível de Instrução

Nível de Instrução	Assistentes Sociais Nível Técnico	Assistentes Sociais Cientistas Sociais	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	11,7%	5,6%	6,6%
Fundamental completo e médio incompleto	16,9%	7,5%	8,9%
Médio completo e superior incompleto	64,1%	43,5%	46,8%
Superior completo	7,4%	43,4%	37,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Microdados do Censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Os dados da Tabela 2 revelam que somente 43% daqueles assistentes sociais que estavam identificados entre sociólogos, antropólogos e teólogos tinham curso superior (o que não significa que realizaram o curso de Serviço Social). Os demais, ou 57%, se autodenominavam sem tê-lo. Por outro lado, 7% dos assistentes sociais técnicos detém nível superior, o que não significa que suas intervenções não se restrinjam ao âmbito técnico, conforme sua locação funcional. A partir destes resultados é possível criar uma tipologia com quatro tipos principais: os 1) assistentes sociais superiores - assistentes sociais, do grupo de “Cientistas Sociais”, com nível superior; os

2) assistentes sociais médios - assistentes sociais, do grupo de “Cientistas Sociais”, com nível médio ou menos; os 3) técnicos superiores - assistentes sociais, do grupo de “Nível Técnico”, com nível superior e os 4) técnicos médios - assistentes sociais, do grupo de “Nível Técnico”, com nível médio ou menos.

A Tabela 3 demonstra a distribuição a partir desta nova tipologia:

**Tabela 3 – Tipos de Assistentes Sociais**

Tipos de Assistentes Sociais	N	%
<b>Assistentes Sociais Superiores</b>	<b>6108</b>	<b>36,6</b>
<b>Assistentes Sociais Médios</b>	<b>7969</b>	<b>47,8</b>
<b>Técnicos Superiores</b>	<b>192</b>	<b>1,2</b>
<b>Técnicos Médios</b>	<b>2419</b>	<b>14,5</b>
<b>Total</b>	<b>16688</b>	<b>100,0</b>

*Fonte: Microdados do Censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).*

Portanto, já se nota que a predominância não é de assistentes sociais que se identificam com a área das ciências sociais e com nível superior (36,6%). Ao contrário, aqueles que detêm formação apenas média conformam 61,3% do universo pesquisado. E isso sem considerar o curso superior em questão. É possível que, entre os “assistentes sociais superiores”, existam agentes com formação próxima ao curso de serviço social.

Na Tabela 4 são identificados os principais cursos superiores realizados, tanto pelos “assistentes sociais superiores” quanto pelos “técnicos superiores”.

Conforme os dados, somente 66,5% dos assistentes sociais identificados com a área das ciências sociais e com curso superior (36,6% – Tabela 3) têm formação em Serviço Social. Isso perfaz 24,3% de todo o universo pesquisado. Desse modo, somente um em cada quatro assistentes sociais que constam no Censo 2010 tem nível superior, com formação em Serviço Social e não atua em instâncias técnicas. Este primeiro grupo será denominado, tão somente, de **Assistentes Sociais**.

**Tabela 4** – Assistentes Sociais “Técnico Superiores” e “Assistentes Sociais Superiores”, segundo o Curso Superior

Curso Superior	Técnico Superior	Assistente Social Superior
Serviço Social	6,9%	66,5%
Ciência da Educação	30,6%	9,3%
Gerenciamento e Administração	9,8%	4,4%
Formação de Professor	13,3%	2,7%
Língua Materna (Vernácula) [Letras]	7,5%	1,6%
Outros	68,1%	15,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados do Censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Há um segundo grupo, formado pelo complemento deste primeiro, composto por agentes com nível superior, em geral nas áreas da Educação e do Gerenciamento. Em seu conjunto, esses profissionais perfazem 12,3% de todo o universo pesquisado. Para diferenciar do primeiro grupo, chamaremos estes profissionais de **Agentes Sociais Superiores**.

O terceiro grupo é formado por agentes sem nível superior, mas que não estão na área técnica. O contingente desses trabalhadores soma 47,8% do universo total e serão denominados de **Agentes Sociais Médios**.

O quarto grupo é formado por aqueles que são identificados com atividades de tipo médio, mas com formação superior. Seu total é de 1,2% do total considerado. Neste caso, não será realizada a distinção entre aqueles que detêm o curso de serviço social e os que não o possuem, pois o número de trabalhadores nesses casos é muito baixo. Denominamos este grupo de **Agentes Técnicos Superiores**.

Por fim, o quinto e último grupo é constituído por aqueles que atuam em atividades técnicas e não possuem formação superior. Este grupo perfaz um total de 14,5% de agentes e é denominado de **Agentes Técnicos Médios**.

Mas quem são esses profissionais?

## 5 Considerações finais

A pergunta acima traz uma questão nova. Afinal, aqueles que estão amparados pelo monopólio de mercado acreditam na exclusividade de suas ações. Portanto, estes dados revelam um novo grupo ocupacional ainda não estudado. Demonstra também a fragilidade da garantia do uso da denominação “assistente social” para assegurar o fechamento de mercado. O amparo legal, embora seja um requisito fundamental, não é uma garantia na prática institucional.

As profissões “imperiais” (COELHO, 1999) apresentaram, historicamente, uma legitimidade maior do que as demais. No entanto, a medicina, por exemplo, teve de se impor a grupos que buscavam exercer práticas que, sob a perspectiva dos médicos, lhes pareciam exclusivas. Isso ocorreu, por exemplo, com práticas espíritas, como relata Giumbelli (2003). Segundo o autor, no final do século XIX e primeira metade do século XX, o chamado “baixo espiritismo” foi criminalizado.

Afirma o autor:

A criminalização do espiritismo, alegando-se a proteção à saúde pública, deve ser entendida no contexto da ação da categoria médica que visava a resguardar em termos legais o monopólio do exercício da “arte de curar”. Além da condenação ao espiritismo, à magia e outras práticas, o Código Penal [de 1890] previa punições para o simples exercício da medicina sem títulos acadêmicos. (GIUMBELLI, 2003, p. 254).

O jornalismo fez o caminho contrário: após ter fechado seu mercado, terminou por reabri-lo. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o diploma de jornalista não era condição para o exercício profissional. Assim, profissionais de outras áreas que já se diziam jornalistas sem o serem legalmente, permaneceram com suas atividades nesta área. Nesses casos, não é o diploma que garante a *expertise* profissional, mas o próprio desempenho da função.

Estes dois exemplos demonstram, tão somente, que o monopólio profissional é um campo de disputas, em que o Estado e a legislação funcionam como árbitros e garantem a legitimação das práticas consagradas. Entretanto, no caso do serviço social, há duas questões a enfrentar: primeiramente, o campo assistencial, como visto, é mais amplo e comporta não

apenas as práticas de assistentes sociais mas também de agentes com outras formações e, mesmo, com nível escolar fundamental e médio; em segundo lugar, não se trata somente de uma ocupação da área assistencial, mas da própria nomenclatura “assistente social”. Nesse sentido, o caso em questão aproxima-se do caso do jornalismo. Mesmo antes da decisão judicial sobre a desobrigação da formação, agentes não formados no curso de jornalismo já se denominavam “jornalistas” e essa foi a razão da quebra do monopólio profissional.

Assim, torna-se um desafio pensar sobre esse novo desenho do cenário assistencial em que os assistentes sociais tanto não são seus agentes privilegiados como também têm a sua denominação disputada por outros agentes e outras formas de ocupação.

## Referências

- BHADURI, R. Self-Determination: lesson to be learnt from social work practice in India. **British Journal of Social Work**, v. 22, p. 187-191, 1992.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 71-80.
- BRASIL. **Lei nº 3.252, 28 de agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252.htm). Acesso em: 15 jul. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 1.889, 20 de junho de 1953**. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L1889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1889.htm). Acesso em: 15 jul. 2018.
- BRAUNS, H.-J.; KRAMER, D. **Social Work Education in Europe**. Mainz, Eigenvelag des Deutschen Vereins fur Offentliche und Private Fursorge, 1986.
- CASTEL, R. **Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. **Escritos de Educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COELHO, E. C. **As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. São Paulo: Record, 1999.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (org.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Serviço Social: trajetória e perspectivas**. Rio de Janeiro: DIEESE, 1995. (mimeo).

EJAZ, F. K. Self-Determination: lesson to be learned from social practice in India. **British Journal of Social Work**, v. 21, p. 127-143, 1991.

GIARCHI, G. G.; LANKSHEAR, G. The Eclipse of Social Work in Europe. **Social Work in Europe**, v. 5, n. 3, p. 25-36, 1998.

GIUMBELLI, E. O “Baixo Espiritismo” e a História dos Cultos Mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, jul. 2003.

GORE, M. S. A Historical perspective of the social work profession. **The Indian Journal of Social Work**, v. 58, n. 3, p. 442-455, 1997.

IARSHKAIA-SMIRNOVA, E.; ROMANOV, P. “A Salary is not important here”: the professionalization of social work in contemporary Russia. **Social Policy & Administration**, Oxford, v. 36, n. 2, p. 123-141, abril 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Brasília, DF: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ITO, Y. Social Work development in Japan. **Social Policy & Administration**, v. 29, n. 3, p. 258-268, 1995.

JORDAN, B. **Invitation to Social Work**. United Kingdom: Basil Blackwell, 1984.

KORNBECK, J. Researching social work professionalism in the context of European Integration. **Social Work in Europe**, v. 5, n. 3, p. 37-46, 1998.

LORENZ, W. **Social Work in changing Europe**. New York, Routledge, 1994.

MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social. São Paulo: Cortez. 2001.

MIDGLEY, J. **Professional Imperialism: Social Work in the Third World**. London: Heinemann, 1981. (Studies in Social Policy and Welfare XVI).

NETTO, J. P. O Serviço Social e a Tradição Marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, E. M. **23 Teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná: [s. n.], 2017.

PAUGAN, S. **Desqualificação Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

SHETY, L. Professionalization of social work in United States and India. **The Indian Journal of Social Work**, v. 57, n. 2, p. 259-275, 1996.

SIMÕES, P. **Assistentes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2013.

SOARES, G. Prefácio. *In*: SIMÕES, P. (org.). **Gênero, Origem Social e Religião**. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2009. p. 11-15

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador Social**: práticas, hábitos, *ethos* e formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

Recebido: 31/07/2018

Aceito: 20/09/2019

## Social Workers to beyond of Social Work?

### **Abstract**

This paper discuss the use of the denomination “social workers” to mean the workers at social assistance, to beyond those who were concluded the course of Social Work. The text shows that the fragility of structure of social work, as a profession, in Brazil and in other international experiences, does that activity a occupation without defined boundaries. Thereby, there is a use by different social agents, in labour market, of the nomenclature “social workers”. The paper demonstrate, using data from Censo 2010 that, from the Occupational Brazilian Classification (CBO) is possible identify “social workers” with the most different profiles, as techniques as with high education, all of them using the same occupational reference.

**Keywords:** Social Workers, Social Assistance, Occupations, Professions.

# Resenha

GIMENES, Éder Rodrigo. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017. 209 p.

**Jéssica Matheus de Souza<sup>1</sup>**

A obra de Gimenes (2017) suscita questões relevantes acerca do funcionamento e de perspectivas referentes à democracia na América Latina, como o lugar dos partidos políticos na organização da vida democrática e a possibilidade de se pensar em democracia sem partidos. Consta de uma importante investigação que traz, ao cenário latino-americano, discussões teóricas levantadas pela literatura internacional na área de Ciência Política. O autor coloca duas hipóteses: a identificação partidária possui determinantes individuais e estruturais entre o eleitorado na região, e os efeitos do antipartidarismo não significam necessariamente um distanciamento desses indivíduos em relação à política, por causa da adesão manifestada à democracia.

Na obra, primeiramente é evidenciada uma revisão bibliográfica citando os avanços recentes acerca do assunto abordado, oferecendo base teórica para a compreensão das contribuições do autor. Discute-se a relação dos cidadãos de democracias consolidadas com essa forma de governo, marcada nos últimos anos pela redução do engajamento convencional e pelo aumento do ativismo contestatório.

Conforme diagnóstico recorrente, há afastamento do eleitorado com relação aos partidos, discussão centrada nos efeitos de um desalinhamento

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.  
E-mail: [jessicamatheus@outlook.com](mailto:jessicamatheus@outlook.com)



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

dos regimes democráticos. Porém, ainda são escassos e pouco conclusivos os estudos em democracias em processo de consolidação, como boa parte dos países da América Latina. Dessa forma, o autor critica a aplicação de modelos teóricos desenvolvidos com base em democracias consolidadas, como Estados Unidos e países da Europa Ocidental, ao contexto dos países que são novos ao regime. No Capítulo 3, são colocados os rendimentos empíricos a respeito da identificação partidária e seus determinantes. Está presente uma análise descritiva da variação da simpatia partidária na região, a qual constata que o percentual de eleitores simpático a algum partido sofreu queda na maioria dos países. Todavia, o autor argumenta que o cenário, em termos gerais, é de volatilidade, uma vez que os percentuais oscilaram nos dois sentidos na maioria das unidades nacionais entre 2006 e 2014.

Utilizando dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) no ano de 2014, Gimenes reúne aspectos testados no contexto de democracias consolidadas e na América Latina, buscando estudar os determinantes individuais da simpatia partidária na região. O autor promoveu a identificação das variáveis que poderiam ser capazes de responder à questão. Dentre os atributos atitudinais e econômicos analisados, apenas a faixa etária e a escolarização se mostraram preditoras da identificação partidária entre eleitores latino-americanos. Com a relação positiva entre partidarismo e faixa etária, é confirmada a expectativa teórica segundo a qual cidadãos se aproximam dos partidos políticos ao longo de seus ciclos de vida, conforme assumem papéis sociais relacionados ao mercado de trabalho e à educação superior, por exemplo.

A escolarização, por outro lado, interferiu de forma que os indivíduos com ensino superior têm menos chance de se filiar a partidos políticos. Já nas variáveis analisadas relacionadas à política, todas se mostraram positivamente significativas, como o interesse por política, visto que, a cada elevação na escala de 0 a 3, aumenta em 137,4% a chance de simpatia partidária por algum partido.

Outro indicador explicativo do estabelecimento de laços partidários abordado na obra é a “decantação” de uma democracia. Essa ideia é relacionada à persistência do regime democrático ao longo do tempo, que

tem como efeito o desenvolvimento de experiência política pelo eleitorado, principalmente em razão dos processos eleitorais periódicos que colocam a possibilidade de exercício do voto. Dessa forma, a expectativa do autor era que idade da democracia influenciasse na identificação partidária, e de fato ela se revelou relevante à manifestação do partidarismo.

Um dos achados é que Guiana e Costa Rica ocupam os pontos extremos dos períodos de permanência em regime democrático, com 21 e 65 anos, respectivamente, e os cidadãos costarriquenhos têm 184,8% mais chances de apresentar simpatia por algum partido que os guianeses. Com isso, Gimenes defende a não possibilidade de tratar de um desalinhamento entre países latino-americanos, uma vez que o passar dos anos tem influência positiva sobre as taxas de partidarismo, e muitos dos países se tornaram democracias recentemente. O autor dedica o quarto capítulo a elaborar uma proposta de classificação das relações entre eleitorado e partidos. Dessa forma, parte do modelo de classificação dos sistemas partidários de Carreras, Morgenstein e Su (2013), e estabelece quatro categorias que distinguem relações entre eleitores e partidos, com base em aspectos que se relacionam ao sistema político, eleitoral e partidário, a condições históricas e de desenvolvimento político dos países, e à medida de simpatia partidária desagregada. Com isso, as 22 unidades nacionais analisadas podem estar em situação de alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial ou não alinhamento. Os países alinhados apresentam ao menos dois partidos enraizados junto aos eleitores ou que tenham crescentes taxas de identificação partidária ao longo dos anos. Na categoria alinhamento parcial, estão os países nos quais existe um partido estável ou crescente quanto à identificação partidária e outros que gozam de simpatia volátil, além de unidades nacionais que não apresentam partidos enraizados, mas há crescimento das legendas. Estão classificados como sistemas partidários não alinhados parcialmente os países onde a simpatia partidária decresceu na última década, mas foram afetados todos os partidos igualmente. À última categoria pertencem os países nos quais não é verificado indício de enraizamento dos partidos políticos junto à população, motivado por uma redução crescente da simpatia partidária com as principais legendas ou simpatia alternada a alguns partidos que é, porém, baixa e muito volátil.

Com o resultado, Gimenes considera a afirmação segundo a qual os partidos políticos na América Latina estão “em crise” como equivocada e generalista; afinal, ao mesmo tempo em que em alguns países eleitores e partidos têm se distanciado, em metade deles se denota a relevância de verificação de vínculos fortes e crescentes, onde as legendas têm se enraizado.

Para compreensão do tema, Gimenes parte do trabalho de Inglehart (1977) no que concerne o fenômeno do pós-materialismo, que surge em sociedades industriais avançadas diante do amplo processo de modernização econômica, política e social. Nesse quadro, os indivíduos das democracias reduzem sua preocupação com necessidades materiais e passam a pautar suas ações tendo em vista a satisfação de valores de autoexpressão. Com essa mudança, notam-se níveis mais elevados de mobilização cognitiva dos cidadãos, a redução da importância atribuída aos partidos políticos e também das taxas de identificação partidária.

O autor dialoga com Dalton (2013), que discute o crescente número de americanos independentes de partidarismo e os fatores que contribuem para esse aumento, distinguindo quatro categorias de eleitores nos Estados Unidos. Esses perfis são utilizados por Gimenes para estudar o caso na América Latina, testando a capacidade explicativa desse modelo como um indicador de adesão à democracia. O autor apresenta a composição longitudinal desses perfis para a região como um todo, assim como as variações dos percentuais de cada categoria de eleitor. Os perfis se classificam como apartidários, partidários cognitivos, independentes apolíticos e partidários rituais; correspondendo ao relacionamento da variável mobilização cognitiva (que se compõe de nível de escolaridade e interesse por política) e da simpatia partidária.

Assim, a discussão sobre o fortalecimento dos regimes democráticos na região se dá à luz de teses do apartidarismo. A fração dos eleitores que não mostra simpatia partidária se divide em apartidários cognitivos, ou seja, os eleitores com maior mobilização cognitiva, e independentes apolíticos, grupo que se caracteriza por menor mobilização cognitiva. Da parcela que mostra preferência por uma legenda, essa se divide em partidários cognitivos e partidários rituais, e os últimos são a parcela com baixa mobilidade cognitiva.

Em questão de simpatia partidária, o estudo verificou em todos os países analisados a existência de volatilidade na identificação dos eleitores nacionais com os partidos políticos. Porém, considerados os dados do conjunto de países, não existe oscilação na identificação partidária a ponto de superar a margem de erro, o que torna impossível afirmar a volatilidade da simpatia partidária na região como um todo. Assim, esse resultado defende a afirmação que não há de crise de partidarismo na América Latina; por outro lado, chama atenção para necessidade de estudos com foco nas unidades nacionais.

Já quanto à análise dos tipos de perfis, o apartidário cognitivo – grupo que corresponde a cerca de 10% dos eleitores latino-americanos – pode ser considerado o perfil de eleitor mais próximo às exigências normativas da democracia. Devido a correlatos atitudinais e comportamentais, entre esse grupo há sinais de maior carga de informação, sentimento de eficácia política, adesão ao regime democrático e participação, tanto em termos eleitorais quanto contestatoriamente. Além disso, a existência do partidarismo, quando dissociada de refinamento cognitivo, produz pouco efeito sobre o fortalecimento da democracia.

A prevalência dos independentes apolíticos no eleitorado regional é destacada como aspecto negativo, uma vez que são menos afeitos ao jogo democrático e frequentemente se encontram alienados de aspectos pertinentes à vida democrática. No entanto, foi verificada a redução dessa fração do eleitorado, que passou de 59,5% para 54,9% de 2008 a 2014, o que pode ser considerado um indício positivo ao fortalecimento da democracia na região. O autor defende uma tendência do eleitorado com alta sofisticação política a crescer; e, caso essa tendência permaneça e ultrapasse a margem de erro do LAPOP, esse evento pode trazer consequências benéficas à democracia. Isso porque o aumento desses eleitores capazes de decodificar a política tende a produzir melhorias no desempenho dos partidos quanto ao eleitorado e governo, contribuindo com a legitimidade dos regimes. Dessa forma, avalia-se como positivo o resultado do período 2008 a 2014 para a região.

Gimenes não se propôs, nesta obra, a sanar as questões acerca do comportamento político na América Latina, mas sim fazer expressivas contribuições à discussão. O autor cumpre sua proposta, apontando para a

necessidade de aprofundar a análise dos contextos nacionais, tendo em vista que parte dos países analisados no livro contam com pouca produção da área de Ciência Política.

A obra significa uma importante contribuição à pesquisa na temática do comportamento político, uma vez que problematiza a tese do desalinhamento partidário para a América Latina em diversas dimensões. Além da ampla revisão teórica, o autor utiliza uma gama de instrumentos para análise de dados, culminando na discussão dos resultados tanto no conjunto da América Latina quanto aspectos particulares da dinâmica do partidarismo para cada país analisado. Estão presentes na discussão temas que ganharam novas interpretações e que são de suma importância dentro da temática do comportamento eleitoral, como a participação política, que abrange novas formas e sentidos, e a adesão democrática. Por fim, a obra de Gimenes instiga a reflexão sobre o lugar dos partidos políticos na vida democrática.

## Referências

CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. Refining the theory of partisan alignments: Evidence from Latin America. **Party Politics**, v. 21, n. 5, p. 671-685, jul. 2013. DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Thousand Oaks, Calif: CQ Press, 2013.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

GIMENES, E. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

Recebido: 31/08/2018  
Aceito: 25/01/2019

# Antropologia Econômica<sup>1</sup>

**Julien Duval<sup>2</sup>**

Eu tentarei dar um panorama do livro *Anthropologie Économique*, publicado em francês em novembro de 2017. Minha exposição vai tratar essencialmente das grandes ideias desenvolvidas por Pierre Bourdieu nesta obra. Contudo, antes disso, é necessário dizer algumas palavras sobre a origem deste livro e o modo pelo qual ele foi elaborado.

*Anthropologie Économique* se inscreve numa série de publicações dos cursos de Pierre Bourdieu no *Collège de France*. De 1982 até sua aposentadoria em 2001, Bourdieu lecionou nessa instituição que é muito antiga (data do século XVI), muito prestigiada, mas também muito peculiar no âmbito do sistema de ensino francês. O *Collège de France* não é uma universidade, não fornece diploma e nenhum estudante precisa se inscrever: todos podem ir e ouvir os cursos que são oferecidos. Essa instituição conta com mais ou menos cinquenta professores que são pesquisadores extremamente reconhecidos e representam as diferentes áreas do conhecimento: matemática, física, biologia, história, literatura, etc. Cada um desses professores ministra, a cada ano, uma pequena quantidade de aulas (fala-se em “aulas magistrais”) nas quais serão apresentadas suas próprias pesquisas em andamento. Bourdieu respeitava as regras dessa instituição e ministrava, portanto, a cada ano, por volta de dez aulas bem magistrais

---

1 Tradução de Jéssica Ronconi Fernandes e revisão técnica de Carolina Pulici. Conferência realizada em 24/05/2018 na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, em Guarulhos, por ocasião da publicação do livro póstumo de Bourdieu, *Anthropologie Économique*. Cours au Collège de France, 1992-1993 (Raisons d’agir/Seuil, 2017), cuja edição foi realizada por Julien Duval e Patrick Champagne. Duval foi também co-responsável pela edição dos cursos de Bourdieu publicados em *Sociologie Générale*. Cours au Collège de France, 1981-1983, Volume 1 (Raisons d’agir/Seuil, 2015) e *Sociologie Générale*. Cours au Collège de France, 1983-1986, Volume 2 (Raisons d’agir/Seuil, 2016).

2 Diretor de pesquisas no CNRS (França) e autor de *Critique de la raison journalistique. Les Transformations de la presse économique en France*



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

perante um público em grande parte anônimo. No entanto, enquanto outros professores do *Collège de France* liam um curso previamente escrito, Bourdieu encorajava o público (numeroso) que vinha assisti-lo a colocar questões (por escrito), e se permitia fazer digressões e improvisações, como normalmente ocorria em seus seminários de pesquisa em outras instituições (na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* particularmente) desde os anos 1960. Desse modo, seus cursos no *Collège de France* davam lugar à desordem e às hesitações que Bourdieu considerava inerentes ao trabalho de pesquisa. Eles se distinguem dos seus artigos e livros, pois nos cursos Bourdieu se exprimia mais livremente e, num certo sentido, expunha seu trabalho de modo mais acessível, mais pedagógico e mais vivo.

Esta é uma das razões que levaram a *Raisons d'agir* (a pequena editora que Bourdieu havia criado em 1997, inicialmente para publicar as obras de intervenção) e a *Seuil* (editora na qual era publicada a maior parte de seus livros desde a sua saída da *Minuit*, por volta de 1990) a lançar a edição dos cursos ministrados por Bourdieu no *Collège de France* durante vinte anos. A empreitada começou em 2012 com a publicação de *Sobre o Estado*<sup>3</sup>, que corresponde aos cursos oferecidos entre 1989 e 1992; continuou em 2013 com a publicação de *Manet. Une Révolution symbolique*<sup>4</sup>, que corresponde aos cursos ministrados em 1997 e 1999; e, ainda, com a publicação de dois volumes intitulados *Sociologie Générale*<sup>5</sup>, que representam um total de 2000 páginas que reúnem os cinco primeiros anos do ensino de Bourdieu no *Collège de France*, entre 1982 e 1986.

O objetivo desta série de livros é publicar a íntegra dos cursos, ou seja, não as anotações de cursos de Bourdieu, mas a transcrição integral dos mesmos. Esses cursos haviam sido registrados em fitas cassetes pelas pessoas que os assistiam e depois foram transcritos para a edição dos volumes. O texto transcrito foi ligeiramente reescrito para que sua leitura ficasse mais fluida, tendo-se acrescentado um “aparelho crítico”, principalmente as notas de artigos ou livros aos quais Bourdieu faz referência em seus cursos, ou ainda as publicações em que ele desenvolveu pontos rapidamente

3 BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

4 BOURDIEU, Pierre. *Manet. Une Révolution Symbolique*. Paris: Raisons d'agir/Seuil, 2013.

5 Cf. nota 1.

evocados. As notas também fornecem as precisões necessárias à compreensão de certas alusões que ele faz a pessoas ou fatos contemporâneos aos cursos.

*Anthropologie Économique* corresponde à integralidade do curso que Pierre Bourdieu lecionou ao longo do ano universitário 1992-1993 sob o título de “Os fundamentos sociais da ação econômica”. Trata-se do 11º ano de ensino de Bourdieu no *Collège de France*, dando sequência ao curso de sociologia geral e ao curso sobre o Estado que se estenderam, cada um, por cinco anos<sup>6</sup>. Em 1992-1993, ele não inicia um novo ciclo<sup>7</sup>, mas opta por oferecer uma formação sobre a economia sem o intuito de prolongá-la nos anos seguintes. Seu objetivo é propor uma discussão crítica da ciência econômica e, mais exatamente, da corrente “neoclássica” que, ao menos na França, sempre foi dominante na disciplina econômica e sempre manteve, com intensidade variada segundo as épocas, as correntes “críticas” – como as ligadas ao marxismo – em posições bastante marginais. A corrente “neoclássica” se desenvolve no fim do século XIX, mas, como seu próprio nome indica, ela se inscreve na continuação da “economia clássica” nascida na Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX, notadamente com Adam Smith e Ricardo. Ela se baseia na teoria da ação racional: o modelo do *homo economicus* postula que os agentes econômicos se comportam de forma racional buscando maximizar seus interesses materiais individuais. Com frequência, ela leva a conclusões políticas “liberais” segundo as quais o mercado e a livre concorrência são formas ideais de organização econômica.

Ao propor uma discussão crítica da economia neoclássica, Pierre Bourdieu se propõe a um exercício que é quase um ritual na sociologia: como demonstra o exemplo dos grandes fundadores desta disciplina (Karl Marx, Émile Durkheim, mas também Max Weber), a sociologia é em parte construída numa relação de oposição à ciência econômica clássica e neoclássica. Ao longo de todo o século XX, e ainda hoje, as críticas feitas pelos sociólogos à ciência econômica dominante foram numerosas. A originalidade da discussão proposta por Bourdieu reside no fato de ele considerar

6 O volume Sobre o Estado corresponde aos três últimos anos deste curso.

7 Isso talvez tenha se devido a circunstâncias bem materiais: Bourdieu possivelmente antecipava os trabalhos de reforma que começariam no Collège de France e que o obrigariam nos anos seguintes a deslocar – mas também a dividir – seu ensino em cidades diferentes, na França e em países fronteiriços.

que muitos sociólogos, ao criticarem os economistas, ocupam-se menos da ciência econômica tal como ela é do que de uma imagem grosseira e caricatural da mesma. Conseqüentemente, eles errariam com frequência o alvo por não se darem conta de que a economia é hoje objetivamente uma disciplina muito sofisticada. Ela produz em si mesma formas de autocrítica que, mesmo parciais, a protegem dos ataques externos dos quais ela pode vir a ser objeto. Bourdieu afirma que é muito difícil formular críticas que já não tenham sido feitas pelos economistas. Por essa razão, ele compara a economia à “hidra de Lerna”, criatura da mitologia grega invencível cujas cabeças ressurgem a cada vez que são cortadas. Com base nessa análise, Bourdieu opta pela seguinte estratégia: em sua discussão crítica da economia, ele se apoiará nos trabalhos de economistas.

Pode-se dizer, portanto, que o curso procura desenvolver uma crítica da economia apoiada nas próprias críticas formuladas por certos economistas a respeito de sua disciplina. Com efeito, Bourdieu se dedica notadamente a identificar os pressupostos filosóficos que a economia neoclássica mobiliza, o mais das vezes sem o dizer, para então apontar seus limites. O mercado não é uma criação natural e o homem capitalista não é um sujeito atemporal que estabelece conscientemente os fins e calcula, com a precisão de uma máquina, os melhores meios de atingi-los. O *homo economicus* é antes de tudo uma construção dos economistas e, como sua própria disciplina, ele só pôde passar a existir ao final de um processo histórico que constituiu um “campo econômico” suficientemente autônomo. Bourdieu poderia fazer sua a observação de Marcel Mauss em *Ensaio sobre a dádiva*, segundo a qual “foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um ‘animal econômico’” e, como Mauss, ele poderia acrescentar que “nem todos somos ainda seres desse gênero<sup>8</sup>”: o *homo economicus* é, no seu modo de ver, apenas um limite nunca totalmente alcançado na prática. Nesse sentido, o objetivo de Bourdieu não se reduz a uma crítica da ciência econômica: trata-se também de substituir os instrumentos que ela utiliza por outros, segundo ele mais poderosos e

---

8 MAUSS, Marcel. « Essai sur le don », *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, « Quadrige », 1997, p. 271. [ed. bras.: *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 307].

mais bem fundamentados, oriundos da teoria sociológica que ele elaborou ao longo de toda sua obra. De fato, um dos objetivos do curso é também propor uma análise da vida econômica baseada nos conceitos de campo e de habitus, ao invés da noção habitual de “mercado” e da teoria da ação racional mobilizadas pelos economistas.

Antes de entrar mais detalhadamente na proposta do curso, uma última observação preliminar pode dar a dimensão do interesse que ele pode apresentar. Uma das tarefas que Bourdieu se coloca nessa formação do começo dos anos 1990 consiste em reunir, sintetizar, mas, também, provavelmente, dar visibilidade ao conjunto da reflexão que ele desenvolveu, ao longo de toda a sua obra, a respeito da economia. Ao menos na França, Bourdieu não era realmente visto pelos outros sociólogos, e muito menos pelo público “cultivado”, como um sociólogo da economia. É primeiro e sobretudo como um sociólogo do sistema educacional e das práticas culturais que ele era conhecido; seus livros mais lidos foram, certamente, *Os Herdeiros*<sup>9</sup>, *A Reprodução*<sup>10</sup> e *A Distinção*<sup>11</sup>. Contudo, desde muito cedo ele havia começado a esboçar uma sociologia econômica. Essa abordagem era central nas empreitadas fundadoras da disciplina por volta de 1900 (na sociologia durkheimiana, em Max Weber, em Pareto etc.), mas caiu em desuso no século XX, antes de conhecer uma espécie de renovação a partir dos anos 1980, nos Estados Unidos e, em um segundo momento, na Europa.

Desde suas primeiras pesquisas na Argélia, no final dos anos 1950, Bourdieu se interrogava sobre as questões econômicas (o desemprego, a introdução de práticas capitalistas numa sociedade tradicional) e colocava em questão as análises oriundas da economia clássica. De volta à França, ele continuava a trabalhar, paralelamente às suas pesquisas sobre educação e cultura, com questões como o acesso ao crédito e as relações entre os bancos e seus clientes<sup>12</sup>, ou a distribuição do crescimento econômico na

9 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros. Os estudantes e a cultura*. Florianópolis : Editora da UFSC, 2014.

10 BOURDIEU, Pierre; Passeron, Jean-Claude. *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.

11 BOURDIEU, Pierre. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.

12 BOLTANSKI, Luc; CHAMBOREDON, Jean-Claude. “La Banque et sa clientèle”, relatório mimeografado do Centro de sociologia europeia, 1963.

França nos anos 1960<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, ou pouco depois, ele aprimorava, com base em suas pesquisas na Argélia, a análise do dom. Nos anos 1970, ele passa a trabalhar mais intensamente sobre o que ele chama de “os campos de produção cultural” (a literatura, a arte, a ciência...), nos quais ele vê os ressurgimentos da economia pré-capitalista no âmago das sociedades capitalistas. Seu grande livro dos anos 1970, *A Distinção*, que propõe uma análise não somente das práticas culturais, mas do consumo de um modo geral e dos modos de vida, desenvolve um modelo de compreensão do consumo que concorre com aquele que os economistas defendem. Ele também realiza nos anos 1970, com Monique de Saint Martin, uma pesquisa sobre o “patronato” e, nos anos 1980, começa uma pesquisa sobre a casa individual.

Em seu curso no *Collège de France*, Bourdieu sistematiza, portanto, a reflexão sobre a economia desenvolvida ao longo de todas essas pesquisas. No começo dos anos 1990 ele tinha por volta de sessenta anos, o que o predispunha a se debruçar sobre o conjunto do seu trabalho. Mas o contexto intelectual e político também deve ter sido favorável a essa tarefa. Desde o fim dos anos 1970, a economia neoclássica voltou a ganhar espaço e, com ela, a teoria da ação racional. A atribuição, alguns meses antes do começo do curso, do Prêmio Nobel de economia a Gary Becker constitui, a esse respeito, um símbolo: ela consagra um pesquisador da mesma geração de Bourdieu que também propôs uma empreitada muito ambiciosa em ciências humanas. A orientação deste trabalho era, contudo, bem diferente, uma vez que consistia em uma espécie de transposição generalizada do modelo do *homo economicus* ao conjunto dos comportamentos humanos (as escolhas matrimoniais, familiares, escolares, etc.)

O retorno do *homo economicus* a partir dos anos 1970 não é independente das transformações políticas da época. Alguns representantes da “nova economia clássica” que se consolida em Chicago participaram, aliás, muito diretamente das “revoluções neoliberais” realizadas a partir da metade dos anos 1970: no Chile, nos Estados Unidos com Ronald Reagan, no Reino Unido com Margaret Thatcher ... No curso, Bourdieu não diz

---

13 DARRAS, Le Partage des bénéfiques. Paris, Minuit, 1966.

quase nada sobre essas transformações políticas (que não pouparam a França, mesmo que aí tenham tomado formas específicas), mas ele não tinha como não tê-las em mente. No exato momento em que ministra esse curso, Bourdieu publica *A miséria do mundo*<sup>14</sup>; este é um momento importante no percurso que o leva a intensificar suas intervenções no debate público ao longo dos anos 1990, e a se aproximar do movimento social e das forças sindicais que, em nível nacional ou europeu, opõem-se ao progresso do neoliberalismo. As implicações políticas das análises que ele desenvolve no curso apareceram explicitamente em muitas de suas intervenções políticas de meados dos anos 1990. Elas se manifestarão também em certas passagens do seu livro *As estruturas sociais da economia*<sup>15</sup>, publicado em 2000, que abordarei mais adiante e que prolonga, ao menos sob certos aspectos, o curso de 1992-1993.

A partir de agora buscarei expor as grandes articulações da demonstração de Bourdieu. Meu objetivo é dar um rápido panorama desse curso que, por enquanto, é acessível apenas aos leitores e leitoras francófonos. Devo dizer que tive um interesse pessoal em preparar esta exposição, pois quando editei esse curso com Patrick Champagne, precisei fazer uma leitura linha por linha que não é favorável à apreensão da demonstração de conjunto. É claro que lemos um texto de forma particular quando o editamos, mas me lembro que ao ler *Sobre o Estado* ou *Manet. Une Révolution symbolique*, edições das quais eu não havia participado, eu também tive a impressão de perder de vista a estrutura do conjunto. Isso se deve certamente ao fato de que esses cursos constituem, antes de tudo, um discurso oral cujo encanto, numa primeira leitura, está entre parênteses, em digressões. Entretanto, seus ensinamentos aparentemente muito livres são também muito estruturados quando os examinamos de perto. É a estrutura do conjunto que tentei recuperar ao reler o curso para esta apresentação.

Se a exposição de uma teoria da economia fundada nos conceitos de *habitus* e de *campo* me parece ser o cerne do curso, ela só começa de fato na segunda metade e, mesmo, no último terço do curso. Antes disso, Bourdieu avança em uma longuíssima “introdução” (ele mesmo lamenta

14 BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

15 BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

sua extensão) que se apresenta como uma retomada das análises sobre o dom que ele havia publicado anteriormente (notadamente em 1980 em *O senso prático*<sup>16</sup>). Na realidade, essa “introdução” constitui uma primeira parte do curso que lhe permite colocar os pontos essenciais de sua argumentação. Ela não é apenas uma simples “retomada” das análises sobre o dom, e isso por duas razões: se Bourdieu repete, nesse curso, coisas que ele já havia escrito sobre o dom, ele também faz ajustes e aprofunda suas análises levando-as a novas direções; além disso, sua proposta não se restringe à análise do dom que é, de certo modo, apenas um ponto de partida.

Se é um ponto de partida, há que se retomar essa análise do dom. O dom é objeto de uma visão primeira, “nativa”, que faz dele um ato generoso, desinteressado, sem retorno. Esta visão é a que temos espontaneamente, como agente social, quando damos alguma coisa; é a “experiência vivida” que a análise fenomenológica busca reconstituir. A análise objetivista que Mauss havia compreendido em *Ensaio sobre a dádiva* (1925) – e que Lévi-Strauss havia radicalizado, de certo modo, nos anos 1950<sup>17</sup> – vai no sentido contrário dessa visão nativa, pois insiste no fato de que não há dom sem contra-dom. Assim, ela rompe com o senso comum e substitui o dom como ato isolado e sem retorno por um “objeto construído” que estabelece a série de trocas nas quais ele se inscreve.

Eu adoto deliberadamente o vocabulário de *O ofício do sociólogo*<sup>18</sup> (“ruptura com o senso comum”, “objeto construído”) para sugerir que Bourdieu era sensível a essa análise objetivista. Ela marca, com efeito, um esforço para superar uma visão nativa e pré-científica que, ao olhar o dom como um ato gratuito, o torna ao mesmo tempo inexplicável. Por outro lado, ele também lamenta que a análise objetivista (ou “estrutural”) leve o intelectual a pretender “ter razão contra os agentes nativos”. Isso é visto particularmente na abordagem de Claude Lévi-Strauss: os agentes são mistificados, eles acreditam dar livremente quando na verdade seriam joguetes

16 BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

17 MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”, op. cit., e LÉVI-STRAUSS Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, op. cit.

18 BOURDIEU, Pierre ; CHAMBOREDON, Jean-Claude ; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício do sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

das estruturas inconscientes. A teoria segundo a qual o dom implica um contra-dom esquece que, na prática, as coisas não se passam dessa maneira. Na prática, o dom sempre comporta riscos: aquele que recebe, por exemplo, pode recusá-lo ou abster-se de retribuí-lo posteriormente. Os agentes sociais não estão completamente equivocados: o dom talvez não seja a troca desinteressada que eles celebram, mas ele também não se confunde com o “dar e receber” ao qual a análise objetivista tende a reduzi-lo. Bourdieu acredita que a visão nativa e a análise objetivista são ambas insuficientes. Cada uma delas revela um aspecto de um fenômeno que contém uma “dupla verdade”, objetiva e subjetiva. Essas duas verdades devem “ser mantidas juntas” ou, dito de outro modo, deve-se integrar as duas análises, a estrutural e a fenomenológica: o dom não pode ser objetivamente o que diz a análise objetivista, pois ele é vivido como sendo sem retorno. A teoria não é a prática e, na prática, o dom e o contra-dom são separados pelo tempo, permitindo aos participantes da troca ignorar a verdade objetiva da troca.

Os desenvolvimentos que Bourdieu consagra ao que ele chama de “o erro de Lévi-Strauss” me parecem muito importantes no curso, pois eles anunciam a crítica formulada contra a economia. Em certo sentido, Lévi-Strauss raciocina como um economista: ele reduz o dom à lógica do “dar e receber”, ou seja, ao único tipo de troca que os economistas consideram. Esta redução articulada pelo autor relaciona duas operações, o dom e o contra-dom, como se fossem quase contemporâneas uma da outra, quando na prática são espaçadas no tempo, de modo que os agentes sociais podem vivenciá-las como se fossem desconectadas uma da outra. Lévi-Strauss comete o erro que Bourdieu qualifica de “escolástico”, e que ele também identificará no cerne da teoria econômica neoclássica. O erro consiste em tomar “as coisas da lógica pela lógica das coisas”, isto é, tomar como explicação de um fenômeno o que é apenas uma descrição, colocando no espírito dos agentes sociais o modelo construído pelo cientista. Ele tende também a *instantaneizar* operações que são separadas, na prática, pelo tempo e que podem, por isso mesmo, ser vividas com certa má-fé: na prática, pode-se agir como se o dom e o contra-dom não tivessem relação e constituíssem, cada um, dois atos generosos.

Ainda que Bourdieu não restabeleça, de modo algum, a visão nativa do dom como um ato desprovido de contrapartida, ele considera que o

dom é irreduzível à lógica do “dar e receber”. Ele não é vivido como tal e não pode ser reduzido a uma troca de bens materiais. O dom produz a gratidão e cria uma obrigação social, ele é o lugar de uma alquimia na qual se troca também, e às vezes antes de tudo, capital simbólico, formas de reconhecimento. Bourdieu vê no dom o produto de uma economia específica, uma “economia dos bens simbólicos”, que se distingue da “economia econômica” regida pela lógica do “dar e receber”. Ela não implica as mesmas disposições e corresponde a universos sociais nos quais, precisamente, a lógica do cálculo e do dar e receber é censurada: neles a regra é dar, demonstrar desinteresse, e os agentes são socializados e preparados para se comportarem segundo as regras. Bourdieu introduz assim a ideia de que a compreensão de uma economia exige a mobilização dos conceitos de universos sociais e de disposições ou, em outras palavras, de campo e de habitus.

Ele considera, a propósito, que as sociedades pré-capitalistas são o lugar por excelência da economia dos bens simbólicos. É com o desenvolvimento do capitalismo que aparecem e se ampliam os universos sociais fundados sobre a lógica do “dar e receber”, e nos quais os agentes sociais começam a calcular explicitamente. Bourdieu tem em mente, é claro, as análises de Max Weber sobre o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental. Ele já as tinha mobilizado em seus primeiros trabalhos na Argélia, sociedade brutalmente confrontada às lógicas capitalistas devido à colonização francesa. No curso, no entanto, ele dedica mais tempo aos textos de Marcel Mauss. Para descrever o avanço da lógica do dar e receber, Mauss fala de uma “revolução”. Esta palavra é familiar a Bourdieu que analisou, notadamente no que diz respeito a Manet, as “revoluções simbólicas” associadas à autonomização de campos sociais. A expansão da “economia econômica” é de fato acompanhada do desenvolvimento de novas maneiras de pensar, aquelas que são sistematizadas por uma ciência econômica que Bourdieu considera que seja ao mesmo tempo um fator e um produto da constituição de um “campo econômico” no qual o interesse propriamente econômico deixa de ser reprimido ou dissimulado nas trocas dotadas de grande dimensão simbólica.

Se Bourdieu insiste bastante no fato de que a ordem econômica, normalmente considerada como “natural” pelos economistas, é o produto de

uma “revolução”, ou seja, é uma invenção histórica, ele diz também que essa “revolução” nunca foi total. Com efeito, a lógica do dom e do desinteresse sobrevive em estado de ilha em nossas sociedades capitalistas: os universos da arte, da ciência, mas também o universo das relações domésticas e afetivas continuam sendo, em nossas sociedades, parcialmente refratários à lógica do “dar e receber”, que neles permanece tabu, censurada. Mas Bourdieu vai mais longe: mesmo que o mundo econômico pareça ser o mais conforme à lógica do interesse, ele conserva traços das economias pré-capitalistas e continua sendo o lugar de trocas simbólicas.

Antes de mencionar alguns dos argumentos apresentados por Bourdieu, é necessário evocar suas referências ao *Vocabulário das instituições indo-europeias*<sup>19</sup>, livro do linguista Émile Benveniste que ele havia publicado em sua coleção e que era citado frequentemente em seus cursos. Bourdieu não deixa de usar os desenvolvimentos de Émile Benveniste sobre a aparição progressiva, e paralela à “revolução” evocada por Mauss, de um vocabulário econômico. Contudo, ele é particularmente atento às observações de Benveniste sobre o fato de que esse vocabulário deriva regularmente de palavras que, em sua acepção original, designavam relações sociais próprias da economia dos bens simbólicos. O termo “dívida”, por exemplo, designava inicialmente uma dependência política ou moral. Ao menos em francês, ele jamais perdeu totalmente esse sentido, mesmo quando passou a designar paralelamente uma dependência especificamente econômica.

Bourdieu chama atenção para uma sobrevivência fundamental da economia dos bens simbólicos nessa instituição central da vida econômica que é o Estado. Ele a evoca depois de ter lembrado como o dom, nas sociedades tradicionais, visa criar relações de dependência pessoal, e está intimamente ligado às relações de poder por meio da redistribuição dos bens que ele promove. O Estado (ao qual Bourdieu acabara de consagrar cinco anos de curso) revela-se uma instituição dupla. De um lado, é um ator central da “revolução” que tende a reduzir a economia do dom ao estado de “ilha”. Seu desenvolvimento participa de um processo de despersonalização e de institucionalização que rompe com as formas de dominação baseadas em

19 BENVENISTE, Émile. O vocabulário das instituições indo-europeias, volume II. São Paulo: Unicamp, 1995.

relações pessoais e instáveis, típicas das sociedades tradicionais às quais a economia do dom está ligada. Por outro lado, todavia, o Estado perpetua, em escala macrossocial, as lógicas características da economia de bens simbólicos. A cobrança de impostos e a redistribuição das receitas fiscais, por exemplo, implicam trocas que, como o dom, são inseparavelmente econômicas e políticas, na medida em que asseguram uma circulação de bens materiais ao mesmo tempo em que criam devedores (os grupos sociais beneficiários das transferências) e a legitimidade política.

Ademais, Bourdieu mostra a presença do simbólico em vários outros espaços da vida econômica. Como entender, por exemplo, o mecenato das grandes empresas privadas sem introduzir a noção de capital simbólico? Os modelos que põem em jogo apenas bens materiais e agentes economicamente “racionalistas” não conseguem dar conta das práticas paternalistas que os empregadores podem continuar a manter em relação aos seus assalariados. Bourdieu também sublinha a importância que os elementos puramente simbólicos desempenham nas negociações entre empregadores e sindicatos ou na fixação dos salários. Ele retoma igualmente as análises desenvolvidas em *A Distinção*: as práticas de consumo nunca são apenas uma questão de utilidade material, mas também de estratégia simbólica. Bourdieu reconhece, certamente, que o “peso do simbólico” varia de acordo com os bens e com os mercados, mas uma economia puramente econômica, livre de qualquer dimensão simbólica, lhe parece algo jamais realizado na prática. Ele poderia fazer sua a fórmula de Mauss segundo a qual o dom é “uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades”<sup>20</sup> Ele destaca ainda, no começo de seu curso, que o dom e a generosidade parecem valores humanos universalmente celebrados. Da mesma forma, ele se mostra crítico às teses sobre a “mercantilização” defendidas na tradição marxista ou por George Simmel: a perspectiva de um aniquilamento completo das atividades sociais pelas lógicas “mercantis” parece-lhe da ordem do “mito”.

Bourdieu aborda então o cerne de sua argumentação: a crítica da filosofia subentendida na economia neoclássica e a apresentação de uma

20 MAUSS, Marcel. « Ensaio sobre a dádiva », op. cit., pp. 188-189.

“alternativa teórica” baseada na aplicação do seu sistema de conceitos, e ilustrada pela pesquisa sobre o mercado das casas individuais na França, que ele havia conduzido nos anos 1980.

Ele começa por ressaltar o caráter cartesiano da filosofia implicitamente mobilizada pela economia neoclássica. Ela é antes de tudo dedutivista. E duplamente a-histórica. De fato, por um lado ela apresenta o mercado como uma espécie de produto natural, quando na verdade esse universo que rompeu com a repressão do interesse econômico é um produto histórico. Por outro lado, ela considera que as preferências dos agentes econômicos resultam de uma espécie de “psicologia universal”, e não de uma socialização específica a cada um deles. Ela mobiliza, aliás, como Descartes, uma filosofia da consciência: na teoria da ação racional, o agente econômico estabelece conscientemente fins explícitos, ele tem intenções e é determinado por elas. Ela é, por fim, instantaneísta: o mercado supostamente se ajusta instantaneamente e os agentes presumivelmente reagem instantaneamente ao estímulo dos preços. À teoria neoclássica, Bourdieu opõe sua própria abordagem. À hipótese do agente econômico racional (*homo economicus*) ele opõe a de agentes sociais dotados de um habitus, e à noção de “mercado” utilizada pelos economistas ele opõe o conceito de “campo econômico”. Como em seu “curso de sociologia geral”, ele evoca a favor dos conceitos de habitus e de campo argumentos que Leibniz desenvolveu em sua discussão da filosofia de Descartes.

Sem deixar de chamar a atenção para as relações entre os dois conceitos, Bourdieu começa por tratar da noção de campo. O curso propõe então estender esta noção ao domínio da economia. É preciso lembrar que Bourdieu havia inicialmente elaborado o conceito de campo em uma releitura da sociologia weberiana da religião e em seus trabalhos sobre a literatura na França no século XIX<sup>21</sup>. Desde a metade dos anos 1970 Bourdieu produziu, paralelamente aos textos que buscavam identificar as “propriedades gerais dos campos”, contribuições que visavam analisar novos

21 BOURDIEU, Pierre. « Gênese e estrutura do campo religioso ». In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011; Idem. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

universos (a ciência, o direito, etc.) em termos de campo<sup>22</sup>, cada nova aplicação sendo ocasião de um aprofundamento desta noção. Nos anos 1990, ele evoca várias vezes um projeto de livro, *Microcosmos*, no qual ele apresentaria uma “teoria geral dos campos”<sup>23</sup>. Os desenvolvimentos do curso de 1992-1993 sobre o “campo econômico” devem ser compreendidos nesta lógica: na generalização da noção de campo, Bourdieu não poderia ignorar o caso da economia.

Nesse sentido, o curso fornece a ocasião de confrontar as noções de campo e de mercado. Bourdieu começa por ressaltar que a palavra “mercado”, geralmente utilizada sem precaução, é muito polissêmica. Ela pode designar realidades muito concretas (o *market place*, as saídas de um produto), mas também a abstração que os economistas invocam sempre que eles falam, por exemplo, do “mercado puro e perfeito”. Bourdieu sublinha que os economistas têm enorme dificuldade em definir a noção de “mercado” que eles tanto utilizam. A existência de um mercado supõe bens intercambiáveis, mas esta simples observação faz com que surja um paradoxo insuperável: ou se considera que dois bens não são jamais perfeitamente substituíveis e o mercado torna-se uma abstração jamais realizada na prática; ou então se considera que todos os bens são potencialmente substitutos de todos os outros e o “mercado” abarca a totalidade da economia.

Bourdieu põe então em prática a estratégia anunciada no começo de seu curso: ele passa em revista algumas “contribuições históricas que a própria teoria econômica traz à crítica da noção de mercado”. Ele se refere, por exemplo, a Alfred Marshall, aos teóricos da organização industrial ou ainda aos economistas institucionalistas. Sua abordagem consiste em mostrar que essas diferentes críticas da noção de “mercado”, provenientes da ciência econômica, podem ser prolongadas pela aplicação do conceito de “campo”. Ele se esforça, portanto, em demonstrar como a noção de “campo” pode ser aplicada no caso da economia, mobilizando os desenvolvi-

22 Ver especialmente BOURDIEU, Pierre. « O campo científico ». In: Renato ORTIZ (org.), Bourdieu: sociologia. São Paulo, Olho d'Água, pp. 112-143; Idem, Homo academicus. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011; Idem, “A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. pp. 209-254.

23 Bourdieu deixou este livro inacabado.

mentos gerais que ele havia consagrado ao conceito de campo em cursos (e notadamente no curso de sociologia geral) ou em escritos anteriores. O campo econômico deve ser pensado ao mesmo tempo como um campo de forças e como um campo de lutas; a estrutura do campo de forças depende do número de concorrentes; o campo é o “lugar de relações de força constantes, permanentes, assim como de mecanismos que tendem a perpetuar estas relações de força”, os dominantes podem exercer poder sobre todos os outros, etc.

Bourdieu faz então uma espécie de parênteses: a utilização do conceito de campo, no caso da economia, mas também de modo mais geral, consiste em enfatizar as relações de concorrência entre os produtores. Quando eles falam de “mercado”, os economistas privilegiam as relações entre produtores e consumidores, ou entre uma oferta e uma demanda que se ajustariam pelos mecanismos dos preços. Para Bourdieu, os produtores se determinam em relação aos seus concorrentes antes de se determinar em relação à demanda de consumidores externos. O campo é então antes de tudo o lugar de uma concorrência entre produtores. Ele destaca que a insistência nas relações entre os produtores já estava presente – com algumas ambiguidades, entretanto – em Max Weber. Essa passagem sobre o conceito de campo como algo que privilegia as relações de concorrência como “conflito indireto” constitui, no interior de seu curso sobre a economia, uma espécie de parênteses que diz respeito à teoria dos campos de modo geral.

Finalmente, Bourdieu propõe uma redefinição da noção de “mercado” com o auxílio do conceito de campo: o mercado seria “uma estrutura de relações de força entre os produtores engajados nas lutas para perpetuar ou transformar estas relações de força”. Nesta perspectiva, não poderíamos ver o mercado como um produto espontâneo e natural da concorrência, ele é “uma construção social”. Ao mobilizar sua pesquisa sobre o mercado da casa individual (ou campo de produção da casa individual), Bourdieu insiste ainda no papel da atuação do Estado nesse trabalho de construção, por meio de ações reguladoras. O Estado ocupa um papel central na concorrência entre os produtores. Embora o discurso liberal goste de opor o mercado e o Estado, Bourdieu demonstra o papel multiforme que o Estado exerce sobre os mercados: o Estado regula os mercados, mantém

a ordem moral e a confiança, diminui alguns custos, assegura funções de homogeneização, de pacificação e de arbitragem, e garante o respeito às regras. O Estado intervém de forma determinante na construção da “oferta” no mercado (por exemplo, ao tomar medidas favoráveis a certas categorias de produtores em detrimento de outras), bem como na construção da “demanda” (que ele pode orientar, por exemplo, por medidas fiscais ou, no caso do mercado da casa individual, por auxílios para a aquisição de uma propriedade). Em suma, o campo de produção econômica aparece como o lugar de uma luta que é em grande medida uma luta pelo poder do Estado.

Nesse estágio do curso Bourdieu tinha pouco tempo. E como ele não queria deixar de falar do habitus, relembra muito brevemente a importância da dimensão simbólica – que ele já havia evocado rapidamente na primeira parte – nas lutas econômicas: o capital econômico está longe de ser o único capital eficiente no campo econômico, onde o capital simbólico também tem por vezes um papel importante. A luta dos produtores pelo monopólio de um mercado pode ter uma forte dimensão simbólica e envolver lutas sobre as classificações e as categorias de percepção do mundo social.

Bourdieu termina tratando da noção de habitus. A respeito deste conceito, ele retoma suas análises anteriormente expostas no *Collège de France*, em seu curso de sociologia geral em 1982-1983. Ele as apresenta aqui, todavia, na perspectiva de uma discussão da teoria da ação racional mobilizada pela economia neoclássica. Segundo uma observação formulada há muito tempo, essa teoria é antes de tudo normativa. De fato, os economistas não dizem verdadeiramente que os agentes econômicos se comportam de acordo com o modelo de *homo economicus*: eles pretendem antes dizer como os agentes econômicos se comportariam se agissem de forma racional. Bourdieu, por seu turno, procurou elaborar, com base na noção de habitus, uma teoria da ação que se atentasse à lógica da prática. Desse modo, ele não tem dificuldade em sustentar que o princípio das decisões dos agentes econômicos (indivíduos, famílias, consumidores, empresas) não é uma consciência ou um cálculo racional, mas o “habitus”. Ele aponta, por exemplo, que mesmo as empresas mais capitalistas raramente confiam em cálculos racionais guiados unicamente pela consideração dos lucros e de sua maximização.

Bourdieu organiza sua discussão em torno de três grandes alternativas que ele gostaria de superar com a noção de habitus, e das quais a teoria da ação racional se mantém prisioneira. Segundo a estratégia proposta no início do curso, ele cita economistas (por exemplo, Hebert Simon e seu conceito de “racionalidade limitada”) que criticaram a teoria da ação racional. A primeira alternativa é a do individual e do coletivo: a teoria da ação racional é uma teoria individualista, ao passo que o habitus representa o “individual coletivizado”; ele é, em cada agente, o produto de uma história coletiva e individual. A segunda alternativa opõe o finalismo, segundo o qual os agentes agem com base em decisões, ao mecanismo, segundo o qual os agentes são determinados por causas. Bourdieu argumenta que a teoria da ação racional oscila entre essas duas posições que são na verdade equivalentes, uma vez que a decisão racional consiste em agir “com conhecimento de causa”. A noção de habitus, por sua vez, nos leva a considerar que as escolhas são o produto, não de causas ou de decisões, mas de um senso prático: os trabalhos de psicologia econômica mostram, por exemplo, que as decisões de compra resultam menos de deliberações racionais ou de cálculos do que de escolhas “razoáveis” operadas pelas crenças. Por fim, a terceira alternativa é a do micro e do macro: a microeconomia neoclássica considera “o macro” como a agregação de ações individuais que seriam feitas por agentes autônomos. O conceito de habitus, por sua vez, leva a considerar agentes que são socializados em condições diferentes, e cujas ações não poderiam ser agregadas mecanicamente, pois, como são ligados uns aos outros por relações de força, a ação de uns é restringida pela dos outros. Bourdieu termina por destacar que, longe de invalidar sua análise crítica, as aparentes confirmações dos modelos inspirados pela teoria da ação racional resultam do fato de que, se todos os casos são teoricamente possíveis, os casos mais frequentes são aqueles em que os habitus são globalmente ajustados aos campos nos quais eles se exprimem.

A apresentação que acabo de fazer de *Anthropologie Économique* é necessariamente parcial: mesmo sem o querer, eu provavelmente dei excessiva ênfase às análises que tratavam diretamente dos meus próprios centros de interesse, e não ressaltai suficientemente as demais. Espero tão-somente ter dado uma visão geral desse curso, e da preocupação de Bourdieu, no início dos anos 1990, de propor uma discussão dos pressupostos da ciência

econômica na sua forma dominante, e de mostrar como seu próprio sistema conceitual permitia uma outra análise da economia. Nesta perspectiva, o termo “economia” engloba os fatos que nós consideramos espontaneamente como “econômicos”, e que constituem os objetos privilegiados da ciência econômica. Todavia, ele engloba também essa “economia de bens simbólicos” que os economistas tendem a excluir de seu domínio de estudo. O curso nos convida a enxergar a economia em um sentido amplo: os economistas veem o “dar e receber” como o único tipo de troca possível (e o comportamento do *homo economicus* como o único comportamento “racional”), quando na verdade é um tipo de troca particular, criado por um processo histórico particular. Este entendimento mais amplo da noção de “economia” remete à dimensão antropológica do curso, que o título do volume (que não é de Bourdieu) exprime.

Bourdieu deixava normalmente registros escritos de seus cursos e de suas intervenções orais. Ele o fez parcialmente neste caso: o trabalho de elaboração da noção de “campo econômico” deu origem a um artigo que ele publicou em 1997, antes de retomá-lo em 2000 em *As estruturas sociais da economia*. Este livro que acrescentava ao artigo uma retomada de outros artigos oriundos da pesquisa sobre a casa individual visava decerto tornar mais visível sua reflexão sobre a economia. A obra ecoa o curso oferecido sete anos antes, e propõe um balanço mais maduro sob certos aspectos: ao colocar por escrito sua reflexão sobre o campo econômico, Bourdieu a aprimora. Mas em outros aspectos ele é mais parcial: o livro *As estruturas sociais da economia* dá as ferramentas para estudar “os mercados” em uma sociedade capitalista do mesmo modelo que a França no fim do século XX, mas o esforço central no curso de 1992-1993 de elaborar uma “antropologia econômica” passa a segundo plano. Por essas razões é que o curso publicado sob o título de *Antropologia econômica* não é nem um “inédito” absoluto, nem um texto totalmente redundante em relação aos textos já disponíveis. Ele tem um valor de complemento, notadamente em relação ao livro *As estruturas sociais da economia*.

O volume, no entanto, não deve interessar apenas os sociólogos da economia e os economistas. É provável que atraia mais amplamente os sociólogos que se interessam pelo trabalho de Bourdieu, que era um grande

pesquisador, mas também um grande professor, dotado de qualidades pedagógicas e cujos seminários fomentavam várias ideias. Um dos objetivos dessa série de volumes é compartilhar, senão a experiência que era assistir aos cursos e seminários de Bourdieu, algo que se aproxime disso. Estes cursos, aliás, com suas improvisações parciais e suas hesitações, mostram um Bourdieu em pleno trabalho, mais livre do que em seus escritos, como testemunham, por exemplo, seus breves momentos de humor (é evidente que ele não publicaria esses ensinamentos tais como estão, ele os teria reescrito minimamente). Os cursos em que Bourdieu une as análises anteriormente publicadas (sempre aprimoradas) e a apresentação, sob uma forma ainda provisória, de seus trabalhos em curso, são também uma entrada interessante nessa teoria sociológica que pode dar a impressão, à primeira vista contraditória, de já ter estado quase que inteiramente presente em suas pesquisas na Argélia, e de não ter cessado de avançar e de se aprofundar ao longo de pesquisas sucessivas.

Sobre este ponto, eu me permito terminar com um comentário um pouco pessoal. No que me concerne, sou particularmente sensível às passagens do curso sobre a noção de “campo econômico”. Parece-me, como disse, que aí vemos Bourdieu se confrontar à questão da extensão do seu conceito à economia, o que eu acho, pessoalmente, muito interessante. Ela não era totalmente evidente: o critério do desinteresse econômico, da autonomia em relação à economia, tinha um papel tão importante nos campos em que ele havia estudado até então (campo literário, jurídico, científico, etc.) que a transposição do conceito à economia não podia se fazer de maneira mecânica. Como sugeri, essa transferência é, ademais, a ocasião para Bourdieu refletir novamente e de maneira geral sobre o conceito de campo. Como sempre, ele se aproveita de um novo caso para lançar luz sobre os aspectos particulares do conceito de campo. Neste contexto, a elaboração da noção de “campo econômico” o conduz aos desenvolvimentos sobre a importância que a questão da concorrência assume entre os produtores. Este ponto não estava ausente em seus trabalhos sobre os campos de produção cultural, mas nestes ele não constituía, parece-me, uma entrada tão central.

Essa reflexão sobre a noção de “campo econômico” em 1992-1993 talvez tenha influenciado os usos posteriores que Bourdieu fez da noção

de campo. Nos desenvolvimentos sobre a importância das relações de concorrência, me chamou muito a atenção uma rápida alusão ao jornalismo. Ela anuncia, com efeito, as análises que ele desenvolveu nos textos dos anos seguintes. Eu nunca tinha me dado conta, mas é um pouco com base no modelo do “campo econômico” que Bourdieu descreverá o “campo jornalístico”<sup>24</sup>: o jornalismo é um espaço de enfrentamento entre empresas dotadas de um peso diferencial e que não são igualmente capazes de impor sua lei aos outros. Eu não vou desenvolver este ponto; queria tão-somente sugerir que uma leitura possível desses cursos consiste também em seguir as inflexões sutis que Bourdieu provocou em seus conceitos ao longo do tempo ou, mais exatamente, ao longo de suas pesquisas sucessivas.

---

24 BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Os textos de Bourdieu sobre o campo jornalístico começam a aparecer a partir de 1994.

# CONTENTS

## **THEMATIC DOSSIER “MARKETS, MEDIA AND CONSUMPTION”**

*Organizadores: Marcia da Silva Mazon e Maria Chaves Jardim*

### **Presentation**

*Marcia da Silva Mazon e Maria Chaves Jardim*

### **Economy as Matching**

*Philippe Steiner* ..... 14

### **Beyond the formula of love: romantic love as a central elemento in the construction of the affection Market via apps**

*Maria Chaves Jardim* ..... 46

### **Markets on the edge: Beach kiosk TripAdvisor consumer online reviews as dataset to compare Australian and Brazilian beachfront collective representations**

*Marina Sartore e Brian Coffey* ..... 77

### **Valuing the environment: from protection to environmental insurance**

*Anne Pinto Brandalise e Elaine da Silveira Leite* ..... 108

### **Pharmaceutical industry and psychiatry within the framework of Economic Sociology. A research agenda**

*Marcia Mazon* ..... 136

### **Two worlds in dispute: the official sanitary regulation and the interaction between the *domestic convention* and the *industrial convention* in the milk production chain in Maranhão**

*Evaristo José de Lima Neto e Marcelo Sampaio Carneiro* ..... 162

**Demarche of devices: notes on orders, convergences and situations in the economic-financial field**

*Ana Carolina Bichoffe e Mateus Baeta Diógenes* ..... 192

**Media and market: mediations in the construction of meanings of the consumption of “branded clothes”**

*Ana Lúcia de Castro* ..... 224

**Professionalism and trust: the curious case of a country that believes in journalists more than in the media**

*Jacques Mick* ..... 242

**FREE ARTICLES**

**Professionals, amateurs and rural associations' leaders. Trajectories and entries to politics of the "agro-deputies" in the Argentine Congress**

*Gabriel Levita* ..... 261

**Social Workers to beyond of Social Work?**

*Pedro Simões* ..... 288

**BOOK REVIEW**

**Gimenes, Éder Rodrigo. Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris, 2017. 209 p.**

*Jéssica Matheus de Souza* ..... 313

**CONFERENCE**

**Economic Anthropology**

*Julien Duval* ..... 319

# Normas de publicação para os colaboradores

## **1.** Quanto ao tipo de contribuição

- Artigos inéditos (até 30 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou aproximadamente 60.000 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas).
- Ensaio bibliográfico (até 12 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 25.200 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas): resenhas críticas de apenas um livro ou de vários livros tratando de assuntos correlatos.
- Resenhas bibliográficas (até 6 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 6.300 caracteres): pequenas resenhas de livros recentes.

## **2.** Quanto à avaliação para publicação

- A revista publica artigos em português, inglês e espanhol, aceitando submissões em francês, cuja publicação estará condicionada à possibilidade de tradução.
- Os originais de artigos, ensaios e resenhas submetidos à revista são lidos inicialmente pelos editores que, se considerar estarem de acordo com a política editorial da revista e cumprirem os requisitos acadêmicos indispensáveis, serão encaminhados para avaliação de pelo menos dois especialistas na área, garantindo o anonimato de autores e pareceristas.
- Na avaliação, os pareceristas deverão levar em conta o conteúdo, a relevância e a qualidade das contribuições, considerando redação, originalidade do texto, qualidade do argumento e da bibliografia, pertinência e adequação da metodologia empregada. O resultado da avaliação pode ser: a) aceitar, b) aceitar com revisões,

c) reformular e reapresentar e d) recusar. Em casos de um parecer positivo e um negativo, o trabalho será submetido a um terceiro parecerista. Quando houver a necessidade de alterações referentes apenas a aspectos gramaticais, ortográficos e de ordem normativa, com vistas a manter a homogeneidade da publicação, os editores se reservam o direito de fazer as modificações necessárias, respeitando o estilo do autor.

**3.** Cada artigo deve estar acompanhado por um resumo contendo entre 100 e 150 palavras, em português e em inglês, com três a cinco palavras-chave. Os autores devem enviar seus dados profissionais (instituição, cargo, titulação, principais publicações), endereço para correspondência e e-mail. Estes dados devem aparecer em página à parte, contendo também o título do trabalho.

**4.** As notas de rodapé devem ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente no final de cada página e devem conter informações de natureza substantiva, não podendo consistir em simples referências bibliográficas.

**5.** As citações e as referências bibliográficas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

- (sobrenome do autor, ano de publicação, página), conforme o exemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

**6.** As referências bibliográficas, em ordem alfabética, devem estar no final do trabalho e respeitar o formato que aparece nos seguintes exemplos (pede-se atenção a pontuação, espaços, negrito e uso de maiúscula):

- Livro:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Coletânea:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artigo em coletânea:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artigo em periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tese e dissertação acadêmicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

**7.** Os gráficos, figuras, tabelas, quadros ou mapas devem ser inseridos no texto, numerados e titulados corretamente e com a devida referência. Devem estar confeccionados de maneira a permitir sua reprodução direta.

**8.** Os ensaios bibliográficos e resenhas devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas de cada uma.

**9.** O envio de qualquer colaboração implica a cessão integral dos direitos autorais à revista Política & Sociedade. Uma nova publicação do mesmo texto, de iniciativa de seu autor ou de terceiros, fica sujeita à expressa menção da precedência de sua publicação neste periódico, citando-se a edição e data dessa publicação. A revista não se compromete a devolver os originais das colaborações enviadas.

**10.** As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

**11.** Os autores devem enviar seus textos preferencialmente através do site da revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) ou então em formato eletrônico (Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, desde que não ultrapassem 2MB) para o endereço [ps@cfh.ufsc.br](mailto:ps@cfh.ufsc.br).

**Para mais informações, consultar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política:**

Tel. 55 (48) 3721-9253

Endereço eletrônico: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

Portal eletrônico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir.

As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

**1.** A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”.

**2.** Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem os 2MB)

**3.** Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

**4.** O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12 pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.

**5.** O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas Normas de publicação para os colaboradores.

**6.** A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

# Normas de publicación para los colaboradores

## **1.** Sobre el tipo de contribución

- Artículos inéditos (hasta 30 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 60.000 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas).
- Ensayos bibliográficos (hasta 12 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 25.200 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas): reseñas críticas de un libro o de varios libros tratando asuntos correlativos.
- Reseñas bibliográficas (hasta 6 folios de 30 líneas por 70 toques, ó 6.300 caracteres): pequeñas reseñas de libros recientes.

## **2.** Sobre la evaluación para publicación

- La revista publica artículos en portugués, inglés y español, aceptando envíos en francés, cuya publicación dependerá de la posibilidad de traducción.
- Los originales de artículos, ensayos y reseñas enviados a la revista serán leídos primeramente por los editores que, si consideran que están de acuerdo con la política editorial de la revista y que cumplen los requisitos académicos indispensables, los enviarán para dictámenes de por lo menos dos especialistas en la materia, garantizando el anonimato de autores y evaluadores (sistema de revisión por pares a “doble ciego”).
- Los dictaminadores deberán analizar el contenido, la relevancia y la calidad de las contribuciones, considerando redacción, originalidad del texto, calidad del argumento y de la bibliografía, pertinencia y adecuación de la metodología empleada. El resultado de la evaluación

puede ser: a) aceptar, b) aceptar con revisiones, c) reformular y presentar nuevamente y d) no aceptar. En casos de un parecer positivo y uno negativo, el trabajo será sometido a un tercer dictamen. Cuando haya necesidad de modificaciones solamente referentes a aspectos gramaticales, ortográficos y normativos, para mantener la homogeneidad de la publicación, los editores se reservan el derecho de hacer las modificaciones necesarias, respetando el estilo del autor.

**3.** Cada artículo debe incluir un resumen conteniendo de 100 a 150 palabras, en portugués y en inglés, con 3 a 5 palabras clave. Los autores deben enviar sus datos profesionales (institución, cargo, título, principales publicaciones), dirección para correspondencia y correo electrónico. Estos datos deben aparecer en una página separada, conteniendo también el título del trabajo.

**4.** Las notas de pie se deben indicar con números arábigos en orden creciente al final de cada página y deben contener información de naturaleza sustantiva, no deben ser simples referencias bibliográficas.

**5.** Las citas y las referencias bibliográficas deben aparecer en el cuerpo del texto con el siguiente formato:

- (apellido del autor, año de publicación, página), según el ejemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

**6.** Las referencias bibliográficas, en orden alfabético, deben estar al final del trabajo y respetar el formato que aparece en los siguientes ejemplos (se solicita atención a la puntuación, espacios, negrita y uso de mayúscula):

- Libro:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Colección:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artículo en colección:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artículo en periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tesis y disertación académicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Maestría en Sociología Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

**7.** Los gráficos, figuras, tablas, cuadros o mapas se deben introducir correctamente en el texto, numerados, con título y con la debida referencia. Deben estar confeccionados de manera tal que permita su reproducción directa.

**8.** Los ensayos bibliográficos y reseñas deben incluir las referencias completas de las obras analizadas, indicando el número de páginas de cada una.

**9.** El envío de cualquier colaboración implica la cesión total de los derechos autorales a la revista Política y Sociedad. Una nueva publicación del mismo texto, siendo iniciativa de su autor o de terceros, está sujeta a la expresa mención de la precedencia de su publicación en este periódico, citándose la edición y fecha de esta publicación. La revista no se compromete a devolver los originales de las colaboraciones enviadas.

**10.** Las opiniones expresadas en los artículos firmados son de la exclusiva responsabilidad de sus autores.

**11.** Los autores deben enviar sus textos preferentemente a través del sitio de la revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) o en formato electrónico (Microsoft Word, OpenOffice o RTF) que no supere los 2MB, a la dirección [ps@cfh.ufsc.br](mailto:ps@cfh.ufsc.br).

### **Para obtener más información, solicítela al Programa de Post Grado en Sociología Política:**

Tel.+55 48 3721-9253

Fax +55 48 3721-9098

Dirección electrónica: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

Portal electrónico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

### **Condiciones para el envío**

Como parte del proceso de envío, los autores deben verificar la conformidad del envío con respecto a todos los ítems enumerados a continuación. Los envíos que no estén de acuerdo con las normas se devolverán a sus autores.

**1.** La contribución es original e inédita, y no está en evaluación para publicación en otra revista; caso contrario, justificar en “Comentarios al Editor”.

**2.** Los archivos e enviar están en formato Microsoft Word, OpenOffice o RTF (no deben pasar de los 2MB)

**3.** Todas las direcciones de páginas de Internet (URLs), incluidas en el texto (Ej.: <http://www.ibict.br>) están activas para hacer clic.

**4.** El texto está en espacio simple; usa una fuente de 12 puntos; emplea itálico en lugar de subrayar (excepto en direcciones URL); con figuras y tablas incluidas en el texto, y no al final.

**5.** El texto obedece a los estándares de estilo y requisitos bibliográficos descritos en las Normas de publicación para los colaboradores.

**6.** La identificación del autor de este trabajo fue retirada del archivo y de la opción Propiedades en Word, asegurando de esta manera el criterio de confidencialidad de la revista.

# Publication Guidelines for Collaborators

## 1. According to the type of contribution

- Unpublished articles (up to 30 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or approximately 60,000 characters, including notes and references).
- Bibliographic essays (up to 12 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 25,200 characters, including notes and references) – critical reviews of one book only or of several books on related issues.
- Literature reviews (up to 6 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 6,300 characters) – short reviews of recent books.

## 2. Regarding the review for publication

- The journal publishes articles in Portuguese, English, and Spanish, accepting submissions in French, whose publication is dependent on the possibility of translation.
- Original articles, essays and reviews submitted to the journal are first read by the editors. If the submitted material is considered to be in accordance with the editorial policy and fulfills the essential academic requirements, it will be forwarded for evaluation by at least two experts in the field, ensuring the anonymity of both the authors and reviewers.
- In the evaluation, the peer reviewers should take into account the content, relevance and quality of the contributions, considering writing, text originality, quality of argument and literature, relevance and appropriateness of the methodology employed. The evaluation result can be one of the following: a) accept; b) accept with minor revisions; c) revise and resubmit; d) refuse. In case of a positive

and a negative review, the work is to be submitted to a third reviewer. When there is a need for changes relating to aspects of grammar, spelling and normative nature only, in order to maintain the homogeneity of the publication, the editors reserve the right to make any necessary changes, complying with the author's style.

**3.** Every article must be accompanied by an abstract containing between 100 and 150 words, with a version in Portuguese and English, with three to five keywords. Authors should send their professional information (institution, position, title, most important publications), mailing address and e-mail. This information should appear on a separate page that also contains the title of the article.

**4.** Footnotes should be indicated by Arabic numerals in ascending order at the end of each page and should contain relevant information, and may not consist of simple bibliographic references.

**5.** Citations and references should appear in the body of the text with the following formatting:

(author's last name, year of publication, page) according to the example: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

**6.** The references, in alphabetical order, must be at the end of the work and follow the format that appears in the following examples (please observe punctuation, spaces, bold type and capitalization as follows):

- Book:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Collection:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Article from a collection:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Article from a journal:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Academic thesis or dissertation:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro:** o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertation (MA in Political Sociology). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

**7.** Graphs, figures, tables, charts or maps should be inserted in the body of the text, properly numbered and captioned and with their respective references. They must be provided in a format that allows their direct reproduction.

**8.** Bibliographical essays and reviews must provide complete references about the works reviewed, indicating the number of pages of each.

**9.** The submission of any collaboration implies the full transfer of copyrights to the journal *Política e Sociedade*. A new publication of the same text, whether by the initiative of the author or third parties, must indicate that it was previously published in this journal, citing the edition and date of publication. There is no guarantee that the original submissions will be returned.

**10.** The opinions expressed in signed articles are solely the responsibility of their authors.

**11.** Authors should send their texts preferably through the journal's website (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) or in electronic format (Microsoft Word, OpenOffice or RTF, provided the file does not exceed 2 MB) to the address [ps@cfh.ufsc.br](mailto:ps@cfh.ufsc.br).

**For more information, please contact the Graduate Program in Political Sociology:**

Phone: +55 48 3721 9253

Fax: +55 48 3721 9098

E-mail Address: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

Web: <http://www.sociologia.ufsc.br>

**Conditions for Submission**

As part of the submission process, authors are required to confirm their submission's compliance with all of the following items. Submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

**1.** The contribution is assumed to be original and unpublished, and that it is not being evaluated for publication by another journal. If this is not the case, a justification should be provided under the “Comments to the Editor” section.

**2.** The submission files are in Microsoft Word, OpenOffice or RTF format (provided they do not exceed 2 MB)

**3.** All Web page addresses (URLs) included in the text (e.g. <http://www.ibict.br>) are active and clickable.

**4.** The text is single-spaced; font is size 12; italics are used instead of underlining (except for URL addresses); figures and tables are included in the text, not at the end.

**5.** The text adheres to the stylistic and bibliographic requirements outlined in the Publication Guidelines for collaborators.

**6.** The identification of authorship of this work was removed from the file and from the Properties option in Microsoft Word, thus ensuring the journal’s confidentiality criterion.